



Universidade de Brasília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**O ENIGMA DE LA MALINCHE:
a língua entre a colonialidade e a resistência na
experiência de um imigrante no DF/Brasil**

JULIANA HARUMI CHINATTI YAMANAKA

BRASÍLIA
2025

JULIANA HARUMI CHINATTI YAMANAKA

O ENIGMA DE LA MALINCHE:

**a língua entre a colonialidade e a resistência na
experiência de um imigrante no DF/Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva

BRASÍLIA
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CY19oe Chinatti Yamanaka, Juliana Harumi
O ENIGMA DE LA MALINCHE: a língua entre a colonialidade e a resistência na experiência de um imigrante no DF/Brasil. / Juliana Harumi Chinatti Yamanaka; orientador Kleber Aparecido da Silva. Brasília, 2025.
211 p.

Tese(Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília, 2025.

1. Translinguagem.. 2. Interseccionalidade.. 3. Interculturalidade Crítica.. I. Aparecido da Silva, Kleber, orient. II. Título.

JULIANA HARUMI CHINATTI YAMANAKA

**O ENIGMA DE LA MALINCHE: a língua entre a colonialidade e a resistência na
experiência de um imigrante no DF/Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do Grau de Doutora em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

APROVADO POR:

Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva (Orientador)

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Antonia OlmosAlcaraz (Examinadora Externa)

Programa em Estudos Migratórios

Universidade de Granada / Espanha

Profa. Dra. Cláudia Hilsdorf Rocha (Examinadora Externa)

Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada

Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Viviane Cristina Vieira (Examinadora Interna)

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Universidade de Brasília

Profa. Dra. Dllubia Santclair Matias (Examinadora Suplente)

Secretaria de Estado da Educação de Goiás

Brasília, 31 de março de 2025.

Sabia pouco, mas pelo menos sabia isto:

que ninguém fala pelos outros.

Que, mesmo que queiramos contar histórias
alheias, terminamos sempre contando nossa
própria história.

(Alejandro Zambra, *Formas de voltar para
casa*)

AGRADECIMENTOS

Nos últimos anos, entregue ao fazer científico, aprendi muito com pessoas que generosamente compartilharam conhecimentos, momentos e afetos tão necessários à realização deste trabalho.

Entre elas, nesta tese, há um lugar de reconhecimento e respeito ao trabalho de formação desenvolvido pelos professores do PPGL-UnB; há também sincera gratidão aos professores Viviane, Rodrigo, Cláudia, Tânia e Mariana que aceitaram contribuir, com suas lentes, para este trabalho. Todos eles ensinam a perseverar no caminho árduo da academia com alegria, gentileza e leveza.

A Javier García, a Luca Sebastiani e, especialmente, a Antonia Olmos Alcaraz, meu mais profundo agradecimento. Este trabalho não seria o mesmo sem ela - quem me abriu as portas da Universidade de Granada/Espanha, do Instituto de Migrações e dos estudos antropológicos. Sempre receptiva, cordial e paciente com essa aprendiz. Muito obrigada!

Há um lugar de afeto destinado às/aos colegas Fernando, Alex, João, Aldiney e a todas/os colegas do Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagem (GECAL) com quem pude trocar muito mais que conhecimento.

Outro lugar mais que especial está reservado ao nosso querido “Klebinho”. Professor amigo e generoso que mais uma vez acreditou em meus projetos. Após mestrado e doutorado, sob sua orientação, posso garantir que Kleber é uma inspiração para nós educadores. Ele sabe animar e incentivar um estudante a perseverar no trabalho coletivo, na política e na disseminação do conhecimento de forma amorosa.

Este trabalho contou com o apoio imprescindível da Vila Internacional, do Instituto Federal de Brasília (IFB), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade de Granada (UGR).

Por fim agradeço às/aos colaboradores desta pesquisa sem as/os quais este trabalho não seria possível.



*Às raízes que me sustentam.
À família e ao amor que superam as mais
longas distâncias.*

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa, de abordagem exploratória, investiga *discursos sobre as práticas sociointeracionais entre um venezuelano e brasileiros, potencialmente atravessadas por marcadores sociais*. Os objetivos específicos foram (i) investigar os discursos sobre linguagem que se constituem a partir de práticas sociointeracionais, (ii) compreender como tais discursos podem se articular a marcadores sociais e (iii) analisar a articulação entre discursos sobre linguagem, marcadores sociais e migração. Partindo de uma abordagem teórica crítica e decolonial, o estudo analisa como um jovem mobiliza seus repertórios linguísticos para desafiar hierarquias linguísticas e reivindicar espaços de pertencimento. A pesquisa foi realizada em um contexto urbano brasileiro, em Brasília/DF, caracterizado por tensões entre a língua hegemônica e repertórios linguísticos minoritários. A geração de dados ocorreu entre junho de 2022 a setembro de 2024 através dos seguintes instrumentos: (i) entrevistas semiestruturadas e (ii) notas reflexivas e diário de campo. Os dados foram segmentados e analisados, pela pesquisadora, a partir do arcabouço teórico ancorado em noções problematizadoras de ordens tradicionalmente estabelecidas, tais como Translinguagem (Makalela; Silva, 2023; Vogel; García, 2009), Interseccionalidade (Collins, 1993; Crenshaw, 1991) e Interculturalidade Crítica (Dietz, 2007; Olmos-Alcaraz, 2009; Walsh, 2010). Os dados apontaram que dentre os marcadores sociais da diferença, temos a língua, sistema heterogêneo cujas variações informam processos identificacionais e posicionalidades assumidas/atribuídas por atores em articulação com outros marcadores sociais. Em um contexto de crescente nacionalismo, os processos de classificação tornam-se centrais na organização da alteridade, operando por meio da linguagem. Os discursos sobre a língua não apenas constroem diferenças sociais, mas também reforçam desigualdades ao se entrelaçarem com ideologias que naturalizam hierarquias linguísticas. Assim, a articulação entre linguagem, marcadores sociais e migração—eixos centrais desta pesquisa—revela como a diversidade linguística é frequentemente recontextualizada em meio a dinâmicas de poder que configuram pertencimentos e exclusões.

Palavras-chaves: Translinguagem. Interseccionalidade. Interculturalidade Crítica.

ABSTRACT

This qualitative research, with an exploratory and interpretivist approach, investigates discourses on socio-interactional practices between a Venezuelan and Brazilians, potentially shaped by social markers. The specific objectives were: (i) to investigate discourses on language that emerge from socio-interactional practices, (ii) to understand how such discourses may be articulated with social markers, and (iii) to analyze the interrelation between discourses on language, social markers, and migration. Grounded in a critical and decolonial theoretical approach, the study examines how a young individual mobilizes their linguistic repertoires to challenge linguistic hierarchies and claim spaces of belonging. The research was conducted in an urban Brazilian context, in Brasília/DF, characterized by tensions between the hegemonic named language and minoritized linguistic repertoires. Data collection took place between June 2022 and September 2024 using the following instruments: (i) semi-structured interviews and (ii) reflective notes and a field diary. The data were segmented and analyzed by the researcher within a theoretical framework that problematizes traditionally established orders, drawing from concepts such as Translanguaging (Makalela; Silva, 2023; García, 2009), Intersectionality (Collins, 1993; Crenshaw, 1991), and Critical Interculturality (Dietz, 2007; Olmos-Alcaraz, 2009; Walsh, 2010). The findings indicate that among the social markers of difference, language stands out as a heterogeneous system whose variations inform identification processes and positionalities assumed or attributed by actors in articulation with other social markers. In a context of growing nationalism, classification processes become central to the organization of otherness, operating through language. Discourses on language not only construct social differences but also reinforce inequalities by intertwining with ideologies that naturalize linguistic hierarchies. Thus, the articulation between language, social markers, and migration—the core axes of this research—reveals how linguistic diversity is often recontextualized within power dynamics that shape both belonging and exclusion.

Keywords: *Translanguaging. Intersectionality. Interculturality.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Eixos da pesquisa.....	22
Figura 2 - Alfredo Ramos Martínez, La Malinche, 1940. Óleo sobre tela, 127 cm x 103 cm.....	27
Figura 3 - Vila Internacional.....	44
Figura 4 - Antonio Ruíz, El sueño de la Malinche, 1939. Óleo sobre tela, 30 cm x 40 cm.....	68
Figura 5 - David Avalos, “Combination Platter #3: The Straight Razor Taco,” 1989..	96
Figura 6 - Migrantes registrados segundo Região e Unidade da Federação de 2010 a agosto 2024.....	115
Figura 7 - Desiderio Hernández Xochitiotzin, Negociações entre espanhóis e tlaxcaltecas. 1967-1968. Mural.....	131
Figura 8 - Translinguagem e (De)colonialidade do saber.....	152
Figura 9 - Interseccionalidade e (De)colonialidade do ser.....	169
Figura 10 - Interculturalidade e (De)colonialidade do poder.....	179
Figura 11 - Articulação entre os eixos da pesquisa.....	185
Figura 12 - Alfredo Arreguín, La Malinche (con Tláloc). 1993. Oléo sobre tela, 122 cm x 91,4 cm.....	186

QUADROS

Quadro 1 - Cronograma de atividades de pesquisa.....	46
Quadro 2 - Categorias recontextualizadas de análise desta pesquisa.....	48
Quadro 3 - Migrantes registrados segundo Nacionalidade, janeiro 2010 a agosto 2024.....	108

TABELAS

Tabela 1 - Migração para a América Latina, 1492-2015.....	103
---	-----

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Migrantes registrados segundo Nacionalidade, janeiro 2010 a agosto 2024.....	110
Gráfico 2 - Migrantes registrados segundo Gênero, janeiro 2010 a agosto 2024....	111
Gráfico 3 - Migrantes registrados segundo Faixa etária, janeiro 2010 a agosto 2024..	113
Gráfico 4 - Imigrantes matriculados na escola pública do Distrito Federal de 2012 a 2021.....	117

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA	12
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
CAPÍTULO 1 - DE UMA QUESTÃO SOCIAL A UMA QUESTÃO DE LINGUA(GEM): O ENCONTRO INTERCULTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES LINGÜÍSTICAS PARA O BRASIL	28
1.1 De onde partimos?	29
1.2 Como será o nosso percurso metodológico?	41
1.3 Como o encontro intercultural, no contexto das migrações contemporâneas, atualiza antigos debates?	50
1.4 Até onde foi possível chegar com este capítulo?	65
CAPÍTULO 2 - DA LINGUA(GEM) AOS PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: A QUESTÃO RACIAL COMO EIXO ESTRUTURANTE DAS RELAÇÕES SOCIAIS BRASILEIRAS	69
2.1 Por que retomar as marcas de uma colonialidade ainda presente?	70
2.2 O que a língua anuncia neste sistema?	79
2.3 De que modo as relações de poder se articulam e se interseccionam?	87
2.4 Até onde foi possível chegar com este capítulo?	94
CAPÍTULO 3 - DA APROXIMAÇÃO GERAL AO FENÔMENO À CONTEXTUALIZAÇÃO PARTICULAR: AS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS REACENDEM ANTIGOS DEBATES SOB NOVAS PERSPECTIVAS	96
3.1 Como as migrações se articulam às questões de linguagem no Brasil?	97
3.2 Por que pesquisar migrações internacionais no Distrito Federal/Brasil?	106
3.3 Aonde a translanguagem pode nos levar?	118
3.4 Até onde foi possível chegar com este capítulo?	129
CAPÍTULO 4 - O ENIGMA DE LA MALINCHE	133
4.1 A primeira charada: negociação linguística e resiliência	134
4.2 A segunda charada: marcadores sociais e exclusão	154
4.3 A terceira charada: identidades translíngues e pertencimento	171
4.4 Até onde foi possível chegar com este capítulo?	182
CAPÍTULO 5 - A ÚLTIMA CHARADA	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	201

APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA

Gostaria de dizer que, do lugar de onde parto, sinto que atravesso o umbral. Não só é tempo de mudanças culturais, científicas, políticas, éticas e estéticas na ordem mundial, mas é também tempo de transformação daquela que escreve. É o retorno à academia reconfigurado pela ótica da pessoalidade, outrora negada, e que agora exige mais coragem de quem aprendeu a se arriscar pouco, a ser discreta, a falar baixo, a ocultar posições contrastantes.

Os ciclos da vida me deslocam de um lugar a outro com suas tendências. Às vezes me empurram adiante, às vezes pedem passo lento. A escrita de uma tese sobre os deslocamentos externos e internos (dos outros, mas também meus) requer de mim - mulher racializada e estrangeirizada (filha e neta de migrações asiático-euro-americanas) - fazer aquilo que mais tive dificuldade na vida: contar a minha história. E um trabalho de cunho qualitativo é um pouco disso também. À medida que contamos a história do outro, falamos muito sobre nós e sobre as lentes que usamos para ver o mundo. Por isso, meu maior desafio tem sido me manter atenta e consciente de que minha ação deixa rastros, de que há uma categoria ética irremediável no processo deste trabalho: eu me implico nele e ele se implica em mim.

Assim, somente posso iniciar a história desta tese retornando às bases que me trouxeram até aqui. Por isso, o primeiro passo dessa empreitada é apresentar ao leitor e à leitora um pouco de minha trajetória e dos processos vividos que me permitiram chegar a certas reflexões linguísticas que suponho críticas.

Nasci em 1988, na capital do Brasil, hoje a terceira cidade mais populosa do país. Relativamente jovem, Brasília completa 65 anos em 2025. Enquanto cidade planejada, ela tem a cara deste estudo. Construída por braços de imigrantes (nacionais), é um verdadeiro encontro intercultural localizado no Centro-Oeste do país. Se pararmos para conversar com pessoas um pouco mais velhas na rua, é bem provável que elas digam que são, originariamente, de outro lugar. Meus pais são um exemplo do que estou falando. Minha mãe é brasileira, paulista, filha de

japoneses que chegaram ao Brasil na quarta década do século XX a convite do governo brasileiro. Evento posteriormente entendido como parte de um projeto de embraquecimento racial da população local. Aqui eles tiveram 13 filhos, mas somente 11 sobreviveram. Como de costume em famílias nipo-brasileiras, alguns dos filhos e netos de meus avós maternos retornaram ao Japão em busca de trabalho.

Já meu pai saiu do Uruguai aos 17 anos. Rodou por alguns lugares no mundo trabalhando em porões de navios como mão de obra barata. Seu pai, meu avô paterno, também saiu de seu país para trabalhar um tempo na Austrália. Seus irmãos, meus tios, fizeram o mesmo na Espanha, aventurando-se entre a península e o continente africano. Meu único irmão segue as trilhas da família Chinatti Yamanaka. Atualmente, vive e trabalha no Japão há quase uma década. Essa é a segunda vez que ele vai para lá. Vida de *dekassegui*¹ brasileiro, sabe? Permanentemente temporário. No total, possuí 11 anos de Japão, entre idas e vindas. E mesmo sendo neto de japoneses, com mais de uma década de Japão, não possuo cidadania japonesa. Dentre outros requisitos para pleitear esse direito, está o domínio da leitura e da escrita em língua nacional. Com isso você já pode imaginar a dificuldade de se tornar um cidadão japonês! Algo que não somente o tempo ou o sangue são capazes de garantir para alguns. Nesse exemplo, a língua é um traço diferencial. Conto essa história para situar de onde surgiu meu envolvimento com o tema da migração e também para exemplificar como dinâmicas de reconhecimento de uma identidade particular e seus direitos consequentes frequentemente estão atravessadas, dentre outras coisas, por práticas de língua(gem), mas não somente.

Nos exemplos anteriores, o deslocamento não foi motivado por lazer ou necessariamente por algum tipo de realização pessoal. Pelo que entendo de nossa história, os casos foram motivados pela busca de melhores condições de vida. Isso não significa dizer que todas as migrações são motivadas pelas mesmas circunstâncias. Tampouco significa dizer que, em nossa família, a migração foi inevitável. Pelo contrário. Foram decisões tomadas a partir de oportunidades e custos assumidos por cada um desses atores. Ainda que nem todas as pessoas

¹ Dekassegui é um termo na língua japonesa cujo sentido indica "trabalho distante de casa". É utilizado para designar qualquer pessoa que deixa sua terra natal para trabalhar temporariamente em outra região ou país.

possuam as mesmas possibilidades de ir e vir, continuo entendendo a mobilidade internacional como um direito humano. Meu posicionamento não poderia ser diferente.

Aos 16 anos, ainda estudante da escola pública, queria cursar História ou Letras-Português. Mas minha mãe, no ato da inscrição do vestibular, achou que seria melhor se estudasse espanhol. Embora meu pai fosse uruguaio, não posso dizer que a língua espanhola estivesse presente em casa cotidianamente. Como vendedor que era, meu pai dizia que precisava falar português sem interferência do espanhol por motivos de trabalho. E também por motivo de trabalho, meu irmão, que já estava no Japão aos 24 anos, avisara que se eu não passasse no vestibular naquele ano poderia pensar em ir para lá trabalhar. Eu passei. Sou a única, entre meus pais e meu irmão, a fazer o ensino superior. E como tantos outros brasileiros, a universidade mudou os rumos da minha vida. Não sou muito de falar sobre questões particulares, inclusive, sequer me aprofundi aqui nas questões íntimas mais complexas, essas deixarei para os espaços que lhe cabem, no entanto, processos de racialização e questionamentos em relação ao lugar social que ocupo me fazem escrever esta breve apresentação.

E, em 2005, comecei o curso de Letras Espanhol na Universidade de Brasília (UnB). Em 2008, minha mãe e meu irmão, que estavam no Japão, mandavam dinheiro para o Brasil todos os meses. Naquele tempo obtive uma bolsa pela assistência social da UnB. Trocava 12h de trabalho semanais por pouco mais de R\$300. Fui trabalhar em um Laboratório de Psicologia Social. Lá surgiu meu interesse pela pesquisa científica. O tempo que sobrava dedicava concomitantemente a outros projetos, tal como o Programa de Ensino e Pesquisa para Falantes de Outras Línguas (PEPPFOL/UnB) onde, em 2009, pude pela primeira vez dar aulas de português para estrangeiros. Ali construí interesse especial pelos processos de ensinar e aprender português como língua adicional que culminou, em 2001, numa pesquisa de mestrado.

A dissertação² trouxe importantes reflexões para a proposição de uma nova pesquisa em nível de doutorado. Primeiro, mostrou ser necessária uma teoria que articulasse o funcionamento entre lingua(gem) e sociedade; segundo, apontou a necessidade de ferramentas analítico-metodológicas; terceiro, ampliou minha curiosidade pelas trajetórias de falantes que migram, considerando suas biografias como relacionais, complexas e corporificadas. Embora a pesquisa sempre tenha me motivado a seguir estudando, nem todos os momentos na academia foram tão motivadores como um estudante em formação espera que seja.

No início do curso de doutorado em Linguística da UnB, certa vez ouvi de um linguista que não havia dimensão “crítica” no meu projeto, pois fora classificado por ele como “pouco polêmico” - *ipsis litteris*. Naquele momento fiquei em silêncio. Não sabia o que responder a um investigador mais experiente. Era evidente para mim que a pesquisa sobre questões de linguagem de pessoas construídas socialmente como imigrantes³ (marcadas por gênero, raça, classe, etc.) jamais poderia estar alheia às questões de poder. O que não estava claro era por que o pesquisador não conseguia ver a pesquisa da mesma forma como eu via.

Com tempo e com estudo, aprendi que tendemos a enxergar poder onde nos convém. Dito de outra forma, os modelos de poder pressupostos, conseqüentemente, levantam problemas teórico-metodológicos e éticos (Cameron, 1993). Enxergar ou não poder nas interações humanas diz muito sobre as lentes que usamos. Hoje entendo o que Banchs (2011) dizia sobre as mudanças paradigmáticas que redirecionaram o fazer científico ocupado com as causas para um fazer ocupado com as consequências. Não estamos somente olhando para o “objeto de investigação” em si, mas sim para a inserção da pesquisa em certas agendas (epistemológicas, políticas, performáticas). Talvez para aquele linguista a minha pesquisa não estava inserida em sua agenda de interesses. Como

² A dissertação de mestrado foi realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva.

³ Aqui destaco a noção relacional, processual e construcionista que recai sobre esses atores. Com isso, recuso a naturalidade de uma diferenciação com base na origem ou no território, pois não se trata disso apenas. Por exemplo, será que um estudante de graduação inglês em período de intercâmbio na Espanha será entendido como imigrante? Ou um funcionário da embaixada da Alemanha em Brasília será visto e tratado como imigrante? Provavelmente, a resposta para as duas perguntas é não. Feita essa introdução, esclareço que, por questões textuais, eventualmente, poderei usar apenas o termo imigrante ao longo da tese.

pesquisadora em formação, tenho olhado com cuidado para certos movimentos e tentado tirar algum aprendizado: talvez “polêmica” não seja a categoria mais adequada para análise da vida social. Definitivamente, não é isso o que busco aqui. A crítica se faz necessária, mas não deve se limitar a produzir mero desconforto moral e sim estar disposta a construir pontes de conexão para a transformação.

Após elaborar a experiência anterior, busquei reconstruir outras formas de olhar, compreender, narrar e atuar na realidade em que me insiro enquanto estudante-professora-pesquisadora-(pessoa), sempre em formação. Para isso, tive que tornar evidente a mim mesma os valores que movem meu fazer. E o primeiro passo para isso foi compreender meu lugar quando o assunto é imigração. O segundo passo foi tornar consciente como a proposição central da tese se tornou uma curiosidade particular e como esse interesse, que ora se apresenta individual, também está inserido numa agenda de projetos políticos, locais e globais mais amplos. O terceiro passo é mais largo e, para ser dado, exigirá muitas outras páginas que serão apresentadas a seguir.

Juliana Harumi

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 3 de fevereiro de 2022, no Jardim Oratório, em Mauá, na Grande São Paulo/Brasil, Marcelo Antonio Larez González, jovem venezuelano de 21 anos, é assassinado em uma briga motivada por dívida de R\$ 100. O episódio aconteceu um mês após o assassinato do congolês Moïse Karbamgabe no Rio de Janeiro, evento que causou revolta no país e no mundo, levantando o debate sobre racismo e xenofobia na sociedade brasileira (Martins, 2022). Assim como no episódio que acometeu Moïse, movimentos sociais apontam para os casos de violência a imigrantes⁴ como resultantes de processos sociais de construção da diferença e das desigualdades articulados entre mais de um marcador social.

Dentre os marcadores sociais da diferença, temos a língua, sistema heterogêneo cujas variações informam processos identificacionais e posicionalidades assumidas/atribuídas por atores em articulação com outros marcadores, tais como raça, origem, classe, gênero, etc (Flores; Rosa, 2015). Em tempos de recrudescimento de nacionalismos, a classificação adquire um lugar relevante na organização da alteridade (García-Castaño, 1996). Nesse contexto, ideias sobre lingua(gem) desempenham papel central na construção da diferença social e também da desigualdade (Heller; McElhinny, 2017).

Se os casos de violência anteriormente descritos sugerem a articulação entre mais de um sistema de subordinação da vida (racismo e xenofobia), eles nos levam a refletir sobre como a raça pode ser etnificada ou a etnia pode ser racializada (a depender do contexto). Diante disso, é possível pensar em algo semelhante quando o assunto se trata de lingua(gem)? Ou seja, é possível racializar/etnificar a língua ou o contrário? Se a resposta para essa pergunta é sim, quais os impactos disso nas

⁴ No estudo, considero que o termo imigrante funciona como uma marca da diferença que se articula a desigualdades. Mais que uma condição meramente consequente ou natural do processo de deslocamento (nacional ou internacional), o ser imigrante se dá nas mediações sociais e se fixa como um rótulo classificador e até hierarquizador. Note que a origem não é o que determina por si só se uma pessoa será considerada imigrante ou não. Por exemplo, um brasileiro trabalhando na Rua Augusta de Lisboa é frequentemente lembrado da sua condição de imigrante. No entanto, será que o inverso seria válido? Por acaso, um português caminhando pela Rua Augusta de São Paulo seria tratado da mesma maneira? Ainda que considere importante essa questão, por uma questão textual, evitarei me tornar repetitiva neste ponto.

experiências sociointeracionais desses atores - construídos socialmente como imigrantes no Brasil? Ou, se processos de diferenciação social devem ser entendidos de forma múltipla e articulada, o que isso pode significar para a gestão linguística da diversidade no contexto do encontro intercultural? Essas e outras perguntas são exemplos das reflexões e dúvidas levantadas ao longo do processo doutoral.

Ao compreender a realidade social a partir de dinâmicas (estruturais e conjunturais) complexas, contraditórias, articuladas e mutuamente interseccionadas, esta tese - qualitativa e exploratória - busca investigar *investigar dinâmicas de poder e desigualdades nas práticas sociointeracionais, portanto, linguísticas de um jovem venezuelano*.

Entre 2011 e 2020, foram registrados 986.919 imigrantes⁵ no Brasil, o que representa menos de 0,5% da população brasileira, estimada em 213,2 milhões de pessoas em 2020 (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020). Ainda que este número não seja quantitativamente expressivo (como alguns fazem crer), isso não significa que a vida das pessoas que decidiram migrar não seja importante e que os seus assuntos não sejam dignos de serem estudados. Por outro lado, não se trata de enxergar o encontro linguístico no contexto migratório como um problema a ser resolvido. Longe disso. Na verdade, o que busco com este trabalho é compreender a diversidade linguística, bem como as formas como o encontro intercultural afetam diretamente vidas que também importam. A partir de perspectivas Interculturais, Interseccionais e Translíngues busco potencial crítico para apontar trilhas aos caminhos de uma educação linguística crítica.

Se por um lado, a dinâmica global, caracterizada por fatores de expulsão e exclusão — como conflitos armados, desastres ambientais, violações de direitos humanos e políticas restritivas em países do Norte — posiciona o Brasil como um destino potencialmente atrativo para novos atores sociais (Eberhardt; Miranda, 2017). Por outro, as desigualdades estruturadas com base em marcadores sociais

⁵ A designação de “migrantes” não é fixa nem neutra, mas sim uma construção social sujeita a ressignificações. Optar pelo uso continuado dos termos “migração” e “migrantes”, em vez de substituí-los por “estrangeiros”, é essencial para evidenciar as dinâmicas complexas de alterização, racialização e subalternização que moldam os fluxos migratórios. A supressão dessas categorias poderia invisibilizar esses processos e enfraquecer uma abordagem crítica dos mecanismos que regulam fronteiras e formas de pertencimento (Sebastiani et al., 2020, p.7).

da diferença podem submetê-los a condições de interação desiguais e desfavoráveis (Collins, 1993; Crenshaw, 1991). Postas tese e antítese, considera-se que a migração não se restrinja apenas à movimentação espacial de pessoas, mas a processos de (re)configurações linguísticas, que fazem com que o falante que migra experiencie nuances diversas de ajustes interacionais, representacionais e identificacionais próprios de um encontro atravessado por relações de poder hierarquizantes.

Diante disso, os casos de Marcelo González e Moïse Karbamgabe não são casos isolados experimentados por pessoas construídas socialmente como imigrantes. Pelo contrário. Os eventos apontam para a interação articulada entre eixos de subordinação da vida que afetam também atores internos, nacionais, e que revelam dinâmicas de poder antigas, atualizadas contemporaneamente e estendidas a mais grupos (Sebastiani et al., 2020).

Há aqui um enigma a ser compreendido e que foi representado nesta tese pela metáfora de uma mulher mítica - la Malinche⁶ cujo nome originário era Malinalli. Após o batismo dos espanhóis, passa a ser chamada de Marina. Em 1519, foi apresentada por outro grupo indígena de Tabasco a Hernán Cortés como forma de tributo por sua vitória militar. Reconhecida pela habilidade em falar maia, nahuatl e espanhol, torna-se intérprete do conquistador daquele lendário povo asteca liderado pelo imperador Montezuma. Apesar do infortúnio de trabalhar para os espanhóis durante o período da conquista do México, acredita-se que a indígena teve uma vida audaz e cheia de experiências. Inicialmente representou a própria língua de Cortés; posteriormente, tornou-se mãe de seu filho, considerado o primeiro mestiço da cultura mexicana (Bueno, 2010), que bem poderia representar a história de grande parte da América.

A partir dos lugares que ocupou socialmente, a figura de la Malinche passou a ser disputada. Ora foi representada em posição de neutralidade como uma espécie de mediadora intercultural, ora sua imagem foi vilipendiada pelo papel de traidora

⁶ Na cultura popular brasileira, encontramos a lenda da índia Jaíra, que também narra as problemáticas e os desafios do encontro intercultural entre o colonizador e o colonizado, entre o europeu e o indígena. De maneira semelhante ao que passou com La Malinche ao longo da história, a índia Jaíra também representa o feminino ultrajado, que poderá ser entendido a partir das chaves: identidade, gênero, raça e classe. Eu poderia ter optado pela metáfora de Jaíra, mas ela é pouco conhecida inclusive entre nós brasileiros. Por isso tomei La Malinche pela força histórica que extrapola as fronteiras da cultura mexicana.

originária do México. Mais contemporaneamente, foi redimida por esforços feministas que questionavam as condições da colonialidade em seu tempo. Essa figura icônica da qual pouco dispomos informações, será melhor compreendida pelos movimentos históricos que disputaram sua representação (Kasun; Mora Pablo, 2021) e interpretação, bem como se dedicaram sobre a história daquela que se tornou símbolo tão importante da colonização da América. A complexidade das versões atribuídas a la Malinche suscitam debates polêmicos que nos ajudarão a ilustrar diferentes ângulos de uma mesma personagem que vela enigmas antigos. *¿Cómo hacer para descubrir el secreto que también a ella la encubre?* (Glantz, 1995, p. 167).

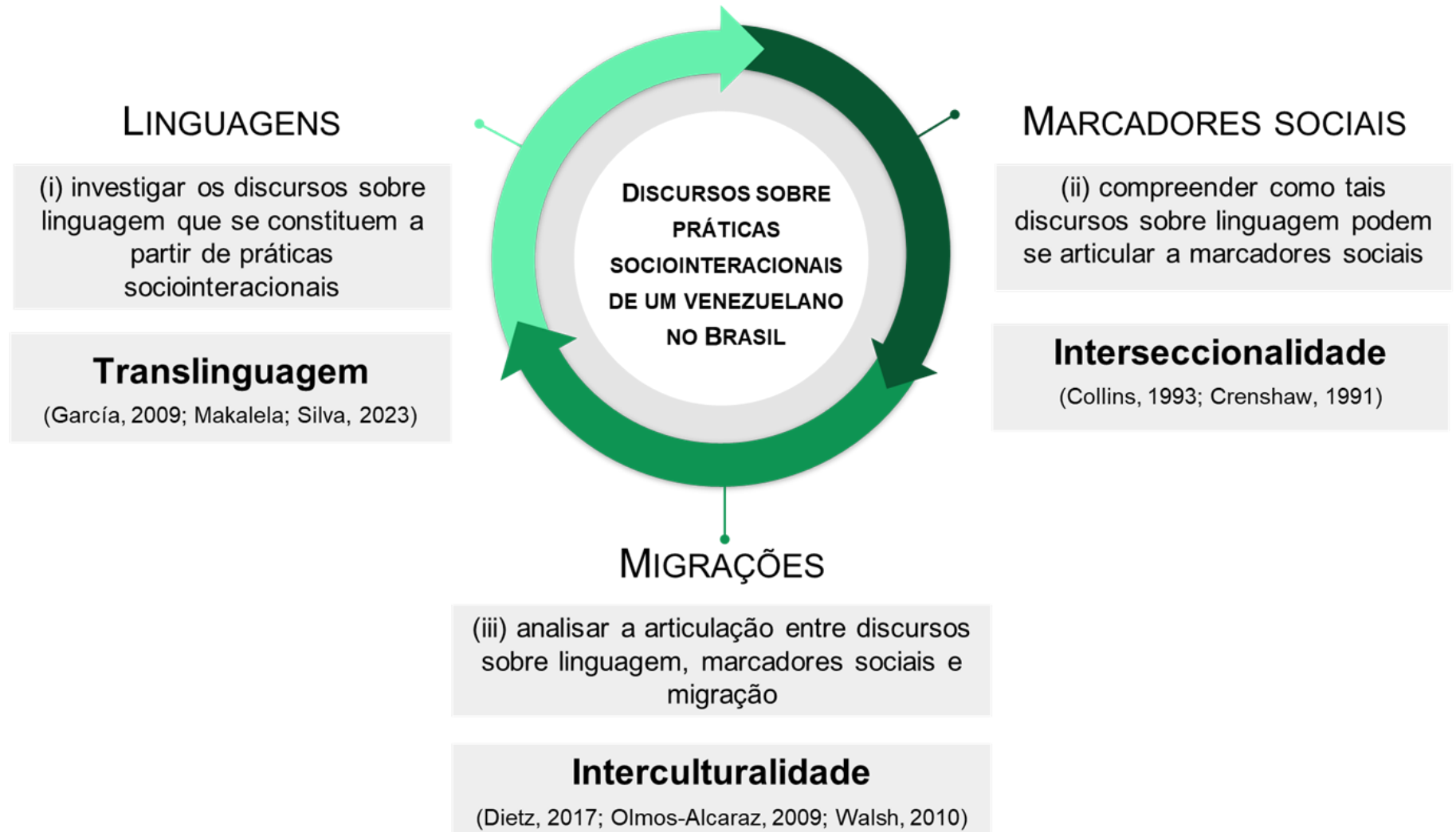
A partir do enigma de la Malinche, ou seja, de uma história que se desenrolou em outro tempo-espço, procuro apoio para compreender as ideias-chave sobre linguagem que implicaram na criação, reprodução e também na contestação da diferença colonial e da desigualdade social (Heller; McElhinny, 2017). Assim, foi estabelecido como **objetivo geral da pesquisa**: *investigar dinâmicas de poder e desigualdades nas práticas sociointeracionais, portanto, linguísticas de um jovem venezuelano*. Para isso, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

- (i) Investigar os discursos sobre linguagem que se constituem a partir de práticas sociointeracionais.
- (ii) Compreender como tais discursos podem se articular a marcadores sociais.
- (iii) Analisar a articulação entre discursos sobre linguagem, marcadores sociais e migração.

As inquietações e objetivos levantados ao longo da pesquisa se mostraram transversais a diferentes campos do saber de forma a constituir um estudo transdisciplinar em Linguística Aplicada Crítica, que se dá, especialmente, no encontro entre os Estudos da Língua(gem), da Sociologia e da Antropologia. Na lida com as questões coloniais que atravessam Línguas, Marcadores Sociais e Migrações, sigo meu percurso apoiada em noções problematizadoras de ordens tradicionalmente estabelecidas, tais como **Translinguagem** (Makalela; Silva, 2023; Vogel; García, 2009; Canagarajah, 2012), **Interseccionalidade** (Collins, 1993;

Crenshaw, 1991) e **Interculturalidade Crítica** (Dietz, 2007; Olmos-Alcaraz, 2009; Walsh, 2010). Conforme sugere a Figura 1, são essas lentes teóricas que me ajudarão a compreender o que chamo de ***Enigma de la Malinche***, *que se modifica a depender das situações, dos atores, do espaço e do tempo, mas que reitera-se continuamente, modificada, mas persistente.*

Figura 1 - Eixos da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

A partir daqui, gostaria de apresentar um pouco mais da **motivação da pesquisa e de seus estudos antecedentes**. Já faz algum tempo, passei a estar atravessada por uma perspectiva que me impedia pensar a experiência existencial e, portanto, linguística sem a presença de um corpo físico e discursivo, conformado a partir de relações de força, que nos fazem enxergar marcadores sociais enquanto elementos organizadores da própria vida. Ser mulher-pesquisadora me levou irremediavelmente a esse lugar de reflexão a partir do qual pude compreender que o problema de pesquisa é sempre o problema de alguém, algumas vezes o nosso próprio. Como busquei demonstrar na seção sobre a apresentação da pesquisadora, a metacrítica científica me fez compreender que investigar os processos discursivos de aprendizagem de línguas significa compreender meu próprio lugar no mundo como filha e neta descendente dos deslocamentos de corpos languageiros, marcados pelos discursos sobre a diferença.

No mestrado, abordei representações sobre os tipos de interações sociais entre um homem do Congo e uma mulher do Benin e suas auto percepções sobre a aprendizagem de português (Yamanaka, 2013). Enquanto o estudante afirmava interagir confortavelmente com brasileiras/os em diversos espaços para além da sala de aula, a estudante acreditava que sua dificuldade com a língua portuguesa se relacionava ao fato de não ter com quem conversar fora do ambiente escolar. Esses elementos me levaram a querer aprofundar a análise sobre discursos sociointeracionais de falantes que migram por entender que a constituição discursiva sobre experiências sociointeracionais não emana espontaneamente, mas tem relações com práticas enraizadas em estruturas sociais, materiais, concretas (Fairclough, 2008).

As reflexões ao término do mestrado apontaram para a necessidade de (i) buscar aportes teóricos que compreendessem o funcionamento dialético entre língua(gem) e sociedade, ou melhor, que articulassem eventos, práticas sociais e estrutura social (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003); bem como indicaram a necessidade de (ii) aprofundar a investigação sobre trajetórias de falantes que migram, considerando suas biografias como relacionais, complexas e corporificadas (Olmos-Alcaraz, 2009, 2020; Olmos-Alcaraz; Martín-Godoy, 2020). Para dar conta dessas demandas, mostrou-se necessário fazer valer o espírito transdisciplinar que move a Linguística Aplicada Crítica. Por esse motivo, lancei mão

da Antropologia, da Sociologia e dos Estudos da Língua(gem) para me aproximar do foco desta tese.

Conforme sugiro em Yamanaka e Silva (2022, 2023), no Brasil, há ainda vasto campo para os estudos sobre Linguagens, Marcadores sociais e Migrações, lacuna sobre a qual este trabalho busca aportar alguma contribuição. Quando o assunto é língua(gem) no contexto dos deslocamentos internacionais, predomina no Brasil certa tradição de abordagens monoglóssicas, subtrativas, aditivas, assimilacionistas e assistencialistas as quais esperam que aprendizes minoritários substituam suas variedades de língua (maternas) pelas línguas padronizadas oficiais (línguas nacionais) (Bizon; Camargo, 2018; Diniz; García, 2009; Neves, 2018; Lopez, 2016; 2018; 2022)⁷. Além de negligenciar processos de diferenciação e exclusão articulados a partir de marcadores sociais, alguns estudos reduzem o debate da inclusão(exclusão) de atores com repertórios linguísticos diversos ao nível do indivíduo sem problematizar processos mais amplos que se reproduzem socialmente. De tal sorte que é sobre essa lacuna que gostaria de dedicar o presente trabalho.

Tal empreitada exigiu um tempo que nem sempre é previsto pelos regulamentos, pelas instituições de pesquisa ou por suas agências avaliadoras e de fomento. Mais que isso, demandou calma e muita reflexão para desemaranhar esse novelo de fios ora remendados, ora desgastados, ora soltos. Foi um exercício labiríntico de idas e vindas sobre reflexões, histórias, teorias e escrituras. Nesse esforço qualitativo e interpretativista, é inegável que tive de aprender a “con-fiar”. Confiar é fiar junto. É tecer, é tramar para criar algo novo. Confiar é também depositar esperança: no outro, em mim e em todo o processo. Ainda que minha musa inspiradora do enigma não seja Ariadne, aquela que fiava o fio para vencer o labirinto onde habitava o minotauro, me empenho no esforço de desemaranhar o novelo, complexo e cheio de contradições, para criar novos-elos. Talvez não tão novos assim, como veremos. Mas isso não importa. O que importa é que para tecer junto esta trama é preciso confiar nos elos que permitem criar uma nova linha de fuga para vencer labirintos que estão postos (Souza, 2019).

⁷ Para uma visão crítica sobre abordagens subtrativas, assimilacionistas e assistencialistas que povoam algumas ideias e práticas em língua de acolhimento, ver Bizon e Camargo (2018), Diniz e Neves, (2018) ou Lopez (2016, 2018, 2022).

Para isso **esta tese está organizada em cinco capítulos**. Dedicados ao desenvolvimento teórico-metodológico da investigação, os três primeiros capítulos se articulam e dialogam organicamente, isto é, não há necessariamente um começo, um meio ou um fim a ser seguido. No entanto, estrategicamente, decidi centralizar a área em que se situa a tese e, por esse motivo, os capítulos foram dispostos a partir dos eixos: Linguagens, Marcadores sociais e Migrações. Cada capítulo está subdividido em quatro seções. As três primeiras seções desenvolvem o argumento central do capítulo. Já a última seção é sempre dedicada a considerações parciais de reflexões feitas ao longo daquele processo construtivo.

No **Capítulo 1**, situo as bases linguísticas que orientam a aproximação ao cerne desta tese: estudo sobre interações discursivas em contexto migratório. Considerando que o percurso metodológico está articulado à teoria, optei por integrá-lo a este capítulo inicial, de modo a introduzir as leitoras e os leitores ao caso analisado.

Como parte dessa operação lógica, no **Capítulo 2**, retomo a dimensão sociossemiótica e discuto a colonialidade que estrutura nossa formação social, explorando processos de diferenciação e estratificação social no Brasil. Além disso, analiso as intersecções entre marcadores sociais e suas atualizações no contexto específico das migrações internacionais.

Em um movimento que vai do geral ao particular, no **Capítulo 3**, apresento um panorama amplo sobre fluxos migratórios no Brasil e, mais especificamente, no Distrito Federal, bem como discuto a perspectiva translíngua como alternativa para compreender as dinâmicas de centros urbanos marcados pela diversidade.

A partir do **Capítulo 4**, inicio a análise dos dados, seguindo a mesma lógica de progressão anterior. As três primeiras seções são dedicadas a responder às perguntas norteadoras deste estudo – ou melhor, às charadas que envolvem o Enigma de La Malinche. A última seção traz considerações parciais, sintetizando as reflexões desenvolvidas ao longo do capítulo analítico.

No **Capítulo 5**, busco construir uma ponderação global ao estudo, problematizando a perspectiva da pesquisadora em diálogo com o posicionamento do participante da pesquisa. Essa escolha visa destacar a voz do participante e equilibrar as múltiplas camadas da investigação qualitativa.

Por fim, apresento as **Considerações finais**, ressaltando as questões linguísticas mais relevantes identificadas ao longo do estudo, refletindo sobre os limites da pesquisa e propondo direções para investigações futuras.



Figura 2 - Alfredo Ramos Martínez, La Malinche, 1940. Óleo sobre tela, 127 cm x 103 cm.

**CAPÍTULO 1 - DE UMA QUESTÃO SOCIAL A UMA QUESTÃO DE LINGUA(GEM):
O ENCONTRO INTERCULTURAL E SUAS IMPLICAÇÕES LINGUÍSTICAS PARA O BRASIL**

“A linguagem pertence aos falantes, não aos Estados” (Vogel; García, 2017, p. 14).

Ao longo da história, pessoas tiveram ideias diferentes sobre o que é a Língua(gem). De acordo com Heller e McElhinny (2017), ela já foi tomada como uma parte da identidade, um atributo de um grupo social, uma forma de funcionamento cerebral. Ora ela é entendida como um sistema autônomo, ora descrita como um processo cognitivo, ora imposta como uma ferramenta para a comunicação, ora operada como prática social. Diferentes noções são difundidas sobre o que seria língua(gem) “polida ou agressiva”, “culto ou coloquial”, “igual ou diferente”. Ela já foi situada no cérebro, sentida na alma, encontrada na natureza ou associada ao divino; foi também assumida como propriedade individual, de um grupo, de uma nação ou da própria humanidade. Desde a expansão colonial, passando pela subjugação dos povos indígenas, a escravização de pessoas vindas de África e a imigração de trabalhadores europeus até os atuais movimentos que reivindicam direitos e promovem políticas diferencialistas, as formas de pensar a língua variaram significativamente, deslocando consigo posições atribuídas aos atores sociais particulares. Diferentes momentos históricos informam modos particulares de pensar cujos efeitos repercutem de maneira articulada sobre dimensões individuais, institucionais e estruturais.

Neste capítulo apresentarei as bases da Linguística Aplicada Crítica que sustentam a tese e que permitem aproximação ao foco deste estudo: *discursos sobre as práticas sociointeracionais de um jovem venezuelano, potencialmente atravessadas por marcadores sociais*. Na primeira seção, situo, como ponto de partida, o cerne e os elementos que compõem o fenômeno investigado. Na segunda seção, introduzo propriamente o nosso percurso investigativo, ou seja, apresento as articulações teórico-metodológicas desta tese. Por fim, na terceira seção, apresento

reflexão sobre o encontro intercultural no contexto migratório e suas implicações para as questões de língua(gem).

1.1 De onde partimos?⁸

Depreender relações entre “língua”⁹ - definida como conjunto emergente e incessante de recursos semióticos situados em configurações temporais e espaciais de atores particulares (Blommaert; Backus, 2013) - e poder exige, antes de mais nada, postura sensível para se aproximar da dor do Outro. Aqui compartilho minhas reflexões enquanto estudante-professora-pesquisadora-(pessoa) em formação, ao longo deste processo de construção de conhecimento que tangencia três eixos: Língua(gem), Marcadores Sociais e Migração. A discussão final aponta para a importância do exercício da metacrítica como estratégia para lidar com práticas sofisticadas de apagamento, as quais ocultam dinâmicas de poder, bem como desvantagens que se instituem por meio da língua(gem).

Para pesquisadores contemporâneos (Moita Lopes, 1996, 2006; Pennycook, 2001), as direções tomadas por grande parte dos estudos circunscritos ao campo da Linguística Aplicada Crítica passam, inevitavelmente, por: (i) criar novas formas de inteligibilidade sobre os problemas sociais mediados pela língua(gem); (ii) focalizar a língua(gem) como um fenômeno processual; (iii) compreender a natureza interdisciplinar dos problemas sociais de língua(gem); e (iv) pensar possíveis alternativas solidárias para questões sociais de interface linguística. Esses princípios norteadores fundamentam a presente pesquisa, que se insere no escopo da LAC, assumindo seu compromisso com a análise crítica da linguagem em contextos de desigualdade social e política.

Dessa forma, alinhando-me à perspectiva de Fabrício (2006), compreendo a Linguística Aplicada Crítica como uma prática problematizadora que (i) posiciona explicitamente suas escolhas ideológicas, políticas e éticas e (ii) submete a reexame

⁸ Esta seção inclui revisão de parte do texto “COVID-19: a racialização dos significados sobre a origem de um vírus”, publicado na revista Gláuks - Revista de Letras e Artes (Yamanaka; Vieira; Silva, 2021).

⁹ Ao longo da tese, vamos reposicionar a definição de língua.

contínuo tanto suas construções teóricas quanto os vestígios de práticas coloniais ainda presentes nessas construções. A LAC, portanto, não se restringe à descrição de fenômenos linguísticos, mas se engaja ativamente na desconstrução de discursos hegemônicos que sustentam hierarquias sociais.

Nesse sentido, compartilho da visão de Guimarães e Silva (2024), para quem a práxis em Linguística Aplicada Crítica se orienta para a transformação das estruturas opressivas da vida presente, tanto no contexto da sala de aula quanto além dela. Trata-se, portanto, de um campo de investigação que deve estar comprometido com um projeto crítico, ético e político capaz não apenas denunciar estruturas desumanizantes, mas também anunciar caminhos para sua superação e humanização. Ao assumir tal abordagem, esta tese busca contribuir para o debate sobre o papel da linguagem na reprodução e contestação de desigualdades, ressaltando a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e políticas linguísticas em um contexto global de intensificação das assimetrias sociais no contexto dos deslocamentos internacionais.

Com base nisso, adianto aos leitores e às leitoras que esta tese não trata de examinar “um objeto científico externo” por si só, tal como, ingenuamente, um estudo de corte qualitativo e exploratório aparenta ser. Na verdade, após quase cinco anos, afirmo com clareza que este trabalho se tratou bem mais de um exercício de auto escrutínio de convicções linguísticas e políticas desta pesquisadora em formação. Não é fácil interpelar ideias tão antigas que foram inculcadas desde as primeiras palavras ensaiadas. E torna-se ainda mais difícil fazê-lo quando percebemos que o resultado desse questionamento implica diretamente em questões tão pessoais quanto coletivas (grupais, institucionais, nacionais, políticas), que atravessam: língua, cultura, sociedade, identidade, estado, nação, governabilidade e tantas outras coisas mais (Flores, 2019).

Diversos desafios precisaram ser enfrentados, analisados, compreendidos e reelaborados ao longo deste trabalho. O primeiro e, possivelmente, o mais fundamental, foi a problematização da língua enquanto uma “ficção útil”. Trata-se de uma ficção porque, assim como grupos e culturas, as línguas não existem como objetos concretos e tangíveis. Elas não são entidades discretas, homogêneas internamente e claramente delimitadas externamente (Brubaker, 2002; García,

2009). No entanto, essa ficção se mostra extremamente útil, pois sua aparente consistência permite uma série de ações no mundo social, como classificar, segmentar, distribuir, hierarquizar, excluir e, ao mesmo tempo, reivindicar. Em outras palavras, a língua desempenha um papel central em interações sociais e em dinâmicas etnopolíticas e glotopolíticas. Afinal, quando a língua é concebida como um objeto social em disputa, os aspectos envolvidos extrapolam aquilo que tradicionalmente se entende como “intrinsecamente linguístico” (Lagares; Galli, 2024).

O segundo desafio que enfrentei foi encarar a *forte tendência de associar línguas, indivíduos e territórios como imanentes um ao outro, pressupondo que a coesão política está necessariamente vinculada à homogeneidade linguística e à uniformidade étnica*. Tais desafios se apresentam, sobretudo, quando o que trato de observar são os discursos sobre as experiências sociointeracionais que se dão no encontro intercultural. A partir desse encontro entre atores autóctones e alóctones, atores internos ou externos, locais ou estrangeiros, nacionais ou imigrantes internacionais é que se levantam problemas que superam a ordem técnica e se colocam na esfera de escolhas políticas tão difíceis.

Para problematizar noções fundantes dos Estados modernos e tão fortemente inculcadas em pessoas comuns e também linguistas aplicados “críticos”, foi necessário questionar como o legado restritivista de uma ideologia científica burguesa. Silva (2015) nos propõe pensar criticamente como esse legado implicou na sobrevalorização dos limites disciplinares a partir de mútuo desinteresse de pesquisas linguísticas por explicações de aspectos sociais sobre fenômenos da língua(gem), como de pesquisas sociais por explicações de aspectos linguísticos que afetam fenômenos sociais. Como consequência disso, o pesquisador afirma que temos pesquisas que se orientam menos por fenômenos ou “problemas” de pesquisa (migração, violência, desigualdade, etc.) que por disciplinas (semântica, sociolinguística, análise de discurso, etc.). Nas palavras de Moita Lopes (2013, p.16), ainda que tenha se tornado um truísmo em LAC, a interdisciplinaridade foi “sempre mais defendida como plataforma do que de fato executada”.

Por esse motivo, faço questão de afirmar que busquei questionar políticas epistêmicas disciplinaristas para pensar para além dos limites do campo dos

Estudos da Língua(gem) com o intuito de construir ferramentas de aproximação à questão social de interface linguística da minha pesquisa, que são: *discursos sobre as práticas sociointeracionais entre um venezuelano e brasileiros, potencialmente atravessadas por marcadores sociais*. Nesse processo, senti necessidade de me aprofundar em estudos sociológicos, antropológicos e discursivos para pensar o fenômeno das migrações e suas implicações para as questões de língua(gem) a partir de outros pontos de vista complementares¹⁰. Com os estudos antropológicos, pude me dedicar aos fluxos migratórios, à interculturalidade, bem como às práticas de pesquisa de natureza qualitativa (Dietz, 2007; Olmos-Alcaraz, 2009; Walsh, 2010, Wright, 1998). Com os estudos sociológicos, ampliei a compreensão sobre como marcadores sociais se articulam em processos de diferenciação e estratificação social. Por sua vez, os estudos críticos de linguística aplicada me muniram de ferramentas que permitiram relacionar a língua(gem) com questões sociais e políticas mais amplas.

Realizar um estudo erigido no entrecruzamento de áreas distintas (Linguística Aplicada Crítica, Antropologia e Sociologia), é inegavelmente um desafio. Isso porque cada uma dessas áreas possui sua história, com epistemologias, metodologias e agendas políticas próprias. A partir desse cenário, entendi que não seria capaz de atender a todas as diferentes tradições científicas e posições políticas, sendo, qualquer tentativa, tarefa vã. Assim, diferentemente da religião, estruturada no dogma e na fé, a ciência necessariamente tem de dizer respeito ao campo do diálogo do possível. Essa conclusão me ajudou a apaziguar a angústia de uma jovem pesquisadora que muitas vezes anseia por abraçar o mundo, não

¹⁰ Em 2022, cursei a disciplina “Identidade e diferença na sociedade contemporânea: “migrações internacionais, gênero e refúgio”, ofertada no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, pela profa. Dr. Tânia Tohanti. E, em 2023, realizei doutorado sanduíche no Instituto de Migrações da Universidade de Granada, sob a tutoria de Antonia Olmos Alcaraz. Por meio deste programa pude realizar disciplinas intituladas *Migraciones, interculturalidad y gestión de la diferencia*, ministrada pelo prof. Dr. Javier García Castaño e *Antropología de la diferenciación y estratificación social*, ministrada pelo prof. Dr. Luca Sebastiani. O percurso interdisciplinar foi importante para aperfeiçoar o contorno que buscava dar à pesquisa. Algo que sentia dificuldade em fazer quando estava restrita à Linguística *mainstream*. Após o período de estágio no exterior, pude enfim alinhar aqueles eixos centrais a noções mais específicas, tais como *Translinguagem, Interseccionalidade e Interculturalidade Crítica*. Hoje entendo que o processo de doutoramento é também a busca pela produção de uma narrativa própria e autêntica para o pesquisador em formação. Sinto que este tem sido meu desafio pessoal comigo mesma. Por meio deste processo entendi que sou eu quem, primeiramente, deve atribuir sentido a este trabalho, que obviamente passará pelo processo de avaliação entre pares de modo a referendar seu valor científico.

percebendo o tamanho de sua pequenez. A figura da “nova mestiza”, proposta por Anzaldúa (1987), oferece um novo olhar para casos como esse. A nova mestiza desenvolve uma tolerância para contradições e ambiguidades, aprendendo a transitar entre culturas e a operar em um modo pluralístico. Ela não rejeita ou abandona elementos de suas múltiplas identidades, mas os integra, transformando a ambivalência em uma força criativa.

Com o tempo, tornou-se cada vez mais evidente que o estudo qualitativo aqui proposto não pretende apresentar uma “verdade única” nem estabelecer uma lei universal capaz de modelar, mensurar, quantificar ou prever fenômenos e comportamentos linguísticos. Se leitoras e leitores desta tese esperam encontrar esse tipo de resposta, adianto que não é esse o caminho trilhado aqui. E as razões para isso são claras: a coerência entre as bases teórico-epistemológicas desenvolvidas ao longo do estudo revela que múltiplas temporalidades, identidades e práticas culturais coexistem no território brasileiro e não devem ser apagadas pelo desejo de controle e previsão do comportamento humano. Essa inclinação ao determinismo, tão presente nas ciências humanas e sociais, frequentemente orienta a construção de proposições estáveis que, por sua vez, legitimam o uso de técnicas intervencionistas — e, em certos casos, até mesmo esotéricas — no campo dos Estudos da Linguagem. Sobre isso, gosto das palavras de Acosta (2019, p. 158) quando afirma que

[...] a finalidade das técnicas na base da racionalidade hegemônica tem um caráter circular: visam à manutenção de suas condições de existência. [...] Essa plasticidade pode informar técnicas em que racionalidades pluriversais coexistem em temporalidades que atravessam esse estado de coisas, como o são as práticas insurgentes decoloniais, que realizam outro tipo de movimento, espalham-se para fora como espirais a pressionar a realidade de sofrimento para a promoção da mudança. (Acosta, 2019, p. 158)

De antemão, peço que, a despeito da minha estilística textual, leiam esse escrito como um espaço de diálogo em construção e não conclusão em si mesmo. Ele está sim aberto a outras perspectivas desde que essas perspectivas não o subordinem a protocolos acadêmicos infinitos, inatingíveis ou alheios à proposição inicial. Essa é a pesquisa que é, não outra. Suas lacunas serão aventadas ao longo

do processo e retomadas ao final. Existem algumas. As possibilidades de aperfeiçoamento ficarão para propostas futuras. Assim é o processo de construção do conhecimento humano: lento, complexo e incompleto.

Para responder sucintamente à pergunta inicial: De onde partimos?, afirmo que a língua é mais que um conjunto de categorias fonéticas, fonológicas ou léxico-gramaticais que formam um objeto ideal, discreto e autônomo, portanto, único; de características definidas e naturalmente partilhadas; de atores homogêneos. Definitivamente, não é essa a noção de língua que fundamenta este estudo. Assumo que ela existe no contexto de práticas socioculturais que repousam em recursos sociossemióticos. Tomá-la como práticas sociais significa considerar não apenas certas tendências a homogeneidade ou estabilidade, mas também suas rupturas, dinamicidades, contradições e porosidades. Significa assumi-la não como objeto dado, mas como processo em construção (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Este trabalho está posicionado em uma abordagem que olha além dos elementos formais, mas amplia em direção aos usos culturais e às funções sociais dos significados do uso da linguagem. Por isso, foca na linguagem em movimento, ou seja, nas “práticas de linguagem” socialmente situadas, com todas as suas implicações identitárias, históricas e políticas (Lagares; Galli, 2024).

Com isso, não tenho objetivo de encerrar a questão central deste trabalho em apenas uma sentença, mas adiantar ao leitor e à leitora o que lhe aguarda adiante. Tal premissa será desenvolvida ao longo de toda a tese numa tessitura orgânica entre o linguístico, o social e o cultural, ou melhor, por meio de três grandes eixos que atravessam o estudo: *Lingua(gem)*, *Marcadores Sociais* e *Migrações*. Cada um desses eixos será abordado por meio de uma lente particular, qual seja: a Interculturalidade Crítica, a Interseccionalidade e a Translinguagem.

Tudo bem. Mas porque falar sobre *Lingua(gem)*, *Marcadores Sociais* e *Migrações*? O que esses eixos têm a ver um com o outro? Ou melhor, *como* esses eixos *se articulam*? Essa parece ser uma pergunta simples, curta, direta sobre o que se propõe a tese. É possível que qualquer leitor pouco afeito ao tema, logo na introdução, tenha se feito a mesma pergunta. Bom, essa talvez tenha sido uma de minhas dúvidas mais recorrentes ao longo de todo o processo doutoral. Não é à toa que ela representa um dos objetivos específicos e uma das perguntas elencadas.

Como uma obsessão, ela aparecia repetidas vezes, de diferentes formas, em minhas reflexões. Nem sempre tão clara, nem sempre tão evidente. Por um bom tempo, refiz essa pergunta, sem saber ao certo que a busca de toda elaboração feita aqui se apoiava sobretudo nela.

É curioso como frequentemente temos dúvidas que inicialmente não conseguimos verbalizar. De difícil elaboração, são pouco racionalizadas e muito mais sentidas. E foi assim comigo. Sentia que havia uma lacuna a ser preenchida. Era como se faltasse algo em mim mesma. E, aos poucos, todo esse aparato teórico pesado ia tomando forma, ia se organizando e se tornando mais compreensível, mais evidente. Não como resposta, mas enquanto dúvida mesmo num sentir-pensar. Bom, retomando a pergunta: *como esses eixos se articulam?* A resposta para essa pergunta exigirá todo o esforço desta tese para elucidar o enigma de La Malinche. Correndo o risco de ser simplista, posso adiantar que esses eixos são atravessados por uma perspectiva sociosemiótica de língua(gem), o que significa afirmar a língua enquanto prática sociocultural contextualizada. Enquanto prática que se atualiza no tempo e no espaço, o que pensamos e fazemos com a língua(gem) hoje está inserido numa longa linha que articula, potencialmente, conexões entre passado, presente e futuro.

Isso porque subjaz à premissa central de língua(gem) como prática sócio semiótica, noção de cultura - um dos conceitos mais controversos e criticados dos últimos tempos. Abordar, mesmo que brevemente, a noção de cultura é importante neste estudo visto que ela atravessará os três pilares deste estudo: Língua(gem), Marcadores Sociais e Migração. É a partir de alguma definição de cultura que se formam aspectos que perpassam do micro ao macro social, das interações, das práticas sociais às políticas linguísticas e educacionais. Nas próximas seções, aprofundarei um pouco mais sobre o conceito crítico de cultura (Dietz, 2012; Wright, 1998), enquanto processos que envolvem conflitos e contradições sociais. Neste momento, é suficiente dizer aqui que cultura é entendida como um conjunto de sistemas sociossemióticos ou conjunto de significados disputados que se inter relacionam. Enquanto significados em disputa, noções operadas no âmbito de discussões culturais, por vezes, relacionam-se a projetos coloniais:

com um programa colonial de supremacia intelectual, militar e política por parte dos poderes ocidentais sobre o resto do mundo, que não pode se exercer sem assumir uma série de enganosas dicotomias como “nós” e “eles”, “civilizado” e “primitivo”, “racional” e “irracional”, “educado” e “analfabeto”, etc. A “cultura” é o que os “outros” têm, o que eles fazem, e os mantém diferentes, separados de nós (Duranti, 2000, p. 47).

Com isso, quero apontar para a possível relação entre a disputa de significados e projetos políticos no âmbito da língua(gem). Toda essa discussão linguística não poderia estar isolada de uma discussão social mais ampla. Por isso é central a concepção de língua(gem) como prática sócio semiótica para a compreensão da relação dialética implicada na emergência, na produção e na transformação da organização social. É importante assumir a semiose como um elemento indissociável das práticas sociais, não arbitrário, portanto, um aspecto que cumpre função na estruturação social. Ao falar de semiose, não me restrinjo aos aspectos verbais, pois as semioses possuem mais de um modo sociossemiótico, em sua constituição, de igual nível de importância na produção do significado (Halliday; Mathiessen, 2014). Esse breve panorama teórico servirá de base para compreender os capítulos e as seções posteriores que tratarão dos processos de diferenciação e estratificação social, que implicam como um acontecimento também sociossemiótico¹¹. E para entender o acontecimento sociossemiótico, a partir das especificidades do campo brasileiro, será inevitável retomar as marcas deixadas pela colonialidade¹².

Para Heller e McElhinny (2017), a língua(gem) tem sido posicionada no centro das lutas pelo poder. Atores diversos estão atentos à forma como as pessoas falam ou se movimentam, arregimentando seu corpo e sua língua de várias maneiras, desde de uma dimensão institucional à esfera do cotidiano. Conhecemos exemplos frequentes disso quando o assunto é migração: ao redor do mundo, pessoas têm seus pedidos de viagem, residência, cidadania e asilo negados; podem ser acusadas ou presas injustamente, violentadas e até mesmo mortas. Os casos do

¹¹ Ver Capítulo 2, seção 2.2 *O que a língua enuncia neste sistema?*

¹² Ver Capítulo 2, seção 2.1 *Por que retomar as marcas de uma colonialidade ainda presente?*

venezuelano Marcelo Antonio Larez González e do congolês Moïse Karbamgabe ilustram isso¹³. Ou mesmo o caso de meu irmão que vive no Japão há quase uma década, mas com cidadania restringida por não falar japonês, com certa frequência, os sentidos e os modos como compreendemos a língua(gem) parecem desempenhar papel funcional à produção da diferença social e da desigualdade. A língua(gem) não é periférica a nenhum desses fenômenos e eventos. Diante disso, há resistência. Há recusa na reprodução de antigas dinâmicas de desigualdades, mesmo que sob novas roupagens, como veremos com a discussão sobre interculturalidade ou translinguagem.

As pessoas se interessam pela língua(gem) porque ela tem valor e ela tem valor porque está ligada a múltiplas formas pelas quais os recursos são produzidos, circulados e repartidos (Heller; McElhinny, 2017). Na superfície da questão, poderia dizer que talvez seja por isso que debates sobre migração, frequentemente, encontram lugar confortável em discursos aligeirados sobre formação educacional, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, etc. Defendo que aspectos fonéticos, fonológicos ou léxico-gramaticais representam um elemento do processo de construção social da pessoa como “imigrante”, mas, definitivamente, não são os únicos. Tampouco explicam por si só processos de exclusão e, por esse motivo, são insuficientes para garantirem a inclusão e o acesso a direitos fundamentais (Berry, 2001). Se assim fosse, o que explicaria o volume de nacionais (“falantes nativos/brasileiros”) à margem do direito ao trabalho digno, por exemplo?

À medida que a pesquisa avançava, fui compreendendo que a língua(gem) não possui valor apenas em si mesma, mas porque está profundamente imbricada nas complexas e sutis estruturas de ordenação social. Sua relevância não se limita ao nível estritamente linguístico, mas se estende a formas de produção de conhecimento, de subjetivação e de organização do mundo social. Nesse sentido, sua materialidade se articula à (De)colonialidade do Saber, que diz respeito aos modos de representar e projetar aspectos da realidade; à (De)colonialidade do Ser, que envolve os processos de constituição identitária e de reconhecimento social; e à (De)colonialidade do Poder, que se manifesta nos regimes de ação e interação que estruturam as relações sociais (Vieira, 2019). Esses três eixos não apenas

¹³ Esses casos foram contados na apresentação da tese.

configuram a sociabilidade brasileira, mas também operam como vetores que hierarquizam práticas discursivas e linguísticas, reforçando dinâmicas de exclusão e subalternização. Assim, o estudo da língua(gem) torna-se indissociável de um olhar crítico sobre os mecanismos que sustentam desigualdades e disputas simbólicas no Brasil.

As formas de aproximação analítica ao foco de investigação serão orientadas por perspectivas críticas de Linguística Aplicada Crítica. Nesta seção busco explicar como tomo o mundo social em sua articulação com discursos contextualmente situados de modo a evidenciar as escolhas tomadas ao longo deste caminho. Do lugar de onde parto, considero que é possível interpretar a vida social, ou ao menos uma dimensão dela, por meio da investigação de sua interface linguística. Isso porque a língua(gem) ou a semiose (termos eventualmente intercambiantes) possui um potencial performático para produzir efeitos sobre as práticas sociointeracionais de atores em situação de migração (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Em um movimento contrário a um objetivismo abstrato de caráter formalista, que atribui totalidade comunicativa aos elementos linguísticos, toma-se aqui a língua(gem) como uma parte irreduzível da vida social, concepção que pressupõe relação dialética entre língua(gem) e sociedade (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Aí reside o potencial epistêmico para a assunção da língua(gem) como atividade social e, portanto, socialmente responsável (Matthiessen, 2012), viabilizando a análise e a crítica. Os discursos podem transformar pessoas e suas representações ao inculcar seus efeitos em ações e relações com o mundo material. Por esse motivo, discursos e seus possíveis efeitos são objetos de interesse para a Linguística Aplicada Crítica, que se ocupa da investigação de práticas sociais que sustentam ou contestam relações de dominação e resistência numa dimensão linguística.

Essa interface discursiva da realidade social se constrói por meio das escolhas tomadas para a realização das funções que a língua(gem) desempenha e seus três tipos primários de significados articulados aos modos de elaborar sistemas de conhecimentos sobre a realidade (representações); organizar as formas como nos relacionamos com outros (inter-ações); e ser e identificar a si e ao mundo (identificações) (Halliday; Mathiessen, 2014; Fairclough, 2008). Aí reside a conexão língua(gem)-contexto que diz respeito ao que denominamos “função” da língua(gem), o que significa que o uso da língua(gem) é inerente aos papéis que ela

desempenha em uma dada situação. O mapeamento das relações entre língua(gem) em uso e contexto exige a compreensão de quais são e como funcionam os elementos da vida social. Tratarei sobre esse assunto a seguir.

Se o que posso conhecer acerca de um determinado evento social depende, em alguma medida, do que considero como propriedades que compõem sua natureza, é preciso destacar que a semiose possui um lugar relevante neste estudo visto que é um dos momentos sociais sobre os quais me dedico à interpretação e à explanação de fenômenos de interface linguístico-social. Lanço mão de uma metáfora ecológica para a compreensão do que é a semiose enquanto elemento constituído e constitutivo da vida social, diria que ela está para o mundo social assim como a água está para o planeta Terra. Ambas representam elemento capaz de realizar movimentos contínuos sobre, dentro e acima do próprio sistema ao qual pertencem. Semiose e água estão em constante transformação de seu “estado físico” e, em cada um de seus momentos, é possível mapear condições específicas implicadas em relações de causas e efeitos que levam esse elemento a assumir uma determinada forma. Assim, como no ciclo hidrológico, é difícil estabelecer um ponto de origem de movimentos incessantes. Por mais que não possamos verificar a olhos nus, grande parte da superfície do planeta Terra está coberta de água – ou de semiose –, seja nos reservatórios dos oceanos e atmosfera ou armazenadas nas geleiras e subsolos. A vida na Terra depende da água e seu movimento cíclico que alimentam e constituem plantas, animais e seres humanos.

Assim, em alguma medida, admitimos que somos feitos de água e língua(gem) sob todas as suas formas, sendo a língua(gem) parte da sociedade tanto quanto o ser humano é parte da natureza. A perspectiva interna e dialética deste estudo, metaforicamente, é também ecológica, visto que os fenômenos linguísticos são fenômenos sociais; e os fenômenos sociais, em alguma medida, possuem uma interface linguística (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Assim, a análise investigativa dos discursos sobre as práticas translíngues exige da pesquisadora compreensão sobre *o campo* e *o contexto* pelo qual o discurso circula. Isso requer pensar sobre aspectos macro e microcontextuais a fim de afastar reducionismos, essencialismos ou voluntarismos (Blommaert, 2008; Hanks, 2008). Por isso dizemos que a relação entre atores, língua(gem), textos, relações sociais, campo e contexto é interna e dialética, havendo um peso relativo para cada um desses elementos em

cada configuração da ação social (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Tendo isso em consideração, os Capítulos 2 e 3 desta tese abordarão aspectos sobre a estrutura social e a conjuntura particular do caso estudado, respectivamente. Por sua vez, os aspectos microcontextuais serão apresentados no Capítulo 4, destinado à análise de dados propriamente dita.

Aqui concebo a vida social como um conjunto articulado de (rede de) práticas organizadas sócio-historicamente, que tanto tendem a certa estabilidade, embora abertas à mudança social (Chouliaraki; Fairclough, 1999). A vida social é entendida como uma série de movimentos das práticas sociais, com certas regularidades e também contradições. São as práticas sociais que articulam a análise estrutural à da interação. Nessa perspectiva, a própria língua nomeada ou histórica existe como um dispositivo habitual e recorrente de normas e expectativas, ou seja, enquanto um conjunto de práticas que integram sistema linguístico e luta por ostentar poder simbólico de uma variante particular relativa a um grupo (Duranti, 2000). Essas disputas não são periféricas ao próprio sistema social. Pelo contrário. Não se pode pensar na saliência de formas particulares de mobilização da língua(gem) alheias aos modos de organização social, bem como da produção das diferenças e das desigualdades legitimadas (Heller; Mcelhinny, 2017).

A semiose é assumida como elemento constitutivo do social que perpassa todos os três níveis da ontologia social que fundamenta o estudo. A um só tempo, ela diz respeito também (i) à organização geral da língua(gem) (sistema sociossemiótico amplo com potenciais de significados variados), (ii) às formas convencionais de comunicação (ordens de discurso canonizadas) e aos textos produzidos em situações específicas (instâncias de um tipo de cânone discursivo) (Fairclough, 2003). De modo análogo ao sistema sociossemiótico, compreende-se o sistema social a partir de três níveis: estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais. No primeiro nível, estão as estruturas sociais, entidades mais abstratas que representam o campo das potencialidades. No segundo nível, estão as práticas sociais que moderam as potencialidades estruturais, sendo subpotenciais dessas. Os eventos surgem, no terceiro nível, como parte das instâncias das práticas sociais. Desse modo, a formação social está organizada por redes de práticas sociais complexas que se interconectam e se instanciam em eventos sociais. Em

todos esses três níveis, a semiose está presente como um elemento constitutivo e constituinte (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Diante disso, o desafio desta pesquisa está em compreender de que maneira *discursos sobre as práticas sociointeracionais de um venezuelano* materializado sob a forma de uma interação particular (micro-padrão), relaciona-se com as estruturas sociais mais amplas (macro-padrão) (Matthiessen, 2012)¹⁴. Para dar conta dessa questão, o conceito de *práticas sociais* foi posicionado como entidade intermediária num modelo de articulação dos fenômenos de entidades mais abstratas que representam o potencial geral (estruturas sociais/linguagens) para as mais concretas de uma instância particular (eventos sociais/textos). A prática social é entendida como forma relativamente estável de atividade social, que inclui elementos como: atividades, atores, relações sociais, recursos materiais, tempo-espço, crenças, desejos, conhecimentos, discurso. Considerar como relativa (e não definitiva) a estabilidade do sistema e de seus elementos constitutivos é o que possibilita vislumbrar a possibilidade de desarticulação e rearticulação das práticas sociais constituídas em redes (Fairclough, 2003). Sobre as práticas sociais que interessam a este estudo, aprofundaremos mais sobre os processos de diferenciação e estratificação social relacionados à língua(gem) e a outros marcadores sociais no Capítulo 2 desta tese.

A partir da opção ontológica (realista crítica) (Archer, 2000), resolve-se questão epistemológica (assunção da semiose como um, dentre outros, componente da realidade) e metodológica (admissão da possibilidade de investigação com base em práticas sociais/discursivas). Na próxima seção, apresento o panorama geral desta pesquisa.

1.2 Como será o nosso percurso metodológico?

Esta é uma pesquisa qualitativa, de abordagem exploratória, que investiga *discursos sobre as práticas sociointeracionais entre um venezuelano e brasileiros, potencialmente atravessadas por marcadores sociais*. Aqui assumo o método

¹⁴ Ao longo da tese, essa mesma pergunta será retomada e reelaborada com novas roupagens à medida que nosso referencial teórico se desenvolve. Por exemplo, ao final do último capítulo teórico ela se apresentará da seguinte forma: *De que modo a Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser se reproduz e se recontextualiza nas dinâmicas de interação?*

indutivo, pois parto de caso particular para chegar a considerações sobre práticas linguístico-discursivas de pessoas construídas socialmente como imigrantes. O que me move é a curiosidade e também a ignorância. Esses dois elementos serão propulsores de minha prática investigativa, descritiva e analítica da organização da vida social, das práticas sociais, bem como dos recursos simbólicos e materiais que caracterizam o caso estudado a partir de cunho etnográfico (Blommaert; Dong, 2010; Magalhães; Martins; Resende, 2017)

A escolha por essa abordagem metodológica se justifica pela articulação ontológica (Archer, 2000) e epistemológica (Collins, 1993; Crenshaw, 1991; Dietz, 2007; García, 2009; Makalela; Silva, 2023; Olmos-Alcaraz, 2009; Walsh, 2010) que fundamenta a tese. Essa abordagem desafia visões estabelecidas sobre língua(gem) e seu uso, sendo capaz de trazer novas perspectivas sobre dimensões sociais de comportamento significativo que sejam desviantes de expectativas estabelecidas. Aí reside seu potencial crítico e contra-hegemônico (Blommaert; Dong, 2010). Nesse sentido, as referências teóricas se tornam inseparáveis das práticas metodológicas, por isso, imprimem seus traços por todo o processo de construção do conhecimento enquanto “uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica” (Peirano, 2008, p.3).

Esta tese é, a um só tempo, relato sobre outro e também sobre mim mesma. Por isso, em alguma medida, ela constrói, ao menos, duas histórias. A primeira história aborda os discursos de práticas sociointeracionais entre imigrante e brasileiros. A segunda história, um pouco menos evidente que a primeira e que subjaz a ela, diz respeito à minha própria jornada de aprendizado ao longo do processo de doutoramento. Esse exemplo demonstra como a etnografia, vista a partir de uma concepção crítica de língua(gem), precisa ser entendida como esforço intencional que elabora mais que um mero relato referencial ou descritivo. Por meio da investigação da vida social, o etnógrafo dispõe de uma série de práticas, ações, interações que, para fins de relatório, precisam organizar uma narrativa aparentemente “linear e coerente” de fenômenos que são complexos, variados, simultâneos ou difusos (Blommaert; Dong, 2010).

Conforme exposto no Capítulo 1, o discurso é uma dimensão da prática social e, por esse motivo, uma prática etnográfico-discursiva pode ser adequada para

abordá-lo (Blommaert; Dong, 2010; Magalhães; Martins; Resende, 2017). Parto da ideia de que formas simbólicas – incluindo língua(gem) e discurso – são fontes de poder ou desempoderamento e, por isso, precisam ser compreendidas de maneira situada. A língua(gem) se torna elemento socialmente incorporado, ou seja, investido de aspectos culturais, políticos, individuais ou emocionais quando usada em situações particulares que podem estar marcadas por clivagens desiguais nos repertórios e nas oportunidades.

Ao questionar a homogeneidade das condições e a neutralidade no uso da língua(gem), essa premissa tem implicações importantes para a Linguística Aplicada Crítica. Tais consequências se relacionam com variação de tipos de significados, de efeitos de significados, de performatividades e de funções de língua(gem) que devem ser foco de estudo, adequadamente alcançáveis por uma prática investigativa de cunho etnográfico. Para estabelecer relações entre práticas linguístico-discursivas e processos de representação, identificação e discursos, é necessário um aprofundamento no campo social, o que reforça a escolha metodológica etnográfica, baseada em suas raízes antropológicas que situam a língua(gem) na vida social (Blommaert; Dong, 2010).

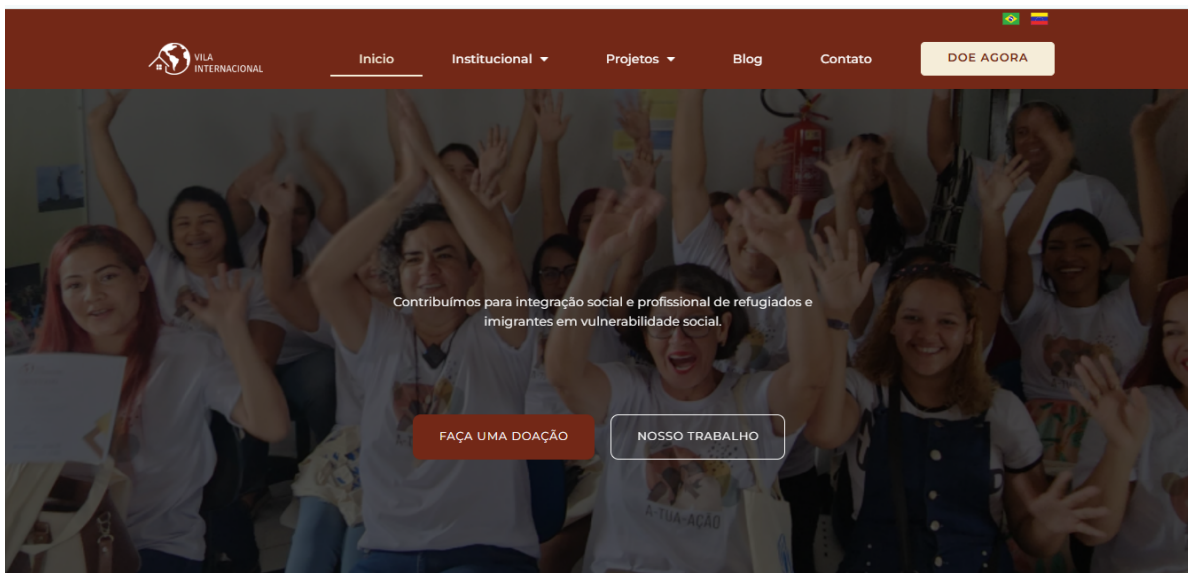
O campo social é tomado como elementos apreendidos no fazer científico por meio de procedimentos interpretativos (Magalhães; Martins; Resende, 2017). Assim, tanto serão considerados aspectos amplos do campo social, possivelmente relacionados a questões sistêmicas, quanto serão considerados discursos em suas seleções particulares de contexto (Blommaert, 2008). Essa opção dupla, que abarca dimensões macro (social) e micro (situacional) do enquadramento discursivo, justifica-se pelo cuidado que devemos ter ao supor aprioristicamente relações de poder em situações de interação. Para isso, a tese passa tanto pelo estudo de aspectos que se mostraram relevantes ao caso particular, quanto pela consideração de elementos particulares em situação específica de interação, o que aponta a relevância da situacionalidade dos dados discursivos.

A abordagem etnográfica se mostra disposta a desafiar visões estabelecidas sobre língua(gem) e seu uso, trazendo novas perspectivas sobre comportamentos sociais que divergem das expectativas estabelecidas. Esse é o seu potencial crítico e contra-hegemônico (Blommaert; Dong, 2010). Dessa forma, as referências teóricas

se entrelaçam com as práticas metodológicas, como é próprio da etnografia crítica, permeando todo o processo de construção do conhecimento enquanto “uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica” (Peirano, 2008, p.3).

Sobre a entrada em campo e a seleção dos participantes: as surpresas que acometem etnógrafos “em campo” sugerem que antes de espaço físico externo, o campo é também parte própria e interna da pessoa que pesquisa, “portanto, não está lá; ele está dentro de nós” (Peirano, 2008, p.5). Nesse sentido, é difícil precisar quando se deu meu ingresso em campo, tendo em vista que, de minha parte, vários movimentos foram feitos antes mesmo que se iniciasse a geração de dados. Por exemplo, no segundo semestre de 2021, fui observadora participante em aulas de português como língua adicional que foram ministradas no Instituto Federal de Brasília, bem como iniciei voluntariado em aulas de português como língua de acolhimento para imigrantes e refugiados pelo programa Vila Internacional onde até meados de 2023.

Figura 3 - Vila Internacional



Fonte: site (Vila Brasil, 2024).

A Vila Internacional surgiu a partir de um projeto social da escola de idiomas Vila Brasil, focado em acolhimento. Em 2017, alunos do curso de Letras – Português

do Brasil como Segunda Língua (PBSL), da Universidade de Brasília, necessitavam de oportunidades para cumprir o estágio obrigatório e adquirir experiência no ensino de português para estrangeiros. Ao mesmo tempo, famílias em situação de refúgio e vulnerabilidade social precisavam aprender o idioma português para conseguir emprego e se integrar à sociedade. Diante dessa necessidade, em 2017, a Vila Brasil conectou essas demandas e criou o programa Português de Acolhimento, atendendo inicialmente 5 pessoas. Em 2021, a Vila Internacional ampliou seu impacto social com foco na vida de refugiados e migrantes, com dois grandes objetivos: reduzir as barreiras linguísticas e aumentar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho (Vila, 2024).

O programa de ensino de Língua Portuguesa proposto na Vila Internacional fundamenta-se em uma abordagem contextualizada, na qual os materiais didáticos são personalizados e desenvolvidos por uma equipe especializada. Ao final de cada ciclo de 30 horas, os estudantes recebem um certificado que atesta o número de horas cursadas e o nível de proficiência em Língua Portuguesa alcançado. O programa prioriza a comodidade dos estudantes, oferecendo aulas presenciais em suas residências ou locais próximos, eliminando a necessidade de deslocamento e reduzindo barreiras logísticas. Além disso, a modalidade online é disponibilizada para aqueles que preferem ou necessitam de flexibilidade geográfica. Essa dupla oferta — presencial e virtual — garante que o ensino seja acessível a um público diversificado, respeitando as particularidades e necessidades de cada aluno. As aulas são organizadas em ciclos de 30 horas totais, com duração mínima de 60 minutos por sessão. Essa estrutura permite que os estudantes avancem em seu ritmo, com a possibilidade de renovar os ciclos quantas vezes forem necessárias. A flexibilidade no planejamento das aulas é um dos pilares do programa, assegurando que o aprendizado seja contínuo e adaptável às demandas individuais. A equipe docente é composta majoritariamente por estudantes de Letras e futuros professores, que, sob a orientação de uma coordenadora pedagógica, desenvolvem suas habilidades didáticas enquanto ensinam. Esse modelo de “aprender ensinando” não apenas beneficia os alunos, que recebem um ensino personalizado e engajado, mas também contribui para a formação de profissionais qualificados e reflexivos, preparados para atuar em contextos educacionais diversos (Vila Brasil, 2024). Foi por meio desse programa que tive acesso ao colaborador e participante da

pesquisa: Gabo.

Quem é Gabo? Atualmente com 17 anos e cursando o equivalente ao 2º ano do ensino médio, Gabo é um jovem venezuelano que conheci no Projeto Vila Internacional. Comecei a dar aulas de português para ele em 2022 e mantive contato até o ano de finalização da tese. Quando o conheci, ainda no ensino fundamental, vivia com sua mãe, irmã, tias e avô em uma cidade satélite de Brasília. Chegou ao país em 2019 e, como muitas crianças e adolescentes brasileiros, passou pelos desafios de uma escolarização pandêmica, o que significa dizer aulas online e, por algum tempo, com reduzida ou nenhuma interação escolar presencial. Mais detalhes sobre seu percurso serão apresentados no relato de cunho etnográfico (Capítulo 4).

A geração de dados ocorreu entre junho de 2022 a setembro de 2024 através dos seguintes instrumentos: (i) entrevistas semiestruturadas e (ii) notas reflexivas e diário de campo. A seguir apresento o cronograma de atividades realizadas durante o processo doutoral:

Quadro 1 - Cronograma de atividades de pesquisa

Data	Atividade desenvolvida
04/07/22	Aula
06/04/22	Aula
18/07/22	Aula
20/07/22	Aula
25/07/22	Aula
27/07/22	Aula
01/08/22	Aula
03/08/22	Aula
04/08/22	Aula
08/08/22	Aula
10/08/22	Aula
15/08/22	Aula
17/08/22	Aula
05/09/22	Aula
12/09/22	Aula
14/09/22	Aula
19/09/22	Aula
21/09/22	Aula
28/09/22	Aula
05/10/22	Aula
14/10/22	Aula
19/10/22	Aula

26/10/22	Aula
28/10/22	Aula
04/11/22	Visita ao Instituto Federal de Brasília
04/11/22	Aula
08/11/22	Aula
09/11/22	Aula
16/11/22	Aula
18/11/22	Aula
07/12/22	Aula
15/03/23	Aula
20/03/23	Aula
22/03/23	Aula
27/03/23	Aula
29/03/23	Aula
10/04/23	Aula
12/04/23	Aula
17/04/23	Aula
02/12/23	Aula
18/09/24	Entrevista
19/09/24	Entrevista
24/09/24	Entrevista

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme venho abordando nos capítulos anteriores desta tese, a Análise do Discurso Crítica orienta os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa, especialmente, no que tange a descrição, interpretação e explicação dos fenômenos sociais, como as práticas sociais e suas representações. Além dos aspectos já apresentados, lanço mão de categorias recontextualizadas entre os Estudos Críticos do Discurso e os Estudos Decoloniais para a análise do corpora (Vieira, 2019). Por uma questão de decisão editorial na redação do trabalho, não faria sentido separar a fundamentação teórico-metodológica aqui. Diante disso, esta tese foi dividida em três grandes momentos teórico-metodológicos. Para aprofundar nas dinâmicas da (De)colonialidade do poder (ver Capítulo 1); para (De)colonialidade do ser (ver Capítulo 2); (De)colonialidade do saber (ver Capítulo 3).

Quadro 2 - Categorias recontextualizadas de análise desta pesquisa

Problemática da pesquisa			
Discurso sobre linguagem subjacentes às práticas sociointeracionais entre imigrantes e brasileiros			
Dinâmicas da (de)colonialidade	Categorias discursivas	Lente teórica	Perguntas de pesquisa
(De)colonialidade do saber	Significado representacional	Translinguagem	Como se configura o discurso sobre língua(gem) em contexto de diversidade linguística?
(De)colonialidade do ser	Significado identificador	Interseccionalidade	Como a noção de marcador social se articula ao discurso sobre língua(gem)?
(De)colonialidade do poder	Significado relacional	Interculturalidade	Quais as possíveis relações entre discurso sobre língua(gem), marcadores sociais e migração?

Fonte: elaborado pela autora a partir de Vieira (2019a).

Destaco que a construção da lógica interna ao próprio trabalho implica em duas características aparentemente contraditórias que ao longo de todo o processo doutoral me causaram certo desconforto: (i) a habilidade de se afastar, quando necessário, de interpretações imediatas e condicionadas por lentes específicas (ponto de vista *etic*), bem como (ii) a capacidade de estabelecer sensibilidade suficiente com os participantes (ponto de vista *emic*). Confesso que, enquanto pesquisadora em formação deste tempo histórico, era evidente para mim a partir de quais lentes eu olhava o mundo, em especial, a partir de uma perspectiva de abordagem diferencial. Por outro lado, desconfiava da possibilidade dessas lentes embotarem minha visão ao longo do processo investigativo. Logo elas que outrora descortinaram uma série de questões sobre o funcionamento da sociedade. Longe de ser a opção mais fácil, questiono-me continuamente sobre as dificuldades que se colocam para a pesquisa social de cunho qualitativo-etnográfico. No caso deste trabalho, entendo que o desafio maior não está em assumir *uma* posição – seja ela distante ou próxima –, mas em estabelecer diálogo entre os diversos pontos de vista ou vozes que se alçam para a construção de um trabalho acadêmico, entre outras, a do participante e a da pesquisadora, as de outros pesquisadores de diferentes disciplinas (Duranti, 2000).

Com base em Minayo (2017), entendo que o discurso de cada participante pode ser revelador do grupo em que está inserido, em um tempo-espço social específicos, sendo a singularidade da experiência narrada entranhada na cultura. Nesse sentido, Minayo (2017) e Fairclough (2003) se amparam na noção de *habitus* de Bourdieu (1983), isto é, em disposições incorporadas a agir de uma maneira particular, que se mostra útil para pensar traços de experiências biográficas a partir de identidades sociais. Para um trabalho qualitativo de traço etnográfico-discursivo, o número de colaboradores de pesquisa é menos importante que o esforço de aproximação ao fenômeno investigado, bem como menos importante que a tarefa de descrição, análise e explanação a ser empreendida.

O rigor ético desta pesquisa científica se materializará na autorização do Comitê de Ética; na concordância de colaboradores (expressa em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) em participar voluntariamente da pesquisa tendo suas identidades preservadas, bem como se retirar a qualquer tempo do projeto sem a necessidade de apresentar qualquer justificativa. Reflexões e ações éticas não se restringem a esses três aspectos apresentados anteriormente. Na verdade, é preciso destacar que, especialmente, a opção etnográfica, enquanto estratégia teórico-metodológica para geração de dados e elaboração de tese, exigiu que a pesquisadora estivesse atenta a todo instante sobre seus próprios passos e posicionamentos éticos ao longo da pesquisa. Confesso que todo esse processo não foi fácil, mas sim bastante exigente também para esta pesquisadora. Muitas dúvidas e inseguranças me saltavam de modo até mesmo a me deter e bloquear no processo de pesquisa.

Durante o processo de pesquisa, enfrentei dilemas que exigiram decisões específicas, como: (i) privacidade e confidencialidade dos dados: Em comunidades pequenas, manter o anonimato dos participantes é um desafio, pois até detalhes mínimos podem identificá-los. Por isso, optei por não me envolver diretamente com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, preservando as informações das comunidades escolares particulares; (ii) relações de poder entre pesquisador e colaboradores: O pesquisador externo possui maior poder acadêmico ou institucional, o que pode gerar desequilíbrio. Para lidar com isso, procurei equilibrar minha visão crítica com as percepções dos colaboradores; (iii) pressões externas de

instituições ou financiadores: Instituições muitas vezes demandam resultados rápidos, mas o trabalho com comunidades requer mais tempo e cuidado. Para evitar essa tensão, utilizei as relações e laços já estabelecidos em processos de pesquisa anteriores, em vez de buscar novos participantes para atender exclusivamente aos interesses da pesquisa; (iv) risco de exotização: A estereotipagem de comunidades estudadas é um risco, especialmente quando o pesquisador não é da mesma cultura. Por isso, fui cuidadosa ao escrever a etnografia, evitando interpretações que pudessem explorar ou distorcer a realidade das comunidades (Denzin; Lincoln, 2006). Essas decisões na ética e no respeito aos atores e grupos envolvidos durante todo o processo de pesquisa.

1.3 Como o encontro intercultural, no contexto das migrações contemporâneas, atualiza antigos debates?

Ao discutir a possibilidade de vulnerabilização de imigrantes em práticas interacionais que se dão por meio da linguagem, é importante evitar uma visão determinista que patologiza esses grupos ou os associa a “problemas” escolares (Diniz; Neves, 2018; Lopez, 2018) ou sociais (Silverstein, 2005). Esse tipo de agrupamento não é inevitável nem natural. Reinterpretar suas dinâmicas como meras expressões de diversidade cultural, ignorando as forças políticas presentes nessas dinâmicas, pode levar à armadilha da essencialização, reforçando estereótipos, preconceitos e discriminações (Dietz, 2012).

Este estudo demanda definirmos alguns conceitos iniciais, tais como (i) identidade e alteridade, (ii) igualdade e diferença, (iii) etnia e, também, cultura. A discussão sobre cultura é central para que possamos compreender dimensões das práticas de linguagem, das relações entre grupos sociais e dos processos identificacionais - elementos fortemente culturalizados - que interagem entre si produzindo discursos. Longe de ser um aspecto restrito às questões de migração, o debate cultural irá apontar para a diversidade interna do Brasil, desestabilizando a tríade - um povo, uma língua e um território - tão cara à elaboração de uma pretensa “identidade nacional”. Isso, incontornavelmente, nos levará a abordar o racismo estrutural brasileiro. Nesta seção, esse fenômeno será apenas aventado, pois merece um capítulo só para ele (ver Capítulo 2). A partir disso, introduzo a pergunta

que será respondida ao longo de toda a tese: *Como o encontro intercultural, no contexto das migrações contemporâneas, atualiza antigos debates?*

Os contadores de história constroem mitos que se perpetuam como imagens e são extremamente difíceis de eliminar. Neste momento, eu também sou uma contadora de história, assim como tantos outros que me precederam. Eles foram filósofos, escritores, antropólogos, sociólogos, historiadores, políticos e artistas que juntos contaram, em “português”, diferentes histórias sobre o “Brasil”, que na verdade, nem se chamava assim antes deles. Tampouco era reconhecido por essa territorialidade. Era mais conhecido como Pindorama, mas também já teve outros tantos nomes. E que, antes daqueles, tampouco falava-se português. Falavam-se inúmeras línguas indígenas.

No século XVIII, o Marquês de Pombal impôs uma política linguística de profundas consequências para o Brasil. Em 1758, por meio do Diretório dos Índios, proibiu o uso de qualquer língua que não fosse o português, visando erradicar a língua geral de base tupi, amplamente utilizada para a comunicação no território e promovida pelos jesuítas (Guerra, 2016). A imposição do português – sustentada por processos de glotocídio e genocídio – não apenas suprimiu cerca de 1.200 línguas indígenas (Rodrigues, 2005), mas também silenciou mais de 200 línguas africanas faladas por aqui (Lucchesi, 2009).

Sob a perspectiva da translinguagem (ver Capítulo 3), o português não é um sistema central fixo com variantes secundárias, mas um conjunto amplo e dinâmico de recursos linguísticos mobilizados pelos falantes em diferentes contextos sociais e históricos. No Brasil, essa mobilização evidencia tensões entre práticas institucionalmente legitimadas e repertórios marginalizados, desafiando a dicotomia entre “norma culta” e “norma popular” e apontando para uma polarização linguística no país (Lucchesi, 2011). O preconceito, a discriminação ou a estigmatização linguística, portanto, não são de ordem estritamente linguística, mas social, que refletem disputas históricas, como a definição da referência linguística após a Independência do Brasil, em 1822. Apesar dos movimentos nativistas da época, o português falado na ex-colônia era frequentemente considerado inadequado e “corrompido”, por ser hibridizado. A vitória dos puristas nesse debate evidencia o caráter elitista, excludente e racializado do projeto da classe dominante brasileira,

como exemplificado no discurso de Joaquim Nabuco na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (...) Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época (...) Nesse sentido nunca virá o dia em que Herculano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. (Lucchesi, 2011, p.14)

O discurso de Joaquim Nabuco, importante abolicionista do Brasil, aponta para um elemento próprio de nossa formação social: as contradições impostas pelo racismo estrutural (ver Capítulo 2), tais como: (i) o discurso de uma pretensa democracia racial *versus* a realidade da desigualdade profundamente racializada; (ii) a exaltação da miscigenação *versus* o branqueamento como política de extermínio; (iii) a celebração da cultura negra *versus* a marginalização da população negra, etc. Esses exemplos de contradições repercutiram/repercutem, incontornavelmente, na produção de uma suposta “identidade nacional”, que continuamente busca se erigir às custas dessas contradições.

Conforme conta Queiroz (1989), a questão de uma suposta “identidade nacional” é uma das primeiras questões que cientistas sociais brasileiros buscaram “resolver” no final do século XIX. Diante da diversidade, lançaram mão de uma ideia de cultura, rígida e essencializada, para buscar os elementos que se conservariam semelhantes no tempo e no espaço; partilhados pela maioria dos habitantes do território. Logo, aqueles cientistas se depararam com práticas sociais heterogêneas, associadas a grupos diversos e distribuídas pelas diferentes camadas da sociedade. Alegaram que as causas para o Brasil não chegar no alvorecer da civilização europeia seria a persistência da presença indígena e africana, barreira para a formação de uma “verdadeira” identidade nacional. Conforme conforme Queiroz (1989, p.30), intelectuais dessa época, tal como Raymundo Nina Rodrigues,

afirmavam que “os atrasos e os desequilíbrios da sociedade brasileira, fenômenos sociais, provinham das misturas raciais, - bases biológicas, - e culturais encontradas no país”. Ainda que os debates populares nos levem a busca de uma certa “brasilidade” ou “alma nacional”, sabe-se hoje que nenhuma sociedade, aberta a trocas e transformações, possui uma unidade cultural completa (Munanga, 2022, p. 118).

Diante disso, a discussão sobre alteridade/identidade que atravessam as interações linguísticas no Brasil não pode se furtar de um debate racial voltado para a sua própria população. Enquanto invenção Ocidental, a alteridade nasce na Europa, cresce e se desenvolve diante da expansão dos impérios coloniais (Said, 1990) e é, sobretudo, na América que a “Outridade” ganhará contornos particulares. Nesse contexto, a língua portuguesa no Brasil, como velha companheira colonial do Império, seguirá embaraçada a ideologias racistas-elitistas (Lucchesi, 2011) nos modos de funcionamento do Estado-nação moderno. Ainda que as categorias de raça e classe digam respeito às noções de identidade e alteridade, deixarei a discussão sobre as formas de articulação mútua para o Capítulo 2.

Para Bucholtz e Hall (2005), igualdade e diferença são conceitos centrais para se compreender a identidade. De forma breve, podemos dizer que a igualdade fortalece o pertencimento coletivo, enquanto a diferença estabelece distinções sociais. No entanto, esses conceitos, por si só, não captam as dinâmicas de poder que moldam as identidades, pois não são condições objetivas, mas construções sociais que emergem da interação. Embora a identidade remeta à noção de semelhança, sua definição externa é complexa, pois não há critérios objetivos para determinar quando um grupo deve ser classificado como “semelhante” ou com base em quais aspectos essa categorização deve ocorrer. Por sua vez, a construção da alteridade diz respeito tanto às posições e interesses do observador quanto a qualquer suposta realidade social descritível. Isso se evidencia no trabalho de linguistas aplicados ao definir a pertença a uma comunidade, pois critérios linguísticos podem divergir de fatores sociais, culturais, históricos e políticos igualmente relevantes.

Por exemplo, até que ponto é possível garantir que imigrantes com diferentes

origens, trajetórias e repertórios linguísticos compartilham as mesmas demandas de suporte? Se é que realmente precisam!? No que concerne ao debate sobre a formação de grupos particulares, é necessário reconhecer que linguistas aplicados podem interpretar equivocadamente aquilo que observam ou ouvem. Eu mesma faço essa autocrítica. Então, como lidar com as questões relativas aos processos identificacionais e suas consequências, tal como demandas particulares? Para Munanga 2022 (p. 118) o melhor caminho “é aquele que acompanha a dinâmica da sociedade através das reivindicações de suas comunidades”. Para Dietz (1999), o caminho está na constante revisão das posturas *emic* ou *etic*, ou seja, na revisão constante entre o ponto de vista interno e externo para a compreensão das formações grupais e suas reivindicações.

A formação de categorias sociais não decorre de uma semelhança pré-existente, mas de dinâmicas de poder e ação estratégica. O agrupamento não apenas destaca semelhanças, mas as constrói intencionalmente, minimizando diferenças. Assim, a identidade opera simultaneamente em dois sentidos: reforça a homogeneidade interna e acentua distinções entre membros do grupo e aqueles que estão fora dele. A percepção de uma identidade compartilhada depende da construção de um “Outro”, um contraponto essencial para o sentimento de pertencimento. Por isso, a identidade se fortalece em contextos de heterogeneidade percebida, mais do que em cenários homogêneos (Bucholtz; Hall, 2005).

A coexistência entre identidades culturalizadas não se dá de forma harmoniosa ou equitativa, como propõem alguns discursos multiculturalistas na educação (Walsh, 2010). Um exemplo disso são as lutas pelo reconhecimento de línguas marginalizadas pelo colonialismo, nacionalismo e capitalismo global. Mesmo quando a diferença não é eliminada, sua organização em categorias sociais revela relações de poder. As identidades dominantes são naturalizadas como norma, enquanto as outras são estigmatizadas como desvios. Essa hierarquização permite que o grupo dominante mantenha uma relação desigual em seu próprio benefício, consolidando sua posição de poder e definindo a identidade dos outros conforme seus próprios critérios (Bucholtz; Hall, 2005).

Nessa dinâmica, a diversidade humana é, frequentemente, compreendida por meio do conceito de cultura, termo polissêmico, frequentemente abordado de

maneira rígida e essencializada. No início do século XX, teorias evolucionistas, como a de Edward Burnett Tylor, hierarquizavam as culturas, posicionando o modelo ocidental como ápice do desenvolvimento civilizatório. Embora essas ideias tenham sido contestadas por autores como Franz Boas, que enfatizava a influência dos contextos históricos e sociais, e Malinowski, que reconhecia a legitimidade dos modos de vida dos povos colonizados, a concepção de culturas distintas e coerentes entre os povos permaneceu predominante (Wright, 1998).

Essa perspectiva sobre a cultura, no entanto, não se restringiu às teorias evolucionistas. Ela também foi apropriada por diferentes grupos e projetos políticos. Por um lado, nacionalismos extremistas a utilizaram para reivindicar independência e soberania, ao mesmo tempo em que sustentavam políticas xenofóbicas e de limpeza étnica. Por outro, povos indígenas no Brasil a mobilizaram estrategicamente para criar espaços de interlocução além das aldeias, ampliando sua agência política e sua participação nos debates públicos (Wright, 1998). Esses exemplos sugerem como uma mesma abordagem de cultura pode mobilizar projetos políticos distintos.

Embora concepções homogêneas e essencialistas de cultura tenham sido amplamente criticadas, traços dessas abordagens ainda persistem em debates contemporâneos, tratando a cultura como uma entidade fixa, imutável e internamente homogênea. A reintrodução do termo no debate público, impulsionada pela noção de diversidade e por atores políticos de diferentes campos, reflete uma inflexão no pensamento social. As abordagens contemporâneas – influenciadas por perspectivas pós-modernas, pós-estruturalistas e pós-coloniais – entendem a cultura como heterogênea, processual e historicamente situada. Nesse sentido, as sociedades são diversas desde um ponto de vista interno, quanto externo, sendo as culturas construções dinâmicas, que se reinventam constantemente, com vista a interpretar ou ordenar a diversidade dessas novas experiências (Munanga, 2022).

Desse modo, a cultura se constitui por meio da construção e desconstrução ativa de significados, sendo mobilizada em disputas por poder e reconhecimento. Os atores sociais, posicionados nas relações de dominação, recorrem a recursos econômicos e institucionais para afirmar ou contestar definições culturais, articulando conexões locais, nacionais e globais. No entanto, em sua forma hegemônica, a cultura ainda tende a ser representada como coerente, sistemática e

não ideológica, ecoando concepções essencialistas do passado (Wright, 1998).

A noção de diversidade, profundamente culturalizada, não está isenta de tensões. Frequentemente, essa noção articula tanto uma dimensão descritiva, que analisa a estruturação das sociedades, quanto uma dimensão prescritiva, que propõe formas de interação entre grupos. Para além da diversidade, é preciso debater a diferença que socialmente é construída e, distinta da diversidade, opera como um mecanismo de hierarquização e organização da alteridade. Em contextos de recrudescimento dos nacionalismos, classificações baseadas em origem, língua e pertencimento étnico-racial tornam-se centrais nas políticas de gestão estatal, frequentemente reforçando desigualdades preexistentes. Um exemplo recente é o decreto assinado em março de 2025 pelo Presidente dos Estados Unidos, que torna o inglês língua oficial em um país onde centenas de línguas são faladas diariamente. Esse exemplo, aponta para o desafio contemporâneo que consiste em promover a equidade sem recorrer a uma lógica binária que opõe igualdade e diferença, reconhecendo que ambas podem coexistir de forma dialética (Candau, 2008).

Nos anos 1980, o multiculturalismo surge como força ideológica que promove o desenvolvimento e o enaltecimento da cultura de grupos socialmente marginalizados (afro-americanos, indígenas, feministas, gay-lésbico, terceiro-mundista, etc.) que buscavam o reconhecimento da pluralidade cultural. Tais movimentos foram importantes na disseminação da noção de “diferença” cultural e na luta pela pluralização de sociedades até então autorreferenciadas de forma monoculturais (Dietz, 2012). Na esteira dessas discussões, estudos foram promovidos para compreender como os conceitos de cultura pressupostos à propostas de interação entre diferentes grupos sociais poderia gerar consequências distintas, influenciando comportamentos, modos de vida, identidades e políticas (García-Castaño; Pulido-Moyano; Montes-Del-Castillo, 1993).

Fora do campo antropológico, mas ainda dentro do multiculturalismo como ideologia, uma das classificações, muito conhecida e também criticada, foi apresentada por Berry (2001). Com imprecisões conceituais e uma abordagem problemática da noção de cultura, o modelo de Berry propõe dois eixos centrais: a manutenção da cultura de origem pelo grupo não dominante e o grau de participação na nova sociedade. A combinação desses eixos geraria quatro

estratégias possíveis: integração, assimilação, segregação e exclusão. Se a estratégia da sociedade dominante tanto afasta a possibilidade do grupo não-dominante (imigrante) de manter sua cultura própria quanto o impossibilita de se introduzir na nova sociedade, estamos falando dos processos de *exclusão* e *marginalização*. Agora, se a sociedade dominante considera que o grupo não-dominante deve manter seus costumes, mas não deve participar socialmente, estamos nos referindo à *segregação* e à *separação*. Por outro lado, se existe o desejo de que o grupo não-dominante abandone a cultura de origem e se oriente à cultura dominante, estamos falando de *assimilação* e *melting pot*. Por fim, se a estratégia de contato admite a existência de múltiplas culturas (*multiculturalismo*) e, por sua vez, admitiria a possibilidade de articular a prática da própria cultura, bem como permitiria participar da nova sociedade, foi, por algum tempo, chamada de *integração* (Osuna, 2009).

O modelo de Berry (2001), inicialmente desenvolvido para analisar os processos de aculturação de imigrantes, difundiu-se e passou a ser aplicado a outras dinâmicas de interação envolvendo grupos minorizados. Sua abordagem centralizou a integração como uma estratégia na qual grupos não dominantes poderiam articular suas práticas culturais enquanto participariam da sociedade mais ampla. Essa noção se desenvolveu em contraposição às noções de assimilação ou aculturação as quais entendem que um grupo minoritarizado se “dilui” formando parte do grupo dominante que se assimila. No entanto, pesquisadores como Olmos-Alcaraz e Lastres (2018) afirmam que a força do conceito de integração para lidar com a gestão da diversidade de maneira mais justa e igualitária tem permanecido mais num plano teórico do que tem se traduzido efetivamente em prática política, sendo entendido como um eufemismo para assimilação. Para Mignolo (2017, p.18), “assimilar-se significa aceitar sua condição de inferioridade e resignar-se a um jogo que não é seu, mas que lhe foi imposto”.

Embora o conceito de educação diferencial seja amplamente empregado para abordar a escolarização de populações imigrantes, sua implementação em políticas educacionais destinadas a grupos internos precede essa aplicação e está bem documentada (Barañano et al., 2007; Dietz, 2012). A partir da perspectiva de Dietz (1999; 2012), a educação diferencial não deve ser vista apenas como uma resposta técnica à diversidade, mas como um campo de disputa em que identidades são

negociadas e relações de poder são redefinidas. Dessa forma, os desafios enfrentados por imigrantes não podem ser dissociados dos debates históricos sobre educação intercultural e das estratégias do Estado-nação para administrar a diversidade interna. Noções como “acolhimento” e “integração” de imigrantes não apenas reatualizam debates sobre diferença cultural e pertencimento nacional, mas também evidenciam os limites das políticas assimilacionistas/integracionistas dentro de uma lógica estatal que frequentemente reproduz desigualdades estruturais.

O multiculturalismo liberal, embora tenha contribuído para o debate, foi criticado por tratar a cultura como fixa e os atores sociais como essencialmente definidos. Isso porque, ao focar na preservação de grupos minoritários como entidades imutáveis, corre o risco de “etnificar” a diversidade cultural, criando fronteiras rígidas. Como consequência, a defesa das identidades culturais pode resultar na fragmentação entre coletivos minoritários e a cultura dominante, favorecendo a formação de guetos e enfraquecendo a coesão social. A principal crítica ao multiculturalismo liberal é sua ênfase na tolerância, sem promover uma inclusão efetiva e equitativa entre grupos diversos.

Antes de introduzir a noção de interculturalidade, gostaria de aproveitar o espaço para fazer algumas considerações sobre “etnia”, de acordo com a literatura contemporânea, bem como com as demandas políticas brasileiras.

Como mencionado, esta seção (1.3) busca esclarecer termos que, nos últimos anos, foram amplamente culturalizados, como a etnia¹⁵ é um desses termos. A raça também. No Brasil, a noção de raça é ressignificada a partir de uma perspectiva política e crítica, distanciando-se de abordagens biológicas ou essencialistas e diferenciando-se da noção de etnia, embora mantenha alguns elos de intersecção com essa. Essa ressignificação ocorre, sobretudo, pela atuação do Movimento Negro brasileiro, que transforma a raça em uma categoria de análise e mobilização contra as desigualdades sociais e o racismo estrutural. No seio do Movimento Negro vigora hoje consenso de que a raça deve ser compreendida como um produto da racialização, enquanto o racismo é visto como um eixo estruturante

¹⁵ Frente a um período de associação da raça à dimensão biológica, o termo etnia surgiu como uma tentativa de culturalizar a questão. No entanto, a diferença se deu mais na forma que na prática. Assim o uso impreciso do termo contribuiu, em um dado momento, para um “racismo novo”, nas palavras de Munanga (2004, p.11): “politicamente correto”.

de nossa sociabilidade brasileira (Gomes, 2012). Essas questões serão aprofundadas no Capítulo 2.

Diante da polissemia e da complexidade do conceito de “etnia”, Olmos-Alcaraz (2009) destaca a persistência de ambiguidades em sua definição. Dietz (1999, p. 63) entende a etnicidade como um epifenômeno do contato intercultural, estruturando as interações por meio da seleção de determinados marcadores de contraste em detrimento de outros. Nesse processo, a etnicidade não apenas organiza as relações entre grupos distintos, mas também transforma suas dinâmicas internas, “objetivando” certos elementos diacríticos que passam a ser instrumentalizados como marcadores étnicos, a língua pode ser um desses elementos.

Por exemplo, imagine um contexto hipotético em que imigrantes italianos chegam ao Brasil em busca de trabalho e melhores condições de vida. A língua italiana, falada pela maioria desses imigrantes, pode se tornar um marcador étnico nas relações com os brasileiros. Enquanto as pessoas de Veneto usam o italiano como um elemento de identidade e coesão grupal, os brasileiros podem interpretar a língua como um sinal de “diferença” ou “estrangeiridade”. Essa diferença linguística pode ser instrumentalizada para reforçar estereótipos ou hierarquias sociais, como a ideia de que aquelas pessoas são “menos capacitadas” por não dominarem o português. Assim, a língua passa a ser um marcador de contraste que estrutura as relações entre os grupos, podendo gerar exclusão ou discriminação, mas também fortalecer a identidade grupal “italiana”.

Por outro lado, Dietz (1999, p. 63) argumenta que a simbolização seletiva inerente à etnicidade converte diferenças relativas em elementos reificados, os quais, por meio de práticas culturais, tornam-se recursos identitários para a demarcação e diferenciação entre grupos. Esse processo não ocorre de maneira espontânea ou natural, mas resulta de dinâmicas sociais e políticas que atribuem significados específicos a determinados marcadores culturais, consolidando fronteiras simbólicas entre coletivos.

Nesse sentido, a língua constitui um exemplo dessa construção identitária. Se a língua pode ser elevada ao status de marcador de contraste extra-grupal, qual é a força desse marcador em contextos de práticas linguísticas em regiões de fronteira

territorial? Em tais espaços, a interação cotidiana desafia a concepção essencialista de uma língua como elemento fixo e imutável, evidenciando sua plasticidade e o caráter negociado das identidades linguísticas. O multilinguismo, longe de ser uma exceção, torna-se uma realidade constitutiva, o que reforça a tese de que a etnicidade e seus marcadores são socialmente produzidos e politicamente instrumentalizados.

Dietz (1999, p. 77) acrescenta que, embora etnia e nação ou etnicidade e nacionalismo coincidam na produção de “comunidades imaginadas”, baseadas na biologização das diferenças culturais e na invenção de tradições históricas, distinguem-se pela vinculação ou não a um projeto de Estado-nação imposto por um grupo que se autodefine e, a partir disso, define os outros. Vale destacar que, no Brasil, esse projeto de Estado-nação está vinculado a um projeto da branquitude que buscará reproduzir seus valores por meio da Colonialidade do poder, saber e ser (ver Capítulo 2). Enquanto a etnicidade pode operar em múltiplos contextos, estabelecendo fronteiras identitárias que não necessariamente implicam reivindicações territoriais ou políticas, o nacionalismo se ancora em uma narrativa de pertencimento vinculada à soberania estatal. Dessa forma, o nacionalismo apropria-se de elementos etnicizados, como a língua, para consolidar projetos hegemônicos de identidade nacional, frequentemente marginalizando ou subordinando práticas linguísticas que escapam à normatização estatal.

Assim, a relação entre etnicidade e língua deve ser compreendida não como um dado natural, mas como um fenômeno historicamente situado, atravessado por relações de poder e por processos de inclusão e exclusão. A análise das práticas linguísticas em contextos de fronteira permite desestabilizar concepções essencialistas de identidade, revelando como os marcadores linguísticos são continuamente ressignificados e disputados na arena social e política.

Segundo Olmos-Alcaraz (2009), longe de enfraquecer, o Estado-nação se fortalece continuamente em processos de homogeneização interna e delimitação externa. Assim, frente à emergência e às interpretações divergentes de grupos não dominantes, dispositivos homogeneizadores são acionados para assimilar ou excluir o diferente e fazer da ficção nacionalista uma realidade nacional. É nesse processo que o imigrante é construído como uma categoria étnica, ou seja, construído como o “Outro”, resumido em a partir de uma nacionalidade enquanto procedência

geográfica e cultural diversa (Olmos-Alcaraz, 2009, p. 134). Para Sebastiani et al. (2020), essa categoria somente pode ser entendida a partir de uma geopolítica e uma corpo-política do conhecimento, refletindo relações de poder e hierarquias que moldam como entendemos e categorizamos os fluxos humanos. Por sua vez, para Gilroy (1990), subjaz veladamente ao nacionalismo processo racializador que vincula origem, cultura, nação e nacionalidade:

Trata-se de um racismo que abandonou as noções primárias de inferioridade e superioridade biológica, adotando, em seu lugar, uma visão idealizada da nação como uma comunidade cultural coesa. Esse racismo elabora e protege uma representação da cultura nacional — aparentemente homogênea em sua branquitude, porém frágil e constantemente ameaçada por supostos inimigos, tanto internos quanto externos. (Gilroy, 1990, p. 75)

A construção da ideia de uma nação culturalmente coesa no Brasil se vinculou ao mito de uma mestiçagem distorcida, que celebra a miscigenação como um elemento distintivo da identidade nacional. Essa narrativa, amplamente difundida ao longo da história do país, sugere uma suposta harmonia racial baseada na fusão de diferentes grupos étnicos. No entanto, esse discurso mascara a persistência da branquitude como norma social e cultural, operando como um mecanismo de apagamento das desigualdades raciais. Embora a mestiçagem seja idealizada como um símbolo de integração, na prática, a branquitude permanece como referência hegemônica de poder, status e representação estética, configurando-se como um eixo central da hierarquia racial brasileira.

O racismo no Brasil opera de forma estrutural, permeando instituições, relações sociais e discursos nacionais. A noção de uma identidade nacional homogênea serve não apenas para reforçar a hegemonia branca, mas também para justificar e naturalizar a exclusão de grupos racializados, que são percebidos como “desviantes” em relação a essa norma implícita. Essa lógica se traduz em dinâmicas de marginalização que se manifestam na educação, no mercado de trabalho, nas políticas públicas e nas representações midiáticas, perpetuando desigualdades históricas. Dessa forma, a suposta coesão nacional não se sustenta na inclusão efetiva da diversidade, mas sim na subalternização de determinados segmentos da

população.

Além disso, a fragilidade da ideia de uma cultura nacional coesa se revela na constante necessidade de identificar “inimigos” externos, mas, sobretudo, internos que supostamente ameaçam essa unidade. No Brasil, esse temor se materializa no medo da desordem social e na retórica da perda de controle sobre o corpo político nacional. Grupos historicamente marginalizados, como populações negras, indígenas e imigrantes, são frequentemente retratados como forças desestabilizadoras, seja na esfera política, econômica ou cultural. Essa construção discursiva reforça mecanismos de vigilância e repressão, legitimando políticas de exclusão e reforçando a hierarquia racial que estrutura o Estado e a sociedade brasileira.

Assim, a análise crítica do mito da mestiçagem e da ideia de uma identidade nacional coesa revela a permanência de estruturas racializadas de poder. Ao invés de um espaço de inclusão genuína, a nação se configura como um projeto político da branquitude que, ao mesmo tempo que celebra a diversidade em nível simbólico, mantém mecanismos concretos de exclusão e hierarquização racial.

Diante desse panorama, emerge a noção de interculturalidade, que propõe uma abordagem mais dialógica e dinâmica, atenta às relações de poder e dominação que atravessam as interações sociais. O debate intercultural se destaca como um dos principais eixos das questões sociais, culturais e educacionais do século XXI, desdobrando-se em diversas direções. No contexto anglo-saxão, o debate sobre o encontro de grupos distintos no sistema educacional se estrutura a partir de ações afirmativas voltadas ao empoderamento de minorias. Na Europa continental, por outro lado, a educação intercultural concentra-se nos desafios enfrentados pelos grupos majoritários para lidar com grupos complexos e heterogêneos, em vez de focar exclusivamente nas demandas das minorias. Já na América Latina, a educação intercultural busca redefinir as relações entre o Estado e os povos indígenas, rompendo com abordagens tradicionais de caráter meramente funcional ou relacional (Dietz, 2007).

Para alguns pesquisadores sobre estudos migratórios (Cosín; López; Ruiz, 2023), a interculturalidade seria mais uma revitalização da noção de

multiculturalismo que sua superação em si, o que Walsh (2010) irá chamar de interculturalidade funcional. Embora reconheça a diversidade cultural e linguística, essa abordagem da interculturalidade buscaria incorporá-la dentro das estruturas sociais preexistentes sem questionar os fundamentos dessas mesmas estruturas. Assim, a interculturalidade funcional, ao ser incorporada em políticas públicas e programas institucionais, pode acabar reproduzindo uma visão utilitária da diversidade, na qual o imigrante é visto prioritariamente como um potencial trabalhador ou consumidor, e não como um sujeito pleno, com direito à expressão e participação social em seus próprios termos. Para superar essa limitação, seria necessário avançar para uma interculturalidade crítica, que não apenas reconheça a diversidade, mas também questione as estruturas de exclusão e promova transformações sociais efetivas.

A interculturalidade crítica responde a desafios sociais, políticos, éticos e epistemológicos, sendo importante para construir a justiça social como princípio orientador da prática. Diferente da lógica multicultural liberal, que reduz a diferença ao reconhecimento e respeito, seu objetivo não é apenas administrar conflitos para manter a estabilidade do sistema capitalista, mas transformar as relações de produção e a organização social (Walsh, 2010). Assim, enquanto o multiculturalismo liberal integra superficialmente grupos excluídos sem alterar estruturas de poder, a interculturalidade crítica, enquanto projeto, questiona a colonialidade e busca garantir espaço legítimo para os saberes e práticas dos grupos subalternizados na formulação de políticas públicas, na economia e na sociedade (Costa; Santos; Silva, 2021). Como afirma Walsh (2002), a interculturalidade não está dada, mas se apresenta como um processo a ser alcançado por meio de práticas concretas e conscientes, ou seja, um projeto a ser disputado. Isso significa que a interculturalidade não pode ser reduzida a um discurso abstrato sobre diversidade, mas deve se materializar em políticas e ações que enfrentem as desigualdades estruturais e promovam um diálogo real entre diferentes grupos sociais. Neste estudo, a noção de interculturalidade crítica amplia nosso olhar sobre a colonialidade presente nos modos de representação da língua, na escuta dos repertórios linguísticos e nas práticas interacionais que se dão no contexto brasileiro, levando-nos a repensar outras possibilidades de interação como projeto de transformação das relações sociais.

No Brasil, sob a influência do nacionalismo e do racismo estrutural, práticas sociais consolidaram uma associação quase biológica entre língua e etnicidade, ancorando a identidade em formas culturais marcadas pela linguagem. Essa relação fortaleceu a expectativa de que identidade cultural e identidade linguística estariam vinculadas, reforçando a ideia de pertencimento a partir de parâmetros linguísticos normativos.

No campo da linguística, a marcação refere-se ao processo pelo qual determinadas categorias sociais adquirem um status normativo e privilegiado — como a branquitude, a masculinidade e a heterossexualidade — enquanto outras são classificadas como desviantes. Quando uma categoria se torna a norma não marcada, seu poder se naturaliza, tornando invisíveis os mecanismos que sustentam essa posição, especialmente no que diz respeito à linguagem. Esse apagamento ideológico simplifica a complexidade social e reforça a subordinação de identidades e repertórios linguísticos marginalizados.

A marcação, ao estruturar hierarquias, converte diferenças em desvios de uma norma implícita ou explícita, frequentemente interpretados como inadequação. No contexto brasileiro, essa lógica se manifesta na deslegitimação de variedades linguísticas associadas a grupos racializados e socialmente marginalizados, contribuindo para a reprodução de desigualdades. Assim, a linguagem opera como um instrumento de legitimação da estratificação social, conformando o que Lucchesi (2011) denomina polarização linguística no Brasil.

Segundo Bucholtz e Hall (2005), estudos anteriores sobre identidade frequentemente a tratavam como um atributo fixo de indivíduos ou grupos, em vez de um produto situacional. Abordagens sociolinguísticas correlacionais, por exemplo, vinculavam formas linguísticas a tipos específicos de falantes. Embora pesquisas recentes tenham ampliado essa visão, muitas análises ainda assumem que práticas linguísticas refletem, em vez de constituir, identidades sociais. No entanto, a identidade é inerente às ações, não às pessoas. Como produto de ações sociais situadas, as identidades são dinâmicas, podendo mudar e se adaptar a novas circunstâncias, contrastando com a visão tradicional de identidades como categorias fixas e duradouras.

A construção de relações interculturais no Brasil contemporâneo se apresenta como um campo de tensões e disputas, refletindo tanto os avanços no reconhecimento da diversidade quanto os desafios impostos por estruturas históricas de exclusão e desigualdade. O ano de 1997 representa um marco da valorização da multiculturalidade e da interculturalidade no Brasil com a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que estabeleceram a pluralidade cultural como tema transversal. Esse movimento se fortaleceu com políticas afirmativas para minorias étnicas, inclusão de pessoas com deficiência, reconhecimento dos movimentos de gênero, valorização das culturas infantis e do protagonismo da terceira idade nos contextos educativos e sociais (Fleuri, 2003). Além desses temas, a questão da migração internacional vem se projetando nas discussões educacionais no país, ainda que de maneira tímida (Oliveira, 2019). Por trás de cada modelo de interação social entre os diferentes grupos, existe um modelo de cultura (García-Castaño; Pulido-Moyano; Montes-Del-Castillo, 1993) que precisa ser perscrutado.

As lutas políticas linguísticas exigem uma reflexão crítica sobre os próprios termos em que são travadas. Isso implica contrapor à retórica da diversidade e do multiculturalismo celebratório uma perspectiva centrada na diferença, no reconhecimento dos conflitos e das desigualdades que demandam transformações sociais e políticas profundas. Mas, antes de avançar, é essencial distinguir entre transformações que resistem ativamente à dominação e aquelas assimiladas ou cooptadas por ela. Essa distinção, no entanto, não busca uma resistência “pura” ou imune à cooptação, pois a resistência é um processo dinâmico e em constante reinvenção. O foco deve estar na reconfiguração dos jogos de poder e na atenção às demandas de diferentes grupos, situados em distintas temporalidades e espaços, mas submetidos a uma ordem econômica comum (Quijano, 1995). Não há uma única solução para as diversas demandas sociais no campo da linguagem, mas é necessário avançar em pautas específicas sem invalidar outras discussões. Superar uma lógica binária é preciso.

1.4 Até onde foi possível chegar com este capítulo?

Ao longo do processo de doutoramento, quando falava sobre minha pesquisa, frequentemente, as pessoas associavam o estudo ao campo da Linguística *mainstream*. Imediatamente elas mencionavam descrições linguísticas de abordagem formalista em níveis linguísticos, tais como o fonético, e fonológico, o morfológico, o sintático ou o semântico.

Diante disso, percebi que a dificuldade de estabelecer alinhamento para a construção de um diálogo comum entre pares ou não especialistas perpassava três aspectos principais: (i) a área científica a partir da qual me dedico a focalizar a questão da língua(gem) a partir de um fenômeno específico, qual seja: as migrações contemporâneas no Brasil, (ii) o nível de análise linguística e (iii) a interdisciplinaridade como possibilidade para abordar a questão social de interface linguística. A construção da lógica operatória aqui proposta não foi fácil, visto que foi necessário aprender do zero questões talvez elementares para antropólogos, sociólogos e analistas discursivos. Contudo, esse é o desafio incontornável da Linguística Aplicada Crítica.

Nesta seção, busquei introduzir esses três aspectos que serão, incontornavelmente, retomados ao longo deste trabalho numa tessitura orgânica e necessária. Além deles, outra reflexão central e resultante do processo doutoral se mostrará em minhas reflexões sobre o trabalho qualitativo. Essas serão apresentadas no capítulo destinado ao que costumamos chamar de análise de dados. As divisões tradicionais do trabalho acadêmico me auxiliaram no processo de escrita, mostrando-se ainda funcionais e produtivas. Por esse motivo, não abri mão de um formato convencional, ainda que haja uma certa tendência atual a transgressões às normatizações técnicas.

A pesquisa sobre identidade é, por natureza, um campo político, pois investiga as relações de poder e subjetividade que emergem nas dinâmicas locais e nos encontros interculturais. No entanto, enfrenta críticas, especialmente quando adota concepções essencialistas de igualdade e diferença, que podem obscurecer a complexidade e a fluidez dos processos identitários. Apesar dessas críticas, o estudo da identidade permanece relevante, uma vez que as identidades são construídas, negociadas e ressignificadas por meio da linguagem. Nesse contexto, a

Linguística Aplicada Crítica desempenha um papel central no debate, ao reconhecer a linguagem como um elemento constitutivo das identidades e das hierarquias sociais, desafiando visões fixas e homogeneizadoras (Bucholtz; Hall, 2005).

Alçadas a posições hegemônicas, ideias sobre língua(gem) se espalharam no senso comum e passaram a fazer parte do cotidiano, recontextualizando antigas disputas. Sobre isso, a seguir, passo ao Capítulo 2, onde apresentarei a fundamentação para a análise de processos de diferenciação e estratificação social nos quais a língua(gem) ocupa lugar central neste estudo. Nele tratarei de perfazer os elos entre língua, sociedade e cultura.



Figura 4 - Antonio Ruíz, El sueño de la Malinche, 1939. Óleo sobre tela, 30 cm x 40 cm.

CAPÍTULO 2 - DA LINGUA(GEM) AOS PROCESSOS DE DIFERENCIAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL:

A QUESTÃO RACIAL COMO EIXO ESTRUTURANTE DAS RELAÇÕES SOCIAIS BRASILEIRAS

*“Não cruzei fronteiras para me tornar um migrante;
a fronteira me cruzou”(Canagarajah, 2021).*

Neste capítulo, continuo apostando na lingua(gem) e na sua força agenciadora a partir de perspectiva que busca perfazer os elos entre práticas linguísticas e sociedade. Isso porque as maneiras como pensamos a lingua(gem) estão ligadas às formas como criamos sentidos que, consequentemente, permitem nos organizarmos social, política e economicamente. Isso implica em ter que vasculhar não somente a lingua(gem) *per si*, como também outros elementos constitutivos de nossa sociabilidade. Mas quais seriam eles? Mapear esses elos no Brasil exige de nós duas coisas: (i) retorno a um passado ainda presente e (ii) assumir a semiose como elemento constitutivo do social. Ao final desta conversa, seremos levadas a compreender que, talvez, algumas relações de poder não se extinguiram por completo, mas, recontextualizadas, apresentam-se sob novas roupagens. Os debates sobre lingua(gem) e migração são um exemplo disso. Eles reatualizam discussões sobre igualdade, diferença e desigualdades que se reproduzem por processos complexos que demandam investigação (etnificação, racialização, assimilação, etc.).

Tenho aqui um desafio: (i) retomar o conhecimento interdisciplinar acumulado em ciências humanas e sociais, no contexto brasileiro, que permita enxergar a língua como um marcador social corporificado e (ii) alinhá-lo às lentes e aos propósitos de deste tempo e deste estudo para tentar dar conta de uma realidade composta por várias temporalidades. Note que este desafio, inscrito em condições sócio-históricas particulares, já nasce datado e perecível. Esta conversa corre o risco de se tornar prescindível. Mas, se assim for, está tudo bem. Não vejo qualquer embaraço no fato desta discussão ser superada. Nem mesmo que minha posição

mude ao longo do tempo. Risco maior seria estar cega às demandas de nosso tempo.

Na primeira seção, apresento a teoria social que serve como pano de fundo para compreensão sobre as formas de sociabilidade e interação linguística no Brasil. Na segunda seção, trato da semiose em marcadores sociais da diferença e da estratificação social no país. Na terceira seção, discuto a recontextualização de formas de poder associados à língua(gem) e apresento a perspectiva interseccional como possibilidade analítica. Por fim, encerro com algumas considerações sobre o capítulo.

2.1 Por que retomar as marcas de uma colonialidade ainda presente?

Após apresentação das linhas gerais que orientam o eixo de Língua(gem) no Capítulo 1 (Interculturalidade), passo à costura de como tais aspectos se relacionam ao eixo de Marcadores Sociais (Interseccionalidade).

Conforme discutido anteriormente, não se pode pensar na saliência de formas particulares de mobilização da língua(gem) alheias aos modos de organização social, bem como da produção das diferenças e das desigualdades legitimadas (Heller; McElhinny, 2017). Por isso, retorno à questão da semiose para compreendê-la no enquadramento da Colonialidade (Quijano, 2005) de um sistema sócio-econômico mundialmente interconectado, reabrindo contrapontos: passado e presente; identidade e alteridade; colonialidade-imperialidade e modernidade; indivíduo e coletividade; natureza e sociedade; contexto e estrutura; local e global. Uma reflexão honesta sobre interações sociais no Brasil não poderia negligenciar as heranças de um passado recente. Assim, é inevitável fazer as seguintes perguntas: *Por que perfazer as trilhas da colonialidade? E o que isso tem a ver com língua(gem)?*

Sucintamente digo: enquanto prática social, a língua(gem) acumula e armazena heranças culturais representativas de uma sociedade. Retomar os traços da colonialidade significa, então, em alguma medida, retomar pegadas semióticas nas trilhas da vida social. Isso permite explicar o significado que as práticas linguísticas adquirem nos campos em que são utilizadas, bem como permite

descobrir padrões de interação que revelam visões de mundo e formas de relações entre atores sociais.

De modo geral, podemos dizer que, para além dos elementos formais a partir dos quais se pode empreender uma análise linguística centrada nos aspectos internos à língua, a natureza do discurso remete-nos, invariavelmente, às questões externas ao sistema linguístico, ou seja, a uma dimensão social da língua(gem) (Bakhtin; Volochinov, 2006). Assume-se que o valor de um signo, de uma palavra, de um texto, de um discurso, portanto - de uma interação - como construções sociais atravessadas por ideologias. O discurso se configura como uma prática social mediada por tantas outras que estabelecem relação dialética com as estruturas, conjunturas e contextos. A fim de compreender práticas de sustentação de relações assimétricas que tendem a reproduzir uma determinada organização social, a neutralidade enquanto posição política e epistêmica é recusada. Mas, ainda sim, está aberto à mudança.

O momento presente que vivemos é representativo de embates travados a pretensas neutralidade no campo das interações, das representações e das identificações. Por exemplo, diversos movimentos sociais lançam mão da linguagem em suas lutas. A comunidade Surda luta pela valorização da Libras (Língua Brasileira de Sinais) na qual se edifica a identidade de seus membros. Os Movimentos LGBTQIAP+ contestam as normas de gênero e sexualidade impostas por discursos patriarcais e heteronormativos, empregando a língua(gem) como ferramenta de afirmação de subjetividades não conformistas. No Brasil, inclusive registra-se a presença do *pajubá* como um repertório importante em processos identificacionais. O Movimento Indígena que questiona a invisibilização histórica e a violência da colonialidade encontram na língua um campo de luta pelo reconhecimento de suas identidades e culturas originárias, resistindo à imposição de línguas coloniais e ao apagamento cultural. Além dele, o Movimento Negro no Brasil busca valorizar as influências africanas no português brasileiro.

O que todos esses movimentos têm em comum? Eles se deparam com fronteiras invisíveis impostas à linguagem e buscam subvertê-las por meio de práticas não hegemônicas. A coexistência desses repertórios linguísticos ao longo da história do Brasil evidencia a necessidade de problematizar concepções que

tratam as línguas como entidades rigidamente delimitadas, bem como aponta para a necessidade de analisar os impactos dessa visão sobre diferentes grupos sociais (Brasil, 2007).

Por esse motivo, nesta pesquisa me interesso por uma teoria social que ofereça elementos para a compreensão da articulação entre recursos de poder e recursos linguísticos com vistas a viabilizar a crítica, a proposição e a transformação social no contexto das migrações internacionais. Para tal caso, a Colonialidade emerge como elemento estruturador da sociabilidade brasileira. Maldonado-Torres (2007) sustenta que a colonialidade se refere a estruturas de poder duradouras que tiveram origem no colonialismo, mas que seguem moldando a cultura, o trabalho, as relações intersubjetivas e a produção do conhecimento, indo além das administrações coloniais. Assim, a colonialidade persiste como um elemento estruturante mesmo após o término formal do colonialismo.

O final do século XV e o início do XVI marcaram não apenas a “descoberta” de um “novo mundo” para aqueles que desconheciam Abya Yala, mas também a transição do “velho continente” para uma modernidade burguesa emergente. Se a conquista e a colonização fundam a América, é inegável que a violência empregada para submeter as populações autóctones se torna um marco desse período. As dinâmicas de dominação, baseadas em relações altamente hierarquizadas, consolidam um novo padrão de poder – global, capitalista, patriarcal e branco – que sustenta a modernidade burguesa, a face oculta da colonialidade nos países periféricos. Assim, os processos independentistas do século XIX na América encerram formalmente o colonialismo, mas não alteram as estruturas de poder que seguem extraíndo recursos, regulando relações e perpetuando formas de subjugação (Quijano, 2005).

Na América, os impactos sociais da colonização e do colonialismo são fundamentais para compreender as especificidades de nossa sociabilidade. Esses processos não podem ser dissociados do padrão de poder estabelecido a partir do colonialismo, que se caracteriza por ser altamente hierarquizado sendo que interações violentas retroalimentam de maneira complexa movimentos de subordinação da vida. Estamos falando então de um padrão de poder que nasce mundializado, patriarcal, racista, controlador da força de trabalho, acumulador do

capital e desigual na sua forma de redistribuição de recursos e produtos do trabalho (Quijano, 2005). O ano de 1492, tomado como referência para a constituição de um sistema econômico interconectado globalmente (Quijano; Wallerstein, 1992; Dussel, 1993), inaugura o sistema-mundo moderno/colonial, ou capitalismo, cujos impactos transcendem a esfera política e econômica, abarcando dimensões socioculturais, linguísticas, ecológicas, religiosas, raciais e de gênero. A Colonialidade do Poder (Quijano, 2005) estrutura-se por meio de processos complexos de dominação, exploração e exclusão, operando na classificação, subordinação e expropriação de grupos sociais. O capitalismo colonial articula múltiplas hierarquias para sustentar desigualdades, e na América uma dessas hierarquias se torna central: a raça, construída socialmente e disseminada por meio de rede de práticas coloniais que moldam interações, representações e identidades.

A construção da ideia de raça foi instrumentalizada para legitimar a superioridade dos colonizadores em relação à suposta inferioridade dos povos conquistados. Esse conceito tornou-se um elemento estruturante das relações de dominação entre europeus e populações nativas, tanto no contexto colonial quanto em suas continuidades pós-coloniais, na América e além dela (Quijano, 2005). A atualização dessas relações ao longo do tempo e em diferentes espaços demonstra como a racialização permanece um mecanismo central de organização das hierarquias globais. Nesse sentido, concordo com Garcés (2007), que reconhece a utilidade do termo eurocentrismo como referência histórica, mas defende sua ressignificação a partir do atual domínio imperial do capitalismo. Embora a Europa não exerça hoje a mesma influência direta sobre a América, as dinâmicas raciais estabelecidas no período colonial continuam a estruturar o capitalismo contemporâneo.

A questão racial configura-se como um dos desafios globais da atualidade, interligando-se a outras formas de desigualdade, como aquelas baseadas em gênero, classe e na relação entre sociedade e natureza. Mais do que um resquício do passado, a colonialidade é um pilar essencial para a manutenção do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que se apresenta como um enigma. Isso porque ela se adapta às circunstâncias históricas, aos atores e aos contextos geopolíticos, mas, apesar de suas variações, mantém-se como um dispositivo persistente de

dominação. Essa capacidade de se reconfigurar sem perder sua função estruturante é justamente o que Césaire (1978) denuncia em *Discurso sobre o Colonialismo*, ao evidenciar a permanência da lógica colonial sob novas formas.

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: “Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!” E aguardam, e esperam; e calam em si próprias a verdade — que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a quotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas que antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só tinha se aplicado aos povos não europeus; que o cultivaram, são responsáveis por ele, e que ele brota, rompe, goteja, antes de submergir nas suas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização ocidental e cristã. Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu *demônio*, que se vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o *crime* em si, o *crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os “coolies” da Índia e os negros de África estavam subordinados. (Césaire, p. 18, 1978).

Embora tabu, o debate étnico-racial revela aspectos de nossa sociabilidade no que tangem identidade e alteridade, diferença e desigualdade, cooperação e hierarquização (Ianni, 2004) e que precisam ser compreendidas, sobretudo, enfrentadas. Necessariamente essa conversa tem de ser entendida a partir de conceitos como (i) *raça*, (ii) *racismo* e (iii) *branquitude* (Guimarães, 2009; Almeida, 2019).

Nesta tese adoto a noção de *raça* como um signo flutuante que varia no tempo e no espaço históricos a depender das situações, das formas de sociabilidade e das disputas de poder em cena (Hall, 2016). Nesse sentido, coincidimos com aquelas correntes teóricas que colocam em evidenciam a “racialização” como um processo (Olmos-Alcaraz, 2009, 2020; Olmos-Alcaraz; Martín-Godoy, 2020), frequentemente imbricado em outras matrizes de dominação, opressão e exploração (Collins, 1993). No Brasil, é frequentemente associada a elementos fenotípicos, tal como a pele, mas não somente (Nogueira, 1999). Conforme nos informa uma

perspectiva raciolinguística (Alim, Rickford, Ball, 2016), a língua também pode se tornar um signo racializado e etnificado quando admitimos que “são palavras e também outros recursos semióticos que nos auxiliam na comunicação” (Maciel; Rocha; Canagarajah, 2020, p.14).

No caso brasileiro, o racismo de marca (Nogueira, 1996) é especialmente antinegro e antindígena. Em nível global, o padrão de poder é sobretudo branco (Quijano, 1995). Ainda que no Brasil o debate antirracista tenha sido protagonizado, especialmente, pela força do movimento negro, são os povos originários os primeiros grupos a se depararem com o processo de racialização na América. Para Milanez et al. (2019), além dessa violência, os povos indígenas do Brasil continuam sofrendo com a forma como sua história é narrada visto que a historiografia tradicional oferece pouca atenção ao seu protagonismo de resistência à colonização, bem como secundariza a escravização indígena ao narrá-la como uma mera etapa de transição para a escravização negra. Essa narrativa desconsidera o sistema de exploração da força de trabalho, a espoliação, bem como o extermínio da coletividade indígena no Brasil que se dá por ações individuais e institucionais, desde a conquista até o momento mais contemporâneo. Milanez et al. (2019) criticam a negligência de atores sociais que evitam descrever a experiência indígena no Brasil a partir das lentes do racismo:

[...] se para muitos acadêmicos de instituições brasileiras a violência contra populações indígenas não deve, ou não precisa, ser descrita como racismo, para os participantes indígenas do encontro não havia a menor dúvida de que sofrem e vêm sofrendo racismo desde a chegada dos europeus ao continente (Milanez et al., 2019, p.2170).

Para Silvio Almeida (2019, p.25), o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam”. Essa forma de discriminação resultou em um processo de estratificação social com efeitos intergeracionais, impactando as trajetórias de vida de atores pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Esse impacto se reflete na limitação de oportunidades de mobilidade social, no acesso desigual a recursos materiais e no

reconhecimento social. O racismo estrutural apresenta uma dinâmica específica: ele não se restringe a ações individuais ou institucionais isoladas, mas deve ser compreendido em sua complexidade sistêmica. Isso implica ir além da concepção de racismo como um desvio ou anomalia comportamental de um indivíduo ou grupo, reconhecendo-o como um conjunto articulado de práticas – conscientes, inconscientes e institucionalizadas – que operam de forma sofisticada para naturalizar hierarquias e perpetuar desigualdades nas esferas social, política, jurídica e econômica (Almeida, 2019).

A partir do que tenho desenvolvido até o momento, só faz sentido falar em racismo enquanto sistema subordinador da vida com base na hierarquização entre raças (categoria social) se falarmos de branquitude. A branquitude seria, então, esse sistema de poder articulado a processos de racialização que tem na identidade racial branca sua referência de superioridade. A ideia de superioridade constituinte da identidade racial branca não é um traço essencial ou natural, mas sim uma elaboração social a ser questionada. Assim como em outras categorias raciais, a identidade branca não deve ser entendida enquanto entidade estática e homogênea, pois é construída relacional, social e historicamente a partir de dinâmicas locais e globais (Hall, 2016). Além disso, vale lembrar que outros marcadores sociais (o sexo, gênero, idade, origem, religiosidade, classe, etc) podem implicar em diferentes experiências sociais para o sujeito branco. No Brasil, a branquitude representa um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos que contribuem para construção e organização social de um sistema racialista e racista (Nogueira, 2007).

Nesse sentido, estigmatizar, discriminar, racializar ou identificar o outro tem a ver com técnicas de poder que politizam as relações cotidianas, mutilando a práxis humana, aprofundando a alienação de indivíduos e coletividades. De modo que a “raça” é sempre “racialização”, ou seja, um processo construído nas tramas das relações e no contraponto das tensões “identidade”, “alteridade”, “diferença” (Ianni, 2004). Já o racismo estrutural é um sistema fundado a partir de uma ideologia racialista hierarquizante, que tem na racialidade o seu discurso e na raça o seu produto da racialização. Embora possamos encontrar diferentes definições e usos históricos para o conceito de raça, é preciso destacar que nem toda ideia de raça é necessariamente racista e, por isso, deveria ser imediatamente abandonada. De

fato, o que temos observado no Brasil e em outros países da América é reapropriação de discursos racista por parte de grupos étnico-raciais como estratégia de autodefesa, de recuperação do sentimento de orgulho, dignidade e autoconfiança numa movimentação antirracista (Guimarães, 1995). Elementos como cultura e língua acabam entrando nesse movimento de luta étnicoracial pela preservação de suas identidades estrategicamente essencializadas.

Assumo a sociedade como sendo formada por relações de poder não somente desiguais, mas injustas, nas quais os atores atuam a partir das condições que lhes estão disponíveis historicamente, articulando práticas e discursos de lugares sociais distintos. A vida social é entendida, portanto, como uma série de movimentos das práticas sociais que possuem regularidades e também contradições. São as práticas sociais que permitem articular a análise estrutural da interação, afastando pressuposição determinista. Certas práticas sociais, parcialmente, discursivas são, frequentemente, atravessadas por ideologias (Fairclough, 2003) - as quais tomam forma nos modos de representar atores, relações sociais e mundo para a sustentação de um sistema colonial, racista, patriarcal (Quijano, 2000) sendo assim, desvelar as ideologias seria uma estratégia importante para a superação desse sistema.

Conforme Maldonado-Torres (2007), práticas sociais situadas na colonialidade capitalista e racista se relacionam, sobretudo, à forma como (i) o trabalho, (ii) o conhecimento, e (iii) as relações intersubjetivas se articulam em três dimensões, explicadas por Vieira (2019, p. 89) a seguir:

- a colonialidade do poder, que se refere à “inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação”;
- a colonialidade do saber, referente ao “papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento e a reprodução de regimes de pensamento coloniais”;
- a colonialidade do ser, que se refere ao processo de “colonização cognitiva”, “da experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem”. (Vieira, 2019, p. 89)

Segundo Vieira (2019) e Resende (2019), os três domínios da colonialidade são interdependentes, exigindo sua superação por meio de práticas discursivas

voltadas para grupos desempoderados, que buscam desafiar os modos hegemônicos de representação. Esses modos, longe de serem universais, são construções particulares que desafiam o *status quo*. A noção de hegemonia é relevante para compreender as ordens do discurso, que correspondem à configuração específica de gêneros, discursos e estilos, formando a dimensão discursiva de uma determinada rede de práticas sociais. Essas ordens incorporam ideologias legitimadas por determinados grupos e seus posicionamentos discursivos, consolidando-se em estruturas hegemônicas. No entanto, essa hegemonia não é absoluta, pois pode ser contestada dentro da luta discursiva por meio da resignificação semiótica e da variação linguística. Assim, as ordens do discurso, embora relativamente estáveis e duradouras, permanecem abertas a transformações impulsionadas por novas práticas sociais, representações, interações e formas de identificação (Fairclough, 1989; Fairclough, 2003).

Neste estudo, por exemplo, parto de três perspectivas contemporâneas relacionadas aos eixos de Linguagens, Marcadores Sociais e Migrações (Interculturalidade Crítica, Interseccionalidade, Translinguagem) que contestam em alguma medida ordens de discurso hegemônicas. A Translinguagem questiona os regimes de discurso monoglóssicos. Já a Interseccionalidade problematiza perspectivas homogeneizadoras que ocultam processos de diferenciação e estratificação social. Por fim, a Interculturalidade contesta as estruturas sociais, os sistemas de dominação e exploração que atravessam a relação entre diferentes grupos. Isso significa que os modos de agir e se relacionar (inter-ações/gêneros), os modos de se construir sistemas de conhecimento (representações/discursos), e os modos de ser e de identificar (identificações/estilos) que parcialmente constituem os poderes-saberes-subjetividades sobre línguas, corpos e suas performances podem ser representados em discursos contra ideológicos, contra hegemônico e de resistência, contribuindo para a formação de novos imaginários sociais (Fairclough, 2003; Vieira, 2019).

Na próxima seção, passo à exemplificação de como os recursos sociossemióticos se articulam aos processos de estruturação da vida social. Dito de outra forma, a seguir, aprofundarei sobre a formação social brasileira que tem no racismo estrutural seu pilar. Para desenvolver a ideia de língua/linguagem como um

marcador social corporificado, racializado e etnificado me apoiarei, especialmente, em Nogueira (2007) e na sua proposição de racismo de marca. O conceito de racismo de marca será central para a compreensão da articulação entre recursos de poder e recursos linguísticos, ou para ser mais abrangente, recursos sociossemióticos.

2.2 O que a língua anuncia neste sistema?

Desde o Capítulo 1, estou tentando reconstruir os elos entre práticas de língua(gem) e formação social brasileira. Conforme defendi na seção anterior, para esse propósito é inevitável retomar as marcas de um padrão de poder colonial ainda presente visto que a organização da sociedade brasileira foi e segue sendo forjada a partir de regime estrutural de dominação racial na qual várias dimensões da vida (social, política, jurídica, econômica, afetiva, etc.) frequentemente são orientadas por modos ideológicos particulares de representação, de identificação e de interação. Tais modos estão atravessados por disputas semióticas e tecnologias linguístico-coloniais¹⁶ que implicam inclusive nas diferentes formas como construímos noções sobre alteridade e língua. Ambas somente podem ser entendidas quando situadas a partir de corpo concreto. Nesta seção, *O que a língua enuncia neste sistema?*, buscarei desenvolver tal argumento.

A interação social e, portanto, linguística, perpassa dimensões caras para este estudo: alteridade e contexto. A primeira diz respeito às noções que construímos em torno de quem imaginamos que seja nosso interlocutor. Já a segunda se refere à forma como os atores da língua(gem) criam sentidos no processo sociointeracional situados em certa formação social. Parto da premissa de que a conversa é socialmente organizada e que o surgimento de algumas variáveis sociais (raça, gênero, origem, etc.) podem produzir algum efeito sistemático sobre o comportamento linguístico (Goffman, 1998). Inclusive não somente isso, mas essas variáveis sociais, reinterpretadas linguisticamente, podem fazer da própria língua um

¹⁶ A partir de Foucault (1999), reelaboro a noção de tecnologias de poder para entender as tecnologias linguístico-coloniais como instrumentos que operam, ao lado dos discursos e das relações de poder, na produção de subjetividades.

marcador social da diferença, ou seja, em elemento sobre o qual a estratificação social se reproduziria.

Para compreender isso, é preciso assumir que valores partilhados forjam enquadres sociointeracionais (contextos mentais, institucionais e estruturais) pautados nas relações de poder existentes. No limite, isso implica em quem pode falar, o que pode falar e de que maneira pode falar. O conceito de *habitus* de Hanks (2008) sugere exatamente que as práticas sociointeracionais não se dão pela intenção livre dos sujeitos languageiros. Para esse autor: (i) em uma dada conjuntura histórica existem hábitos mentais subjacentes que guiam a produção cultural em diferentes esferas; (ii) estes hábitos são introjetados por meio da socialização; (iii) eles servem tanto para informar o modo a ação de atores sociais como para informar o modo de avaliação dos atos; (iv) eles realizam-se no curso das atividades (Hanks, 2008, p. 194).

O ponto de partida desta análise reside na interação entre as práticas linguísticas e as representações que os falantes constroem sobre a língua e seu uso. As produções discursivas e os traços que emergem no cotidiano coexistem com concepções metalinguísticas que moldam percepções sobre a legitimidade e a adequação das variedades linguísticas. Essas representações não apenas promovem ideologias linguístico-coloniais em circulação, mas também exercem influência sobre as próprias práticas dos falantes, atuando em processos de mudança em tecnologias linguístico-coloniais.

A nomeação de uma língua histórica constitui uma intervenção discursiva que simplifica a complexidade das práticas linguísticas, frequentemente apresentando-as como entidades naturais, autônomas e ontologicamente distintas (García, 2009). No entanto, a categorização e delimitação de uma língua são, essencialmente, construções políticas e não reflexos objetivos das realidades linguísticas (Severo, 2016). Esse processo de nomeação reflete interesses de poder, identidades coletivas e normas estabelecidas. No contexto colonial, por exemplo, a oficialização do português no Brasil marginalizou línguas indígenas e africanas, consolidando um projeto de homogeneização linguística. Mais recentemente, a distinção entre “português brasileiro” e “português europeu” ilustra um movimento de afirmação

identitária que, embora reconheça variações internas, ainda opera dentro de uma lógica nacionalista de demarcação linguística.

A fixação de fronteiras linguísticas frequentemente desconsidera a fluidez das práticas linguísticas reais, especialmente em contextos multilíngues e de intenso contato entre línguas. Isso pode ser observado em diversos cenários já bastante conhecidos, tais como: (i) o contato linguístico em Oiapoque (AP), na fronteira com a Guiana Francesa, onde “o francês” e “o crioulo francês” originam uma mistura linguística única; (ii) a interação entre “espanhol”, “português” e “guaraní” na fronteira entre o Paraguai e o Brasil; (iii) o uso do “nheengatu” em algumas comunidades ribeirinhas e indígenas, onde se mistura com “o português” em contextos urbanos; (iv) a fusão do “iorubá”, “quimbundo” e outras línguas africanas com o português falado na Bahia, Maranhão e Pernambuco; (v) a rica hibridização linguística resultante da presença de imigrantes japoneses, árabes e italianos em São Paulo. A esse quadro se somam as mais recentes migrações internacionais, tais como os indígenas Warao da Venezuela, originária da região delta do Orinoco, no leste da Venezuela e assentada em Roraima, no Amazonas e no Distrito Federal; ou os haitianos deslocados por vários estados do Brasil.

Esses exemplos sugerem que as línguas são inerentemente híbridas e dinâmicas, resultantes de processos históricos de contato e influência mútua. No caso do português brasileiro, a interseção entre línguas indígenas, africanas e europeias evidencia esse caráter híbrido, embora discursos normativos frequentemente privilegiem uma narrativa de pureza linguística. Dessa forma, a nomeação das línguas não apenas reflete dinâmicas sociopolíticas, mas também influencia a maneira como os falantes percebem e reproduzem suas próprias práticas de linguagem. Essas questões não se desconectam das tecnologias linguístico-coloniais - entendidas como instrumentos que operam, ao lado dos discursos e das relações de poder, na produção de subjetividades - e das ideologias raciolinguísticas, utilizadas para justificar a subjugação das populações indígenas em sua dimensão linguística. Segundo Veronelli (2015), os colonizadores descreviam as línguas indígenas como formas rudimentares e “animalescas” de comunicação, incapazes de expressar a complexidade e a visão de mundo atribuídas às línguas europeias. Essa narrativa legitimava a dominação cultural e a

hierarquização das línguas indígenas como inferiores. Ideologias raciolinguísticas rearticularam e reatualizaram a velha diferenciação linguística entre o europeu e o não-europeu na noção de branquitude e não-branquitude.

A governamentalidade do Estado-nação colonial reproduziu o modelo de Estado-nação europeu no qual territórios, populações e línguas foram tomados como correspondentes em uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008 [1991]) como nação. Nesse modelo, a emergência da noção de língua nacional se configurou como um instrumento de coerções e regulações estatais dentro de um espaço delimitado, ou melhor, uma tecnologia linguístico-colonial. Se nos estágios iniciais do colonialismo, concepções sustentaram a imposição das línguas europeias como requisito para o suposto progresso das populações colonizadas (Severo, 2016), na República, a língua nacional, em sua modalidade escrita, emergiu como um requisito prévio para o exercício da cidadania. Ao longo da formação brasileira, ideologias raciolinguísticas articularam diferenças étnico-raciais e linguísticas em desigualdade e subalternização.

A história colonial influencia diretamente a percepção das práticas sociointeracionais de atores racializados-etnificados, demandando uma teoria da percepção racializada da linguagem. Para essa análise, Rosa e Flores (2017) propõem expandir a noção de “sujeito ouvinte branco” para abarcar a percepção hegemônica não apenas da fala, mas também de outros modos de comunicação e formas semióticas. O conceito inspira-se na noção de “sujeito ouvinte” proposta por Inoue (2003a) e em sua análise interseccional e no seu tratamento mais amplo da categoria ideológica da “língua das mulheres” japonesa como uma forma de “inversão indexical” (2006). Inoue (2006) argumenta que a chamada “língua das mulheres” japonesas não deve ser tratada como uma categoria linguística objetiva, mas como uma construção ideológica resultante de processos de “inversão indexical”. Em vez de analisar essa variedade linguística como um dado empírico, Inoue destaca como as ansiedades sociopolíticas do Japão moderno moldaram sujeitos ouvintes masculinos, que passaram a interpretar a fala das alunas como um problema a ser regulado. Assim, sua abordagem evidencia que ruído e linguagem não são entidades preexistentes ou inerentes à experiência, mas são ativamente produzidos por ideologias linguísticas que acabam legitimando as próprias formas

linguísticas que pretendem descrever. Logo, a problematização recai sobre os processos interpretativos e classificatórios dos atores que ocupam posições de percepção hegemônica, os quais representam variedades inscritas fora da norma linguística estabelecida como deficitárias. Mesmo quando falantes racializados demonstram proficiência na variedade linguística legitimada, suas práticas continuam sendo desvalorizadas, não devido à forma como utilizam a língua, mas em função dos corpos que as realizam. Esse modelo de análise parece útil para pensar práticas linguísticas em contextos de alta diferenciação e estratificação social, como é o caso do Brasil (Rosa; Flores, 2017).

A raciolinguística enfatiza que (i) tais percepções não são apenas individuais, mas também mediadas por instituições, políticas e tecnologias linguísticas e que (ii) embora associadas à branquitude como posição de sujeito, não estão restritas a indivíduos brancos, podendo ser reproduzidas por diferentes agentes situacionais (Rosa; Flores, 2017). Isso porque branquitude ou negritude não existem não como um dado natural, mas como uma elaborações sociais que se produzem em relações. As interpretações linguísticas realizadas por atores ouvintes brancos e não-brancos integram um sistema semiótico mais amplo e racializado, no qual a percepção da branquitude é central e se alinha com uma variedade “padrão” ou “cultura”. Rosa e Flores (2017, p. 8) sugerem que “as ideologias raciolinguísticas funcionam de maneira semelhante, produzindo uma linguagem racializada, práticas que são percebidas como emanadas de atores racializados”. A linguagem torna-se, então, ela mesma um marcador social, ou seja, um traço da diferença sobre o qual processos de estratificação social podem ser imprimidos.

A noção de “inversão indexical” proposta por Inoue (2006), bem como a noção de raciolinguística proposta por diversos autores na obra *Raciolinguistics: How language shapes our ideas about race*, organizada por Alim, Rickford, Ball (2016) se tornam úteis para pensar as práticas linguísticas de atores transnacionais, conforme tenho refletido ao longo desses anos. Em 2019, publiquei um artigo na Revista Brasileira de Linguística Aplicada chamado: *Do “corpo falado” à “fala corporificada”: a compreensão das convergências de estruturas de poder para repensar a Linguística Aplicada* onde comecei a desenvolver ideias consoantes às propostas. Embora não operasse a partir do termo raciolinguística, nesse trabalho

me questionava se *seria possível produzir conhecimento linguístico ignorando sistemas de subordinação da vida que se reproduzem no contexto social brasileiro?* Assumindo que a resposta a esse questionamento fosse não, busquei refletir sobre: *Como o corpo tem sido semiotizado e como esses processos de semiotização se relacionam com a língua?* Apoiada em Nogueira (1996), Nogueira (1999), Sales Jr. (2006), assumi que o racismo no Brasil opera a partir de um preconceito de marca¹⁷, entendido como disposição ou atitude desfavorável, culturalmente condicionada em relação aos membros de uma população, aos quais se têm estigmatizado devido a uma marca que portam. Essa marca é representativa de um elemento de status que pode estar em articulação com outros elementos. Tal noção é apresentada como um tipo abstrato (não absoluto) para o qual casos concretos das relações raciais podem tender e que por isso precisam ser analisados. A partir daí passei a buscar pelos elos entre os repertórios linguísticos e suas dimensões mais físicas e abstratas, o que me levou a ver “a língua” como um signo, como locus de inscrição de significados historicamente situados que regulam percepções e interações sociais¹⁸. Nesse contexto, a língua, entendida enquanto práticas e repertórios, passa a se relacionar a processos de categorização hierarquização que refletem possibilidades de participação social e reconhecimento simbólico.

O estudo “da língua” - enquanto entidade abstrata, delimitada e coesa - exige pensá-la enquanto signo, ou seja, como um sinal sobre o qual se reproduz estrutura social que atribui sentidos específicos, a depender do sistema cultural em jogo. Esse modo de compreender “a língua” está alinhado a uma concepção de prática

¹⁷ Onde o preconceito é de marca, a concepção de branco e não-branco varia subjetivamente em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região, das características de quem observa como das de quem está sendo julgado. Além disso, relações pessoais, de amizade e admiração cruzam as fronteiras da marca; o que não acontece facilmente onde o preconceito é de origem. Quanto à estruturação social, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas que o indivíduo é portador, sendo o preconceito racial disfarçado sob o de classe (Nogueira, 2007).

¹⁸ Nogueira (1999) ensina que buscar interpretar os sentidos sociais inscritos no texto corpóreo possibilita compreender o funcionamento de nossa sociedade, bem como a ordenação imposta aos corpos, tendo em vista que determinados atributos, sejam eles morais, intelectuais ou físicos, são privilegiados em função de certas marcas. De tal sorte que os sujeitos podem ser classificados como interlocutores sobre os quais é possível realizar movimentos conversacionais específicos, aplicar determinados procedimentos de tomada de turno ou provocar bloqueios na atividade da conversação, a partir da avaliação que se faz – consciente ou inconsciente – sobre o outro. Além disso, destaco que a origem da raça está na colonialidade, e não no corpo (Rosa; Flores, 2017).

discursiva performativa, a qual concebe a língua(gem) como atividade de ação que possui força constituidora dos sentidos da própria experiência humana, sendo também lugar de interação dos atores sob determinadas condições. Para essa perspectiva, a formação dos sentidos por meio dos signos não é arbitrária, mas governada pelas disputas de poder que se instituem e se reproduzem na arena linguística, operando na regulação da legibilidade e interpretação de cada signo.

Nesse sentido, proponho pensar a língua em termos de regras regulatórias, que disputam modos de percepção partilhados. De tal sorte que a língua-texto é anunciada-lida, algumas vezes, antes mesmo de a boca falar. Isso significa dizer que os sujeitos-corpos estariam atravessados por signos disponíveis na sociedade, por preceitos para a interpretação dos signos, bem como por dimensões políticas, mas também subjetivas (Scott, 1995). “A língua”, enquanto signo em disputa, nada mais é que uma elaboração, um produto, ou melhor, uma manufatura social. A noção de manufatura nega uma suposta essência natural ao qual a língua tem sido atrelada para reposicioná-la no campo da convenção. Assim, desvelar os sentidos que habitam “as línguas” significa desnaturalizar os mecanismos históricos que enquadram interações sociais. Nesse sentido, “a língua” é o elemento material sobre a qual se engajam discursos que engendram, racializam e localizam os sujeitos em diferentes inscrições identitárias e posições sociais, o que nos leva a questionar: *que possibilidades se apresentam para cada de nós a partir do repertório linguístico que temos?*

Conforme tenho tentado destacar, os fenômenos linguísticos são fenômenos sociais; e os fenômenos sociais, em alguma medida, possuem uma interface linguística (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Nesse sentido, diferentes estudos têm problematizado a naturalização das línguas nomeadas, assim como das categorias étnico-raciais, analisando os processos que garantem sua reprodução ou reelaboração ao longo do tempo (Anzaldúa, 2009; Makoni; Pennycook, 2007; Severo, 2016). Por exemplo, frente à subalternização imposta por formas legítimas de ser, pensar e falar no Brasil, González (1984) destaca a força do pretuguês como um modo de resistência às tecnologias linguístico-coloniais.

Para se compreender a complexidade das experiências transnacionais, o conceito de repertório (Blommaert; Backus, 2013) constitui uma ferramenta analítica

útil ao abarcar um conjunto dinâmico e heterogêneo de recursos linguísticos e multimodais que são adquiridos, ativados e valorizados de maneira situada, dependendo das trajetórias sociais, das condições de mobilidade e dos contextos de interação dos atores sociais. “Esses recursos variam desde os linguísticos (variedades de língua) até os culturais (gêneros, estilos) e os sociais (normas para a produção e compreensão da linguagem)” (Blommaert; Backus, 2013, p. 11). A noção de repertório é complexificada ao lançarmos luz à natureza indexical da linguagem e à articulação entre língua e raça, profundamente enraizada nas histórias coloniais e na constituição dos Estados-nação.

Numa compreensão funcionalista, a semiose é definida como produção intersubjetiva de significado que atravessa as práticas sociais (Halliday; Mathiessen, 2014). Por considerá-la ativa e presentemente constitutiva, é que podemos lançar mão dos recursos sociossemióticos como objetos aptos à investigação da vida social, já que estão relacionados a padrões de práticas historicamente desenvolvidas, tais como os processos de etnização, racialização, generificação, estratificação, etc. As práticas sociais são formas relativamente estáveis de atividades sociais (políticas, econômicas, culturais, etc.) nas quais os discursos (as semioses) estão presentes como um de seus elementos ao lado de outros, tais como (i) atividades materiais, (ii) atores sociais, (iii) relações sociais. Os elementos das práticas sociais não são separáveis entre si, pois cada um internaliza outros sem reduzi-los a si mesmo. As práticas sociais estão para as entidades intermediárias, que regulam as possibilidades estruturais por meio de processos de seleção e exclusão dos aspectos discursivos de uma ordem social. No nível sociossemiótico elas foram denominadas *ordens de discurso* cuja materialidade linguística se inscreve em discursos, gêneros e estilos (Fairclough, 2003). São elas que organizam e controlam a variação linguística e seus elementos.

O discurso aqui está relacionado com um dos conceitos basilares dos Estudos Críticos de Discurso, chamado de (rede de) práticas sociais (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Ao compreender a vida social numa ótica dialética e relacional, ou seja, como redes interconectadas de práticas sociais, o conceito de práticas sociais supera a fragmentação entre teorias da estrutura e teorias da ação, permitindo conectar de modo complementar ambas perspectivas. Por considerar como relativa (e não

definitiva) a estabilidade do sistema e de seus elementos constitutivos, é que podemos vislumbrar a possibilidade de desarticulação e rearticulação das práticas sociais constituídas em redes. Dito de outra forma, assumir a estabilidade relativa do sistema (social/semiótico) é o que permite pensar em contestação, resistência, transformação ou decolonização das formas de poder, de saber e de ser (Vieira, 2019).

Na próxima seção, proponho a perspectiva interseccional como lente analítica dos processos de diferenciação e estruturação da vida social.

2.3 De que modo as relações de poder se articulam e se interseccionam?

Um dos grandes temas sobre os quais giram as problemáticas sociais, culturais e educacionais do século XXI é a impossibilidade de ocultar realidade tão diversa, frequentemente, desigual. Parte dessa diversidade, tem no corpo o *lócus* para a sua produção narrativa sobre igualdade, diferença e, sobretudo, hierarquias. O corpo é um acontecimento sociossemiótico em disputa sobre o qual a colonialidade insiste em deixar suas marcas. E a língua, como parte do corpo que é, também é disputada e enuncia, juntamente com o corpo, lugares sociais particulares enquanto marca da diferença e, principalmente, da desigualdade. Nesta seção, *De que modo as relações de poder se interseccionam e se recontextualizam por meio da língua?*, buscarei desenvolver tal argumento.

Conforme tenho apontado, a sociedade em geral, e a brasileira em particular, constitui-se de atores, grupos e instituições que, ao se relacionarem, com frequência, sobrepõem-se uns aos outros em diferentes e complexas articulações sociais. Por esse motivo, temos acompanhado no século XX uma série de críticas a teorizações homogeneizantes e práticas de apagamento que ocultam, no interior do exercício da produção científica, desvantagens estruturais que subordinam os sujeitos a condições de interação particulares, frequentemente assimétricas (Yamanaka, 2018). Uma opção epistemológica para se “corporificar” e “complexificar” projetos científicos para além de um único traço diferencial é a perspectiva interseccional, termo comumente atribuído à jurista Kimberlé Crenshaw (1989) para pensar processos de produção e reprodução de desigualdades que operam a partir de dinâmicas de interação entre diferentes marcadores sociais

(Magliano, 2015). Enquanto problemática da vida social, as ideias contidas numa visão interseccional não são uma novidade. Ainda no século XIX, mulheres como Sojourner Truth (Estados Unidos) e Maria Firmina dos Reis (Brasil) já denunciavam a pretensa universalidade do termo “mulher”, herança que implicou peso importante às contribuições que o *Black Feminism* aportará aos contemporâneos estudos interseccionais. Além disso, a visão interseccional é tributária de estudos e movimentos sociais antecedentes que já se preocupavam com as interações entre gênero, raça, classe e sexualidade. Nesse sentido, a principal contribuição de Crenshaw talvez tenha sido propor termo para que inquietações semelhantes ganhassem um guarda-chuva teórico comum (Collins, 2017).

A abordagem interseccional reconhece múltiplos eixos de diferenciação social, mobilizados também como matrizes hierarquizantes e formas de subordinação da vida. Ela contribui para (i) tensionar centralidade monocategorial (unitária e essencialista); (ii) incluir diferentes enfoques para se compreender desigualdades e (iii) complexificar a análise de fenômenos sociais ao compreender como móveis as posicionalidades assumidas pelos atores em função dos contextos sociais e políticos nos quais estão inseridos (Brah, 1991; Piscitelli, 2008). A metáfora do encontro das avenidas em um plano urbano se tornou representativa para a compreensão de como distintos eixos de diferenciação (raça, gênero, classe, sexualidade, deficiência, religião e outros) atuam. Nessa imagem, desempoderamentos se manifestam à medida que o pedestre transita pelas avenidas. No ponto de encontro entre as avenidas, ou seja, no ponto de intersecção ocorre a articulação de diferentes sistemas de opressão e/ou exploração (Crenshaw, 1991). Diferentemente do que se propôs no início dos anos 80, com termos como “dupla” ou “tripla discriminação”, não se trata de adicionar ou sobrepor camadas de opressão, mas sim de compreender as possíveis interações entre sistemas. Nesse sentido, busca-se entender como os sistemas de opressão e exploração se organizam e ressurgem sob diferentes formas (Collins, 2019). No caso de mulheres imigrantes racializadas, por exemplo, com frequência, elas estão expostas ao racismo, ao sexismo, ao classismo ou à xenofobia, sistemas que, possivelmente, se interagem e se materializam em vulnerabilidades e sofrimentos particulares.

Enquanto lente que focaliza a articulação entre sistemas de subordinação e exploração da vida, a interseccionalidade não surgiu de forma isolada. Outras

perspectivas teóricas de diferentes afiliações políticas e de outros lugares do globo foram registradas. Nos EUA, Angela Davis é uma dessas representantes no movimento abolicionista. Na França, Danièle Kergoat (1978) buscava superar a cegueira de gênero para ampliar a análise sobre a divisão sexual do trabalho por meio da noção de consubstancialidade. No Brasil, em 1987, a socióloga brasileira Heleieth Saffioti também apontava a relação simbiótica entre patriarcado, racismo e heteronormatividade, afirmando que “o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (Saffioti, 1987, p.33). Saffioti propunha a metáfora do “nó” enquanto imagem para compreender a consubstancialidade entre gênero, raça e classe, a partir da realidade brasileira e das contradições existentes na sociedade capitalista: “Com efeito, ao longo da história do patriarcado, este foi se fundindo com o racismo e, posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais” (Saffioti, 2000, p.73). Por possuir uma história mais curta que a do gênero, a autora entende que as classes sociais já nascem gendradas. Por outro lado, as emergências das classes sociais transformam a noção de gênero, sendo necessário colocar o racismo em perspectiva. Daí resulta o “nó” formado pelas três contradições (gênero, raça e classe), que criam realidade compósita e nova. Para ela, a realidade precisa ser compreendida em sua complexidade, não podendo ser fragmentada ou reduzida a sistemas autônomos. Por isso diz-se que não há racismo sem exploração capitalista, tampouco há capitalismo sem racismo. Embora não se intitule interseccional, a autora contribui para pensar conjuntamente as dominações a fim de resistir à sua reprodução ao entender que não é possível pensar a realidade brasileira fora da chave das relações raciais (Saffioti, 2015).

Diante disso, opto por uma abordagem que busca: (i) estabelecer relações entre identidade individual e identidade coletiva, (ii) focalizar os eventos particulares a partir do quadro das estruturas e conjunturas sociais, (iii) teorizar a partir das experiências em si e (iv) vislumbrar projetos de justiça social (Collins, 2017). Nesse sentido, a interseccionalidade aponta para a compreensão de que as experiências linguísticas não são meramente determinadas por categorias dadas *a priori*, mas, situadas e dinâmicas, estão em relação às posicionalidades que constituem a experiência humana e as relações de poder que as enquadram. Nesse sentido, a interseccionalidade não se opõe às reflexões de Brubaker (2002) sobre

coletividades. *“And because we are a complex, heterogeneous people, we speak many languages”* (Anzaldúa, 1987, p.55).

A proposta de Brubaker (2002) é que noções como etnia, raça e nação sejam tomadas, pela investigação científica, não como substâncias, ou coisas, ou entidades, ou coletivos de indivíduos – enquanto representação de indivíduos discretos, concretos, tangíveis, limitados – tal como grupos duradouros nos fazem crer; mas sim admitidos em termos relacionais, processuais, dinâmicos e desagregados. Isso significa pensar etnia, raça e nação enquanto práticas, linguagens culturais, esquemas discursivos, rotinas organizacionais, formas institucionais, projetos políticos e eventos contingentes. Significa pensar a *etnização*, a *racialização* e a *nacionalização* como processos políticos, processos sociais, processos culturais e processos psicológicos, que, inclusive, por vezes se confundem. Brubaker (2002) propõe uma mudança de foco dos produtos para os processos identificacionais.

Entender o grupismo como variável contingente permite considerar fases de coesão mútua e solidariedade coletiva, sem que os altos níveis de grupalidade sejam tratados como constantes e duradouros. Nesses termos há possibilidade de o grupismo não acontecer ou de os altos níveis de grupalidade não se cristalizarem, apesar dos esforços de formação de atores etnopolíticos. Casos desse tipo podem ser vistos no desenvolvimento de diversos movimentos sociais contemporâneos de sexuais, de mulheres, trabalhadores, que tiveram momentos de alta solidariedade que logo passaram a ser questionadas por críticas ao excesso de homogeneização interna e invisibilização de atores solidários. Críticas como essas podem culminar em novas dinâmicas identificacionais (Brubaker, 2002).

Como exemplo da dinamicidade da grupalização, podemos citar o recente o caso do movimento negro no Brasil, constantemente intimado a se posicionar diante do debate sobre a mestiçagem no país. Se antes o discurso da mestiçagem esteve relacionado a um projeto de apagamento racial e apaziguamento de conflitos sociais, atualmente atores identificados pelo Estatuto de Igualdade Racial (Brasil, 2010) como negros têm questionado o uso estratégico do termo, pois ele apagaria uma multiplicidade de outras diversidades, provenientes da miscegenção entre indígenas, negros, brancos e outros. De modo geral, a tensão tem se dado sobre o lugar da mestiçagem e do pardo na luta antirracista. Para entender as reivindicações

desse grupo, é preciso voltar no tempo para perceber como esse debate tem sido construído.

Como resultado do trabalho da militância negra das décadas de 1970 e 1980, bem como de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no combate ao racismo¹⁹, o Estatuto de Igualdade Racial, Lei n. 12.288/2010 (Brasil, 2010), consagrou a concepção de que pardos e pretos integram a categoria étnico-racial negro para fins de políticas públicas no Brasil. O Estatuto representa um avanço em ações que visam à redução de assimetrias raciais no país, especialmente por seu desdobramento em leis que referendam ações afirmativas²⁰. Tal conquista não é feito natural, mas decorrente de trabalho etnopolítico (Brubaker, 2002) realizado, especialmente, com foco na construção de uma narrativa sobre o que seria a identidade negra e, logo, parda na experiência brasileira. A construção dessa narrativa se fundamenta, sobretudo, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), cujos dados têm apontado que pardos e pretos compartilham situação econômica semelhante. Ainda que isso seja um fato, atores sociais auto declarados pardos afirmam que os números apresentados não são suficientes para se depreender daí identidade que abarcaria pardos e pretos sob o mesmo guarda chuva: negro.

Se é verdade que brasileiros afastados de discussões acadêmicas possuem dificuldade de se identificarem no sistema binário (branco-negro) importado dos Estados Unidos, pesquisadores de diferentes identificações raciais corroboram a ideia de que “Um elemento central, mas pouco discutido, no debate sobre relações raciais no país é a perspectiva dos brasileiros pardos - a identificação etno-racial que mais cresceu nos últimos censos” (Silva; Leão, 2012, p. 255). Em um país onde o número de pessoas autodeclaradas pardas representa 45,3% frente aos 10,6% de pessoas autodeclaradas pretas e aos 42,8%, brancas (IBGE, 2023), é inegável que

¹⁹ No anos de 2001, em Durban/África do Sul, o Brasil assumiu o compromisso de implementar ações afirmativas para a redução das disparidades sociais entre brancos e negros na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Desigualdade Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

²⁰ Ver Lei 12.711, de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências ou Lei 12.990, de 2014 que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos.

a identidade racial que representa sujeitos miscigenados torna-se um ativo importante a ser disputado.

Diferentemente do que propostas eugenistas buscaram fazer no passado ao proclamarem o Brasil como um país da harmonia racial, novos atores sociais reivindicam uma identidade parda autônoma, não necessariamente apenas negra, visto que o Brasil é também fortemente indígena, abalando a coesão interna do movimento negro e colocando em cheque sua principal bandeira: a unificação de duas identidades sob um só termo. Para Avelino (2023) e Bueno e Saint Clair (2021), reivindicar publicamente a identidade política parda, enquanto pessoas mestiças, seria uma forma de superarem o limbo racial em que se encontram. Para Bueno e Saint Clair (2021), em partes, o fenômeno de um movimento de parditude brasileiro constituiria uma crítica à tentativa de implementação de sistemas de identificação binários no Brasil, reduzidos a branco ou negro, que rejeitam definições de identidades bi ou multirraciais, bem como uma crítica às consequências práticas que esses sistemas tem gerado para a população parda. Uma dessas consequências seria o apagamento das ascendências indígena e branca (constituintes da identidade parda) no interior do movimento negro (Rocha, 2020).

Os novos atores etnopolíticos autodeclarados pardos têm ecoado suas vozes no sentido de promover um movimento de parditude. A proposição central defendida é que seria inviável uma atuação de um movimento antirracista mais amplo que rejeite a mestiçagem no Brasil. Parte da crítica diz respeito às formas de representação da miscigenação²¹ como uma questão de degeneração ou alienação. Esses atores afirmam que discurso de negação da existência de pardos contribui para uma ideologia anti miscigenação, que é purista e que, por isso, perpetuaria ideologias eugenistas. Para o movimento, não se trata de negar a categoria social raça nem muito menos reduzir o racismo a uma questão secundária. Pelo contrário, a reivindicação de uma identidade própria, que resgate pessoas pardas do limbo social para somá-las à luta antirracista, seria um movimento de autodeterminação que buscaria soluções autênticas para a realidade brasileira. Nesse sentido, Avelino

²¹ Conforme Stolcke (2006), o uso do termo miscigenação para descrever as relações sexuais entre colonizadores europeus e a população indígena nos primeiros dois séculos após a conquista é inadequado. Isso se deve ao fato de que a ideia moderna de "raça", e consequentemente o conceito de mistura "racial" a que o termo se refere, só surgiu no início do século XVIII, como explicarei a seguir.

(2023, p.12) é taxativa ao dizer que “reconhecer a mestiçagem no Brasil não é uma escolha a defender ou repulsar, mas sim uma realidade a ser encarada e investigada sem negações”. Então, *se geneticamente a mestiçagem é uma questão inegável, o que leva ao limbo da discussão racial de pessoas mestiças no Brasil?* Munanga responde:

é uma questão política. De que lado essas pessoas se colocam na luta contra o racismo? [...] **Ou eles se assumem, politicamente, como negros, o que é muito bom, porque a união faz a força, pois todos são vítimas do racismo.** Então, pretos e pardos vão se unir contra o inimigo. Na luta contra o racismo, a divisão não é proveitosa nem para os negros, nem aos chamados pretos, nem aos pardos (Munanga et al., 2023, s/p.).

Se hoje pardos representam o maior grupo racial do Brasil (45,3% do brasileiros) (IBGE, 2023), é inegável que um diálogo honesto deva ser aberto por posições progressistas, sob o risco dessa parcela social ser cooptada por movimentos conservadores como é o caso do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro. Para nossa pesquisa, o que importa é ilustrar com esse exemplo, conforme Brubaker (2002) apontou, que há um desafio aí que não pode ser ignorado: *“como ‘analistas de naturalizadores’, não precisamos ser ‘naturalizadores analíticos’”* (Gil-White 1999, p. 803 apud Brubaker, 2002, p.166). Nesse sentido, o pesquisador e a pesquisadora das dinâmicas sociais precisam compreender que em seu trabalho repercutem, ao mesmo tempo, duas dimensões: uma que diz respeito à compreensão dos fenômenos sociais e outra que diz respeito aos desdobramentos políticos de sua análise, às vezes, pouco previsíveis. Certamente, este estudo se encontra sobre tal linha tênue quando trata de discutir os discursos em torno de práticas linguísticas híbridas.

A partir daqui, já posso retomar a metáfora de La Malinche: *¿Cómo hacer para descubrir el secreto que también a ella la encubre?* (Glantz, 1995, p.167). Mais do que oferecer uma resposta definitiva, *O Enigma de la Malinche* busca problematizar o encontro intercultural e suas múltiplas interpretações. Para analisar as práticas sociointeracionais entre brasileiros e imigrantes sob uma perspectiva que não apague as relações assimétricas entre grupos, mas que também não negligencie as diferenças internas intragrupais dos indivíduos, propõe-se a seguinte

questão: de que modo a língua e outros marcadores sociais se articulam com a matriz de poder nos processos de desempoderamento dos sujeitos?

A questão étnico-racial configura-se tanto como um enigma quanto como um desafio global, pois se transforma conforme os contextos, as dinâmicas de sociabilidade e as disputas sociais, ao mesmo tempo em que se reafirma de maneira persistente, ainda que ressignificada (Ianni, 2004). Neste estudo, propomos refletir sobre como xenofobias, etnicismos e preconceitos — inclusive os de ordem linguística — ocultam, em sua estrutura mais profunda, dinâmicas racializadas de exclusão e hierarquização social.

2.4 Até onde foi possível chegar com este capítulo?

A análise da língua(gem) exige um olhar atento para os marcadores corporais e suas intersecções com processos de diferenciação linguística. Essas articulações, muitas vezes tratadas como naturais, refletem dinâmicas coloniais que moldam a percepção social da linguagem e dos sujeitos (Pinto, 2015). Para a Linguística Aplicada Crítica, torna-se imperativo reintegrar essa dimensão frequentemente omitida por modelos analíticos que dissociam corpo e linguagem, promovendo, assim, uma visão mais ampla dos processos de significação (Moita Lopes, 2006).

A questão étnico-racial emerge como um eixo para a compreensão das hierarquias sociais, uma vez que a desigualdade se reproduz e se reconfigura por meio de mecanismos de exclusão racial, linguística e cultural. Xenofobias, etnicismos e preconceitos linguísticos não operam isoladamente, mas como parte de um sistema interligado de opressões.

A noção de identidade, diferença e pertencimento, frequentemente enquadrada em categorias essencialistas, requer uma revisão analítica para evitar a representação dos grupos sociais como blocos homogêneos (Brubaker, 2002). Assim, propõe-se: (i) a reavaliação das categorias analíticas a partir do foco de estudo; (ii) a consideração das diferentes escalas de análise, desde a experiência individual até as estruturas coletivas; e (iii) a contextualização das práticas linguísticas em seus marcos sociotemporais (Blommaert, 2008). Essa abordagem

permite uma compreensão mais dinâmica e crítica das interações linguísticas, reconhecendo sua complexidade e sua relação com estruturas de poder.

A seguir, passo ao Capítulo 3 onde realizarei movimento de aproximação geral ao fenômeno da migração à contextualização particular dos fluxos migratórios no Distrito Federal/Brasil. Nele apresentarei a conjuntura social do estudo, ao passo que discutirei contribuições de uma perspectiva *translínque*.



Figura 5 - David Avalos, "Combination Platter #3: The Straight Razor Taco," 1989.

**CAPÍTULO 3 - DA APROXIMAÇÃO GERAL AO FENÔMENO À CONTEXTUALIZAÇÃO PARTICULAR:
AS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS REACENDEM ANTIGOS DEBATES SOB NOVAS PERSPECTIVAS**

“O limite da solidariedade não pode ser o limite da fronteira.”

(Eduardo Mossri)

Se, por um lado, os deslocamentos em massa precedem e estão ligados à história da humanidade, desde sua origem até a dispersão pelo mundo a partir do berço africano (Moya, 2018), por outro, a problematização desses movimentos em termos de "migração" deriva de um lugar de enunciação historicamente situado. Essa problematização não é neutra; ela expressa uma geopolítica e uma corpo-política do conhecimento, refletindo relações de poder e hierarquias que moldam como entendemos e categorizamos os fluxos humanos (Sebastiani et al., 2020).

Num movimento que parte do panorama geral sobre o fenômeno das migrações contemporâneas, neste capítulo, passo à contextualização particular da realidade brasileira, mais especificamente no Distrito Federal. Na primeira seção, retomo as relações entre migrações e linguagem no Brasil. Na segunda seção, apresento brevemente um panorama geral da questão migratória no país, mais particularmente no Distrito Federal. Na terceira seção, proponho a noção de translingua(gem) com possibilidade de uma sociabilidade mais horizontalizada. Por fim, encerro com algumas considerações sobre o capítulo.

A partir desses tópicos, busco encaminhar a compreensão de que o discurso de uma demanda socioeducativa particular surge em atendimento à suposta necessidade de aprendizagem da língua majoritária por parte de falantes de outras línguas (Diniz; Neves, 2018). Nesse contexto, muitas vezes, a diversidade linguística é vista como um “problema a ser resolvido” (Lopez, 2018). Nesses casos, “supostos problemas escolares” de grupos imigrantes têm sido reinterpretados como expressões da diversidade cultural e/ou étnica. Essa abordagem pode se apresentar como uma armadilha ao essencializar a diferença intergrupar, bem como equiparar fenômenos individuais e grupais. É preciso tomar cuidado para não transformar a

alteridade em um problema cuja solução é “culturalizada” através da reinterpretação das desigualdades socioeconômicas, jurídicas ou políticas como supostas diferenças culturais” (Dietz, 2012, p. 75).

3.1 Como as migrações se articulam às questões de linguagem no Brasil?

Para responder sucintamente à pergunta que orienta esta seção: *Como as migrações se articulam às questões de linguagem no Brasil?*, o óbvio precisa ser dito: (i) o Brasil é um país multiracial, multicultural e multilíngue; (ii) as migrações fazem parte de nossa formação social, com todas as violências e contradições que elas implicaram; por fim, (iii) a ideologia da homogeneidade linguística e a sobrevalorização de uma única variante atenta contra a sobrevivência da pluralidade de línguas, bem como contra o direito à diversidade de grupos, comunidades e povos, principalmente daqueles minoritarizados. Para desenvolver esses três aspectos, a seguir remontarei diferentes momentos históricos e encontros interculturais deste continente.

Tanto las crónicas como los estudios recientes nos han enseñado que la Conquista de América pasó a través de la palabra: nombrar con las palabras nuevas al nuevo mundo significó bautizar, adueñarse de él, imponer otra lengua, otra religión y otra cultura que borraba las anteriores. Significó “inventarlo” o, como ha dicho Abel Pose, “encubrirlo” y no “descubrirlo”. (Grillo, 2014, p. 15).

Convencionalmente, essa história costuma ser contada a partir do encontro entre os povos originários e os primeiros conquistadores em Abya Yala, outrora conhecida também como Índias, Índia Ocidental, El Dorado, Novo Mundo ou, simplesmente, América. Conforme Moya (2018) irá nos explicar a partir de um estudo com escala temporal pouco convencional no Brasil, esses deslocamentos em massa para a América sempre existiram, assumindo diferentes formas ao longo do tempo: assentamento paleolítico, conquista e colonialismo, escravidão, movimentos de massa livres e diásporas mercantis, moldaram a formação histórica da América Latina a partir de traço particular. Minha crítica a Moya é que falar em deslocamentos de indivíduos ou grupos no paleolítico, talvez não seja o mesmo que

falar em migração na contemporaneidade. Por isso, *não concordo* com Moya (2018) no uso irrestrito do termo “migração” para situar eventos que sim tratam de deslocamentos tais como os períodos conhecidos como “pré-colombiano” ou de “tráfico de negreiro”. No estudo, prefiro optar por posicionamentos como os Sebastiani et al (2020, p.3) que compreendem situar os deslocamentos entre Estados-nação, por motivos laborais ou trajetórias de vida migrações, como migrações resulta em um ponto de vista situado historicamente, refletindo tanto uma geopolítica quanto uma corpo-política do conhecimento. Diante disso, aqui assumo alguns pontos de partida:

(i) o termo “imigrante” refere-se a situações em que a decisão de migrar é tomada pelo próprio indivíduo, mesmo que em contextos de vulnerabilidade, mantendo, ainda assim, um grau relativo de autonomia. Ressaltar a “liberdade” como critério é especialmente relevante para pensar tanto o passado, quanto o presente do Brasil.

(ii) a noção de (i/e)migração não pode ser compreendida sem considerar o processo pelo qual o Estado-nação estabeleceu o monopólio sobre o controle da mobilidade humana (Torpey, 1998).

Ainda assim, parece oportuno para esta seção incluir tais períodos como forma de desmistificar a suposta homogeneidade estática na formação do Estado moderno brasileiro.

Os **deslocamentos “pré-colombianos”** partem do nordeste da Ásia. Há cerca de 15 mil anos os primeiros seres humanos chegaram às Américas, o que representa um atraso de 30 a 70 mil anos em relação a outros continentes. Essa chegada tardia explica as características demográficas encontradas pelos europeus no século XV: população reduzida em termos absolutos, baixa densidade demográfica e menos disseminada do que na Eurásia e na África. Tais características combinadas aos traços geográficos (cadeias de montanhas, desertos, selvas, etc.) inibiram certa mobilidade interna e conectividade, por isso o pouco contato entre a América do Sul e a América do Norte. Para Moya (2018) a pequena densidade populacional das Américas, o genocídio da população ameríndia após a conquista, bem como as vantagens militares e tecnológicas dos

conquistadores, em parte, ajudam a explicar o impacto que os colonizadores exerceriam aqui, em comparação com outras regiões. No Brasil, estima-se que 1,2 mil línguas eram faladas antes da chegada dos europeus (Rodrigues, 2005), o que sugere a diversidade linguística como uma constante no território nacional.

Para Moya (2018), o **colonialismo ibérico nas Américas** reflete tanto um traço característico do continente, como também o que representou a migração colonial ibérica. Para cá foram enviados não somente trabalhadores forçados, prisioneiros condenados e estrangeiros em processos de ocupação colonial, como também foram registrados fluxos migratórios livres e espontâneos provocados por fatores de atração tais como possibilidades de exploração de diamante, ouro, prata e outros metais preciosos. Tanto foi assim que, no auge da corrida do ouro em Minas Gerais, em 1720, Portugal restringiu a emigração para “as Índias”. Apesar disso, estima-se que 900 mil espanhóis e 700 mil portugueses chegaram às Américas durante o período colonial. E ainda que exista a ideia corrente de que se tratavam de homens solteiros, a migração foi massiva e, relativamente, equilibrada em termos de gênero para permitir a reprodução cultural dos colonizadores com uma força transformadora sem precedentes na história moderna do colonialismo, transformando a ecologia física e a biota local com consequências demográficas, econômicas e sociais. A colonização ibérica introduziu novas plantas, animais e tecnologias que modificaram os aspectos da vida cotidiana, bem como as relações sociais que passavam pelo uso da terra, trabalho, hábitos alimentares, vestuários, arquitetura, lazer, etc. Mas não somente isso, consoante Moya (2018), a colonização ibérica impôs mecanismos unificadores como o Direito ibérico, o catolicismo romano e, óbvio, as línguas imperiais. Ao longo dos próximos parágrafos, veremos que mais que unificadores, esses mecanismos terão dupla face: serão produtores de diferenças e desigualdades ao mesmo tempo em que serão homogeneizadores das experiências, apaziguadores de conflitos. Ou seja, em alguma medida, serão funcionais à ordem social que se formava.

O tráfico transatlântico de pessoas africanas escravizadas para a América datam entre os séculos XV e XIX. Durante esse período, cerca de 12 milhões de pessoas do continente africano foram deslocadas forçadamente para a América. Esse número superou em quatro vezes o número de pessoas vindas da Europa. Tal evento representa o primeiro movimento transoceânico massivo na

história global. A América Latina recebeu 58% desse fluxo, sendo 45% direcionado ao Brasil e 13% à América Espanhola. A longa duração do tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil distinguiu o país em termos socioculturais, tornando-o, junto a Cuba, uma das sociedades escravistas mais complexas do século XIX. Se é verdade que a restrição de liberdade e o componente de mercado fazem com que o tráfico de pessoas escravizadas seja mais entendido como um comércio que como migração, por outro lado o deslocamento de diferentes grupos trazidos da África guarda algumas semelhanças com experiências de imigrantes livres em termos de processo mais longo de adaptação e formação de identidade coletiva. Para Moya (2018), uma similaridade entre migrações forçadas e livres seria a tentativa de recém-chegados de formarem redes sociais baseadas na origem, como associações de beneficência, fraternidades e outras. Entre livres e forçados, grande parte dessas redes era informal, deixando poucos registros. Assim como no caso de imigrantes livres nas Américas, laços étnicos tendiam a enfraquecer com o tempo, dando lugar a identidades mais abrangentes, mas ainda de base africana.

Como se sabe, mapear as etnias e nações africanas que passaram pelo tráfico negreiro segue sendo um desafio no Brasil. Mas isso não impede que antropólogos e linguistas estimem o cenário africano no país. Como descrito por Lucchesi (2009), cerca de duzentas línguas africanas chegaram ao país com as mais de três milhões e meio de pessoas trazidas para trabalharem como escravas. Por si só esse número é capaz de indicar os impactos dos deslocamentos africanos em massa para a formação social e linguística nacional.

É interessante observar que etnias e nações africanas específicas lançaram mão de estratégias particulares. Por exemplo, os bantos (originários das colônias portuguesas de Angola e, em menor grau, de Moçambique) possuíam maior familiaridade com a língua e os costumes locais visto que, com frequência, vinham semilusitanizados. Além disso dispunham de redes sociais mais amplas e sólidas, pois chegaram mais cedo e formaram uma grande maioria multigeracional que representava sete décimos dos africanos no país (Ferreira, 2012; Slenes, 1999 apud Moya, 2018, p. 43-44). Outros fatores que determinaram a ausência de um processo representativo de criouliização do português no Brasil são: (i) a proporção entre as populações africanas e brancas; (ii) as rupturas dos vínculos sociais e familiares provocados pelas condições de exploração, pelos deslocamentos e pela alta taxa de

mortalidade; (iii) o uso de línguas francas africanas; (iv) a imposição do uso do português e o estímulo à proficiência; (v) a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras; (vi) a miscigenação racial (Lucchesi, 2009).

Vale destacar que o não registro de uma língua crioula não significa ausência de contribuições de línguas africanas e comunidades afro-brasileiras ao português do Brasil. Inclusive o principal parâmetro histórico para contextualizar as mudanças linguística que afetaram o português brasileiro é o contato entre os colonizadores portugueses e os aloglotas²² indígenas e africanos falantes de diversas línguas. O contato intercultural entre esses grupos levam a compreender diferenças entre as variedades linguísticas nacionais e também entre o português de Portugal. Mas é, especialmente, no Brasil que a compreensão do plano diatópico²³ e diastrático²⁴ depende de uma apurada compreensão do processo histórico de sua formação (Lucchesi, 2009).

O século XIX registra a entrada de europeus tanto em regimes coloniais (casos soldados europeus com o objetivo de reprimir as revoltas anticoloniais), quanto pós-coloniais. No Brasil, essa entrada ocorre, especialmente, após 1888, data de assinatura da Lei Áurea. Nunca é demais dizer que fomos o último país nas Américas a abolir a escravidão. Nesse cenário, a imigração europeia está relacionada a um projeto de substituição da força de trabalho, até então escrava, pela assalariada branca. No vigor de uma política nacional eugenista, uma população livre branca se formou e foi superposta à população negra local. Ainda que fosse árdua a vida dos imigrantes em território brasileiro, sua chegada contribuiu para reproduzir e fomentar hierarquias raciais já instaladas nas dinâmicas colonizador x colonizado, escravo x senhor, negro x branco. Caracterizada como uma tentativa de branqueamento da população nacional, a imigração européia para o Brasil do século XIX aprofundou a desigualdade econômica com base na raça e agudizou o racismo em sua tentativa de limpeza étnico-racial (Moura, 1983).

²² Diz-se de pessoa com uma outra língua.

²³ Diz-se de algum aspecto linguístico que se difundiu geograficamente.

²⁴ Diz-se de algum aspecto linguístico que se difundiu socialmente (grupo ou classe).

Do ponto-de-vista das estruturas de poder, no entanto, o que se queria era *apagar a mancha*. Ruy Barbosa manda queimar os arquivos e o governo entra em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca. Entra, então, em funcionalidade a ideologia do branqueamento, que nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente [...] (Moura, 1983, p. 126)

O maior influxo populacional na história da América Latina se dá entre o século XIX e a grande depressão do século XX (Tabela 1). Tal movimento representa “sete décimos de todas as pessoas que já vieram para a América Latina e por um quarto de todos os europeus que deixaram seu continente nativo durante o período” (Moya, 2018, p. 47). Ele foi basicamente formado por pessoas saídas do sul da Europa, mais especificamente das penínsulas ao sudoeste, chegando a representar 80% das entradas aqui. Por exemplo, a Itália contribuiu com quase quatro décimos de todas as chegadas; a Espanha, três décimos e Portugal, um décimo.

Tabela 1 - Migração para a América Latina, 1492-2015

Origem	Número	%Total
Da África para o Brasil	3.527.000	15
Da África para a Hispano-América	1.235.000	5
Da Espanha para a Hispano-América Colonial	900.000	4
De Portugal para o Brasil Colonial	700.000	3
Imigração pós-colonial asiática	855.000	4
Imigração pós-colonial europeia	16.820.000	70
Total	24.037.000	100

Fonte: Moya (2018).

Se é verdade que, na América, povos de todos outros continentes se encontram a partir de experiências particulares (Tabela 1), embora semelhantes em seu traço colonial, é, especialmente, no Brasil onde a mestiçagem resultante desse encontro alçará o status mitológico integrador de todas etnias e raças. A **ficção fundacional da Democracia Racial**, canonizada por Gilberto Freyre, será exportada ao mundo como experiência de sucesso na gestão das diferenças. Sabemos que isso é uma inverdade. Porém, afirmar que a integração harmônica entre distintos grupos étnico-raciais no Brasil é uma falácia, não significa dizer que a mestiçagem o seja. Não é o caso de condená-la. Tampouco é o caso de banir rótulos que ainda

nos servem de alguma maneira, tais como as línguas nomeadas/históricas, as raças ou o que quer que entendamos como culturas. Então, como lidar com tudo isso sem romantizar violências ou banalizar desigualdades?

Processos de mestiçagem social, intercâmbios culturais e, como veremos adiantar, hibridização linguística são colocados sob suspeição por discursos ideológicos de diferentes posições. Ora o purismo linguístico, genético ou cultural se afirma em defesa da pretensa superioridade de uma língua, uma raça ou uma cultura, representantes de grupos dominantes. Ora o mesmo purismo é invocado como estratégia política em defesa dos direitos e da dignidade de grupos subalternos (Wright, 1998). Talvez este tenha sido um dos grandes desafios reflexivos no processo doutoral: construir um pensamento autêntico e crítico diante de discursos estratégicos e essencializadores, sejam eles de posições “conservadoras” ou “progressistas”. Nessa encruzilhada, sei bem que a mera celebração da tolerância ou da pluralidade não é suficiente para o combate de desigualdades.

Após situar leitoras/leitores sobre o panorama geral quando se trata de migração na América e no Brasil, **retomo reflexões sobre língua(gem) nesse contexto**. Com mais de 210 línguas, sendo estimadas 180 línguas indígenas (chamadas de línguas autóctones) e 30 línguas faladas em comunidades de descendentes de imigrantes (chamadas de línguas alóctones) - sendo possível citar: o alemão, o árabe, o chinês, o coreano, o espanhol, o holandês, o inglês, o italiano, o japonês, o leto e o pomerano - ou ainda a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o Brasil está longe de ser considerado um país monolíngue e linguisticamente homogêneo (Brasil, 2007).

A América e suas línguas se instauram como realidades inventadas no interior de um dispositivo colonial cujo objetivo foi controlar povos e terras. Isso significa distinguir “língua/linguagem” de “*uma* língua”. A primeira se refere à capacidade humana de criar significado por meio de signos, e a segunda ao produto singular sócio-histórico identificado por um rótulo como “o português”, “o espanhol”, “o francês”, “o inglês” (Duranti, 2000).

Passíveis de descrição, classificação e nomeação, as línguas históricas foram - e podem ser - tomadas como instrumento colonizador. Um exemplo disso é como as

línguas são usadas como critério de diferenciação étnico-raciais com base em censos ou mapas linguísticos elaborados em relação aos povos e territórios. Nesse cenário, a gramatização das línguas, por meio da produção de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) não somente possibilitou o letramento em sociedades orais, como viabilizou a construção de novas hierarquias. Pessoas sem sistema de escrita passaram a ser vistas como não civilizadas. A intensa elaboração de instrumentos linguísticos na América, que teve início numa empreitada colonial-cristã, foi apropriada pelos novos Estados que se formavam e reproduziam o modelo estatal moderno e racionalizado da Europa Ocidental pautados na tríade: uma língua, um povo, uma nação (Severo, 2016).

As histórias locais no campo da educação linguística revelam a longa duração da colonialidade. Diferente do que ideologias nacionais nos fazem acreditar, a homogeneidade linguística não é uma característica natural dos Estados nacionais que remete a tempos imemoriais, mas é, antes de mais nada, um complexo processo construído ao longo do tempo a partir do “mito do monolinguismo”. Para Megale (2023), **o mito do monolinguismo no Brasil** representa a soma entre **preconceito, desconhecimento e intenção política**. Preconceito contra grupos minoritarizados, desconhecimento da coexistência de línguas num mesmo território e escolhas políticas que culminam em sucessivos glotocídios ao longo da história.

Desde o início da colonização portuguesa, a imposição do português foi uma estratégia deliberada para consolidar o domínio colonial. Os colonizadores implementaram políticas que minaram as línguas indígenas, inicialmente incentivando o uso da *língua geral* (uma variedade do tupi) em certas regiões. Logo Marquês de Pombal e seu Diretório dos Índios (1757) obrigava a substituição das línguas indígenas pelo português nas relações administrativas e educativas, com a justificativa de “civilizar” os povos indígenas. Esse documento foi uma das primeiras políticas formais que visaram a eliminação sistemática das línguas indígenas no Brasil em um processo assimilacionista (Guerra, 2016).

As missões religiosas no Brasil colonial desempenharam um papel ambíguo nesse cenário. Embora inicialmente os jesuítas utilizassem línguas indígenas para evangelizar, o uso exclusivo do português passou a ser exigido com o tempo, com o objetivo de consolidar o domínio cultural e religioso. Contemporaneamente,

instituições religiosas continuam a desempenhar papéis semelhantes de outrora, mas não sem contradições. Elas são responsáveis pelo acolhimento e inclusão de diversos grupos sociais colocados à margem da sociedade e do sistema educacional, tais como indígenas, surdos, pessoas em situação de rua, imigrantes e refugiados, etc.

Com a independência do Brasil em 1822 e a formação de um Estado nacional, a língua portuguesa tornou-se um elemento central na construção da identidade nacional. As políticas linguísticas do Império, e posteriormente da República, promoveram a padronização da língua portuguesa em detrimento das línguas faladas por diversas populações. Essa foi a tendência política brasileira: reduzir o número de línguas, num processo de eliminação de línguas através de deslocamento linguístico, isto é, de sua substituição pela língua portuguesa (Brasil, 2007). Das mais de mil línguas indígenas faladas em 1500, restaram cerca de cento e oitenta nos anos 2000 (um decréscimo de 85%), o que representa não somente o desaparecimento de línguas como também o apagamento de conhecimentos e culturas de diversos povos.

Mas não somente as línguas indígenas foram vítimas de glotocídio por parte dos Estados lusitano e brasileiro, mas também as línguas africanas, a língua de sinais, bem como as línguas faladas por imigrantes e seus descendentes. Para essas últimas, “o Estado Novo (1937-1945) marcou o ponto alto da repressão às línguas alóctones, através do processo que ficou conhecido como “nacionalização do ensino” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração – taxadas como estrangeiras [...]” (Brasil, 2007, p. 3).

Já no século XX, especialmente durante o período da ditadura militar (1964-1985), o Brasil intensificou suas políticas de assimilação e integração, promovendo uma identidade nacional única em torno da língua portuguesa. A política de “Brasil, Ame-o ou Deixe-o” reforçou o monolinguismo e a supressão de qualquer manifestação linguística que não fosse o português. Paradoxalmente, sob a retórica de uma igualdade universal-burguesa, por vezes, a instituição escolar serviu para promover o auto-desprezo pelas práticas linguísticas de grupos subalternizados (Fanon, 2008). Dito de outra forma, modelos tradicionais educacionais reproduziram a Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser. Ao servir a um monolinguismo estatal como norma e objetivo final, práticas pedagógicas

reforçaram a distinção entre letrado e não-letrado, associando, frequentemente, desvios a grupos etnificados/racializados (Dietz, 2012; Flores; Rosa, 2015). Conforme Hage (2000, p. 69–77) segundo Silverstein (2005, p. 366) “os imigrantes, pela própria natureza de sua história de mobilidade, tornam-se os outros nacionais racializados por excelência, o objeto de uma fantasia nacional branca de dominação”

Sob o mote da unificação pela norma de sujeitos socialmente posicionados em lugares distintos, bem como de suas comunidades, o que se alcança muitas vezes é uma contradição: se fragmenta, se separa ou se aniquila parte da diversidade social em busca de pretensa unidade. Enquanto referência, modelo ou padrão (im)posto, a norma se configura como via contraditória: se por um lado pode ser instrumento de inclusão ou ascensão social, por outro se materializa como instrumento de exclusão ou bloqueio social de parcela da população, seja ela autóctone ou alóctone. Nesse sentido, os processos relacionados à língua nacional apresentam duas faces. São, a um só tempo, direito (enquanto oferta de ensino) e obrigação (enquanto imposição de aprendizagem) (Lopez, 2018).

Essa compreensão aponta para a impossibilidade de simplificar as questões de língua(gem) que muitas vezes se apresentam aparentemente como dicotômicas. A forma como abordamos a língua(gem), em nosso tempo, possui, inevitavelmente, dupla característica que gira em torno da possibilidade de transformação e da permanência da reprodução de um estado de coisas. Assim, o desafio de sociedades capitalistas modernas é mobilizar ferramentas próprias desta vida racionalizada e desigual a favor dos atores sociais subalternizados, o que não significa tomar a língua como instrumento, pois esta é, antes de qualquer outra coisa, elemento constitutivo do próprio sujeito. Assim como esse ator também constitui a própria língua. De tal sorte que língua e norma não se confundem.

3.2 Por que pesquisar migrações internacionais no Distrito Federal/Brasil?

O Distrito Federal, como capital do Brasil e centro político-administrativo, apresenta características únicas que o tornam um caso relevante para o estudo das migrações internacionais. A presença de instituições governamentais, organizações internacionais e uma economia baseada em serviços atrai migrantes de diversas

origens, criando um cenário propício para a análise de políticas inclusivas. Nesta primeira seção, busco responder à pergunta: *Por que pesquisar migrações internacionais no Distrito Federal/Brasil?* Para isso, parto de uma panorama geral do Brasil até as particularidades do Distrito Federal.

Entre 2010 e agosto de 2024, o Brasil registrou a chegada de 1.700.686 migrantes, incluindo residentes permanentes, temporários e fronteiriços. O país também concedeu status de refugiado a 146.109 pessoas, com destaque para venezuelanos (134.089), sírios (4.100) e congoleses (1.158). Além disso, foram recebidos 450.752 pedidos de refúgio, principalmente de venezuelanos (257.186), cubanos (41.800) e haitianos (40.483). Embora este estudo não se concentre especificamente em refugiados, a distinção entre migrantes e refugiados tem implicações significativas para as políticas de recepção. Refugiados, em particular, enfrentam desafios adicionais relacionados à proteção internacional. Essas informações foram apresentadas no Boletim das Migrações, divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) (BRASIL, 2024)²⁵. Veja o Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Migrantes registrados segundo Nacionalidade, janeiro 2010 a agosto 2024

Categoria	Total
Migrantes (residentes, temporários e fronteiriços)	1.700.686
Refugiados reconhecidos	146.109
Solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado	450.752

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2024, p. 5).

O Gráfico 1, que apresenta os migrantes registrados no Brasil segundo a nacionalidade, revela um cenário diversificado e complexo da migração internacional no país. Com um total de 1.700.686 migrantes registrados, os dados destacam a presença significativa de diversas nacionalidades, refletindo as dinâmicas regionais e globais que influenciam os fluxos migratórios para o Brasil. Para compreender os fluxos migratórios internacionais no Brasil, é essencial situá-los no contexto da geopolítica das relações entre centro e periferia (Wallerstein, 1992), na qual

²⁵ O Boletim das Migrações se destaca como uma ferramenta essencial para o acompanhamento quantitativo dos fluxos migratórios, auxiliando na análise de tendências, no planejamento e na formulação de políticas públicas mais eficazes, com o objetivo de garantir a proteção de migrantes e refugiados no Brasil.

assimetrias de poder e dependência econômica estruturam a ordem global. Nesse cenário, países periféricos, como Haiti e Venezuela, frequentemente enfrentam crises políticas e econômicas que impulsionam a migração em larga escala. Por outro lado, países semiperiféricos, como o Brasil, ocupam uma posição intermediária no sistema-mundo e podem emergir como destinos estratégicos para esses fluxos migratórios, oferecendo oportunidades de trabalho e refúgio, ainda que dentro de um quadro de vulnerabilidades e desafios estruturais (BRASIL, 2024).

A crise venezuelana, por exemplo, pode ser entendida como resultado da posição periférica do país no sistema-mundo, dependente da exportação de petróleo e vulnerável a flutuações nos preços globais desse recurso. A queda dos preços do petróleo a partir de 2014, combinada com sanções internacionais, exacerbou a crise econômica e política, levando milhões de venezuelanos a migrar para países vizinhos, incluindo o Brasil. Da mesma forma, a migração haitiana, intensificada após o terremoto de 2010, reflete a posição periférica do Haiti no sistema global, com uma economia frágil e dependente de ajuda internacional.

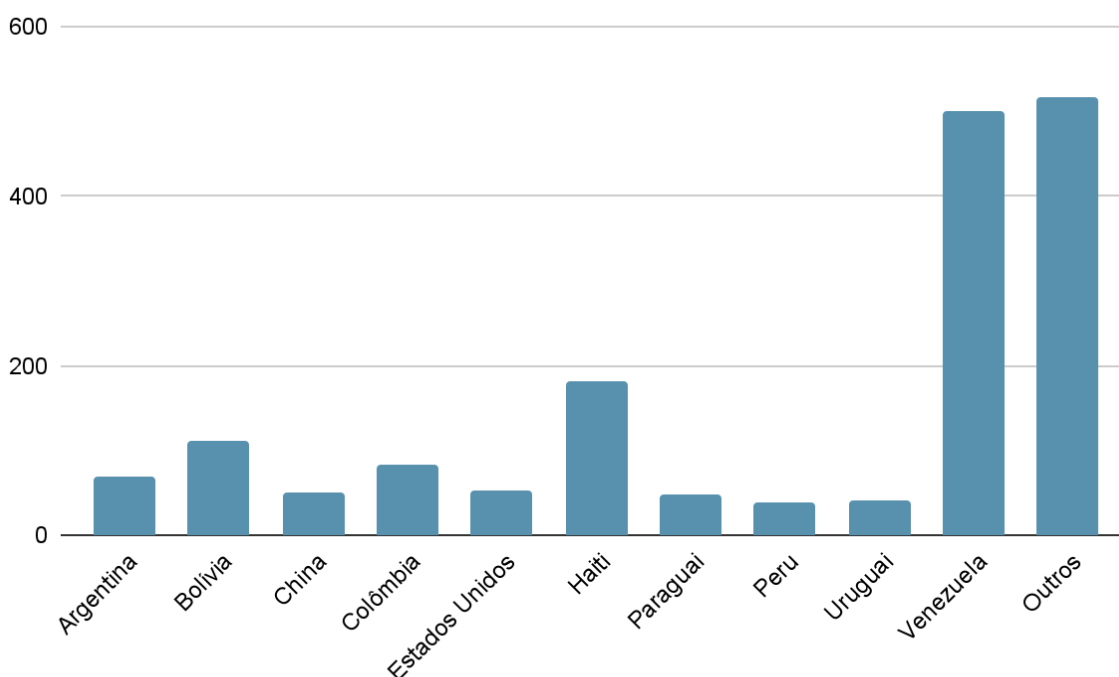
O Brasil, como país semiperiférico, desempenha um papel ambíguo nesse sistema. Por um lado, atrai migrantes de países periféricos devido à sua relativa estabilidade econômica e oportunidades de trabalho. Por outro, enfrenta desafios estruturais para inclusão desses migrantes, refletindo as limitações de sua posição semiperiférica. A análise dos fluxos migratórios para o Brasil, portanto, não pode ser dissociada das dinâmicas globais de desigualdade e dependência que caracterizam o sistema-mundo.

Com 500.636 registros (29,4% do total), a Venezuela é a principal nacionalidade entre os migrantes no Brasil. Esse fluxo é impulsionado pela crise política, econômica e social que o país enfrenta desde meados da década de 2010. Em segundo lugar, os haitianos aparecem com 183.102 registros, o que corresponde a aproximadamente 10,8% do total. A migração haitiana ganhou força após o terremoto de 2010, agravado por instabilidades políticas e econômicas no país (BRASIL, 2024).

Outras nacionalidades com presença significativa incluem Bolívia (110.795 registros) e Colômbia (84.561 registros), refletindo fluxos migratórios históricos e contínuos entre países vizinhos, motivados por fatores econômicos e de integração

regional. A Argentina, com 69.569 registros, e o Uruguai, com 42.175 registros, também aparecem como importantes fontes de migração, reforçando os laços regionais e a mobilidade dentro do Mercosul. Nacionalidades como China (50.401), Estados Unidos (53.665) e Peru (38.923) demonstram a diversidade dos fluxos migratórios, que incluem tanto motivações econômicas quanto acadêmicas e profissionais. Além disso, a categoria “Outros”, que soma 517.364 registros, indica a presença de nacionalidades não especificadas, reforçando a complexidade e a pluralidade da migração internacional no Brasil. Esses dados destacam o Brasil como um importante destino migratório, exigindo políticas públicas que promovam a integração social, econômica e cultural dos migrantes. Além disso, os números refletem os impactos de crises regionais e globais, como a venezuelana e a haitiana, que demandam respostas humanitárias e estruturas de acolhimento adequadas. A análise desses fluxos é importante para compreender as dinâmicas migratórias contemporâneas e para orientar ações que garantam direitos e oportunidades a todos os migrantes no país (BRASIL, 2024).

Gráfico 1 - Migrantes registrados segundo Nacionalidade, janeiro 2010 a agosto 2024

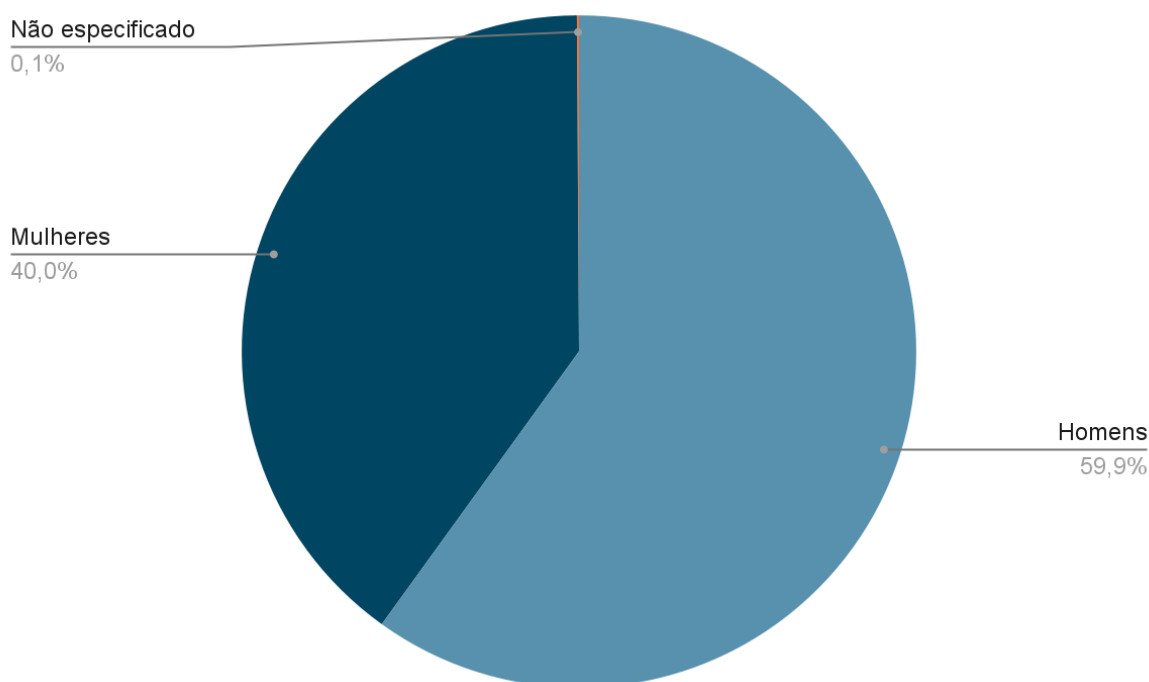


Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2024, p. 6).

De acordo com o Gráfico 2, dos 1.700.686 migrantes registrados no Brasil de

janeiro 2010 a agosto 2024, 60% são homens (1.018.132) e 40% são mulheres (682.330), com 224 registros sem especificação de gênero. Esses números destacam não apenas a dinâmica da migração no país, mas também as diferenças de gênero nesse processo. A maior presença masculina pode estar relacionada a fatores como oportunidades de trabalho em setores específicos, enquanto a participação feminina reflete mudanças nos padrões migratórios, com mais mulheres buscando independência e melhores condições de vida. O registro de casos sem especificação de gênero também chama a atenção para a importância de políticas públicas que considerem a diversidade e as particularidades de cada grupo migrante (BRASIL, 2024). Esses dados são essenciais para o planejamento de ações que promovam a integração e o bem-estar de todos os migrantes no Brasil.

Gráfico 2 - Migrantes registrados segundo Gênero, janeiro 2010 a agosto 2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2024, p. 7).

O Gráfico 3, que apresenta os migrantes registrados no Brasil segundo a faixa etária, no período de janeiro de 2010 a agosto de 2024, oferece uma visão detalhada do perfil demográfico dos migrantes que escolheram o país como destino.

Com um total de 1.700.686 registros, os dados revelam uma distribuição etária que reflete tanto as motivações migratórias quanto as dinâmicas familiares e laborais envolvidas nesses fluxos (BRASIL, 2024).

A faixa etária de 25 a 40 anos é a mais representativa, com 663.676 migrantes, correspondendo a aproximadamente 39% do total. Esse grupo, que compreende adultos em plena idade produtiva, evidencia a migração voltada para oportunidades de trabalho e estabilidade econômica, além de ser uma fase em que muitos atores buscam melhores condições de vida para si e para suas famílias (BRASIL, 2024).

Em seguida, destaca-se a faixa de 15 a 25 anos, com 435.364 registros, representando cerca de 25,6% do total. Esse grupo, composto majoritariamente por jovens, reflete a busca por educação, formação profissional e inserção no mercado de trabalho, além de incluir filhos de famílias migrantes que acompanham seus pais (BRASIL, 2024).

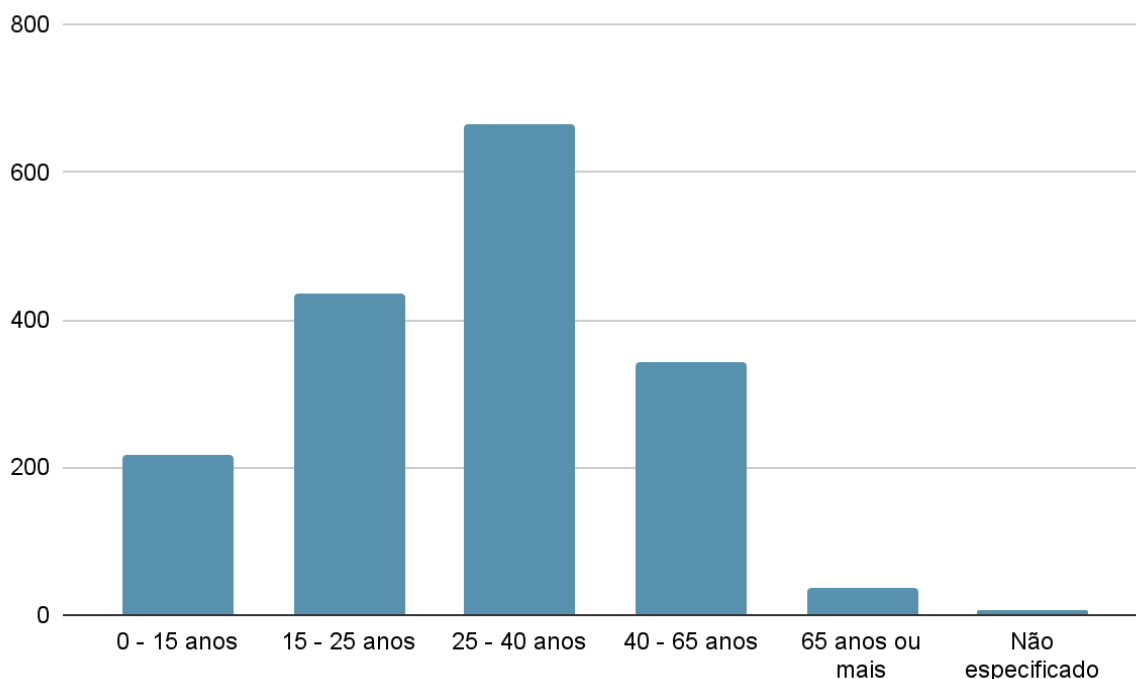
A faixa de 0 a 15 anos, com 215.751 registros (12,7% do total), indica a presença significativa de crianças e adolescentes no fluxo migratório, muitas vezes acompanhando suas famílias. Esse dado reforça a importância de políticas públicas voltadas para a integração educacional e social desses jovens, garantindo seus direitos e oportunidades (BRASIL, 2024).

Já a faixa de 40 a 65 anos, com 341.739 registros (20,1% do total), representa migrantes em uma fase mais avançada da vida profissional, que podem estar em busca de estabilidade, reunificação familiar ou novas oportunidades em um contexto de mobilidade internacional (BRASIL, 2024).

Por fim, os migrantes com 65 anos ou mais somam 36.676 registros (2,2% do total), um número menor, mas que ainda assim reflete a presença de idosos no fluxo migratório, muitas vezes em processos de reunificação familiar ou em busca de qualidade de vida. Além disso, há 7.480 registros em que a faixa etária não foi especificada, o que aponta para a necessidade de aprimorar a coleta de dados para garantir maior precisão nas estatísticas (BRASIL, 2024). Desde a integração de crianças e jovens no sistema educacional até a garantia de oportunidades de trabalho para adultos e o recebimento de idosos, os dados destacam a complexidade

dos desafios e das oportunidades associados à migração no país.

Gráfico 3 - Migrantes registrados segundo Faixa etária, janeiro 2010 a agosto 2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2024, p. 7).

Os dados sobre migrantes registrados no país entre 2010 e agosto de 2024 revelam diferenças significativas na distribuição regional, evidenciando padrões que se relacionam com fatores econômicos, sociais e políticos. O Sudeste se destaca como o principal destino dos migrantes, concentrando 42,5% do total de registros, seguido pelo Norte (20%) e Sul (24,1%), enquanto o Nordeste (7,1%) e o Centro-Oeste (6,4%) apresentam números menores, mas ainda expressivos (BRASIL, 2024).

A região Sudeste contabiliza 714.703 migrantes, consolidando-se como o maior polo de atração no país. São Paulo, com 482.059 registros, responde sozinho por 28,7% do total nacional, demonstrando sua posição como principal destino migratório, o que pode ser explicado pela economia diversificada, oportunidades de emprego e redes de apoio estabelecidas por fluxos migratórios anteriores. O Rio de Janeiro (157.955 registros) representa 9,4% dos migrantes no Brasil, enquanto Minas Gerais (61.067 registros) tem 3,6% (BRASIL, 2024).

A região Norte, com 335.603 migrantes registrados (20% do total nacional), destaca-se como um importante ponto de entrada de migrantes e refugiados, especialmente devido à crise humanitária venezuelana. Roraima (211.779 registros) concentra 12,6% do total de migrantes no Brasil, refletindo o impacto da Operação Acolhida na recepção inicial de refugiados na fronteira. O Amazonas (91.044 registros, 5,4%) também se sobressai, funcionando como um pólo secundário de recepção e dispersão para outras regiões (BRASIL, 2024).

O Sul apresenta 405.735 migrantes registrados, representando 24,1% do total nacional. O Paraná (144.388 registros) abriga 8,6% dos migrantes, seguido por Santa Catarina (143.164 registros, 8,5%) e Rio Grande do Sul (118.425 registros, 7%). Esses estados têm se consolidado como destinos relevantes para migrantes, especialmente haitianos e latino-americanos, devido à demanda por mão de obra na indústria, no agronegócio e na construção civil (BRASIL, 2024).

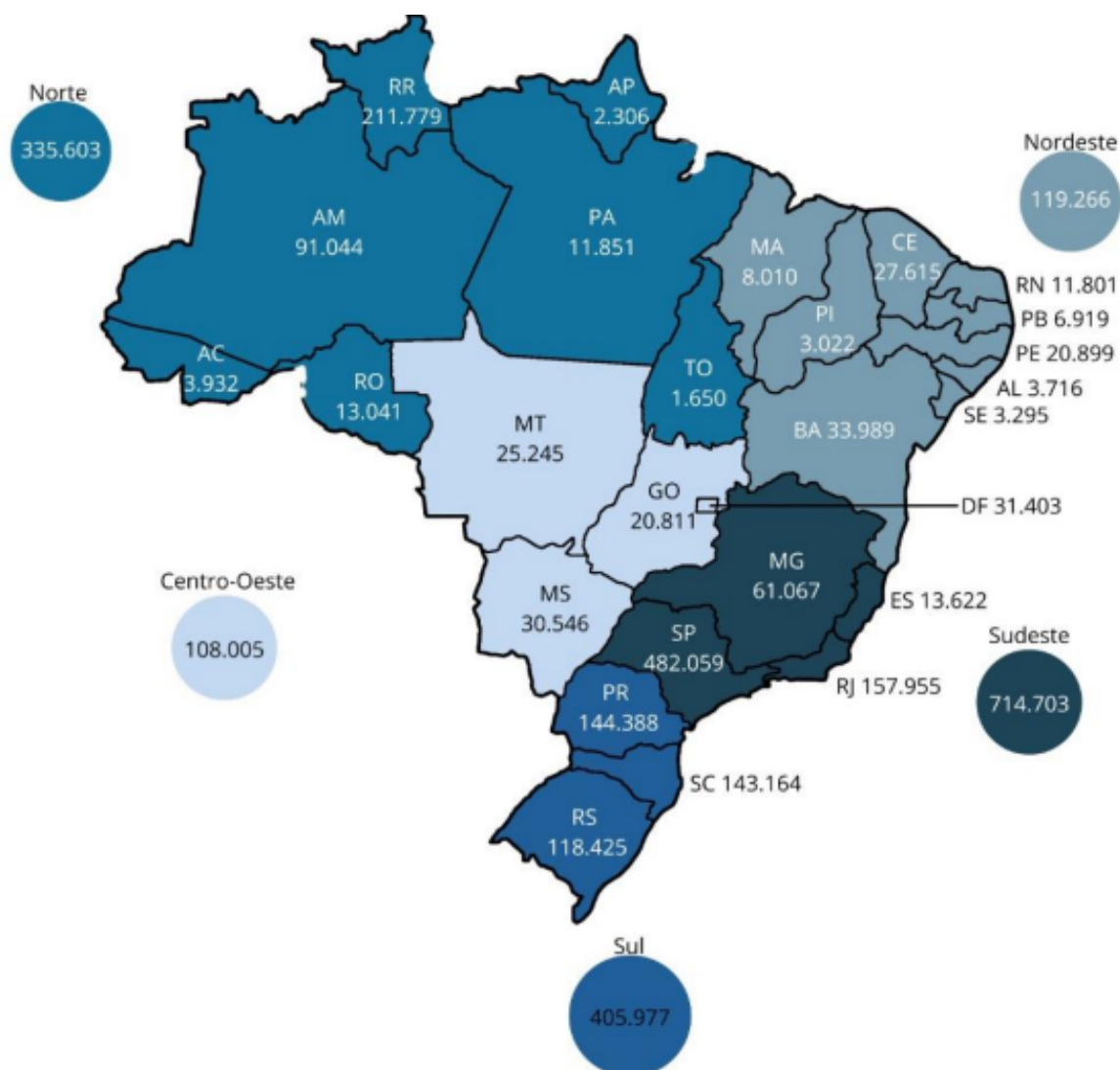
A região Nordeste, embora tradicionalmente não seja um destino primário da imigração internacional, abriga 119.266 migrantes, correspondendo a 7,1% do total nacional. Bahia (33.989 registros, 2%) lidera na região, seguida por Pernambuco (20.899 registros, 1,2%) e Rio Grande do Norte (11.801 registros, 0,7%). O crescimento do fluxo migratório para o Nordeste pode estar associado à presença de políticas locais de recepção e oportunidades em setores como turismo e serviços (BRASIL, 2024).

O Centro-Oeste contabiliza 108.005 migrantes, representando 6,4% do total. O Distrito Federal (31.403 registros, 1,9%) lidera na região, possivelmente em função da interiorização de refugiados promovida pelo governo federal e das oportunidades oferecidas no setor de serviços e administração pública. Goiás (21.871 registros, 1,3%) e Mato Grosso do Sul (30.546 registros, 1,8%) também possuem números expressivos, refletindo a absorção de mão de obra no agronegócio (BRASIL, 2024).

Os dados revelam um padrão migratório que combina fatores econômicos, políticas públicas e redes de apoio social, resultando na concentração de migrantes em determinadas regiões. O Sudeste mantém-se como principal destino, recebendo quase metade dos migrantes no país, enquanto o Norte e o Sul desempenham papéis fundamentais na recepção e interiorização de refugiados. O Nordeste e o

Centro-Oeste, apesar de concentrarem menores percentuais, demonstram participação relevante, evidenciando a diversificação na distribuição dos migrantes pelo Brasil. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas adaptadas às especificidades regionais, visando não apenas a recepção, mas também a inclusão social, educacional e econômica da população migrante no Brasil (BRASIL, 2024).

Figura 6 - Migrantes registrados segundo Região e Unidade da Federação de 2010 a agosto 2024



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2024, p. 8).

O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, impulsionado pela crise política, econômica e social na Venezuela, tem sido um dos mais significativos na América Latina.

O declínio econômico intensificou-se a partir de 2014, quando a queda dos preços do petróleo, principal fonte de receita do governo venezuelano, expôs a vulnerabilidade de um modelo econômico altamente dependente desse recurso. As sanções econômicas, impostas progressivamente a partir de 2017, atingiram inicialmente autoridades do governo e, posteriormente, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), restringindo a capacidade do país de comercializar petróleo e acessar mercados financeiros globais. Essa limitação resultou na escassez de bens essenciais e na intensificação da crise de liquidez, levando a hiperinflação e à drástica desvalorização do bolívar. A deterioração das condições de vida impulsionou milhões de venezuelanos a deixarem o país em busca de melhores oportunidades.

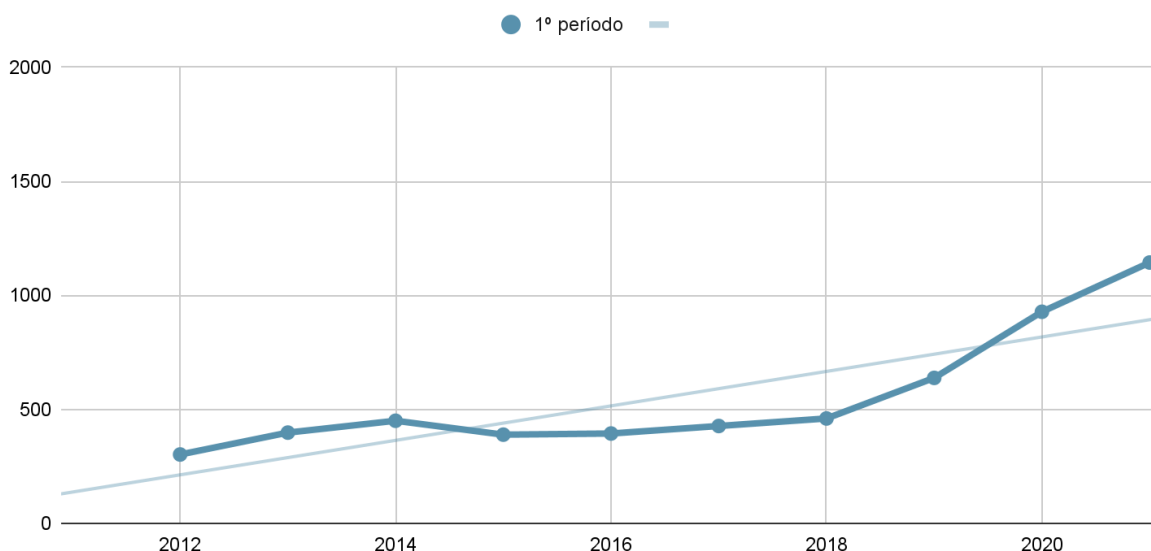
No auge da crise, estima-se que mais de 7 milhões de venezuelanos tenham migrado para países vizinhos, como Colômbia, Peru, Equador e Brasil, além de destinos mais distantes, como Estados Unidos e Espanha. Esse deslocamento em massa impôs desafios significativos aos países receptores, que precisaram ajustar suas políticas migratórias e estruturais para responder às demandas da nova população migrante. Ao mesmo tempo, a diáspora venezuelana transformou-se em um fenômeno geopolítico de grande impacto, evidenciando as intersecções entre crises políticas, econômicas e dinâmicas migratórias globais.

Segundo dados recentes, até agosto de 2024, foram registrados 500.636 migrantes venezuelanos no território brasileiro e 134.089 refugiados. Esses números destacam a magnitude do deslocamento forçado de venezuelanos e a importância do Brasil como um dos principais destinos para aqueles que buscam segurança, estabilidade e melhores condições de vida. A maioria desses migrantes entra no Brasil pela fronteira terrestre, especialmente em Roraima, estado que tem sido a principal porta de entrada para os venezuelanos (BRASIL, 2024). A presença de venezuelanos no Brasil representa tanto desafios quanto oportunidades. Por um lado, exige esforços do governo e da sociedade civil para garantir a integração social e econômica desses migrantes, além de ações humanitárias para atender às necessidades imediatas. Por outro lado, os venezuelanos trazem consigo habilidades, conhecimentos e uma força de trabalho que pode contribuir para o desenvolvimento econômico e cultural do país.

Os números de migrantes refletem uma realidade complexa, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão, proteção e respeito aos direitos humanos, garantindo dignidade aos venezuelanos no Brasil. O fenômeno complexo, com raízes históricas e uma combinação de fatores políticos, econômicos e sociais conta com elementos tais como: crise política marcada pela polarização; rentista e extremamente dependente da exportação de petróleo; e sanções internacionais impostas pelos Estados Unidos (Leon; Cícero, 2024).

Estima-se que aproximadamente 130 mil migrantes estejam matriculados na Educação Básica por todo o Brasil. Além disso, observa-se a presença de estudantes provenientes de todos os continentes nas escolas brasileiras desse nível de ensino (Oliveira, 2022). No Distrito Federal, as instituições públicas têm registrado um aumento significativo na demanda por vagas de migrantes e refugiados. A diversidade de nacionalidades exige uma organização progressiva da rede pública de ensino para atender a essas demandas. A movimentação desse fluxo pode ser visualizada no Gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 - Imigrantes matriculados na escola pública do Distrito Federal de 2012 a 2021



Fonte: Almeida (2023, p. 70).

Os dados referentes às matrículas de estudantes imigrantes na rede pública de ensino do Distrito Federal entre 2012 e 2021 revelam uma tendência geral de

crescimento, ainda que com algumas oscilações ao longo do período. Entre 2012 e 2016, observa-se uma variação moderada no número de matrículas, que oscila entre 302 e 450 alunos. No entanto, a partir de 2017, há um aumento mais consistente, culminando em um crescimento expressivo a partir de 2019. Entre 2018 e 2019, por exemplo, o número de matrículas salta de 460 para 638, um aumento de aproximadamente 38,7%. Esse crescimento se intensifica nos anos subsequentes: em 2020, o total de alunos imigrantes matriculados atinge 928, um acréscimo de 45,5% em relação ao ano anterior. Em 2021, esse número sobe para 1.144, consolidando um aumento superior a 278% em relação a 2012 (Almeida , 2023).

O crescimento acelerado a partir de 2019 pode ser atribuído ao aumento dos fluxos migratórios, políticas educacionais inclusivas e maior acesso de imigrantes à rede pública de ensino. Um fator relevante nesse contexto é a política de interiorização de imigrantes e refugiados, promovida pelo governo brasileiro, especialmente a partir de 2018 com a Operação Acolhida. Essa estratégia tem sido central na redistribuição de pessoas refugiadas e migrantes, sobretudo venezuelanos, das regiões fronteiriças para outras unidades da federação, incluindo o Distrito Federal. A capital do país tem se consolidado como um dos destinos dessa interiorização devido à sua infraestrutura e às oportunidades de trabalho e estudo que oferece. Isso pode explicar, em parte, o aumento expressivo das matrículas na rede pública local nos últimos anos. A chegada desses estudantes demanda para as escolas, que precisam adaptar suas práticas pedagógicas.

O Brasil, e em particular o Distrito Federal, tem se consolidado como um importante destino para migrantes internacionais. No entanto, os desafios de inclusão social e econômica permanecem significativos. A continuidade desse crescimento sugere demandas crescentes para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, que precisará manter esforços para garantir o direito à educação desse público em um cenário de diversidade linguística e cultural.

3.3 Aonde a translinguagem pode nos levar?

Bom, até aqui chegamos com algumas considerações que precisam ser reforçadas no sentido de criar inteligibilidade sobre reflexão importante para a tese: é a partir de alguma definição de cultura que se formam aspectos que perpassam,

do micro ao macro social, as interações, as representações e as identificações que atravessam os três pilares deste estudo (Lingua(gem), Marcadores Sociais e Migração).

Em sua forma hegemônica, a cultura aparece como coerente, sistemática, consensual e não ideológica – seja na velha ideia de cultura ou numa perspectiva mais contemporânea (Wright, 1998). Conforme apontamos no Capítulo 2, com frequência, a cultura é traçada ao longo de linhas étnicas absolutas, sendo tomada como uma propriedade fixa de grupos sociais. Ao ignorar a fluidez, a mudança, a instabilidade e o dinamismo que caracterizam a cultura como um espaço de interação entre grupos, Gilroy (1993) argumenta que ela é muitas vezes entendida de forma simplista, como uma propriedade exclusiva de determinadas etnias, quando na verdade ela diz muito mais respeito a paradigmas dominantes, conceitos predefinidos que existem como inquestionáveis, feitos por aqueles que estão no poder (Anzaldúa, 1987).

Nessa mesma linha de pensamento caminha Kwame Anthony Appiah, importante filósofo contemporâneo. Filho de pai ganês e mãe inglesa, o pensador foi criado tanto em Gana quanto na Inglaterra e, talvez, esse entrelugar foi o que lhe permitiu criticar a ideia de que existem fronteiras fixas e definitivas entre as culturas. Segundo Appiah (2006), buscar uma cultura primordialmente autêntica é como tentar descascar uma cebola. Ele dá exemplos para ilustrar sua visão:

Tentar encontrar alguma cultura primordialmente autêntica pode ser como descascar uma cebola. Os têxteis que a maioria das pessoas considera como tecidos tradicionais da África Ocidental são conhecidos como ‘estampas de Java’; eles chegaram no século 19 com os batiks javaneses vendidos, e muitas vezes fabricados, pelos holandeses. O traje tradicional das mulheres Herero na Namíbia deriva do vestuário dos missionários alemães do século XIX, embora ainda seja inequivocamente Herero, até porque os tecidos utilizados têm uma gama de cores distintamente não luterana. E o mesmo acontece com o nosso tecido kente: a seda sempre foi importada, comercializada pelos europeus, produzida na Ásia. Essa tradição já foi uma inovação. Deveríamos rejeitá-lo por esse motivo como não tradicional? Até onde se deve voltar? Deveríamos condenar os jovens homens e mulheres da Universidade de Ciência e Tecnologia, a poucos quilômetros de Kumasi, que usam vestidos de formatura de estilo europeu, forrados com tiras kente (como fazem agora também em Howard e Morehouse)? As culturas são feitas de continuidades e

mudanças, e a identidade de uma sociedade pode sobreviver através destas mudanças. Não é que as sociedades sem mudança sejam autênticas; elas estão simplesmente mortas. (Appiah, 2006, p. 4).

O filósofo questiona se essas tradições deveriam ser de fato rejeitadas por não serem puramente originárias. Segundo ele, culturas são compostas de continuidades e transformações, e a identidade de uma sociedade pode sobreviver a essas mudanças. Para Appiah (2006), a verdadeira autenticidade não está na ausência de mudança, mas no fato de que uma sociedade sem mudanças está condenada à estagnação. Será que essa mesma visão nos ajudaria a aprofundar nossa análise sobre língua(gem)?

O encontro de grupos, culturas e línguas em contextos onde as marcas da diferença assumem funções em processos de estratificação social levam pesquisadores a olharem com cuidado para as formas como essas marcas são construídas e articuladas, seja por pessoas comuns ou por especialistas, seja no âmbito das relações interpessoais ou das interações institucionalizadas.

Os estudos da linguagem investigaram experiências de atores com repertórios linguísticos variados ou em processo de aprendizagem a partir de rígidas chaves que não somente enquadraram a análise a priori como também produziram efeitos políticos particulares posteriormente. Para Garcés (2007), as tramas do poder enquadraram língua e conhecimento em uma matriz colonial de valoração linguística.

De esta manera, la colonialidad del poder ha creado un tipo de diferencia que es colonial y que permite la reproducción de los mecanismos de subalternización de las poblaciones, instituciones, prácticas, conocimientos, lenguas y saberes, que durante la Colonia ocuparon el último escalón de la pirámide social, se mantuvieron segregadas durante la creación de las repúblicas y continúan siéndolo en la era del capitalismo globalizado. (Garcés, 2007, p. 225).

Essa característica da Linguística Moderna pode ser vista nas ideias sobre língua presente nos estudos dos primeiros linguistas indigenistas. Já no campo dos estudos sobre aprendizagem e aquisição de línguas, para o behaviorista Bloomfield

(1933) e o estruturalista Fries (1945) o conhecimento linguístico era construído por meio de uma série de hábitos. Nesse sentido, a nova aprendizagem receberia influência de hábitos anteriores na língua materna. Baseada numa compreensão gerativista, para a Análise Contrastiva (AC) dos anos 1950, fortemente formalista e de intenção preditiva, a sobreposição da língua materna sobre a língua estrangeira poderia produzir “interferência” num movimento unidirecional (LM→LE), sendo o “erro linguístico” um mal a ser evitado e exterminado antes mesmo da sua ocorrência (Magro, 1979).

Com objetivos semelhantes à (AC), nos anos 1960, a Análise de Erros amplia a perspectiva sobre as causas do que irá renomear como “transferência” e atenua o valor negativo da noção de “erro linguístico”, entendendo-o como parte de um processo gradual de aprendizagem (Magro, 1979). Em 1970, a noção de interlíngua (Selinker, 1972) passa a destacar o hibridismo, fruto do encontro entre línguas em um sistema permeável e autônomo do qual o falante serve para atingir seus objetivos comunicativos. Essas pesquisas adotaram uma perspectiva psicolinguística, que, embora fosse mais aberta que a tradição anterior, ainda se preocupavam em demasia como o que o estruturalista Weinreich (1953) chamava de fossilização, ou seja, a estabilização de formas da L1 que “erroneamente” foram identificadas como formas equivalentes da L2 (Ortiz Alvarez, 2002).

Os estudos anteriores contribuíram para o desenvolvimento da área que chamamos de Linguística Aplicada, mais especificamente para a subárea intitulada de Aquisição de Segunda Língua que envolve indivíduos e grupos em contexto de aprendizagem de língua estrangeira, segunda língua, língua franca, língua adicional, etc. Historicamente, essa subárea está fortemente influenciada por uma corrente cognitivista internacional. Ainda que reconheça a importância desses estudos para o debate sobre elaboração de materiais, abordagens pedagógicas e políticas linguísticas, entendo que a aprendizagem não é um fenômeno exclusivamente mental, mas contextualmente situado, portanto, mediado socialmente.

Estudos sociolinguísticos avançam nesse ponto específico. As práticas de linguagem de atores bi/multilíngues foi extensivamente discutidas na literatura sobre línguas de contato a partir da noção de *code switching*²⁶ (Gumperz, 1982), isto é, o

²⁶ Às vezes é escrito *code-switching* ou *codeswitching*.

uso alternado de códigos numa mesma conversação. Os pesquisadores dessa vertente buscaram analisar as funções do *code switching* no discurso, já que consideram que o uso da língua, em especial, da escolha linguística, mapeia relações sociais claramente definidas (Porto, 2007). Grande parte dos trabalhos em *code switching* estão interessados na análise de restrições sintáticas e morfossintáticas na alternância de línguas (Nilep, 2006).²⁷

Mais recentemente, podemos perceber uma mudança expressiva para as maneiras como identidade, grupos, culturas e línguas têm sido compreendidos e investigados a partir de lentes pós-estruturalistas e pós-coloniais que passam a discutir os aspectos anteriores citados não como entidades fixas e neutras, mas elaborações sociais contínuas, que se reinventam incessantemente (Lagares; Galli, 2024). Em Linguística Aplicada Crítica, o que vemos é um movimento de deslocamento de uma abordagem que se ocupava com questões de habilidades e competências individuais rumo a uma abordagem que considera as práticas linguísticas como situacionais e relacionais.

No mundo contemporâneo, uma certa forma de multilinguismo continua crescente, sobretudo aquele que se ergue sobre as bases de línguas estatais, seja por novas ou antigas questões sociais, políticas ou econômicas que impactam o século XXI. Nas questões contemporâneas, as estruturas, as formas e as consequências das interações entre indivíduos e grupos estão no centro desse debate. É por esse motivo que, em países com tendências políticas monolíngue e monocultural, a questão da diversidade ressurge atenuando as diferenças locais para acentuar as diferenças que se dão no encontro com atores construídos socialmente como imigrantes.

²⁷ Sobre code-switching e outras terminologias, ver Canagarajah (2012, p. 10) “Devemos nos perguntar se realmente precisamos de novos rótulos para falar sobre práticas comunicativas translíngues. E os termos já existentes, como code-switching e code-mixing? Tradicionalmente, o code-switching era diferenciado do code-mixing com base no fato de que o primeiro exigia competência bilíngue (Romaine, 1989). Supunha-se que era necessário um nível bastante avançado de competência em ambas as línguas relevantes para alternar entre elas de maneiras contextualmente apropriadas, com significado retórico e social. Já o code-mixing envolve empréstimos linguísticos que são incorporados a uma língua, de modo que seu uso não exige competência bilíngue. As palavras emprestadas são tratadas como parte da língua que as incorpora, a ponto de não serem identificadas como pertencentes a uma língua estrangeira. No entanto, há vários problemas com essas distinções”.

Aos novos imigrantes são atribuídas marcas socialmente construídas, algumas vezes, compreendidas como um problema social a ser resolvido. Logo, traços da diversidade passam a representar traços da diferença, mas não só isso, da desigualdade. Nada de novo sob o sol. Não podemos negligenciar toda a história de opressões linguísticas vividas, por exemplo, por indígenas, surdos, ciganos e comunidades de imigrações já estabelecidas. Por muito tempo, as formas de se identificar, de ser e de agir desses atores esteve subordinada às formas coloniais de ser, saber e poder. E essa subordinação colonial, assimilacionista, foi entendida como integração.

Por exemplo, no norte global, as políticas multilíngues desenvolvidas para apoio à migração laboral do pós-guerra deram lugar a um maior foco sobre uma certa noção de integração vinculada à proficiência na língua nacional e à assimilação da cultural local. Com isso imigrantes e futuros cidadãos são cada vez mais solicitados a assumir testes de idiomas e de conhecimento sobre o país em que desejam ingressar. A aplicação desses testes acaba criando hierarquias de cidadanias, diretamente dependentes de noções linguísticas que criamos em um determinado tempo histórico (Heller; McElhinny, 2017).

Esse é o caso, por exemplo, de Portugal, país que se assume multilíngue e multicultural quando pautada a migração externa (Grosso, 2010). Naquele país a discussão sobre a inclusão social de imigrantes passou a ser orientada pela noção de “acolhimento” em língua nacional, prática difundida no Brasil enquanto adaptação do conceito europeu ao contexto brasileiro de migração e refúgio. Segundo Lopez (2022, p. 230), efeitos de sentidos e gestos de interpretação por parte de alguns pesquisadores produziram o discurso fundador que associa o termo Português como Língua de Acolhimento ao programa Portugal Acolhe – Português para Todos, que compunha o Plano de Integração dos Imigrantes, criado em 2001.

Ainda que a glotopolítica do Estado português restringisse o acesso a direitos (nacionalidade e autorização de residência permanente) como condicionado à comprovação de proficiência na língua, atores sociais que propunham o Português como Língua de Acolhimento como projeto pedagógico passaram a projetar a língua nacional como ferramenta para a emancipação social (Grosso, 2010), ignorando o papel de outras línguas nesse processo. Os trabalhos portugueses desenvolvidos por Ançã (2005), Cabete (2010), Caldeira (2012) e Grosso (2010) foram pontos de

partida para a compreensão do que seria o PLAc, de quais seriam seus valores e público-alvo em estudos brasileiros.

No contexto português, a concepção pressuposta ao Português como Língua de Acolhimento concebeu a língua de maneira reificada, associada a uma lógica nacionalista moderna e a um multiculturalismo de tipo liberal. Numa linha tênue entre o direito e o dever de aprender uma nova língua, o Português como Língua de Acolhimento passa a ser projetado como um território ao qual o imigrante “necessitaria” adentrar sob risco de um segundo exílio. Tal como o ensino da língua portuguesa para indígenas no período colonial, sob o mote emancipatório, algumas didáticas podem acabar por constituir um *modus operandi* de viés assimilacionista que visa adequar as diferentes experiências às dinâmicas da vida social de grupos majoritários. Como destaca Nogueira (2007), o traço assimilacionista é uma característica da sociedade brasileira. Talvez por isso o projeto europeu de acolhimento tenha sido tão bem aceito em nosso país, ressalvadas algumas exceções:

[...] onde o preconceito é de marca, o dogma da cultura prevalece sobre o da raça; onde o preconceito é de origem, dá-se o oposto. Conseqüentemente, onde o preconceito é de marca, as minorias menos endogâmicas e menos etnocêntricas são favorecidas; onde o preconceito é de origem, ao contrário, há maior tolerância para com as minorias mais endogâmicas e mais etnocêntricas.

Assim, no Brasil, freqüentemente, se ouve alegar, como agravante, em relação aos japoneses, sírios e outros grupos de imigrantes, que os mesmos “não se casam com brasileiros” e procuram preservar seu próprio patrimônio cultural – língua, religião, costumes. [...].

Nos Estados Unidos, ao contrário, quando se comparam duas ou mais minorias, freqüentemente se aponta como atenuante o “estar ela satisfeita consigo mesma” e, portanto, o “não estarem os seus membros procurando impor-se aos outros grupos”. De um modo geral, nos Estados Unidos, há maior tolerância (que no Brasil) para com imigrantes que falam, mesmo em público, sua própria língua, que conservam sua própria música etc. (Nogueira, 2007, p. 298-299).

Certa preocupação em projetar a língua majoritária nacional vem se fortalecendo desde 2010 diante do aumento de haitianos, sírios e venezuelanos no país (Lopez, 2022). A Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) aponta para essa perspectiva ao estabelecer que o Estado brasileiro deve promover políticas que

facilitem a integração de imigrantes, incluindo o acesso ao ensino da língua portuguesa. Esse discurso particular de acolhimento linguístico parece casar com uma suposta brasilidade aberta e inclusiva, que seria capaz de integrar as diferenças com harmonia. Não é preciso ir tão longe para compreender que essa representação de uma brasilidade tolerante e inclusiva é questionada inclusive por atores sociais internos e nacionais, como é caso dos movimentos negros, quilombolas, indígenas, feministas, LGBTQIAP+, PCDs, etc.

No Brasil o termo Português como Língua de Acolhimento é citado pela primeira vez por Amado (2013) em seu artigo que trata do ensino de português para refugiados. A partir deste trabalho, o Português como Língua de Acolhimento vai sendo associado com maior frequência a um grupo particular um tanto diferente do português: “migrantes de crise e refugiados” os quais vão sendo construídos no mundo acadêmico brasileiro também a partir da falta, da precariedade e da impossibilidade de realizar escolhas (Diniz; Neves, 2018; Lopez, 2016). Nessa primeira fase do Português como Língua de Acolhimento no Brasil, há uma inegável influência dos estudos portugueses desenvolvidos por Ançã (2005), Cabete (2010), Caldeira (2012) e Grosso (2010). Diante disso, concordo com Garcés (2007), para quem o termo eurocentrismo possui utilidade como referência histórica que deve, na atualidade, ser pensado a partir de uma perspectiva mais ampla de domínio imperial-global do capitalismo.

Ainda que a tradição portuguesa fosse bastante difundida no Brasil, a partir de 2016, ela passa a ser problematizada por diferentes linguistas brasileiros que apresentaram visões críticas a abordagens subtrativas, assimilacionistas e assistencialistas como essa que esperam que aprendizes minoritarizados substituam suas variedades de língua (maternas) pelas línguas padronizadas (língua nacional) (Bizon; Camargo, 2018; Lopez, 2016; Zambrano, 2021):

[...] esse discurso produz a imagem do PLAc como um lugar de prática da caridade, ao mesmo tempo em que posiciona o imigrante como desamparado, uma pessoa que só teria o que receber para suprir o que (supostamente) lhe falta (Diniz; Neves, 2018; Lopez, 2016), desconsiderando-se, dessa forma, qualquer contribuição que ele possa oferecer para o país de destino, em termos intelectuais, culturais, econômicos, profissionais, dentre outros. No limite, esse discurso ainda pode acabar por retirar do Estado a responsabilidade de promover políticas de acolhimento aos imigrantes que envolvam a

discussão dos seus direitos linguísticos e autoriza “o lugar do voluntariado nesse contexto” (Bizon; Camargo, 2018, p. 715). (Lopez, 2022, p. 26).

Obviamente o problema não reside na aprendizagem de português em si, que, antes de mais nada, é também um direito daquele que migra. O cerne da questão está em advogar pela língua nacional como a única alternativa política possível ou como uma obrigação daquele que migra (Lopez, 2018) desconsiderando que aquele ator já possui uma língua e uma bagagem cultural pré-existente. Ainda que resida sobre o Português como Língua de Acolhimento um discurso de inclusão social, *até que ponto estamos verdadeiramente incluindo ou impondo uma integração linguístico-cultural de tipo assimilacionista, portanto, vertical e unilateral?* (Bizon; Camargo, 2018).

Na esteira de outros pesquisadores (Diniz; Neves, 2018; Zambrano, 2021), preferimos colocar em suspensão o termo acolhimento e, em seu lugar, optamos em pensar praxiologias translíngues. O discurso de uma demanda socioeducativa particular surge em atendimento à suposta necessidade de aprendizagem da língua majoritária por parte de falantes de outras línguas (Diniz; Neves, 2018). Nesse contexto, muitas vezes, a diversidade linguística é vista como um “problema a ser resolvido” (Lopez, 2018). Inclusive “supostos problemas escolares” de grupos minoritarizados têm sido reinterpretados como expressões da diversidade cultural e/ou étnica. Essa abordagem pode se apresentar como uma armadilha ao essencializar a diferença intergrupar, bem como equiparar fenômenos individuais e grupais. Como pontua Dietz (2012, p. 75): “Ao transferir a política da diferença para a sala de aula, a “alteridade” torna-se um problema, cuja solução é “culturalizada” através da reinterpretação das desigualdades socioeconômicas, jurídicas ou políticas como supostas diferenças culturais”. Por isso, é preciso atenção quanto ao uso de dissimiles como cultura, etnicidade, diferenças fenotípicas, situações demográficas, etc. Como afirmam Heller e McElhinny (2017), os efeitos da produção de diferença e desigualdade são assimétricos; há contradições e lutas complexas sobre pautas que importam. Nessas disputas, certas ideias destinadas a serem emancipatórias podem criar efeitos imprevisíveis que reforçam as desigualdades existentes ou criam novas; por outro lado, ideias destinadas a serem conservadoras

às vezes criam aberturas inesperadas para a resistência e a transformação social emancipatória. Para mais discussões nesse sentido, ver Wright (1998) no Capítulo 2.

Assim como aconteceu com o conceito de cultura, por muito tempo, uma visão moderna de tintes colonial concebia a língua como: (i) um objeto ideal, discreto e autônomo, portanto, único, (ii) de características definidas e naturalmente partilhadas, (iii) de atores homogêneos. Embora algumas formas históricas de se fazer linguística tentassem reduzir a relevância dos indivíduos e das variações da lingua(gem) visando pensá-la “idealmente” em seu fazer científico, essas tentativas deixaram escapar predileções sobre práticas linguísticas particulares de atores e grupos específicos. Tais processos e escolhas levaram à criação e à manutenção de hierarquias linguísticas, que eram inevitavelmente hierarquias culturais e também étnico-raciais (Flores; Rosa, 2015).

Estamos, pues, frente a una colonialidad lingüística que muestra una doble cara: por un lado, la modernidad subalternizó determinadas lenguas en favor de otras, pero, por otro lado, además, colonizó la palabra de los hablantes de dichas lenguas. Es decir, no sólo se subalternizaron determinadas lenguas, sino también la propia palabra y el decir de los hablantes colonizados. La palabra de un quechua-parlante, por ejemplo, aunque se exprese en castella no, siempre será menos valorada que la palabra de un hispano-hablante, sobre todo si es urbano, blanco, mestizo, varón, titulado, etc.; es decir, la valoración de la palabra sigue dependiendo de la trilogía colonial señalada por Quijano: clase, raza, género. (Garcés, 2007, p. 227)

Consequências dessa abordagem foram vistas em estudos voltados para a educação em línguas que superdimensionaram a falta, o erro, o desvio. Tal como sugerem Diniz e Neves (2018), o “discurso da falta” é um discurso essencialista e totalizador que representa certos atores sociais a partir daquilo que supostamente “não possuiriam”, desde uma posição etnocêntrica, e ignoram experiências, saberes e agências. Sobre a questão da migração no Brasil, há, por exemplo, registros de encaminhamento de estudantes, que não possuem o português como língua materna, a unidades de saúde para avaliação médica e psicológica, em proporção maior quando comparado a estudantes brasileiros (Diniz; Neves, 2018). Como efeito disso, naturaliza-se a ideia de “deficiência” ou “lacuna”, determinando, consequentemente, lugares sociais inferiores.

Frente a isso, pesquisadores contemporâneos passaram a questionar a concepção moderna para a qual as línguas, enquanto sistemas fechados, também estariam armazenadas na mente de maneira independente. Tais discursos redescreveram processos bilíngues ou multilíngues a partir de uma nova lente teórica: a translanguagem, termo cunhado pela primeira vez no contexto galês (Lewis et al., 2012 apud Wei; García, 2022).

Conforme Wei (2011), o termo “translanguagem” é frequentemente atribuído a Cen Williams (1994, 1996), que foi o primeiro a utilizá-lo para descrever uma abordagem pedagógica. Colin Baker (2001), por sua vez, explora uma série de vantagens potenciais da translanguagem em contextos bilíngues. No entanto, é com Ofelia García (2009) que o conceito ganha maior destaque nos estudos de Linguística Aplicada Crítica (LAC). Para García, a translanguagem refere-se às práticas discursivas fluidas de atores bi/multilíngues, que mobilizam seus repertórios linguísticos de forma dinâmica e criativa. Desde então, pesquisadores têm adotado noções semelhantes ou variantes do conceito, adaptando-o a diferentes contextos e abordagens teóricas para analisar e caracterizar essas práticas linguísticas.

Outros termos concorrentes, tais como: bilinguagem (Mignolo, 2000), polilinguismo (Jørgensen, 2010), codemeshing (Canagarajah, 2011), metrolinguismo (Pennycook; Otsuji, 2015) surgem para transmitir noções semelhantes a ideia de que, em casos de heteroglossia, as línguas são recursos móveis dentro de contextos sociais, culturais, políticos e históricos (Espírito Santo, 2021). Em translanguagem, o prefixo “trans” sugere como as práticas linguísticas de atores multilíngues vão além dos sistemas linguísticos endossados pelo velho trinômio: um povo, uma língua, um território. Para construir esse argumento, faz-se distinção entre formas externas e internas de uso da língua(gem). As formas externas dizem respeito às maneiras como a sociedade compreende e classifica os usos individuais de duas línguas; já as formas internas tem a ver com os recursos e apropriações feitas pelos falantes. Noções como “Língua 1 ou Língua 2”, “falante nativo” ou mesmo as línguas nomeadas “Português”, “Espanhol” não são fatos linguísticos, mas sim construções sociais para descrever determinadas práticas (Vogel; García, 2017). A questão é que uma certa tradição de língua(gem) orientou as noções como pureza linguística e higiene verbal (permeadas por ideologias raciais, de classe e de gênero) promovidas em projetos coloniais ao redor do mundo (Makoni; Pennycook, 2007; Quijano, 2005).

Uma perspectiva translíngue potencializa performances multilíngues ao invés de puramente monolíngues. Práticas translíngues podem organizar um conjunto diverso e multifacetado de agenciamento, entre os quais podemos citar: (i) promoção ao acesso a recursos de práticas de linguagens plurais, (ii) reconhecimento e validação de repertórios marginalizados, (iii) fortalecimento de disposição empática e solidária frente ao desenvolvimento multilíngue (Rocha; Megale, 2023). Por esse motivo, entendo que perspectivas translíngues encontram sustentação e razão de existência na (De)colonialidade do Poder, do Saber e do Ser. Por outro lado, destaco que o ato de valorizar práticas linguísticas rotuladas como desviantes não deve cair na armadilha celebratória de uma diversidade desatenta às desigualdades.

Em cenários multilíngues e multiculturais como o do Brasil, a homogeneidade e a estabilidade linguística são meras ficções de vontade. Compreendendo o tratamento formalista de línguas como sendo insuficiente, linguistas aplicados têm apontado para a necessidade de atualização de suas bases teóricas por meio da revisão das rígidas e fictícias fronteiras impostas às línguas históricas. Na esteira dessa mudança, uma virada translinguística tem se desenvolvido conforme apontam Lee e Dovchin (2020):

A translinguística representa uma alternativa poderosa aos paradigmas convencionais de linguagem, como o bilinguismo e a troca de códigos, que pressupõem a compartimentação de diferentes “línguas” em fronteiras fixas e arbitrárias. (Lee; Dovchin, 2020, s. p.)

Para além de sistemas linguísticos compartimentados, é produtivo pensar em um sistema sociossemiótico que integra várias características lexicais, morfológicas, gramaticais e práticas sociais (ex.: o ato de inclinar levemente a cabeça ou o torso para frente na cultura japonesa) que os indivíduos incorporam à sua comunicação. Esses recursos multimodais são aprendidos dinamicamente por meio de atividades desempenhadas no mundo e usados em diferentes circunstâncias para atingir diferentes fins.

Para amarrar toda a reflexão feita até aqui, respondo ao título que nomeia esta seção: *Aonde a translíngua pode nos levar?* Acredito que em contextos vistos monolíngues, uma disposição translíngue representa uma ponte, um caminho

ou uma abertura geral à pluralidade e à diversidade no modo como as pessoas usam a língua (Lee; Jenks, 2016). E por aí que acredito que essa disposição possa nos levar.

3.4 Até onde foi possível chegar com este capítulo?

Até aqui relembrei às leitoras e aos leitores como a formação sócio-histórica brasileira é fundada sobre heranças de migrações e diversidade linguística. Assinalei como, ao longo do tempo, as fronteiras da língua(gem) foram fortemente policiadas por missionários, administradores, professores, linguistas, antropólogos como formas de garantir a dominação de grupos particulares.

Além disso, afirmei o desinteresse por um modelo teórico preditivo das instâncias de alternância ou hibridização das línguas históricas ou nomeadas, como costumeiramente acontece em pesquisas que focalizam, sobretudo, unidades linguísticas menores ou níveis linguísticos particulares.

A seguir, faço o convite para pensarmos juntos sobre como o padrão de Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser reproduz e se recontextualiza nas dinâmicas de interação entre imigrantes e nacionais a partir das lentes teóricas até aqui apresentadas.



Figura 7 - Desiderio Hernández Xochitiotzin, Negociações entre espanhóis e tlaxcaltecas. 1967-1968. Mural.

CAPÍTULO 4 - O ENIGMA DE LA MALINCHE

*Estoy aquí
en el banquillo de los acusados
dicen que soy traidora
¿a quién he traicionado?
(Alegría, 2008, p.7)*

Este capítulo analisa as práticas sociointeracionais, portanto, linguísticas de Gabo, um jovem migrante venezuelano, a partir das teorias da translinguagem, da interseccionalidade e da interculturalidade. A análise está dividida em três seções principais, cada uma focada em um aspecto específico da experiência migratória. As seções foram nomeadas de (i) A primeira charada: *negociação linguística e resistência*, (ii) A segunda charada: *marcadores sociais e exclusão*, (ii) A terceira charada: *identidades translíngues e pertencimento*.

“O enigma de La Malinche” é uma metáfora usada para explorar as complexidades daqueles três eixos no contexto da imigração internacional. Ela ilustra como a linguagem e práticas sociointeracionais são espaços de negociação, resistência e transformação, onde os atores mobilizam repertórios linguísticos e identidades, bem como tensionam estruturas de poder. Ao mesmo tempo, a metáfora evidencia as ambiguidades e contradições inerentes a esses processos, destacando a importância de abordagens críticas e reflexivas nos Estudos da Linguagem em contextos migratórios. O foco da tese levou à compreensão de que o enigma não pode ser simplificado, mas é, na verdade, articulado.

Para iniciar essa jornada de análise, partimos da primeira charada, que explora como o discurso sobre como a linguagem se configura em contextos de diversidade linguística. A partir da experiência de Gabo, discutiremos como a linguagem pode ser tanto um instrumento de resistência quanto um espaço de disputa sobre quais repertórios linguísticos são legitimados e “acolhidos”.

4.1 A primeira charada: *negociação linguística e resiliência*

Esclava entre las esclavas, doblemente inferior por ser india y mujer, que recupera un nombre y una identidad gracias al poder de la lengua que la equipara y hasta la superpone a los españoles (destronando a Jerónimo de Aguilar, “el lengua” español) y su fuerza y coraje la equiparan a los hombres, como reconocen todos los cronistas e historiadores de la época. (Grillo, 2024, p. 15).

Em sociedades multilíngues, o discurso sobre a linguagem não apenas descreve práticas sociointeracionais, mas também legitima ou marginaliza grupos, refletindo hierarquias culturais politizadas. Enquanto ideologias raciolinguísticas privilegiam uma variedade em detrimento de outras, a noção de translinguagem desafia essas concepções ao reconhecer a fluidez das práticas linguísticas e a agência dos falantes na mobilização de múltiplos recursos semióticos. O discurso sobre linguagem pode ser tanto um instrumento de resistência e afirmação identitária para comunidades minoritarizadas quanto um espaço de disputa sobre quais repertórios linguísticos são legitimados. Assim, analisar discursos sobre linguagem em contextos de diversidade permite compreender dinâmicas de negociação, conflito e transformação, evidenciando as relações entre linguagem e poder. A partir das referências estabelecidas e a partir dos dados gerados, esta seção busca discutir a seguinte questão: *Como se configura o discurso sobre linguagem em contextos de diversidade linguística?*

Meu envolvimento no campo de pesquisa teve início em 4 de julho de 2022, por meio de trabalho voluntário como professora de português no projeto Vila Internacional, uma iniciativa social vinculada à escola de idiomas Vila Brasil. Esse projeto tem como principal objetivo promover a recepção linguística de falantes de outras línguas, facilitando sua inserção social e profissional no Brasil.

A Vila Brasil foi fundada em 2017 por estudantes da Universidade de Brasília, com o propósito de criar um espaço de formação docente e estágio no ensino de português como segunda língua. Desde então, consolidou-se como uma comunidade de ensino, expandindo suas atividades para além das aulas de português e oferecendo cursos de inglês, espanhol e francês. Com sete anos de

existência, a escola se define como “uma comunidade de línguas e saberes”, promovendo capacitações para professores e fomentando a troca de conhecimentos e experiências (Vila Brasil, 2024). No interior dessa instituição, o Vila Internacional se destaca como um projeto social cujo objetivo é “reduzir barreiras linguísticas e ampliar oportunidades de inserção no mercado de trabalho” (Vila Brasil, 2024). Foi nesse contexto, por meio da atuação como coordenadora e professora voluntária, que tive contato com imigrantes venezuelanos e, em particular, com o participante central desta pesquisa: Gabo.

Desafios e reflexões sobre o campo

O trabalho no Vila Internacional me proporcionou não apenas uma experiência pedagógica, mas também um exercício de reflexão sobre minha própria abordagem à pesquisa. Inicialmente, minha compreensão dos grupos imigrantes era influenciada por uma perspectiva que os enxergava como entidades homogêneas, uma visão posteriormente desafiada pelo conceito de grupismo, conforme discutido por Brubaker (2002). Esse conceito critica a tendência de tratar grupos como unidades analíticas fixas, ignorando as dinâmicas internas e a fluidez das identidades. A partir dessa perspectiva, compreendi que minha pesquisa precisava se afastar de categorizações rígidas e adotar uma abordagem que considerasse a complexidade das experiências migratórias individuais.

A trajetória de Gabo revelou-se central para essa reconfiguração epistemológica. Seu percurso migratório e sua relação com a língua demonstraram que a identidade imigrante não pode ser reduzida a uma única narrativa. Cada indivíduo carrega consigo uma constelação de experiências que desafiam concepções essencialistas. A partir desse contato, emergiram questionamentos fundamentais: *Quem define o que é ser um imigrante venezuelano? Quais interesses estão envolvidos nessa definição? Como as identidades são negociadas e resignificadas ao longo do tempo e em diferentes contextos?*

Diante dessas questões, percebi que a adaptação das lentes teóricas era um processo inevitável e necessário. Se, no início, minha abordagem tendia a buscar

coerência entre categorias analíticas e dados, posteriormente compreendi que o desafio maior residia justamente na flexibilidade teórica para captar a complexidade da realidade empírica.

A trajetória de Gabo e a relação Brasil-Venezuela

A crise migratória venezuelana é um fenômeno de dimensões históricas. Estima-se que mais de **7** milhões de venezuelanos tenham deixado o país, impulsionados por uma combinação de fatores que incluem colapso econômico, instabilidade política e sanções internacionais severas, especialmente impostas pelos Estados Unidos (ACNUR, 2025). Esse êxodo massivo demonstra a impossibilidade de se falar em um perfil único de imigrante venezuelano, pois os deslocamentos envolvem sujeitos de diferentes classes sociais, formações profissionais e trajetórias de vida.

Minha primeira estudante venezuelana no projeto Vila Internacional ilustra essa diversidade. Formada em pedagogia e professora de séries iniciais em seu país de origem, no Brasil precisou atuar em serviços de limpeza, trabalhando em restaurantes, empresas e residências. A sobrecarga de trabalho, a escassez de recursos e a falta de tempo acabaram por interromper suas aulas de português. Sua experiência contrasta significativamente com a trajetória de Gabo, cuja inserção no Brasil ocorreu em condições diferentes, marcadas por uma maior rede de suporte familiar e econômico.

Gabo é um jovem venezuelano oriundo de uma família com mais recursos financeiros. Sua tia, engenheira, trabalhou por anos em uma das maiores empresas brasileiras de construção civil que operava na Venezuela. Essa empreiteira participou de grandes projetos de infraestrutura, incluindo a construção do metrô de Caracas e do metrô de Los Teques, além de rodovias e obras no setor energético.

No entanto, a partir de 2014, a crise venezuelana se agravou, culminando em uma série de denúncias sobre corrupção envolvendo a referida empreiteira. Em 2015, vieram à tona provas de subornos pagos a altos funcionários do governo venezuelano para obtenção de contratos públicos. Durante as investigações da

Operação Lava Jato, em 2016, a empresa admitiu ter pago propinas para garantir a adjudicação de contratos na Venezuela, o que aprofundou a crise econômica e institucional do país. Como consequência, muitas obras ficaram inacabadas ou sofreram superfaturamento, prejudicando diretamente a infraestrutura e os serviços públicos.

Em 2017, os Estados Unidos impuseram sanções severas ao governo venezuelano, restringindo a venda de petróleo no mercado internacional e bloqueando o acesso a receitas em dólares. Essas sanções comprometeram ainda mais a economia, resultando na aceleração da hiperinflação, na escassez de alimentos e medicamentos e na deterioração das condições de vida da população (Leon; Cícero, 2024). As dificuldades cotidianas tornaram-se insustentáveis. Como relatou Gabo:

Era difícil encontrar comida, era difícil até para encher o tanque do carro. Você tinha que esperar dois, três dias para conseguir abastecer. Essas situações me fizeram vir por insistência da minha tia e do meu tio, que falavam bem do Brasil. (Entrevista)

O colapso econômico e a crise humanitária levaram milhões de venezuelanos a buscar refúgio em outros países da América Latina, incluindo o Brasil. Nesse contexto, a tia de Gabo perdeu o emprego, como tantos outros profissionais que, sem qualquer envolvimento nas questões políticas ou econômicas do país, viram-se afetados por um cenário de instabilidade generalizada. Coincidentemente, a história de migração da família de Gabo representa a versão hegemônica contada pela mídia no Brasil que se empenhou em construir uma imagem de precariedade em torno desse deslocamento de massa particular. No entanto, acredito que não devemos tomar a presente história como uma generalização de outras tantas trajetórias de migração particulares, pois enquanto fenômeno multicausal, a migração não pode ser reduzida a uma narrativa homogênea.

A chegada de Gabo e os desafios linguísticos

Em 2019, Gabo e sua família chegam ao país por intermédio daquela tia. Juntamente a Gabo, vão também o avô, o pai, a mãe e a irmã. Quando os conheci, todos viviam juntos em um bairro de classe média de Brasília.

Bom, eu falava, na minha casa, eu falava espanhol normalmente, com minha família, que também falava espanhol. [...] Quando eu fui para o Brasil, eu não tinha aprendido português ainda, não. Nem estudei português. Cheguei lá no Brasil sem saber falar nada. (Entrevista)

A fala de Gabo – em que ele enfatiza que “eu falava espanhol” em casa e relata ter chegado ao Brasil “sem saber falar nada” – ilustra de forma contundente como a centralidade da língua materna se contrapõe à vulnerabilidade do deslocamento linguístico. Conforme Anzaldúa (1987), essa marginalização pode gerar sentimentos de exclusão e ruptura identitária, mesmo enquanto evidencia a resiliência na busca por novos repertórios comunicativos.

Atualmente, Gabo cursa o ensino médio e tem 17 anos. Quando o conheci, em 2022, ele ainda estava no ensino fundamental, com 15 anos. Nossos encontros e aulas foram planejados e conduzidos conforme os objetivos estabelecidos pelo Projeto Vila Internacional, em sintonia com as expectativas e necessidades manifestadas por sua família.

As aulas ocorriam duas vezes por semana, uma frequência que permitia um acompanhamento próximo do desempenho de Gabo tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços de interação social. Essa periodicidade não apenas facilitou a identificação de dificuldades específicas, mas também proporcionou oportunidades para discutir e refletir sobre suas experiências cotidianas. Além disso, o contato regular permitiu estabelecer uma relação de confiança e diálogo, importante para a pesquisa. As aulas não se limitaram ao reforço de conteúdos escolares e à prática da escrita em português; elas também funcionaram como um espaço de reflexão e apoio, no qual Gabo podia compartilhar suas experiências e dificuldades.

Eu cheguei lá no Brasil em novembro de 2019, um pouco antes da pandemia. [...] Aí eu cheguei lá, eu não conhecia muito no início, eu não saí de casa porque meu tio morreu e aí a gente ficou um pouco em luto e tal. [...] Chegou a pandemia e pá. Então foi difícil. Mas, depois que terminou a pandemia, eu consegui sair. Eu conheci vários lugares. (Entrevista)

A pandemia de Covid-19 transformou radicalmente a dinâmica global, afetando especialmente a educação. No Distrito Federal, as medidas de contenção do contágio incluíram a suspensão das atividades presenciais a partir de 11 de março de 2020, conforme estabelecido pelo Decreto n.º 40.520, de 14 de março de 2020. Essa decisão, embora necessária do ponto de vista sanitário, trouxe desafios para o sistema educacional, exigindo uma reestruturação rápida e ampla do planejamento pedagógico.

Diante desse cenário, a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) assumiu um papel central na reorganização das práticas educacionais, buscando minimizar os prejuízos causados pelo isolamento social na aprendizagem dos estudantes. A transição abrupta para o ensino remoto exigiu não apenas a adaptação de metodologias e recursos, mas também a superação de desigualdades estruturais, como a falta de acesso à internet e a dispositivos tecnológicos por parte de muitos alunos e professores. A SEEDF implementou uma série de iniciativas para garantir a continuidade do processo educativo, incluindo a disponibilização de materiais didáticos digitais, a criação de plataformas online e a transmissão de aulas pela televisão e rádio, visando alcançar o maior número possível de estudantes. Sobre a rotina escolar de Gabo no período pandêmico, vejamos o que ele diz:

Muitas aulas eu não entrei porque eu não sabia mexer no Classroom, no início e tal. Mas tinha outras aulas que também não entrava porque eu não sabia que ia ter essa aula. Eles avisavam, mas, como mandavam muita coisa, o aviso ficava muito baixo. Então eu não conseguia ver. (Entrevista)

Essa adaptação exigiu mudanças estruturais e metodológicas profundas no funcionamento das escolas, mobilizando todos os profissionais da educação para enfrentar um cenário de excepcionalidade sem precedentes. O prolongado período de aulas remotas, que se estendeu por mais de um ano e meio, alterou

significativamente a experiência educacional, impactando não apenas os processos de ensino-aprendizagem, mas também a saúde mental de estudantes e educadores. Revisões sistemáticas apontam um aumento considerável dos sintomas de depressão e ansiedade ao longo da pandemia, relacionando fatores como a exposição prolongada às telas e a inversão do ciclo do sono — caracterizada pela troca do dia pela noite — ao agravamento desses quadros (Vazquez, 2022).

Entretanto, os efeitos da pandemia na educação não podem ser analisados de forma homogênea, pois diferentes grupos foram afetados de maneiras diversas, em função de fatores estruturais e sociais preexistentes. Marcadores sociais, como classe, raça e origem, influenciam diretamente o grau de vulnerabilidade das populações diante de crises como essa. Em economias emergentes, essa realidade se torna ainda mais acentuada, considerando que imigrantes frequentemente enfrentam barreiras adicionais, como dificuldades de acesso a políticas públicas, precarização do trabalho e insegurança habitacional, o que os coloca em uma posição de maior fragilidade no contexto educacional (Pereira et al., 2018). No caso de Gabo, porém, a vulnerabilidade não se dá na ordem material, mas sim na forma como ele se insere nas redes de apoio oferecidas pelo país receptor.

Na pandemia, na sala... Bom, eu não tive amigos nesse tempo em que tive pandemia. Eu não fazia amigos, não falava com ninguém. Eu só ia assistir à minha aula e ia embora. Eu não sabia nem com quem eu estava falando. Não sei... Eu só olhava para o professor, e as outras pessoas tinham o rosto tampado. Então, eu acendia a câmera desligada, não conseguia vê-las. Eu não tive essa conexão com eles. (Entrevista)

O trecho evidencia a interação de diferentes discursos ao articular a experiência de Gabo com o contexto pandêmico. A repetição de negações — “não tive”, “não fazia” e “não falava” — lexicaliza a ausência de interação social e reforça a sensação de solidão. A expressão “só ia assistir à minha aula” sintetiza a rotina monótona do participante, ressaltando a limitação dos contatos sociais. A análise da transitividade demonstra como essa experiência é construída discursivamente: os processos materiais, exemplificados por “ia assistir” e “ia embora”, indicam as ações repetitivas e solitárias de Gabo; os processos relacionais, representados por “não

tive amigos”, expressam estados de ausência e desconexão; e os processos verbais, como “não falava”, enfatizam a inexistência de interações no ambiente escolar. Nessa construção, o narrador emerge como o único ator ativo de sua rotina, enquanto os demais aparecem apenas como ausências, o que reforça a lacuna de interação social. Assim, a articulação dos discursos da pandemia, do isolamento e do ambiente educacional contribui para um relato que evidencia os impactos emocionais e sociais desse período, bem como as mudanças impostas à rotina escolar, sugerindo uma vulnerabilidade decorrente da perda de laços sociais anteriores e da ausência de novas redes de apoio (Pereira et al., 2018).

As atividades presenciais foram retomadas apenas em 2 de agosto de 2021, complementadas por ações não presenciais, conforme as Diretrizes Nacionais do Parecer CNE/CP nº 6/2021, aprovado em 6 de julho de 2021, que orientam a regularização do calendário escolar e o retorno gradual ao ensino presencial. Com o retorno das aulas presenciais, Gabo pode concluir o 9º ano do ensino fundamental em uma escola pública de séries finais. Posteriormente, passou a cursar o primeiro 1º ano do ensino médio em uma nova escola pública.

[...] E com as pessoas, no primeiro dia de classe, isso eu não falava muito, mas os caras sempre tentavam falar comigo, sempre tentavam saber uma coisa de mim, como era aqui, tudo bom. Foi muito bom. (Entrevista)

O uso de expressões como “*extremamente bom*” e “*muito bom*” evidencia uma avaliação positiva das experiências relatadas, enquanto a repetição de “*foi muito bom*” reforça a intensidade dessas vivências, sugerindo que o falante teve uma experiência marcante e satisfatória. A escolha de termos como “os caras” e “eles” cria um sentido de coletividade e inclusão, enquanto “eu” e “mim” destacam sua perspectiva pessoal. Além disso, a expressão “*sempre tentavam falar comigo*” indica uma atitude proativa dos colegas, algo valorizado pelo falante. O discurso revela como o falante constrói sua identidade por meio das interações positivas que estabelece. A inclusão e o interesse demonstrado pelos colegas são fundamentais para sua autoimagem e seu senso de pertencimento. O fato de eles quererem saber “*como era aqui*” sugere que o falante é percebido como alguém com uma

experiência cultural ou geográfica distinta, despertando curiosidade. Contrariando expectativas, Gabo se posiciona como alguém bem recebido e incluído pelos colegas, o que pode refletir uma tentativa de construir uma imagem positiva tanto de si quanto do grupo.

Esse aspecto da pesquisa levou-me a questionar minhas próprias noções preliminares, evidenciando a necessidade de uma práxis investigativa na qual novas formulações fossem desenvolvidas para compreender as dinâmicas observadas. Ao descrever sua experiência inicial na sala de aula, Gabo enfatiza a receptividade dos colegas, que demonstraram interesse em conhecê-lo e integrá-lo ao grupo. Sua narrativa sugere que esse comportamento contribuiu para a construção de um ambiente de inclusão e curiosidade pelo outro, elementos fundamentais para o sentimento de pertencimento em contextos educacionais.

A hesitação inicial de Gabo em se expressar pode estar relacionada a barreiras linguísticas, inseguranças pessoais ou diferenças culturais. No entanto, a postura ativa dos colegas, que buscaram estabelecer contato e engajá-lo nas interações, evidencia o papel central das relações interpessoais no processo de inserção social. Esse movimento reforça a ideia de que a integração em espaços educativos não se dá apenas por meio do domínio da língua, mas também pela construção de redes de apoio e pelo reconhecimento mútuo dentro do grupo.

Aí, então, eu fui aprendendo. Depois que eu saí na rua, comecei a falar com as pessoas, tentar me comunicar, e aprendi, aprendi até a falar [...] (Entrevista).

A análise da transitividade revela como o processo de aprendizado de Gabo é construído discursivamente, destacando a relação entre suas ações, os participantes envolvidos e as circunstâncias que moldam essa experiência. Expressões como “sai na rua”, “comecei a falar” e “tentar me comunicar” ilustram ações concretas realizadas no percurso de ampliação de seu repertório linguístico, evidenciando uma prática ativa de interação com o ambiente social. Nesse contexto, o narrador emerge como o principal agente do aprendizado, enquanto os demais participantes aparecem como os alvos dessas interações. A referência temporal “depois que eu saí na rua” estabelece uma relação causal entre o contato com o mundo externo e a

evolução de sua prática comunicativa, e a modalidade expressa em “tentar” denota um esforço contínuo permeado por desafios e superações. Assim, o discurso evidencia que a aprendizagem da língua se dá por meio da interação social, ressaltando tanto o papel ativo de Gabo quanto a importância do meio externo para sua inclusão. Esse movimento ressignifica a relação entre repertório linguístico e experiência, desafiando as noções tradicionais da Linguística que se concentram exclusivamente na estrutura formal da língua, ao enfatizar a dimensão prática e interacional do aprendizado. Conforme apontam Canagarajah (2013) e García e Wei (2014), essa abordagem difere da mera alternância de códigos, que pressupõe a troca entre idiomas definidos externamente, concentrando-se, em vez disso, nas práticas internas dos falantes e no uso flexível de seus repertórios cotidianos.

O papel das redes de apoio e a experiência escolar

No contexto das migrações internacionais, a nação se configura como um elemento estruturante que define o pertencimento em escala macrossocial (Mathias, 2023). Essa construção, impregnada de valores coletivos, diretrizes e mecanismos de distribuição de recursos, exige uma constante organização das hierarquias sociais que delimitam quem pertence (Anthias, 2016, p. 174). Contudo, essa definição não é neutra, pois carrega vestígios da colonialidade da linguagem, na medida em que grupos dominantes impõem narrativas e critérios – com a língua como elemento central – que determinam inclusão ou exclusão (Garcés, 2007; Veronelli, 2016).

As redes de apoio e as experiências escolares influenciam a construção do pertencimento. Inicialmente, destaca-se o papel central da tia de Gabo na adaptação ao novo contexto sociocultural, evidenciando o suporte familiar essencial. Em seguida, a análise foca na experiência escolar, conforme narrada por Gabo, onde interações positivas com professores e colegas “parece”, num primeiro momento, promover o desenvolvimento linguístico e o fortalecimento de vínculos afetivos. Por fim, discute-se a emergência da translanguagem, desafiando concepções tradicionais sobre a língua portuguesa. Dessa forma, o estudo integra dimensões familiares, escolares e pedagógicas para oferecer uma reflexão crítica sobre os processos de

pertencimento em contextos migratórios.

Retomando o início da trajetória migratória da família de Gabo, destaca-se o papel central de sua tia na decisão de mudar para o Brasil. Sua presença facilitou não apenas a transição geográfica, mas também ofereceu suporte emocional e prático para a recepção da família ao novo contexto sociocultural. Durante uma visita ao Instituto Federal de Brasília (IFB), momento em que fui apresentar a escola à família, pude constatar sua dedicação ao bem-estar e às oportunidades educacionais dos familiares. Em particular, observei como ela incentivava Gabo na aprendizagem do português – enfatizando, por exemplo, que “*não, tem que assistir às séries em português*” – o que evidenciava sua preocupação com o desenvolvimento linguístico do sobrinho. Para Gabo, essa figura familiar representava uma referência afetiva, constantemente impulsionando a superação de desafios e a busca por novas oportunidades. Assim, a atuação da tia ilustra de maneira clara o papel das redes familiares e comunitárias no processo migratório, ressaltando ainda a importância do domínio da língua portuguesa como ferramenta de inserção social e profissional.

Além dela, os professores da escola de Gabo também se mostraram atores importante nesse processo de construção do pertencimento. O trecho abaixo ilustra como os discursos presentes na experiência escolar de Gabo articulam diferentes dimensões de cuidado, “adaptação” e aprendizagem. Em primeiro lugar, o discurso educacional se manifesta na estruturação da relação professor-aluno por meio de práticas corretivas, de preocupação e orientação. Por exemplo, na fala do participante:

[...] Bom, com os professores na escola, sempre que eu estive, foi muito bom. Eles se preocupavam por mim; quando eu faltava, perguntavam por que eu faltei. Eles estavam pendentes de mim, eles sabiam quando eu não estava ou quando eu fazia algo ruim, porque, às vezes, não fazia porque eu queria. Às vezes, por exemplo, eu falava uma palavra ruim e eu não sabia. Eles iam me corrigir, eles falavam: “Não, assim não é, é assim. Você fala assim, isso significa tal.” (Entrevista)

Observa-se como a repetição de termos como “muito bom” e a descrição das

ações (ex.: “*se preocupavam*”, “*perguntavam*”, “*corrigir*”) reforçam um campo semântico centrado no cuidado e no suporte educacional. Simultaneamente, o discurso da “*adaptação linguística*” evidencia o processo de aprendizado e “*integração*” do participante através de sua relação com a língua nacional, enquanto o discurso do cuidado e da atenção reafirma a imagem dos professores como agentes comprometidos com o acolhimento e a inclusão. A análise da transitividade do texto destaca que os processos materiais (por exemplo, “*se preocupavam*” e “*corrigir*”) indicam o envolvimento ativo dos professores; os processos relacionais (como “*foi muito bom*”) evidenciam o impacto positivo dessa interação, e os processos verbais (exemplificados por “*falavam*”) sugerem uma comunicação contínua e efetiva. Esses elementos, juntos, apontam para uma assimetria típica do ambiente escolar, onde os professores atuam como agentes ativos e o narrador adota uma postura receptiva, com as circunstâncias temporais (ex.: “*sempre que eu estive*”, “*quando eu faltava*”) sinalizando um acompanhamento constante, embora sujeito a variações (expressas por “*às vezes*”).

Por fim, a análise também aponta para os efeitos de um processo prolongado de construção da diferença colonial na linguagem, que fundamenta os modelos tradicionais de ensino. Segundo esses modelos, o foco é na adequação do falante, assumindo que os indivíduos devem controlar tanto a produção quanto a percepção da linguagem e ajustar seus repertórios conforme o contexto. Embora haja algum reconhecimento das variedades linguísticas, elas não são aceitas universalmente (Flores; Rosa, 2015). Em suma, o relato da experiência escolar de Gabo revela como os discursos de correção, adaptação e cuidado se inter-relacionam para moldar sua trajetória de aprendizagem e “*adaptação*”, demonstrando o papel das práticas pedagógicas no processo de assimilação de migrantes, ainda que sob a narrativa do acolhimento.

Embora esta pesquisadora esperasse identificar, em maior medida, narrativas centradas na vulnerabilidade e nas dificuldades inerentes à recepção migratória, Gabo adota uma estratégia discursiva deliberada para reforçar o tom positivo de suas experiências interacionais. Ele se empenha em destacar os aspectos construtivos de suas relações sociais, enfatizando, por exemplo, que “*foi legal, foi legal, foi uma experiência muito boa*”. Essa escolha não apenas evidencia sua

satisfação pessoal com as interações vivenciadas, mas também funciona como um mecanismo de ressignificação de sua trajetória.

E foi legal, foi legal, foi uma experiência muito boa. Eles continuaram me ajudando e, até agora, eu tenho o número deles. Por exemplo, no futebol, quando eu ia para o futebol, conhecia muita gente legal. Tenho amigos que eu lembro no coração, são muito bons. Eu saía com eles, eu ajudava eles, eles me ajudavam, e até mesmo na escola, mas fora da sala de aula.

Ao valorizar o apoio recebido – seja no ambiente escolar, por meio da correção e do cuidado dos professores, ou em contextos informais, como no futebol e nas amizades – Gabo contraria a narrativa comum que associa a experiência migratória a uma série de desafios e rupturas. Em vez disso, sua narrativa demonstra uma forte resiliência, evidenciando que a construção de vínculos de apoio e a reciprocidade nas relações podem transformar desafios em oportunidades de crescimento. Dessa forma, ao enfatizar consistentemente os aspectos positivos de suas interações, Gabo não só reafirma sua identidade de migrante resiliente, como também propõe uma visão alternativa que valoriza a capacidade de superação e a importância das redes de apoio nesse processo. Veja o excerto destacado no excerto abaixo:

Eu tinha umas amigas muito boas. Mais que todas, uma amiga, que morava em frente a mim, no apartamento da frente. A gente voltava junto da escola e tal. Então, eu sentia... Ela sempre foi aí. Eu sentia um grande carinho por ela. Ela sempre me ajudou com os problemas que eu tinha na minha casa e tudo isso, me aconselhava.

A narrativa enfatiza a reciprocidade nas interações – Gabo não apenas recebe apoio, mas também retribui por meio do cuidado e proteção aos amigos. Essa troca mútua indica que a construção social de identidade se dá em um ambiente de inclusão, onde o “eu” se articula com o “nós” através de práticas cotidianas de apoio, colaboração e empatia. A maneira como Gabo descreve suas relações, usando termos como “grande carinho” e enfatizando a continuidade dos

laços (por exemplo, “até agora, a gente é amigo”), ressalta que a dimensão afetiva é central na ressignificação de sua experiência migratória. Esses sentimentos positivos ajudam a contrabalançar as possíveis dificuldades enfrentadas no processo de adaptação, configurando um mecanismo de resiliência.

Eu aconselhava ela também quando ela tinha problemas e ajudava ela. Eu ajudava, protegia ela, e, até agora, a gente é amigo. Eu falo com ela, ela fala comigo e tudo isso. (Entrevista)

O depoimento de Gabo demonstra que a construção da identidade em contextos migratórios está intimamente ligada às relações de apoio, reciprocidade e afeto, desafiando visões unidimensionais da “adaptação”. Essas interações, ao promoverem tanto o pertencimento quanto a validação mútua, revelam a importância de redes de apoio que transcendem o ambiente escolar e se estendem para a vida cotidiana, contribuindo para uma narrativa de inclusão e ressignificação cultural.

Embora a crítica ao conceito de hipótese defenda um redirecionamento metodológico que enfatize a fluidez e a profundidade investigativa (Denzin; Lincoln, 2006), essa abordagem não elimina a existência de noções ou expectativas preliminares que conectem teoria e dados empíricos. Na prática, tais noções formam a base a partir da qual os pesquisadores estruturam suas investigações, embora nem sempre se concretizem de acordo com as expectativas iniciais - especialmente para pesquisadores em início de carreira.

No meu caso, a etapa de geração de dados revelou-se desafiadora, evidenciando um desalinhamento significativo entre minhas formulações teóricas e as informações emergentes do campo. Inicialmente, senti uma espécie de falha ou até mesmo uma incapacidade de lidar com aspectos que não haviam sido previstos em meus pressupostos metodológicos. Esse desconforto revelou, por um lado, a rigidez das expectativas pré-estabelecidas e, por outro, a necessidade de flexibilizar as estratégias de conversação para incorporar a complexidade dos fenômenos investigados.

A representação das experiências interacionais como positivas emergiu como

a principal questão para esta pesquisa. Surpreendentemente, apesar das expectativas que sugeriam uma narrativa centrada em dificuldades e vulnerabilidades no processo migratório, os dados indicaram que Gabo enfatizava consistentemente aspectos construtivos de suas interações. Esse esforço deliberado em realçar o lado positivo das experiências interacionais não apenas desafiou minhas expectativas iniciais, mas também evidenciou a importância de se considerar a agência dos sujeitos na construção de suas próprias narrativas. Assim, o percurso de geração e análise dos dados exigiu uma constante reavaliação, demonstrando que a flexibilidade teórica é imprescindível para capturar a dinâmica real e complexa dos processos sociais, como os que envolvem linguagem, marcadores sociais e migração:

Então, foi muito bom com os professores, com as pessoas na rua, sim, foi bom, mas eu não tinha muito relacionamento com as pessoas na rua e com os vizinhos. Eu fui ter relacionamento, não estou falando de namoro, não, estou falando de chegar e falar com eles. Pá, foi com minha vizinha, que ia ser minha madrinha, que foi praticamente nos últimos dois anos que eu estive lá. Então, foi muito pouco tempo que eu estive junto com os vizinhos. Foi isso aí. (Entrevista)

O relato de Gabo revela uma tensão inerente em sua experiência interacional, evidenciando contradições que apontam para a complexidade de sua adaptação no novo contexto migratório. Por um lado, ele destaca a avaliação positiva de suas relações com professores e pessoas na rua – “foi muito bom” – enfatizando uma experiência satisfatória e, ao mesmo tempo, desejada. Por outro lado, Gabo ressalta a limitação desses vínculos, afirmando que “não tinha muito relacionamento com as pessoas na rua e com os vizinhos.” Essa oscilação revela um esforço deliberado para construir uma narrativa positiva, possivelmente como estratégia de resiliência, enquanto admite, de forma sutil, a existência de um isolamento social em determinadas esferas.

A ambiguidade se intensifica quando o próprio Gabo enfatiza que, nos últimos dois anos, apenas desenvolveu um relacionamento significativo com uma vizinha – “que ia ser minha madrinha” – sugerindo que o contato com o ambiente vizinho foi pontual e restrito. A menção ao curto período de convivência reforça a tensão entre

o reconhecimento de interações positivas e a constatação de que tais vínculos não se estenderam de maneira ampla. Assim, o discurso de Gabo parece buscar um equilíbrio: por um lado, reafirma sua resiliência e o esforço em criar laços de apoio; por outro, admite, de forma indireta, que sua rede social apresenta limitações, especialmente em contextos informais fora do ambiente escolar.

Ao articular essas contradições, o relato evidencia que ambivalência pode ser interpretada como um reflexo das tensões inerentes à migração, onde o desejo de pertencimento e a necessidade de “adaptação” convivem com desafios estruturais que limitam a construção de vínculos duradouros. Em última análise, o depoimento de Gabo sugere que, apesar dos esforços para enfatizar o aspecto positivo de suas experiências – *“foi muito bom”* –, há uma realidade de isolamento que se impõe quando se trata de relações mais informais e próximas, evidenciando a complexa interação entre agência, resiliência e as barreiras impostas pelo novo contexto sociocultural.

Acolhimento: definição, prática e construção de significados

O percurso doutoral impulsionou uma profunda reflexão sobre o conceito de “acolhimento”, exigindo ajustes constantes entre teoria e dados para manter a coerência analítica. Esse processo revelou-se não linear, à medida que novas camadas de complexidade surgiam, demonstrando que a definição de acolhimento é dinâmica, permeada por relações de poder, estruturas institucionais e experiências subjetivas. Durante a pesquisa, contradições inevitáveis levaram a escolhas interpretativas que ultrapassaram o campo puramente analítico e adentraram disputas políticas e epistemológicas.

Com o tempo, ficou claro que os debates na Linguística Aplicada Crítica não se restringem à análise dos fenômenos linguísticos em si, mas abarcam também disputas sobre significados, usos e impactos da linguagem como espaço de negociação de identidades, acesso a direitos e produção de desigualdades (Silva, 2015; Heller; McElhinny, 2017; Pennycook, 2001). Assim, estudar “acolhimento” a partir de uma perspectiva crítica implica reconhecer que ele não se resume a

práticas institucionais ou individuais, mas constitui um campo de tensão onde se articulam discursos sobre pertencimento, exclusão e “cidadania”.

O “acolhimento” não pode ser reduzido a um ideal normativo de recepção benevolente. Ao contrário, sua análise deve considerar as relações de poder que o atravessam, refletindo concepções mais amplas de identidade nacional, diversidade linguística e inclusão social, frequentemente reforçando hierarquias e mecanismos de diferenciação. Esse percurso de desconstrução exigiu um constante autoquestionamento, levando à compreensão de que categorias analíticas naturalizadas podem, inadvertidamente, reforçar hierarquias em vez de questioná-las.

Nesse sentido, Minayo (2021) destaca que a verdadeira benevolência não se manifesta apenas por uma atitude de simpatia, mas por uma abertura para reconhecer a característica humana universal do outro e fomentar trocas interativas que superem o egocentrismo e a rejeição. Para ela, a benevolência desprovida de intersubjetividade é, na verdade, a forma mais elevada de dominação e autoproteção, pois impede o encontro face-a-face que é importante para a constituição do ser humano, para a criação de significados e para a responsabilidade social. Dessa forma, a própria ideia de migração, frequentemente enquadrada em termos de déficit e adaptação, revela expectativas de integração que nem sempre contemplam as subjetividades e os desafios estruturais enfrentados pelos migrantes.

No processo de investigação, adotou-se a estratégia de interrogar diretamente Gabo sobre seu entendimento de “acolhimento”. Essa escolha não foi arbitrária, mas fundamentada na necessidade de compreender como ele concebia sua inserção no novo espaço social, quais expectativas nutria e quais fatores influenciavam sua percepção acerca de ser (ou não) acolhido. A resposta de Gabo evidencia que a experiência migratória transcende um mero processo de adaptação unilateral, revelando dinâmicas complexas de negociação e reconstrução do pertencimento no novo contexto social.

Acolhimento é acolhimento. Por exemplo, eu acolhi um cachorro. Bom, eu acolhi um cachorro, eu peguei o cachorro para cuidar. É isso

mesmo, é acolher. É ficar com a pessoa [...] com amizade, assim, acolher essa pessoa porque é gente boa. Isso, para mim, é acolhimento: juntar, trazer para você. (Entrevista)

O trecho da entrevista fornece uma definição espontânea e carregada de afetividade do conceito de acolhimento, na qual Gabo exemplifica a ideia com uma analogia simples – *“acolhi um cachorro... peguei o cachorro para cuidar”* – que sublinha não só a recepção, mas também o compromisso contínuo com o bem-estar do outro. Essa definição enfatiza que acolher vai além do ato físico de receber, incorporando uma dimensão relacional e emocional que envolve amizade, cuidado e a prática de *“juntar, trazer para você”*. Tal concepção sugere que o acolhimento opera como um processo de aproximação, que reconhece a outra pessoa como digna de pertencimento e a inclui de forma integral no espaço social.

Enquanto eu enfrentava desafios para repensar meus enquadramentos teóricos e metodológicos, Gabo sintetizava, com poucas palavras, uma visão transformadora: *“acolher é incluir”* – isto é, aceitar a pessoa em sua totalidade, valorizando as diferenças em vez de diluí-las em uma identidade hegemônica (Anzaldúa, 1987; Collins, 2019; García, 2009). Essa afirmação não apenas dialoga com as teorias críticas sobre pertencimento, mas também desafia concepções tradicionais de identidade e alteridade. Ao afirmar que a verdadeira inclusão ocorre somente com a aceitação da diferença, entendendo-a como relacional e em constante transformação, Gabo desloca o foco do migrante como um sujeito que deve se adaptar passivamente, apontando para a necessidade de transformar o espaço social para que ele possa efetivamente “acolher”.

Poder, identidade e translinguagem: desafios e possibilidades na inclusão

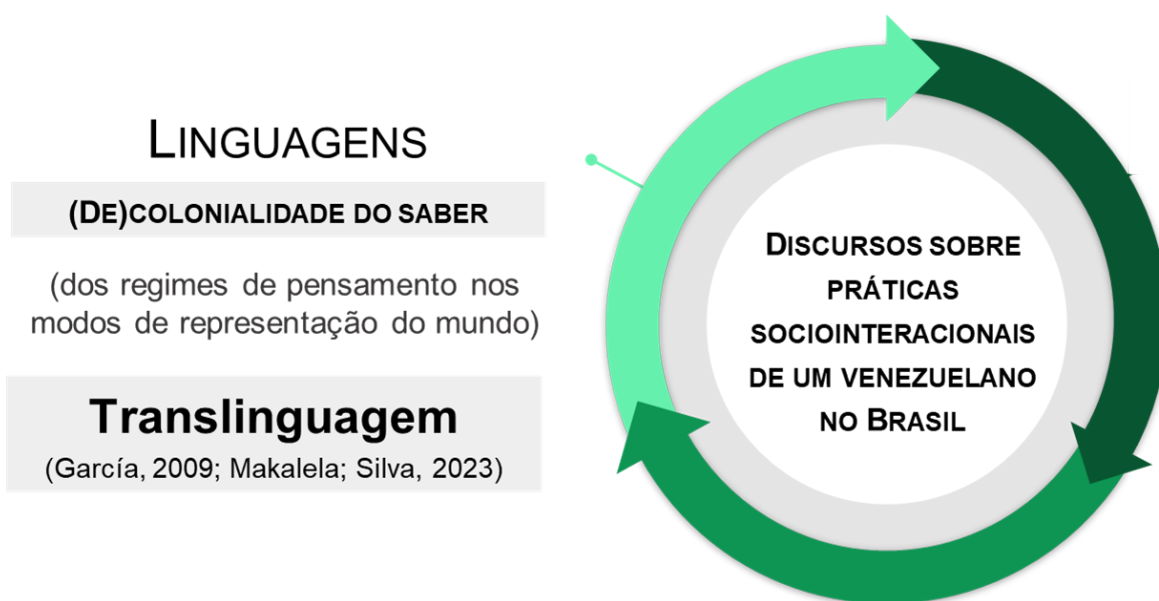
Esse deslocamento de perspectiva é essencial, pois permite uma compreensão mais ampla das dinâmicas de poder que estruturam as relações entre migrantes e sociedades de acolhimento. Em vez de pensar a migração exclusivamente em termos de desafios individuais, torna-se central problematizar as condições institucionais, discursivas e políticas que determinam quem é acolhido, sob quais condições e em que medida essa acolhida se traduz em acesso efetivo a

direitos e oportunidades. Assim, as palavras de Gabo não apenas sintetizam uma concepção crítica de acolhimento, mas também servem como um convite à reconfiguração do olhar sobre as migrações, deslocando a ênfase da assimilação para a transformação das estruturas sociais e linguísticas que moldam os processos migratórios (Bizon; Camargo, 2018; Lopez, 2016; Zambrano, 2021).

Por todo, não, eu fui acolhido por muita gente, eu não posso negar. Mas, por tudo, eu falava por todo mundo, eu acho que não. Eu fui acolhido por muitos professores. Muitos professores me ensinavam pelo jeito de eu falar, pelo jeito de eu estudar, mas tinha gente, por exemplo, tinha alunos que faziam zueira e tal. (Entrevista)

O uso de expressões como “*eu fui acolhido por muita gente*” e “*muitos professores me ensinavam*” evidencia que Gabo atribui um caráter positivo às suas experiências de recepção. Entretanto, a ressalva “*tinha alunos que faziam zueira e tal*” insere uma crítica, indicando que nem todas as interações foram igualmente construtivas. A expressão “*pelo jeito de eu falar, pelo jeito de eu estudar*” revela que Gabo estava consciente de suas particularidades e de como estas influenciavam suas relações. Seu discurso demonstra a construção de sua identidade a partir dos vínculos estabelecidos: valoriza o suporte dos professores, que o ajudaram a superar desafios relacionados ao seu modo de falar e estudar, mas também reconhece a existência de interações negativas com alguns colegas. Essa dinâmica sugere uma estrutura de poder no ambiente escolar, em que os professores atuam como agentes de inclusão e apoio, enquanto certos comportamentos entre os alunos podem reforçar a marginalização. Nesse sentido, a perspectiva de Ofelia García sobre translinguagem oferece uma contribuição relevante para a análise. García (2009) argumenta que a translinguagem vai além da alternância entre línguas fixas, permitindo que os falantes mobilizem integralmente seus recursos linguísticos. Segundo García e Wei (2014), essa prática possibilita a criação de espaços comunicativos que reconhecem e valorizam a diversidade, empoderando os migrantes.

Figura 8 - Translinguagem e (De)colonialidade do saber



Fonte: elaborado pela autora com base em Vieira (2019).

A metáfora de La Malinche e a charada da linguagem ilustram como atores sociais de identidades ambivalentes mobilizam, de forma plena, seus repertórios linguísticos, evidenciando a heterogeneidade dos processos de grupalização (Brubaker, 2002). La Malinche, figura histórica emblemática, simboliza os desafios e as possibilidades do deslocamento e da reconfiguração identitária, contrapondo-se à colonialidade da linguagem que, historicamente, marginaliza determinados repertórios e culturas (Garcés, 2007; Veronelli, 2016). Nesse contexto, a translinguagem emerge como uma estratégia que, conforme argumenta Wei (2011), permite que imigrantes rompam fronteiras linguísticas, desafiando a centralidade das línguas hegemônicas e subvertendo hierarquias impostas por estados-nação e instituições. Contudo, essa fluidez não deve ser romantizada, pois as relações intra e extragrupoais continuam permeadas por assimetrias e disputas (Canagarajah, 2011).

Enquanto a primeira charada permitiu explorar as práticas linguísticas de Gabo e a dinâmica da translinguagem, a segunda charada convida a adentrar a interseção entre marcadores sociais – como raça e origem – e o discurso sobre a linguagem. Nesta análise, examinaremos como esses marcadores influenciam as

interações de Gabo e moldam sua percepção de pertencimento, revelando as complexas relações de poder que regem os processos de integração em contextos migratórios.

4.2 A segunda charada: *marcadores sociais e exclusão*

*Arauco tiene una pena
más negra que su chamal,
ya no son los españoles
los que les hacen llorar,
hoy son los propios chilenos
los que les quitan su pan.
Levántate, Pailahuán.*

Violeta Parra (1965)

A compreensão dos marcadores sociais é essencial para desvendar as complexas relações entre linguagem, identidade e poder, ligada aos processos de identificacionais, relacionais e representacionais que tangenciam pertencimentos sociais. Ao explorar como os marcadores sociais se articulam ao discurso sobre língua(gem), adentramos um campo de investigação que revela não apenas as variações linguísticas, mas também os mecanismos pelos quais a linguagem pode tanto reproduzir quanto desafiar estruturas sociais. Em contextos migratórios, essa articulação torna-se particularmente relevante, pois os indivíduos utilizam seus repertórios linguísticos para se posicionar e reivindicar pertencimento, mesmo quando confrontados por normas e expectativas sociais que tendem a fixar e hierarquizar essas identidades. Assim, a relação entre marcadores sociais e discurso sobre língua(gem) abre caminho para reflexões profundas sobre o poder da linguagem na construção e transformação das realidades sociais. A partir das referências estabelecidas e a partir dos dados gerados, esta seção busca discutir a seguinte questão: *Como a noção de marcador social se articula ao discurso sobre língua(gem)?*

Desafios metodológicos e sensibilidade na coleta de dados

O professor, nunca tive problemas. Eu não gostava de alguns professores [...], mas eles sempre me ajudaram muito, me ajudaram muito. Me ajudou mais o de matemática e o de português. Por exemplo, no último ano que eu estive lá, eles me ajudaram muito, muito. O de português foi... ele é de Portugal. Então, ele sabia o que era passar por bullying e tudo isso, então ele ajudava muito, ajudava bastante. Então, na realidade, ele ajudou muito. (Entrevista)

Na citação acima, Gabo utiliza repetições e ênfases para destacar o apoio que recebeu de seus professores. A repetição de “*me ajudaram muito*” e “*ajudava bastante*” reforça a importância dessas figuras em sua trajetória, enquanto a menção específica ao professor de português, que também era imigrante, sugere uma identificação baseada em experiências compartilhadas. O tom da fala é de gratidão e reconhecimento, mas também de admiração, especialmente quando Gabo descreve o professor como alguém que “*sabia o que era passar por bullying*”. Essa escolha de palavras reflete a importância da empatia e do apoio emocional no processo de integração, conforme discutido por Bucholtz e Hall (2005).

O texto sugere uma dinâmica de poder no ambiente escolar, na qual os professores desempenham um papel central não apenas na mediação dos processos de ensino e aprendizagem, mas também no apoio emocional e social aos estudantes que enfrentam desafios como o bullying. Nesse contexto, Gabo se posiciona como alguém que recebeu suporte para superar essas dificuldades, enfatizando a importância da empatia e da solidariedade na construção de um ambiente escolar mais acolhedor. Essa rede de apoio demonstra como as relações interpessoais podem mitigar os impactos de exclusões e violências simbólicas que, muitas vezes, recaem sobre alunos pertencentes a grupos minorizados, especialmente aqueles que vivenciam deslocamentos internacionais e a imposição de novas normas culturais e linguísticas.

É nesse cenário que a translinguagem poderia emergir não apenas como uma abordagem linguística, mas como uma ferramenta crítica para a construção de espaços educacionais mais democráticos e inclusivos. Rocha e Megale (2023, p. 23) argumentam que a translinguagem pode contribuir para romper com o pensamento autoritário que tradicionalmente estrutura as práticas pedagógicas, desafiando

hierarquias linguísticas que impõem um único repertório como legítimo. Ao permitir que diferentes formas de expressão sejam valorizadas no ambiente escolar, a translinguagem se opõe a uma certa “imposição cultural” (Anzaldúa, 1987), que busca enquadrar a realidade dentro de uma narrativa única, frequentemente desconsiderando a complexidade das experiências individuais e coletivas.

Dessa forma, a translinguagem não se limita ao uso de múltiplas línguas em sala de aula, mas envolve a criação de um espaço onde as diferenças nos repertórios linguísticos e culturais são não apenas reconhecidas, mas também integradas ao processo de aprendizagem. Esse reconhecimento é essencial para transformar as concepções sobre “língua nomeada”, bem como promover a escola em um espaço de pertencimento, onde alunos como Gabo não apenas aprendem mais um recurso que é a língua dominante, mas também veem seus repertórios respeitados. Essa abordagem fortalece a resiliência e a autoestima dos estudantes, permitindo que se sintam valorizados e legitimados em suas práticas linguísticas.

Além disso, ao deslocar a ênfase da simples adaptação para a valorização das práticas linguísticas dos alunos, a translinguagem desafia concepções normativas de sucesso escolar. Em vez de reforçar uma lógica de déficit, em que o aluno precisa superar supostas deficiências linguísticas para se integrar, ela propõe um modelo de educação em que a pluralidade é um recurso pedagógico e social. Assim, ao reconhecer o potencial transformador da translinguagem, podemos repensar práticas educacionais que historicamente silenciaram vozes marginalizadas, criando novas possibilidades para o ensino e a convivência intercultural.

Durante a pesquisa, percebi que determinados tópicos eram especialmente sensíveis para Gabo, exigindo pausas na conversa em momentos críticos. Esses intervalos ocorreram tanto em função do cansaço, decorrente de longos períodos de diálogo, quanto pela delicadeza inerente dos temas discutidos. Sempre que necessário, interrompíamos a conversa e agendávamos novas sessões para retomar o diálogo, prática que corrobora as orientações de Minayo (2021) sobre a importância da reflexividade, flexibilidade e da sensibilidade na condução de pesquisas qualitativas. Em alguns momentos, senti que aprofundar certas questões seria relevante; contudo, reconheci que, para preservar a dignidade e o bem-estar do colaborador, nem sempre seria apropriado. Assim, a sensibilidade de

determinados temas constituiu um desafio adicional no processo de coleta de dados qualitativos, evidenciando a necessidade de adaptar as estratégias de investigação às complexidades do contexto.

[...] Minha experiência foi muito boa. Eu achei muito bom, com os problemas que eu tive aí, mas não tem nenhum problema. É coisa que passa na vida. [...] Como eu já falei, eles me ajudaram muito na questão de estudo e na questão da fala também. Eu aprendi uma coisa com eles na primeira escola e, depois, nas outras escolas, foi assim. Só tinha uma escola que não foi muito bem, a relação na escola com os moleques e tal. Mas depois eu troquei de ano, passei de ano e voltei a ter novos amigos, pessoas que eu já conhecia, outras pessoas que eu não conhecia, que foram meus amigos e tal. (Entrevista)

O relato de Gabo segue uma estrutura descritiva, organizada em torno de experiências específicas, como o apoio recebido nas escolas, dificuldades com colegas, mudanças de ano e a formação de novas amizades. A recorrência de expressões como *“muito boa”*, *“muito bom”* e *“me ajudaram muito”* enfatiza uma avaliação predominantemente positiva, especialmente no que se refere ao suporte institucional. A afirmação *“não tem nenhum problema. É coisa que passa na vida”* sugere uma postura resiliente, minimizando os desafios enfrentados e reforçando uma perspectiva de superação.

No nível enunciativo, o uso consistente de *“eu”* e *“mim”* centraliza a experiência individual de Gabo, enquanto as menções a *“eles”* e *“os moleques”* demarcam os grupos com os quais ele interage, construindo uma alteridade que, conforme argumentam Bucholtz e Hall (2005), não decorre de diferenças naturais, mas de dinâmicas de poder e ações estratégicas presentes nas interações cotidianas. Essa demarcação é construída intencionalmente, ressaltando tanto a heterogeneidade externa quanto as semelhanças entre os membros desses grupos. A ressalva introduzida pela frase *“só tinha uma escola que não foi muito bem”* é rapidamente neutralizada pela narrativa de superação, reforçando um discurso de resiliência e adaptação. A retomada das relações sociais após experiências negativas (*“voltei a ter novos amigos”*) reforça a construção discursiva de um sujeito que, apesar das dificuldades, encontra suporte para se reintegrar.

Além disso, o discurso de Gabo revela um desejo de autopreservação, evidenciado na forma como ele gerencia sua própria imagem para evitar a exposição excessiva e o julgamento social, o que é comum em contextos sensíveis como os que envolvem experiências de discriminação, migração ou precarização. Essa dinâmica, alinhada às análises de Minayo (2021) e Fine et al. (2006), mostra que a construção discursiva da identidade é um processo complexo e interativo, no qual os sujeitos negociam os significados atribuídos a suas experiências para alcançar uma narrativa positiva e socialmente aceita.

Em contextos sensíveis, como aqueles envolvendo experiências de discriminação, migração ou precarização, os participantes tendem a minimizar aspectos que consideram estigmatizantes, enfatizar narrativas socialmente aceitas ou até omitir informações que os posicionem como vulneráveis. Esse processo não representa uma falsificação deliberada, mas reflete a complexidade da construção discursiva da identidade e a negociação de sentidos em situações de interação. Conforme Minayo (2021) ressalta, a ética na pesquisa qualitativa demanda uma postura reflexiva e flexível, em que o pesquisador deve estar atento às condições socioculturais e às dinâmicas intersubjetivas que influenciam o discurso do entrevistado. Da mesma forma, Fine et al. (2006) afirmam que a gestão das vulnerabilidades dos participantes envolve estratégias que assegurem um ambiente de confiança, permitindo que as informações sensíveis sejam abordadas de forma cuidadosa. No caso de Gabo, senti a necessidade de fazer pausas entre uma conversa e outra para que certos temas fossem retomados com mais leveza, garantindo, assim, o bem-estar do colaborador e a integridade dos dados coletados.

Bom, eu gostei de todas as escolas que eu fui, mas teve uma que... Bom, teve um ano nessa escola, porque eu tive dois anos nessa escola, que foi nos EF-15. O último ano foi um pouco difícil, foi onde conheci umas pessoas que eu não gostei tanto, mas eu gostei também um pouco, muito pouco, mas eu gostei ainda. (Entrevista)

No trecho acima, o discurso de Gabo constrói uma avaliação predominantemente positiva das experiências escolares, evidenciada pelo uso de expressões como “eu gostei de todas as escolas” e “eu gostei ainda”. No entanto, a

introdução de ressalvas, como em *“foi um pouco difícil”* e *“umas pessoas que eu não gostei tanto”*, aponta para a coexistência de desafios e interações menos favoráveis. A formulação *“eu gostei ainda”* sinaliza um esforço discursivo de atenuação, buscando equilibrar a menção às dificuldades com uma perspectiva mais otimista. No nível enunciativo, Gabo se posiciona como alguém que valoriza suas vivências escolares, mas que também reconhece as tensões e desafios inerentes a essas experiências. A insistência na avaliação positiva, mesmo diante de adversidades, sugere a construção de uma identidade pautada na resiliência. Dessa forma, a análise evidencia um movimento discursivo que não apenas reafirma o valor atribuído ao ambiente escolar, mas também sugere estratégias de negociação subjetiva diante de experiências contraditórias.

Na análise dos dados coletados por meio de entrevistas, emergem desafios metodológicos e epistemológicos, sobretudo quanto à validade das informações. Conforme argumenta Minayo (2021), a pesquisa qualitativa demanda uma postura que valorize a intersubjetividade – conceito que, segundo ela, Schutz (1987) ilustra com o “construto de segunda ordem”, enfatizando que o ônus da contextualização e da interpretação recai sobre o pesquisador. Isso implica que, embora as respostas de Gabo reflitam suas experiências individuais, elas são co-construídas no contexto da interação, permeadas por dinâmicas sociais, expectativas e pela influência do pesquisador.

Além disso, fatores como memória seletiva, desejo de autopreservação e estratégias discursivas podem resultar na omissão ou reformulação de informações, evidenciando que os dados são construções situadas. Nesse sentido, a validade não se fundamenta na veracidade absoluta dos relatos, mas na coerência analítica das interpretações e na capacidade de revelar os sentidos e práticas sociais subjacentes. Ainda conforme Minayo (2021), Gadamer (2003) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a narrativa do sujeito é sempre marcada por sua perspectiva particular, não representando uma verdade total dos fenômenos em estudo. Com base numa postura reflexiva sobre a construção dos dados e a validade das interpretações, torna-se possível compreender como as complexas relações intersubjetivas e contextuais influenciam a narrativa. Essa perspectiva crítica é particularmente útil para analisar experiências concretas vividas no campo.

Por meio das aulas ministradas no projeto Vila Internacional, eu já tinha conhecimento de que Gabo havia enfrentado experiências sensíveis durante seu período no ensino fundamental. Tanto ele quanto sua tia mencionaram episódios de desentendimentos na escola, indicando um contexto de desafios. Em determinado período, nossas reuniões às sextas-feiras precisaram ser suspensas e remarcadas, pois coincidiam com os atendimentos psicológicos de Gabo. Esse foi um momento particularmente delicado, marcado por sua ausência nos encontros devido à necessidade de priorizar sua saúde. Além disso, não foi por meio de Gabo, mas sim de sua tia, que tomei conhecimento da situação, o que reforçou a sensibilidade da questão e a necessidade de abordá-la com cautela.

Pusseti (2010) destaca que a migração está frequentemente associada a riscos para a saúde mental; enquanto, por muito tempo, as explicações se baseavam em abordagens genéticas e bioquímicas, estudos recentes enfatizam o papel da exclusão social e da discriminação no desenvolvimento de questões para a saúde mental. Essa mudança ressalta como os desafios enfrentados por migrantes são influenciados por dinâmicas sociais e institucionais que configuram seus ambientes de vida. Dessa forma, a experiência de Gabo extrapola as questões meramente linguísticas, mas tangencia saúde mental, discriminação e os desafios da inclusão em um novo contexto cultural.

Translinguagem e dinâmicas de poder no contexto da migração

No contexto das migrações, a experiência de atores que têm suas identidades sociais produzidas cotidianamente nas interações sociais em um novo território está inevitavelmente ligada à reconstrução contínua de elementos essenciais – vínculos familiares e amigos, língua, cultura, moradia, status social e conexões com grupos étnico – que podem apontar para um cenário de vulnerabilidade psicossocial. Essa conjuntura não apenas eleva o risco de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático, mas também pode desencadear comportamentos de risco e problemas de saúde física associados ao estresse crônico (Pusseti, 2010). No caso de Gabo, o estresse e a depressão foram sintomas mencionados ao longo da pesquisa, evidenciando a complexidade dos impactos

psicossociais da migração.

Foi porque eu sofri bullying, eu sofri bullying por ser da Venezuela e tal. Aí, foi algo que eu não gostei muito. Depois, eu tive uma depressão, não só por isso, mas porque tinha morrido minha avó e tudo isso. Então, eu passei por uma depressão muito forte e eu não queria estar aí. Mas eu superei, terminei meu ano, passei todas as matérias e continuei. (Entrevista)

No trecho acima, Gabo reflete sobre os desafios emocionais e sociais vivenciados durante sua migração para o Brasil, evidenciando experiências marcadas tanto por exclusão quanto por superação. Ele relata o bullying sofrido por sua origem venezuelana, que o rotulava como “diferente”, e menciona a perda de sua avó, episódio que intensificou seus sentimentos de isolamento e depressão – ilustrações claras das múltiplas camadas de vulnerabilidade que acompanham o processo migratório, conforme discutido por Pusseti (2010). Ao mesmo tempo, sua narrativa apresenta uma virada significativa: embora Gabo descreva momentos de intensa dor e desânimo – utilizando expressões como “eu sofri bullying” e “uma depressão muito forte” – ele enfatiza sua resiliência ao afirmar “eu superei, terminei meu ano, passei todas as matérias e continuei”. Dessa forma, seu relato demonstra como, a partir dos desafios enfrentados, ele reconstrói sua identidade, evidenciando a importância da continuidade e da superação dos obstáculos.

Em contextos marcados pela heterogeneidade, as diferenças emergem de forma mais acentuada, mas a convivência entre identidades culturalizadas raramente ocorre de maneira harmônica, desafiando as visões idealizadas do multiculturalismo na educação (Walsh, 2010). As interações cotidianas desempenham um papel importante na negociação dessas fronteiras identitárias, pois é por meio delas que identidade é reafirmada como uma ficção e fricção do encontro intercultural que foi politizado (Dietz, 2009). É através delas que as nações, enquanto “comunidades imaginadas” – construídas social e politicamente para promover a homogeneização populacional e a consolidação de uma identidade nacional única - continuam a serem promovidas enquanto projeto hegemônico, no entanto, exige a exclusão daqueles que não se enquadram na norma dominante, tornando a etnia um mecanismo estratégico de exclusão, especialmente em contextos de deslocamento internacional, onde o imigrante é frequentemente

designado como o “Outro” por excelência (Olmos-Alcaraz, 2009).

Ainda que esse processo produza exclusões, é preciso pontuar que a vulnerabilidade não é uma característica inerente a uma condição ontológica, mas uma construção social resultante de dinâmicas históricas, políticas e estruturais. Essa perspectiva permite problematizar a maneira como categorias como “etnia” e “imigrante” são mobilizadas nos discursos institucionais e acadêmicos. Olmos-Alcaraz (2009, p. 130) destaca que a noção de etnia ainda é permeada por ambiguidades conceituais, sendo frequentemente instrumentalizada no contexto das relações entre Estados-nação em um sistema globalizado. Longe de se enfraquecer, esses Estados têm intensificado suas fronteiras de maneira cada vez mais agressiva, reforçando hierarquias de pertencimento e exclusão.

A esse respeito, Dietz (1999, p. 63) compreende a etnicidade, então, como um epifenômeno do contato intercultural, no qual certos marcadores culturais são selecionados em detrimento de outros para estruturar as interações sociais. Esse processo não apenas regula as relações entre grupos distintos, mas também reconfigura as estruturas internas dos próprios grupos, instrumentalizando elementos culturais como marcadores étnicos. Entretanto, essa objetivação não ocorre de forma neutra; pelo contrário, insere-se em relações de poder que determinam quais marcadores são legitimados e quais são marginalizados.

Nessa lógica, torna-se essencial evitar enquadramentos reducionistas que cristalizam os sujeitos migrantes em categorias homogêneas. A autorrepresentação de Gabo, conjugada a uma perspectiva crítica (Makalela; Silva, 2023; Vogel; García, 2017; Dietz, 2007; Walsh, 2010), alerta para o equívoco de tratar “o imigrante” como uma entidade monolítica, desconsiderando as trajetórias individuais e os diferentes modos de significação da experiência do deslocamento, bem como as disputas sobre os próprios termos da linguagem. Esse enquadramento reducionista oculta as relações de poder que moldam os percursos migratórios e as oportunidades disponíveis para diferentes sujeitos (Pusseti, 2010).

Essa problematização encontra eco na abordagem ética discutida por Minayo (2021), que complementa a crítica de Fine et al. (2006) à simplificação dos atores sociais em pesquisas qualitativas. Enquanto Fine et al. alertam para os riscos de reduzir os sujeitos a vítimas passivas ou heróis romantizados, Minayo (2021)

ênfatiza a necessidade de compreender os sujeitos em sua singularidade, considerando a intersubjetividade – conceito desenvolvido por Schutz (1987) – e o processo de objetivação, conforme proposto por Demo (1985). Integrar essas abordagens teóricas significa reconhecer que a construção discursiva dos sujeitos migrantes é complexa. Assim, ao adotar uma abordagem espiral que articula injustiças e resiliências, a pesquisa não apenas evita dicotomias simplistas, mas também enriquece a análise das estratégias criativas e críticas utilizadas pelos migrantes para ressignificar seus espaços de pertencimento. Essa postura, fundamentada na intersubjetividade e na análise das práticas discursivas, permite capturar tanto as formas de agência dos sujeitos – mesmo dentro dos limites impostos – quanto às condições que moldam suas narrativas de resistência e “adaptação”.

Do início, não teve, porque eu não sabia. Mas até que eu explodi e comecei... Fiquei puto da vida. Aí, eu peguei e bati no moleque que estava zuando, me chamando de meus pais e tal. Aí, eu contei que já estava cansado de ouvir isso e tal. Então, eu peguei, e eles tiveram reação. A escola interveio, falou com os moleques e todo mundo. Foi isso, foi em 2021, 2022 que foi isso. (Entrevista)

A migração venezuelana para o Brasil tem sido atravessada por representações midiáticas ambíguas e por experiências de discriminação no cotidiano dos migrantes, particularmente em espaços institucionais como a escola. A relação entre identidade nacional e práticas excludentes se manifesta tanto nos discursos públicos veiculados pela mídia quanto nas interações interpessoais, moldando as formas de pertencimento e exclusão dos sujeitos migrantes. O relato de Gabo ilustra como as relações sociais são tensionadas pela interseção entre mobilidade, pertencimento e estigmatização.

A experiência narrada por Gabo evidencia que a migração não se restringe ao deslocamento físico, mas envolve um conjunto de práticas discursivas que regulam o acesso a espaços sociais e processos identificacionais. A frase “*foi porque eu sofri bullying, eu sofri bullying por ser da Venezuela*” revela um mecanismo de diferenciação social baseado na nacionalidade, que se articula a um processo de exclusão sistemática. Como argumentam Sebastiani et al. (2020), a construção da

identidade do imigrante é mediada por dimensões geopolíticas e corpo-políticas do conhecimento, ou seja, a posição que esses sujeitos ocupam na estrutura social e a forma como seus corpos e discursos são percebidos e hierarquizados.

A agressão verbal sofrida por Gabo – expressa na frase “*me chamando de meus pais e tal*” – sugere que a sua identidade migrante foi usada como um marcador de alteridade negativa. Essa experiência está alinhada ao que Hall (2016) denomina de práticas de significação, nas quais certos grupos são representados de maneira estigmatizante para reforçar relações de poder. A associação entre migração e diferença linguística pode funcionar como um gatilho para processos discriminatórios, pois, conforme Blommaert (2010) argumenta, a língua não é apenas um meio de comunicação, mas um indexador de pertencimento e de estratificação social. No caso de Gabo, o bullying não decorre apenas de sua condição de migrante, mas de como essa condição é discursivamente marcada e socialmente percebida.

A maneira como a mídia retrata a migração venezuelana no Brasil reforça ou desafia essas dinâmicas de exclusão. A pesquisa de Bezerra (2020) evidencia que a cobertura midiática negocia sentidos sobre a imigração ao oscilar entre discursos de solidariedade e rejeição, frequentemente instrumentalizando a crise migratória em narrativas políticas. Essa dualidade pode influenciar a percepção social dos migrantes e, conseqüentemente, as interações em espaços institucionais como a escola. A forma como migrantes são representados na mídia impacta diretamente as relações interpessoais, pois, como aponta Silva (2020), a construção discursiva dos venezuelanos alterna entre a vitimização e a criminalização, reforçando estereótipos negativos.

O relato de Gabo também ilustra o papel da escola como espaço de socialização e como arena de conflitos identitários. Sua reação – “*eu peguei e bati no moleque*” – evidencia um deslocamento da violência simbólica para a violência física, em um contexto de resistência à estigmatização. No caso de Gabo, a agressão não é apenas uma resposta individual, mas um reflexo das estruturas sociais que marginalizam migrantes e lhes negam legitimidade no espaço público. Apesar da discriminação vivida, a frase “*a escola interveio*” sugere que as instituições podem desempenhar um papel mediador na desconstrução de desigualdades. No entanto, é necessário questionar se essa intervenção foi

suficiente para transformar a dinâmica social ou se apenas reprimiu momentaneamente o conflito sem abordar suas raízes estruturais. Como apontam Vargas, Shimizu e Monteiro (2023), políticas de acolhimento e inclusão são fundamentais para garantir que migrantes não sejam apenas tolerados, mas efetivamente integrados à sociedade de destino.

A mídia, nesse sentido, pode atuar tanto como um vetor de reforço de estereótipos quanto como um instrumento de mudança social. Durante a pandemia, algumas reportagens enfatizaram as dificuldades enfrentadas pelos venezuelanos, mas também destacaram sua resiliência e capacidade de adaptação, favorecendo um debate mais amplo sobre vulnerabilidade social e pertencimento (Brasil, 2021). Essas narrativas contribuem para desafiar representações homogêneas e reducionistas dos migrantes, permitindo um olhar mais complexo sobre suas experiências e agência.

Diante desse cenário, é essencial que políticas públicas e práticas institucionais, especialmente no âmbito educacional, sejam orientadas por uma perspectiva intercultural, promovendo o reconhecimento das identidades migrantes sem reforçar dinâmicas de subalternização. Como argumenta Walsh (2010), a interculturalidade não deve ser apenas um discurso abstrato, mas uma prática que desconstrua hierarquias coloniais e viabilize novas formas de convivência. Assim, compreender a relação entre discurso midiático, práticas linguísticas e dinâmicas de exclusão nos permite problematizar os desafios das migrações no Brasil.

Reação era: eles falavam, "Ah, tu não é daqui, né? Tu é de onde, pá?" E depois, "Ah, é seguro que está?", começaram a chutar de onde eu era. E aí, eles falavam: "Não, não, não, são da Venezuela, pá." Era assim. (Entrevista)

O trecho anterior revela a interseção entre etnia e língua como marcadores sociais da diferença, evidenciando como práticas discursivas operam na construção de identidades e na demarcação de pertencimentos. A reação inicial – “*ah, tu não é daqui, né?*” – sugere um processo imediato de categorização de Gabo como um *Outro*, ou seja, alguém que não pertence ao espaço interacional de referência. Esse reconhecimento da diferença é sustentado pela forma de falar de Gabo, indicando que a língua, em sua dimensão fonética, lexical ou sintática, torna-se um índice de

alteridade articulado à origem (Bucholtz; Hall, 2005) ou como diria Anzaldúa (1987, p.59) a identidade étnica é inseparável da identidade linguística: *“I am my language. Until I can take pride in my language, I cannot take pride in myself”*.

O trecho *“Tu é de onde, pá?”* reflete um processo de interrogação sobre a origem, evidenciando que o pertencimento é questionado com base na percepção da língua como um marcador identitário. O fato de os interlocutores engajarem-se em um processo de tentativa de adivinhar sua origem – *“começaram a chutar de onde eu era”* – demonstra a associação entre a maneira de falar e categorias etnificadas ou nacionalizadas de identidade. Ao afirmarem *“não, não, não, são da Venezuela, pá, era assim”*, os interlocutores demonstram um esforço de categorização que revela a naturalização de estereótipos linguísticos e étnicos vinculados à imigração venezuelana. Esse processo discursivo não apenas reflete, mas também reproduz dinâmicas de etnificação da linguagem, nas quais características fonéticas, sintáticas ou pragmáticas são transformadas em marcadores identitários e, conseqüentemente, em instrumentos de estratificação social. Como argumentam Rosa e Flores (2017, p. 12), nenhuma variedade linguística é objetivamente distintiva ou não distintiva, mas passa a ser registrada como tal em determinadas circunstâncias históricas, políticas e econômicas. Esse fenômeno revela a forma como certos traços linguísticos, quando associados a determinados grupos sociais, adquirem significados ideológicos que reforçam hierarquias e exclusões estruturais.

A teoria raciolinguística, proposta por Rosa e Flores (2017), oferece um arcabouço teórico para compreender esse processo. Essa perspectiva analisa como categorias raciais e linguísticas são co-construídas por meio de práticas discursivas que classificam determinadas populações como desviantes, ilegítimas ou inferiores. No contexto da migração venezuelana para o Brasil, observa-se que a maneira como os migrantes falam – seja por seu sotaque, léxico ou estrutura sintática – não apenas os posiciona como estrangeiros, mas também os vincula a representações sociais racializadas que reforçam desigualdades preexistentes. Isso ocorre porque a língua, longe de ser um simples meio de comunicação, funciona como um marcador de pertencimento e exclusão social.

No Brasil, onde a formação social é pautada por um racismo estrutural

(Almeida, 2019), os processos de racialização da linguagem não se limitam à imigração, mas integram uma lógica histórica que posiciona determinados sujeitos em condições desiguais de acesso a direitos e reconhecimento social. A própria construção da identidade nacional brasileira baseou-se em discursos que hierarquizam formas de falar, associando a norma culta ao prestígio e desvalorizando variedades linguísticas de grupos racializados, como afro-brasileiros e indígenas (Munanga, 2004). Esse mecanismo de racialização linguística se atualiza na recepção de imigrantes, particularmente daqueles que chegam de países sul-americanos e são vistos como economicamente vulneráveis, como é o caso dos venezuelanos.

O relato de Gabo demonstra como a linguagem, ao se entrelaçar com categorias como raça e origem, torna-se um elemento central nos processos de diferenciação e estratificação social. Seu discurso evidencia que a experiência migratória não é apenas econômica ou política, mas também discursiva e ideológica: o modo como ele fala e como sua fala é percebida pelos outros molda sua inserção social e suas interações cotidianas. Como argumentam Rosa e Flores (2017, p. 17), a racialização da língua não é um fenômeno inerente às formas linguísticas ou corporificadas, mas um processo discursivo e ideológico que estrutura percepções sobre quem fala, como fala e em quais contextos essa fala é legitimada ou marginalizada.

Nesse sentido, a migração venezuelana no Brasil se insere em um contexto mais amplo de racialização da linguagem, no qual as formas de falar dos migrantes são frequentemente interpretadas como sinais de inferioridade, desvio ou ameaça, reforçando sua posição subordinada na hierarquia social. Esse enquadramento discursivo não apenas impacta a maneira como os brasileiros percebem os venezuelanos, mas também condiciona as relações institucionais, influenciando desde as políticas de acolhimento até o tratamento dado aos migrantes em espaços públicos, como escolas e postos de trabalho.

A mídia desempenha um papel nesse processo, pois contribui para a cristalização ou contestação desses estereótipos linguísticos e raciais. Como demonstram Bezerra (2020) e Silva (2020), a cobertura midiática da migração venezuelana oscila entre a vitimização e a criminalização dos migrantes, reforçando,

em muitos casos, a ideia de que sua presença está associada a problemas econômicos e sociais. Essa narrativa alimenta a percepção pública de que o imigrante venezuelano ocupa uma posição marginal na sociedade, contribuindo para sua exclusão simbólica e material.

Diante desse cenário, é preciso questionar as formas pelas quais a linguagem é mobilizada como instrumento de racialização e exclusão social. Ao entender a etnificação da linguagem como parte de um sistema raciolinguístico mais amplo, podemos não apenas problematizar as desigualdades que estruturam a experiência migratória no Brasil, mas também pensar em estratégias para desconstruir hierarquias e promover formas mais justas de reconhecimento e inclusão social.

[...] Uma pessoa que está acostumada a se relacionar com pessoas que falam igual a ela, e chega uma pessoa que fala diferente, ela vai achar diferente, vai discriminar, e é isso, tudo isso. (Entrevista)

O trecho da entrevista revela um processo de discriminação linguística que não se baseia apenas na variação objetiva da fala, mas na maneira como os ouvintes interpretam e hierarquizam essa diferença. A afirmação “uma pessoa que está acostumada a se relacionar com pessoas que falam igual a ela, e chega uma pessoa que fala diferente, ela vai achar diferente, vai discriminar, e é isso, tudo isso” ilustra como a recepção da linguagem é permeada por ideologias que normatizam determinados padrões e marginalizam aqueles que se desviam dessa norma. A generalização feita pelo entrevistado aponta para um fenômeno estrutural e não apenas individual, reconhecendo a rejeição da diferença linguística como parte de um contexto mais amplo de exclusão social.

A teoria raciolinguística (Rosa; Flores, 2017) ajuda a compreender como categorias raciais e linguísticas são co-construídas em práticas discursivas que classificam populações como desviantes ou inferiores. A percepção da diferença linguística não ocorre de maneira neutra, mas está atrelada à identidade social do falante, que pode ser posicionado como “outro” dentro de uma hierarquia social. Esse fenômeno se manifesta claramente na experiência de imigrantes venezuelanos no Brasil, cujas falas não são apenas identificadas como estrangeiras, mas

racializadas e utilizadas como marcadores de pertencimento ou exclusão.

A frase “uma pessoa que está acostumada a se relacionar com pessoas que falam igual a ela” evidencia como a familiaridade com determinados padrões linguísticos reforça normas excludentes. A fala não é apenas avaliada em termos de inteligibilidade, mas interpretada por meio de ideologias linguísticas que associam determinadas formas de expressão a categorias sociais específicas. Esse mecanismo é amplamente discutido por Heller; McElhinny (2017), que analisam como a regulação da linguagem ocorre em diversos espaços, desde instituições formais até interações cotidianas, moldando as oportunidades de reconhecimento social.

Esse processo é reforçado pelas ideologias de homogeneidade (Bucholtz; Hall, 2005), que buscam apagar diferenças identitárias para consolidar uma identidade linguística dominante. No Brasil, historicamente marcado por um racismo estrutural (Almeida, 2019), a língua opera como um critério de distinção e exclusão social por meio da colonialidade da linguagem. O processo de etnificação dos imigrantes venezuelanos não se restringe à sua nacionalidade, mas envolve a racialização de sua fala dentro de uma estrutura que historicamente marginaliza grupos não hegemônicos (Garcés, 2007; Veronelli, 2016).

Além disso, a construção da identidade nacional brasileira sempre esteve atrelada à imposição do português padrão em detrimento das línguas indígenas e africanas (Lucchesi, 2009). A estigmatização das falas imigrantes atualiza esse mecanismo colonial, que associa determinadas formas de expressão a posições subalternas. Diante desse cenário, é preciso problematizar as ideologias raciolinguísticas que estruturam a sociedade brasileira e questionar como a homogeneização linguística opera como um mecanismo de exclusão. A interculturalidade, nesse sentido, precisa ir além de um discurso normativo e se traduzir em práticas que reconheçam a diversidade linguística como um elemento da inclusão social.

Figura 9 - Interseccionalidade e (De)colonialidade do ser



Fonte: elaborado pela autora com base em Vieira (2019).

A metáfora de La Malinche e a charada dos Marcadores Sociais, quando aplicadas ao contexto da imigração internacional, oferecem uma compreensão profunda da relação entre linguagem, poder e identidade. A língua do imigrante, enquanto marcador de origem e de “estrangeiridade”, é muitas vezes um vetor de exclusão. A figura histórica de La Malinche, reconhecida como intérprete e mediadora entre culturas, reflete essa ambivalência: a língua, em seu caso, atuava tanto como um instrumento de conexão quanto de subordinação. Embora tenha sido uma conselheira indispensável durante a Conquista, a visão colonial sobre Malinche era permeada por preconceitos e estereótipos, como exemplificado pelo cronista Bernal Díaz del Castillo (1968), que a reduz a uma “índia de boa aparência” com habilidade na língua náuatle, ilustrando como a sua identidade foi despersonalizada e inserida em um marco de estigmatização colonial.

Os processos de racialização intensificam a discriminação linguística e reforçam os estereótipos sociais. Da mesma forma que La Malinche enfrentou a complexa dinâmica de ser vista como “outra”, os imigrantes contemporâneos lidam com desafios semelhantes ao se moverem entre diferentes contextos linguísticos e culturais, frequentemente sendo rotulados como “estrangeiros” ou “outsiders” precários. A língua materna, embora um elemento central de identidade e

pertencimento, muitas vezes se torna um fator de exclusão quando hierarquias linguísticas entram em jogo, com a língua dominante sendo valorizada e os repertórios linguísticos de imigrantes desvalorizados.

Embora a teoria da translinguagem ofereça uma perspectiva valiosa para entender a agência dos migrantes. Essa agência é frequentemente limitada por estruturas de poder que marginalizam repertórios linguísticos não hegemônicos. Como apontam Rosa e Flores (2017), a racialização da linguagem opera como um mecanismo de exclusão, associando certas formas de falar a categorias sociais subalternizadas. No caso de Gabo, sua experiência de bullying por falar 'diferente' ilustra como a linguagem pode ser usada como uma ferramenta de controle social, reforçando hierarquias raciais e culturais. Assim, a translinguagem, embora potente, não é imune às dinâmicas de poder que estruturam as relações sociais.

A história de La Malinche, com suas ambiguidades e contradições, serve como um reflexo das complexidades vividas pelos imigrantes no que diz respeito à integração linguística, evidenciando a necessidade de uma análise crítica das práticas linguísticas em contextos de diversidade e desigualdade. Ao refletirmos sobre essa metáfora, somos desafiados a reconsiderar as formas como a linguagem é instrumentalizada nas relações de poder, identificando as dinâmicas de exclusão e as possibilidades de resistência e transformação.

Após explorar como os marcadores sociais e a colonialidade da linguagem moldam a experiência de Gabo, a terceira charada nos leva a um questionamento ainda mais profundo: como o discurso sobre a linguagem, os marcadores sociais e a migração se entrelaçam para construir identidades e relações de poder? Nesta seção, analisaremos como Gabo negocia sua identidade translíngue em um contexto de deslocamento internacional, desafiando as hierarquias linguísticas e sociais que o cercam.

4.3 A terceira charada: *identidades translíngues e pertencimento*

Not me sold out my people but they me...

Anzaldúa (1987, p.21)

A relação entre o discurso sobre linguagem, marcadores sociais e migração revela-se como um eixo central para compreender processos interacionais, identificacionais e de representação são reconfiguradas em contextos de deslocamento internacional. Ao colocar indivíduos e grupos em contato com novos repertórios culturais e linguísticos, a migração evidencia a maneira como a linguagem se torna um campo de negociação, resistência e inclusão. Nesse cenário, os marcadores sociais atuam como filtros que configuram tanto a experiência do migrante quanto as representações que os outros fazem dele e ele faz de si mesmo. O discurso sobre linguagem, por sua vez, não apenas descreve essas dinâmicas, mas também as constitui, ao legitimar ou contestar hierarquias sociais e linguísticas. Assim, ao explorar essas relações, é possível observar como a linguagem opera na própria constituição daquele que migra, rearticulando tensões e desigualdades presentes nos processos migratórios. A partir das referências estabelecidas e a partir dos dados gerados, esta seção busca discutir a seguinte questão: *Quais as relações entre discurso sobre linguagem, marcadores sociais e migração?*

Gabo exemplifica bem como repertórios linguísticos particulares são associados a posições sociais subalternizadas, afetando não apenas estrangeiros, mas também brasileiros. Isso reforça a ideia de que a língua, longe de ser um elemento neutro, atua como um marcador social capaz de reproduzir desigualdades. *O ponto central deste estudo é que esse fenômeno insere-se em processos mais amplos da colonialidade, nos quais hierarquias raciais são constantemente atualizadas ao longo do tempo. Embora assumam diferentes formas, essas hierarquias mantêm sua essência, manifestando-se tanto em escala global quanto local; rearticulando posicionalidades de autóctones ou alóctonos. Nesse contexto, as relações linguístico-interacionais entre locais e migrantes refletem e reconfiguram essas dinâmicas, evidenciando a permanência de estruturas coloniais na valorização e desvalorização de determinadas práticas linguísticas.*

A insistência de Gabo em afirmar que a discriminação sofrida foi “*mais pela origem*” evidencia um deslocamento do eixo da linguagem para um pertencimento geopolítico específico. Esse fenômeno, conforme discutido por Sebastiani et al.

(2017), transcende as práticas meramente linguísticas e deve ser compreendido dentro de relações de poder que estruturam a percepção e a aceitação de atores particulares. Em consonância com estudos sobre estratificação social (Gomes, 2019), essa afirmação demonstra como a origem se torna um fator determinante na forma como os migrantes são vistos e tratados em diferentes contextos. Assim, ainda que a língua desempenhe um papel central na experiência migratória, ela não opera isoladamente; ao contrário, interage com outros marcadores sociais que configuram os processos de inclusão e exclusão.

Já está aí, mas eu passava muito com a língua do meu país, porque é um idioma, e eles zuavam muito com o concurso do meu país. Então, eu acho que era mais do país. (Entrevista)

Eu acho que era mais pela origem, pelo país. Porque pela língua, eles brincavam, zuavam e tal, mas já está aí. (Entrevista)

As experiências narradas evidenciam como o bullying relacionado à língua e à origem reflete dinâmicas mais amplas de exclusão social. A repetição de expressões como “zuavam” e “brincavam” sugere uma naturalização dessas práticas, ao mesmo tempo em que as critica implicitamente. A reflexão contida na frase “eu acho que era mais do país” aponta para uma busca de compreensão sobre as motivações por trás dessas atitudes, indicando que a discriminação sofrida transcende a questão linguística e está profundamente ligada à origem de Gabo.

A expressão “a língua do meu país” reforça o papel das “línguas nomeadas como construções políticas e produtos histórico-ideológicos das fronteiras do estado-nação” (Li Wei, 2021, p. 2) que atuam como tecnologias linguístico-coloniais, ou seja, refere-se ao conjunto de mecanismos sociais, culturais, discursivos e institucionais que produzem e regulam as identidades linguísticas. No caso de Gabo, a língua portuguesa é controlada não somente por ações institucionalizadas, com as que se referem à escola e aos seus agentes, mas também por indivíduos comuns que atuam como supervisores de expectativas sociais. No contexto migratório, esse controle não apenas regula o uso de repertórios linguísticos, mas também reforça desigualdades estruturais, como racismo, xenofobia e classismo. Assim, não apenas os migrantes são enquadrados por uma corpo-política particular (Sebastiani et al.,

2017), mas também seus traços linguísticos—sotaque, variações lexicais e estruturas sintáticas—tornam-se marcadores sociais que definem pertencimento e exclusão. Esses aspectos são avaliados dentro de uma lógica normativa que associa determinadas formas de falar a legitimidade ou marginalidade na ordem social que se dão numa gramática racioletrada (Rosa; Flores, 2017).

[...] por exemplo, eu falava 'mais melhor', não sei, uma coisa assim [...] As pessoas começaram a zuar: 'Não é assim, mano', e rindo e tal. Então, eu começava a falar 'mais melhor' propositalmente, só porque eu falei assim. Então, eles zuavam e tal. Eu falava: 'Cala a boca, você falou mais melhor'. Então, bom, foi normal. Eu levei isso na brincadeira, mas é preconceito." (Entrevista).

A análise da transitividade no relato de Gabo evidencia não apenas as dinâmicas interacionais que moldam sua experiência linguística, mas também as relações de poder que sustentam a correção linguística como mecanismo de exclusão social. Os processos materiais, expressos em verbos como “*falava*”, “*zuavam*” e “*falei*”, revelam uma interação assimétrica na qual o uso da língua por Gabo se torna um gatilho para práticas de regulação discursiva mascaradas pelo riso e pela “*brincadeira*”. A frase “só porque eu falei assim” sugere uma percepção aguçada da relação entre seu repertório linguístico e a reação dos demais, demonstrando como sua fala opera como um marcador de diferença, acionando normas sociais e linguísticas que delimitam pertencimentos.

O episódio relatado por Gabo ilustra um fenômeno recorrente na experiência de falantes de variedades linguísticas marginalizadas: a imposição de um regime normativo que posiciona certas formas de expressão como desviantes. Sua resposta estratégica – passar a usar “*mais melhor*” propositalmente – pode ser interpretada como um ato de translinguagem (Garcia; Wei, 2014), um movimento que desafia normas hegemônicas ao mobilizar repertórios linguísticos de maneira criativa e subversiva. Em vez de apenas se submeter à correção, Gabo ressignifica o termo e o transforma em um dispositivo discursivo que expõe e contesta as hierarquias linguísticas que sustentam o preconceito.

No entanto, como apontam Rosa e Flores (2017), a agência do falante não

ocorre em um vácuo neutro, mas dentro de uma estrutura social que racializa a linguagem e categoriza determinados sujeitos como ontologicamente incapazes de falar de forma “adequada”. O riso e a correção que acompanham o episódio de Gabo não são meramente interações interpessoais casuais, mas manifestações de um regime raciolinguístico que opera como forma de controle social. A correção linguística, mascarada pelo humor, reforça normas de pertencimento e exclusão, consolidando hierarquias históricas sobre quem tem legitimidade para falar e ser ouvido.

Essa dinâmica se insere no que Veronelli (2016) chama de colonialidade da linguagem, um sistema no qual a língua é utilizada como ferramenta para naturalizar desigualdades e perpetuar relações de subordinação. A imposição de uma norma culta como referência única de legitimidade não apenas desqualifica formas alternativas de expressão, mas também reforça estruturas epistemológicas que posicionam determinadas variedades linguísticas – e, conseqüentemente, seus falantes – em posições de marginalidade. Como argumenta Anzaldúa (1987, p. 58), *“because we internalize how our language has been used against us by the dominant culture, we use our language differences against each other”*. A frase sugere que a opressão linguística não é exercida apenas por grupos dominantes, mas internalizada e reproduzida dentro dos próprios grupos sociais, tornando-se um mecanismo de regulação interacional.

No caso de Gabo, a repetição intencional da expressão *“mais melhor”* não apenas desafia a correção normativa, mas também reconfigura os espaços de interação. Ao apropriar-se do termo como ferramenta discursiva, ele inverte momentaneamente a relação de poder, usando a estrutura estigmatizada como forma de ironizar a própria correção imposta pelos colegas. Esse processo remete ao argumento de Canagarajah (Maciel; Rocha; Canagarajah, 2020, p. 25) sobre a construção de significado como um fenômeno que incorpora camadas temporais e espaciais: a correção não se limita ao instante da interação, mas se inscreve em um histórico mais amplo de repressão linguística e imposição normativa.

Além disso, como argumenta Maldonado-Torres (2007, p. 243), a colonialidade não se restringe às instituições formais, mas estrutura práticas não institucionalizadas que se manifestam nas interações cotidianas. A correção seguida

do riso pode ser interpretada como uma materialização do padrão colonial de poder, no qual a norma culta define não apenas a linguagem aceitável, mas também regula acessos a espaços de reconhecimento e cidadania. Assim, o que se apresenta como uma simples brincadeira entre colegas se revela um dispositivo de reprodução das hierarquias sociais que condicionam a experiência de falantes imigrantes e racializados.

Como sistema aberto, a linguagem está em constante negociação, o que se evidencia no trecho analisado, onde há uma tentativa de resistir criativamente à desvalorização imposta. O uso consciente da variação estigmatizada pode ser interpretado como uma prática de resistência (García, 2009; Vieira, 2019a). Gabo desafia a norma, reafirmando que as práticas translíngues não apenas comunicam, mas também constroem identidades e questionam relações de poder. Nesse sentido, Rocha e Megale (2023, p. 24) destacam que “a orientação translíngue pode efetivamente contribuir para o desenvolvimento da consciência metalinguística e para a reflexão crítica acerca das identidades linguístico-culturais dos estudantes, ao mesmo tempo em que promove rupturas diante de ideologias colonialistas”. Assim, Gabo cria o que Wei (2011) define como espaço translíngue, um local de agência no qual é possível resistir a estereótipos e hierarquias linguísticas, ao mesmo tempo em que se empenha em processo identificacional complexo:

[...] ao criar o espaço, está também criando regras de interação e interpretação dentro do espaço. [...] o indivíduo entende onde estão os limites. Tem uma dimensão sócio-histórica. O espaço que os indivíduos criam por si está localizado em um espaço social mais amplo e interage com outros espaços criados e ocupados por outros indivíduos (Wei, 2011, p. 1223) .

A prática translíngue de Gabo combina consciência crítica e uso criativo da linguagem para desafiar normas dominantes. Conforme Wei (2011), a translanguagem não é apenas alternância de códigos, mas um ato de resistência que questiona hierarquias linguísticas. Ao repetir propositalmente a expressão “*mais melhor*”, Gabo transforma um erro percebido em ferramenta discursiva, expondo a arbitrariedade das correções normativas e a relação entre linguagem e exclusão

social. A correção mascarada de humor não regula apenas a fala, mas reafirma desigualdades raciais e sociais. A resistência linguística de Gabo não se limita à contestação individual; ela evidencia como sujeitos subalternizados reapropriam discursos para desafiar sistemas excludentes. Sua prática translíngua ilustra como a linguagem é tanto meio de opressão quanto de agência, mostrando que a contestação das hierarquias linguísticas é parte das lutas maiores por reconhecimento e autonomia.

Esse fenômeno reflete a colonialidade do poder (Quijano, 1992), na qual normas linguísticas operam como instrumentos de dominação que transcendem a relação entre imigrantes e nacionais, estruturando desigualdades internas dentro do próprio país. Apesar da pouca idade, Gabo demonstra uma consciência crítica ao perceber que essas relações assimétricas não se limitam ao contraste entre alóctones e autóctones, mas também operam dentro das hierarquias sociais dos chamados “*cidadãos brasileiros*”, onde diferenças de classe, raça e região influenciam o acesso a direitos e reconhecimento.

A correção linguística, mascarada de normatividade, não apenas distingue imigrantes, mas reforça distinções internas entre grupos sociais marginalizados. A luta pelo reconhecimento exige um olhar atento às demandas do presente, onde racismo e xenofobia (Hames-García, 2000) estruturam barreiras de pertencimento e acesso. Assim, as experiências de exclusão linguística de Gabo não são apenas reflexo da sua condição migratória, mas de um sistema mais amplo que naturaliza desigualdades por meio da linguagem, delimitando quem é legitimado como cidadão pleno e quem permanece em posição subalternizada. Veja o trecho abaixo:

Isso acontece não só com, por exemplo, os estrangeiros; até os brasileiros que, por exemplo, são de lá, do Rio, por aí, por lá, por Minas... Eles, eles zoam com eles. Por exemplo, uma pessoa de Minas vai para onde? Eu conheci gente que zoava "eles". Então, o jeito de falar, ou isso, então, é diferente. (Entrevista)

A colonialidade da linguagem não afeta apenas estrangeiros, mas também brasileiros, ao estabelecer um português idealizado como referência de prestígio. Esse padrão, supostamente “neutro” e desvinculado de fatores históricos e sociais,

está associado às elites urbanas brancas e letradas, enquanto variedades linguísticas como o sotaque mineiro são estigmatizadas, reforçando hierarquias sociais. O preconceito linguístico não se limita aos aspectos linguísticos, mas impacta a autoestima e o pertencimento dos indivíduos. A ridicularização de certos sotaques, por exemplo, leva à internalização da discriminação, tornando a linguagem um dispositivo de exclusão. Assim, a língua, enquanto tecnologia colonial, não apenas regula formas de expressão, mas estrutura modos particulares de poder, saber e ser.

Os discursos reguladores que emergem em práticas interacionais, como a ridicularização de um colega por seu repertório linguístico, não operam isoladamente, mas estão imersos em concepções metalinguísticas que definem quais formas de falar são legítimas ou inadequadas. Essas representações, sustentadas por ideologias linguístico-coloniais, moldam interações sociais ao reforçar hierarquias raciolinguísticas que posicionam determinados sujeitos e repertórios em lugares subalternizados. Todo aquele que desvia da lealdade à santa tríade (um povo, uma língua, um território) é tido como não pertencente. Assim, todo deslocado, sem língua materna e sem pátria, pode se tornar, em alguma medida, um tipo de traidor, tal como la Malinche.

Nesse processo, a colonialidade do poder, do saber e do ser se entrelaçam na manutenção dessas desigualdades, naturalizando a exclusão daqueles que desviam da norma estabelecida. O migrante, ao destoar da ordem linguística dominante, é marcado como um “outro”, cuja fala é percebida como erro ou inadequação, resultando na negação de pertencimento. Essa dinâmica atualiza violências históricas, alinhando-se à reprodução de desigualdades internacionais e interculturais (Hames-García, 2000, p. 106), ao reforçar a marginalização linguística como mecanismo de controle social:

O pior tipo de traição está em nos fazer acreditar que a mulher indígena em nós é a traidora. Nós, *indias y mestizas*, vigiamos a indígena em nós, brutalizamos e a condenamos. A cultura masculina fez um bom trabalho em nós. *Son los costumbres que traicionan* (São os costumes que traem). A indígena em mim é a sombra: *La Chingada, Tlazolteotl, Coatlicue*. São elas que ouvimos lamentando suas filhas perdidas. (Anzaldúa, 1987, p. 22)

O trecho de Anzaldúa (1987, p. 22) articula a noção de traição internalizada, na qual mulheres indígenas e mestiças são ensinadas a vigiar e reprimir a identidade indígena dentro de si mesmas. Esse processo ilustra a colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), que se manifesta não apenas por imposições externas, mas por meio da internalização da opressão, levando os próprios sujeitos colonizados a reproduzir discursos e práticas que os subalternizam.

A metáfora de La Malinche, frequentemente associada à traição, é central para essa discussão. Seu papel como mediadora entre espanhóis e indígenas foi historicamente reinterpretado por uma lente patriarcal e colonial, que deslocou a responsabilidade da dominação para a figura da mulher indígena. No entanto, Anzaldúa propõe uma leitura crítica, ao afirmar que "são os costumes que traem", indicando que a verdadeira traição não está na mediação linguística ou cultural, mas nas estruturas de poder que naturalizam a opressão e transformam a criatividade, a resistência e a autonomia em desvios ou transgressões.

Essa reflexão ecoa a crítica de Fanon (2008) sobre a internalização da inferioridade pelos sujeitos colonizados, evidenciando que o desafio às hierarquias de poder não pode ocorrer apenas no nível institucional ou político, mas exige uma reconstrução da subjetividade e uma ruptura com narrativas que legitimam a exclusão. Esse fenômeno é particularmente visível na relação entre linguagem e hierarquias sociais.

Figura 10 - Interculturalidade e (De)colonialidade do poder



Fonte: elaborado pela autora com base em Vieira (2019).

A metáfora de La Malinche e a charada da migração: A linguagem está ligada aos processos identificacionais, representacionais e interacionais, moldando a maneira como nos constituímos como sujeitos, representamos o mundo e interagimos com os outros, seja no nível individual ou coletivo (Chouliaraki; Fairclough, 1999). Funciona como um “cartão de visitas” que posiciona os falantes em uma hierarquia social específica (Dietz, 2012), determinada por enquadramentos históricos, geopolíticos, corpo-políticos (Sebastiani et al., 2017), socioeconômicos que regulam o valor atribuído a diferentes repertórios linguísticos (Flores; Rosa, 2015).

A trajetória de La Malinche ilustra esse fenômeno. Frequentemente reduzida

à figura da “traidora”, ela é responsabilizada por facilitar a conquista espanhola e interpretada como colaboradora do colonizador. No entanto, essa leitura simplista ignora a complexidade de sua posição: uma mulher indígena, entregue como escrava aos espanhóis, que mobilizou suas habilidades linguísticas e culturais para sobreviver em um contexto de dominação violenta. Sua história ressoa nas experiências de migrantes contemporâneos, que, ao transitar entre fronteiras linguísticas e culturais, são também alvo de estigmatização e de representações redutoras. Muitas vezes, são enquadrados como “invasores” ou “ameaças”, refletindo o modo como discursos nacionalistas e securitários constroem a migração como um problema a ser resolvido.

Assim como La Malinche, migrantes internacionais frequentemente desempenham o papel de mediadores entre mundos, traduzindo não apenas línguas, mas também valores, normas e expectativas, um processo que desafia a lógica monolíngue e nacionalista dos Estados-nação. No imaginário hegemônico, nossa tese é que a língua opera como um marcador social, traço da diferença e também símbolo de uma pretensa identidade nacional. É por esse motivo que a mobilização de repertórios translíngues por migrantes pode ser posicionada em diferentes lugares da escala das hierarquias, ao mesmo tempo em que pode ser percebida como um ato de deslealdade. Nessa perspectiva essencialista, a hibridização linguística é interpretada como uma ameaça à coesão nacional, reiterando ideologias que associam língua, território e pertencimento de maneira rígida.

Além disso, tanto La Malinche quanto os migrantes contemporâneos carregam o fardo de serem culpabilizados pelas próprias estruturas de poder que os marginalizam. Se La Malinche foi acusada de “trair” seu povo, migrantes frequentemente são responsabilizados por problemas estruturais, como desemprego, baixos salários ou inchaço dos serviços públicos, quando, na realidade, tais questões derivam de desigualdades políticas e econômicas excludentes do próprio sistema. Esse mecanismo de culpabilização desvia a atenção das verdadeiras causas das desigualdades, ao mesmo tempo em que legitima formas de exclusão e discriminação.

Por fim, tanto La Malinche quanto os migrantes contemporâneos desafiam

concepções essencialistas de identidade e pertencimento. La Malinche, ao transitar entre o mundo indígena e o colonial, corporifica a hibridização cultural e a negociação identitária. Da mesma forma, migrantes vivem em um constante estado de entre-lugar, desafiando fronteiras fixas de nacionalidade, língua e cultura (Anzaldúa, 1987). Embora essa condição híbrida seja frequentemente invisibilizada ou patologizada, também representa uma poderosa força de resistência e transformação, evidenciando a pluralidade dos modos de pertencimento (Wei, 2011).

Com base nas análises das três charadas, chegamos ao momento de sintetizar os achados desta pesquisa e refletir sobre suas implicações. A conclusão não apenas resume as principais descobertas, mas também aponta para caminhos futuros, destacando como a translinguagem e a migração podem ser entendidas como processos dinâmicos que desafiam as estruturas de poder.

4.4 Até onde foi possível chegar com este capítulo?

O discurso de Gabo evidencia como as práticas linguísticas são moldadas por ideologias que sustentam a colonialidade do saber, do ser e do poder. Sua experiência reflete tanto a adaptação ao português quanto a interação com discursos que ora valorizam, ora estigmatizam sua maneira de falar. Nesse contexto, a língua opera como um marcador social da diferença, relegando certos grupos a posições de inferioridade e restringindo seu acesso a espaços de reconhecimento. No entanto, a agentividade de Gabo, expressa em interações que desafiam e ironizam normas linguísticas coloniais, revela sua resistência e a construção de uma narrativa autônoma e afirmativa de si.

A relação entre linguagem e migração contemporânea está profundamente entrelaçada a hierarquias de poder, processos de racialização e dinâmicas de exclusão social, dentro de uma geopolítica e corpo-política específica (Sebastiani et al., 2020, p.3). No contexto migratório, a lógica colonial se atualiza, especialmente no âmbito linguístico (Garcés, 2007; Veronelli, 2016). *“So, if you want to really hurt me, talk badly about my language”* (Anzaldúa, 1987, p. 59).

Com base em Rosa e Flores (2026), sustento que a correspondência linear

entre povo, língua e território, em contextos de deslocamentos internacionais, reforça ideologias raciolinguísticas que estabelecem distinções coletivas baseadas em tipos ontológicos percebidos, reforçando essa lógica de hierarquização. A forma como atores hegemônicos interpretam práticas linguísticas está inserida em um sistema semiótico racializado, no qual a percepção da branquitude ocupa um lugar central. Nesse contexto, as ideologias raciolinguísticas não apenas regulam o uso da língua, mas também sobredeterminam a construção de significados atribuídos a sinais não verbais e não linguísticos. Assim, aspectos como práticas de letramento, características físicas, gestualidade e vestimentas tornam-se elementos que reforçam a racialização dos sujeitos, influenciando sua posição dentro das hierarquias sociais e discursivas. Como consequência, falantes de repertórios linguísticos considerados “diferentes” são frequentemente vistos como inferiores ou menos capazes, sendo alvos de um processo de exclusão que os constrói socialmente como “alheios”. Esse mecanismo perpetua estereótipos que associam o uso de línguas majoritárias a atributos como inteligência, civilidade e capacidade de integração social.

A lógica nacionalista-estatal impõe pressões sobre imigrantes para que abandonem seus repertórios linguísticos e adotem a língua do país receptor como condição para acessar direitos, oportunidades de emprego e participação social plena. Esse processo de assimilação, no entanto, pressupõe a aceitação de uma posição de subalternidade, em que suas práticas linguísticas são desvalorizadas e apagadas. Nessa conjuntura, projetos voltados para o “acolhimento em língua portuguesa”, quando pautados em abordagens subtrativas ou aditivas, podem inadvertidamente reproduzir uma assimilação linguística forçada, reforçando a colonialidade da linguagem. Além disso, políticas linguísticas institucionais, como a exigência de testes de proficiência para imigração ou naturalização, operam como barreiras de exclusão, desconsiderando a diversidade de trajetórias e saberes dos migrantes e perpetuando desigualdades estruturais.

Diferentemente do que se propôs no início dos anos 1980, com conceitos como “dupla” ou “tripla discriminação”, esta pesquisa não busca apenas sobrepor camadas de opressão, mas compreender as interações entre sistemas de exploração e suas atualizações ao longo do tempo e do espaço (Collins, 2019),

inclusive no âmbito das políticas e práticas de linguagem. A Figura 11 ilustra a articulação entre a colonialidade do saber, do ser e do poder.

A colonialidade do poder se manifesta nas hierarquias sociais que posicionam imigrantes de acordo com uma geopolítica e corpo-política particular. Nesse cenário, uma interculturalidade crítica, que não negligencie as diferenças e desigualdades instituídas, pode representar uma alternativa de decolonialidade do poder (Sebastiani et al., 2020, p.3). A colonialidade do saber, por sua vez, hierarquiza as formas de expressão linguística, associando a proficiência em línguas dominantes à inteligência e à capacidade de participação social, perpetuando desigualdades. A racialização da linguagem age como um mecanismo de manutenção do poder, enquanto a translinguagem desafia essa estrutura, permitindo que migrantes articulem suas identidades e resistam às normas linguísticas unificadas. Por fim, a colonialidade do ser se reflete nas subjetividades dos migrantes, frequentemente interpelados como “outros”, forçando-os a negociar suas identidades entre aceitação e exclusão.

Em síntese, esta pesquisa evidencia que a linguagem, longe de ser um instrumento neutro, é um espaço de disputa onde se manifestam relações de poder, colonialidade e resistência. Ao articular teoria crítica da linguagem e estudos migratórios, este trabalho contribui para repensar práticas linguísticas e promover justiça social em contextos de diversidade e desigualdade. No entanto, a promoção do conhecimento sobre a sistematicidade dos repertórios linguísticos estigmatizados, por si só, não garante justiça linguística. Para tanto, é necessário enfrentar as barreiras estruturais que sustentam a estigmatização das populações e comunidades associadas a essas práticas (Rosa; Flores, 2023).

A hibridização de repertórios linguísticos, enquanto fenômeno que evidencia o contato intercultural entre diferentes grupos, é frequentemente rejeitada dentro de um marco purista da linguagem, intimamente articulado a ideologias estruturantes da sociedade brasileira. Esse pressuposto nos desafia a repensar ideias que foram naturalizadas ao longo da nossa formação social, como aquelas que concebem (i) a hibridização como o corrompimento “da língua”; (ii) os intercâmbios culturais como o corrompimento “da cultura”; e (iii) a miscigenação como o corrompimento “da raça”. Nesse contexto, a persistência de ideologias raciolinguísticas reflete a colonialidade

da linguagem, que condiciona a dinâmica histórica de formação e transformação das línguas e culturas. *“Racially, culturally, and linguistically, somos huerfános — we speak an orphan tongue”* (Anzaldúa, 1987, p. 58).

Assim, a rejeição à translinguagem, entendida como uma forma de hibridização, não se limita a uma questão puramente linguística, mas revela-se como um reflexo das lutas históricas de subordinação e opressão que se manifestam por meio da linguagem. A resistência a essa prática e a condenação das formas híbridas de expressão linguística não são apenas um reflexo da manutenção de uma suposta “pureza” linguística, mas também a reafirmação de um projeto sociocultural que visa preservar as distinções de poder e identidade. A persistência desse preconceito linguístico evidencia a continuidade de um projeto de controle cultural e social, que, embora transformado ao longo do tempo, ainda busca reforçar e sustentar as hierarquias que delimitam o espaço e as vozes de determinados grupos na sociedade brasileira. Ainda que esteja colocando em evidência a hibridização, a mestiçagem e as trocas interculturais, não podemos jamais perder de vista a necessidade de distinguir entre formas que oferecem resistência e aquelas que não o fazem, sem, contudo, buscar uma resistência ideal e imune à apropriação por forças dominantes. Nesse sentido, “isso não quer dizer que o que importa é se os seus pontos de origem são resistentes ou hegemônicos, mas antes, que as suas relações transformadoras e complexas com o capitalismo e o colonialismo devem ser constantemente avaliado” (Hames-García, 2000, p. 119).

Figura 11 - Articulação entre os eixos da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora com base em Vieira (2019).



Figura 12 - Alfredo Arreguín, La Malinche (con Tláloc). 1993. Oléo sobre tela, 122 cm x 91,4 cm.

CAPÍTULO 5 - A ÚLTIMA CHARADA

A vida sempre nos oferece duas possibilidades: o dia e a noite, a águia e a serpente, a construção e a destruição, [...] mas há sempre uma terceira possibilidade oculta unificando as duas: trate de descobri-la.” (Esquivel, 2007, p. 61)

A ideia de uma “terceira possibilidade oculta” proposta por Esquivel (2007) ressoa profundamente com o conceito de translinguagem, que emerge como uma forma de resistência e negociação em contextos migratórios. Assim como a vida oferece dualidades aparentemente opostas, a translinguagem desafia as dicotomias rígidas entre línguas e culturas, criando um espaço híbrido onde novas identidades e formas de pertencimento podem emergir. Essa “terceira possibilidade” não é apenas uma alternativa, mas uma reconfiguração criativa das normas linguísticas e culturais impostas...

Se o trabalho científico deve relatar tanto os acertos quanto os erros ao longo de seu desenvolvimento, já posso adiantar às leitoras e aos leitores que, em algum momento, acreditei que reconstruir a história de vida de alguém seria uma escolha metodológica mais simples. Foi assim que comecei essa jornada, “falhando doutoralmente”. Mas está tudo bem. Como nos lembra Peirano (2008), desafiar as categorias de senso comum — incluindo aquelas que permeiam o meio acadêmico — é uma tarefa do fazer científico, cujas ferramentas são a reflexão, a contradição e a reformulação constante do próprio processo de construção do conhecimento. Com o aprofundamento progressivo no marco teórico e nas estratégias metodológicas, meu projeto de tese sofreu modificações inevitáveis. Não existe uma fórmula mágica para casar esses dois momentos do trabalho: o planejamento inicial e a prática em campo. Por isso, aceitei o desafio de adequar-me às contingências que surgiram ao longo do percurso, entendendo que este processo doutoral é apenas um degrau de todo o processo de aprendizagem científica. Depois dele, há ainda muito chão a percorrer.

À medida que me aproximava das etapas finais da investigação, novas questões emergiram. Uma delas foi sobre o ponto de saturação em pesquisas qualitativas e o desafio de decidir quais dados deveriam ser descartados. Esse questionamento abriu caminho para uma reflexão mais profunda sobre a qualidade no âmbito da pesquisa. Percebi que esse aspecto da pesquisa não pode ser definido simplesmente como o oposto de quantidade. Alinho-me à Minayo (2017), para quem não há ponto de saturação, quantidade de abordagens ou de tempo aprioristicamente determinado para a validação de um trabalho qualitativo, pois antes de estarmos ocupados com números, estamos dedicados à construção provisória de uma lógica interna para o nosso próprio fazer científico.

Dessa forma, compreendi que a dimensão qualitativa está conectada à ética da pesquisa, dado que este tipo de investigação lida diretamente com experiências, subjetividades e contextos socioculturais dos participantes. Nesse contexto, aspectos como (i) o bem-estar dos colaboradores, (ii) o respeito à sua intimidade e integridade, e (iii) o direito a uma interpretação justa dos dados gerados, sem distorções ou manipulações que busquem adequá-los a um argumento pré-estabelecido, se tornaram preocupações centrais ao longo de todo o percurso (Minayo, 2017). Por essas razões, enfatizo que este projeto não visa encontrar uma verdade absoluta, mas construir interpretações situadas, possíveis a partir de variáveis particulares.

Em diversos momentos da nossa conversa, senti uma forte necessidade de aprofundar certas questões com Gabo: o que havia antecedido a briga na escola? Como se deu o momento exato do conflito? E qual foi o relacionamento dele com os colegas após o episódio? Como doutoranda, essas perguntas não saíam da minha cabeça, pois enxergava nelas uma oportunidade valiosa para explorar questões da tese. No entanto, à época do ocorrido, já percebia que havia uma ferida emocional envolvida, e não me senti confortável em seguir com essas indagações acadêmicas. Já naquele ponto, compreendia que os dilemas éticos mais complexos surgem justamente quando mais ansiamos por respostas. Nesse contexto, o dever ético se impõe, não podendo ceder aos nossos impulsos, sejam eles “científicos” ou não.

Existem diferentes maneiras de se processar experiências desagradáveis, e uma das mais poderosas é por meio da reconstrução narrativa. Ao reformular uma

experiência dolorosa, o indivíduo pode direcionar sua atenção para os aspectos de aprendizado e crescimento que emergem da vivência do sofrimento. Essa reconstrução narrativa não visa minimizar a dor, mas transformá-la em uma oportunidade de ressignificação. Quando uma pessoa opta por recontar sua história focando em como superou dificuldades ou em como esses desafios contribuíram para seu desenvolvimento, ela está, de certa forma, reconfigurando a própria experiência.

Recontar a própria história é uma forma de dar significado à dor, um mecanismo que permite que o indivíduo veja sua trajetória não apenas sob a ótica do sofrimento, mas como uma jornada de resiliência e fortalecimento. Ao destacar os aspectos de superação e aprendizado, a narrativa transforma o que inicialmente pode ser visto como uma experiência negativa em uma conquista pessoal. Esse movimento não apenas altera a maneira como a pessoa enxerga o evento em si, mas também repercute na construção da sua autopercepção. Ao adotar uma narrativa de crescimento, o sujeito se vê como alguém capaz de enfrentar adversidades, atribuindo-se uma identidade resiliente e positiva.

[...] ia ser tudo diferente, né, porque eu pegava e não falava o idioma deles. Então, eu achei muito que ia ser diferente, que eu não ia me adaptar, mas eu aprendi a morar lá. Eu conheci os brasileiros legais. Conheci outros que não eram tão legais, mas tudo bom. (Entrevista)

A reconfiguração da experiência migratória ocorre na sequência: “*Então, eu achei muito que ia ser diferente, que eu não ia me adaptar, mas eu aprendi a morar lá*”. O uso da adversativa “*mas*” indica uma negociação discursiva entre o medo inicial e o aprendizado da convivência. Esse deslocamento discursivo sugere que a adaptação não se deu de maneira passiva, mas como um processo ativo de ressignificação do espaço social. A frase “*Eu conheci os brasileiros legais. Conheci outros que não eram tão legais, mas tudo bom*” revela um posicionamento estratégico de mitigação discursiva. O uso da expressão “*mas tudo bom*” minimiza potenciais conflitos ou experiências negativas. Essa será definitivamente a forma como Gabo irá compreender seu próprio processo.

A experiência linguística do migrante é atravessada por normas discursivas

que operam como mecanismos de regulação e diferenciação social. A língua atua como um dispositivo de poder que estrutura a inserção do migrante na sociedade, definindo tanto os espaços de pertencimento quanto os de exclusão. O sujeito migrante, portanto, não apenas se “adapta” à nova realidade linguística, mas negocia constantemente sua posição dentro das hierarquias discursivas, revelando a complexidade dos processos identificacionais, de pertencimento e de deslocamento.

[...] Ele me modifica. Assim, ele me vira uma pessoa muito interessante, porque, não sei... Aqui, não sei. Eu estou com meus amigos aí, e eles falam: “Ah, vai falar português, vai falar português.” Então, às vezes, lá no Brasil, falam: “Nossa, o português é mais bonitinho, não sei, diferente e tal.” Gostei, gostei. Então, vira uma pessoa muito estranha. (Entrevista)

A estrutura discursiva do trecho expõe um jogo de influências externas sobre a identidade do falante. A frase “Ele me modifica” sugere que a experiência migratória não é apenas vivida, mas imposta de maneira transformadora ao sujeito, marcando sua trajetória com deslocamentos identitários. A afirmação “ele me vira uma pessoa muito interessante” indica uma transformação que, ao mesmo tempo, é valorizada e problemática. O uso do verbo “virar” implica uma mudança de estado, apontando para a construção de um eu migrante que não é fixo, mas condicionado pelas interações e pelo olhar do outro. A comparação entre os contextos de interação também é significativa. A frase “Lá no Brasil, falam: ‘Nossa, o português é mais bonitinho, não sei, diferente e tal’” sugere que a língua do falante migrante é percebida de maneira diferenciada dependendo do espaço social. No Brasil, seu português é avaliado de forma estetizada (“bonitinho”), o que pode indicar tanto um tom de exotização. A sequência “Gostei, gostei. Então, vira uma pessoa muito estranha” sintetiza a tensão identitária do sujeito migrante. Se, por um lado, há um certo apreço pela valorização de sua forma de falar, por outro, há a consciência de que essa variação o posiciona como “estranho”, um deslocado dentro das hierarquias linguísticas. O verbo “virar”, novamente utilizado, reforça a ideia de transformação compulsória, enquanto “muito estranha” evidencia a alienação que acompanha esse processo. O discurso de Gabo remete a uma certa ambivalência da experiência, situando no que Anzaldúa (1987) irá chamar de *borderlands*, que é

esse entremundos onde a identidade do migrante se renegocia continuamente.

Gabo ilustra como a apropriação desse repertório linguístico e cultural remodela sua autoimagem e influencia a forma como é percebido pelos outros, promovendo a construção de um “espaço translíngue” (Wei, 2011, p. 1223). Segundo Wei (2011), a translinguagem estabelece um espaço social que permite ao sujeito multilíngue integrar diversas camadas de sua trajetória pessoal, experiências e contexto sociocultural, bem como suas crenças, ideologias e capacidades cognitivas e físicas, articulando-as de maneira coordenada e significativa. Uma perspectiva translíngue transcende a língua do próprio texto e coloca em foco as práticas interacionais adotadas pelos atores, inclusive bilíngues. Ainda que discursos, práticas e textos estejam majoritariamente em “língua” particular, atores bilíngues acionam ativamente todo o repertório linguístico e cognitivo à sua disposição para construir sentido. Dessa maneira, mesmo em contextos aparentemente monoglóssicos, os atores bilíngues inevitavelmente mobilizam — e de fato já estão mobilizando — um conjunto diversificado de recursos linguísticos, semióticos e multimodais no processo de interação social (García, 2020). Nessa perspectiva, Canagarajah (2013) argumenta que a translinguagem não é apenas um fenômeno linguístico, mas uma prática que favorece o empoderamento, posição corroborada por Gabo no trecho descrito abaixo:

O que eu queria falar é: morar no Brasil e aprender português foi uma experiência incrível na minha vida. E eu acho que qualquer pessoa que sofre uma língua e tal, for morar em outro país, por exemplo, aqui na Venezuela, for morar nos Estados Unidos ou em Portugal, até mesmo no Brasil, é uma experiência incrível, porque você sente diferente, sente que aprendeu mais. É muito bom isso, essa sensação, e a sensação de conhecer gente nova. (Entrevista)

A análise da transitividade no relato revela como os atores sociais e eventos são representados, destacando a relação entre ação e percepção na experiência migratória. Processos materiais, como “*morar*”, “*aprender*” e “*conhecer*”, enfatizam a agência do narrador na construção de sua trajetória em um novo contexto cultural. Processos sensoriais, como “*sente diferente*” e “*sente que aprendeu mais*”, evidenciam a dimensão subjetiva da vivência, conectando a migração à

transformação pessoal. O discurso se estrutura narrativamente, com Gabo iniciando pelo relato de sua vivência no Brasil, expandindo-o para uma generalização sobre a experiência migratória e concluindo com uma avaliação positiva. A subjetividade é reforçada pelo uso de verbos como “*acho*” e “*sente*”, que enfatizam a perspectiva individual e a construção de sentido pessoal. O tom predominantemente positivo é reforçado pela repetição da expressão “*experiência incrível*”, que organiza semanticamente o discurso em torno da valorização da trajetória percorrida.

Essa abordagem alinha-se à concepção de García e Wei (2014), para quem a mobilização de repertórios linguísticos não se limita a um processo formal, mas também diz respeito a emoções, interações sociais e reconfiguração identitária. No entanto, essa visão também reflete um contexto discursivo mais amplo, que valoriza a mobilidade e o multiculturalismo, podendo reproduzir uma ideologia hegemônica que romantiza a migração e minimiza desafios como discriminação e isolamento. Dessa forma, o relato associa a migração à ampliação das relações interpessoais e ao crescimento pessoal, reforçando a ideia de que aprender uma nova língua e viver em um contexto distinto não se restringem à aquisição de competências linguísticas, mas diz respeito um processo contínuo de transformação identitária. Como destacam García e Wei (2014, p. 8), trata-se de “o processo simultâneo de constante transformação de nós mesmos e de nossas práticas linguísticas, à medida que interagimos e construímos significado no mundo”. Assim, a experiência migratória se apresenta como um fenômeno dinâmico que inclui oportunidades e desafios.

A presente tese analisou os discursos sobre práticas interacionais de um sujeito construído socialmente como imigrante. A figura de La Malinche na tese foi usada como metáfora que ilustra a relação entre linguagem, identidade e poder. Sua trajetória reflete as tensões entre agência e subalternidade na colonialidade, assim como a experiência de imigrantes, como Gabo, que transitam entre línguas e culturas, desafiando normas monolíngues e ressignificando identidades em contextos desiguais.

Como aquela que “fala de outro lugar” (Rocha; Patel, 2024), La Malinche ocupa um espaço fronteiriço (Anzaldúa, 1987), assim como migrantes translíngues, cuja experiência desafia a identidade linguística homogênea imposta pelo nacionalismo. Nesse sentido, a chamada “*traição*” não é um desvio, mas uma ação contínua resultante de práticas sociais, linguísticas e culturais onde novas formas de

pertencimento emergem das fissuras do purismo.

Não é a globalização, mas sim um padrão de poder colonial (Quijano, 1995), sustentado pela “diferença colonial” (Mignolo, 2002), que molda a identidade e alteridade, igualdade e diferença, por meio de processos de etnificação e racialização (Flores; Rosa, 2015). A pesquisa evidencia que a classificação e ordenação do outro (Quijano, 2005) seguem como mecanismos centrais do colonialismo, nacionalismo e capitalismo global, influenciando identidades nacionais e a percepção das práticas linguísticas.

Assim, mais do que sinalizar pertencimento, os repertórios linguísticos são interpretados por uma visão hegemônica que os classifica como desviantes e não-pertencentes (Rosa; Flores, 2017) como forma de justificar a distribuição desigual de direitos e recursos da sociedade. Longe de ser natural, esse processo é naturalizado por um sistema semiótico racializado e etnificado, bem como útil a um projeto particular de Estado-nação. No Brasil, essa contradição se intensifica, pois a diversidade étnica, linguística e cultural, embora constitutiva, é sistematicamente apagada por instituições e políticas públicas.

Em um contexto de nacionalismos e conservadorismos crescentes, há uma tentativa contínua de impor significados hegemônicos à linguagem, reforçando exclusões e desigualdades (Maciel; Rocha; Canagarajah, 2020). Nesse cenário, a translinguagem emerge não apenas como um conceito analítico, mas como um projeto político e social capaz de desafiar as estruturas monolíticas do Estado e promover a pluralidade. Longe de ser naturalmente democrática e equitativa, um projeto translíngues exige um empenho político para que as interações sejam bem-sucedidas. Ainda que pareça utópico, uma abordagem que contempla a diversidade é antiga e enraizada do que geralmente se supõe (Baker, 2001).

Alguma transformação surge quando abraçamos a flexibilidade, esticando a psique tanto horizontalmente (em relação à diversidade) quanto verticalmente (em relação às tradições) (Anzaldúa, 1987). Nesse contexto, é preciso identificar entre formas de hibridez que resistem ativamente às forças de dominação e aquelas que são assimiladas ou cooptadas por essas mesmas forças. Essa distinção, no entanto, não deve ser confundida com a busca por uma forma “pura” ou “perfeita” de resistência. A ideia de uma resistência imune à cooptação por sistemas dominantes

é, em si, uma ilusão. Em vez disso, o foco deve estar na constante reinvenção, reconhecendo que a resistência é um processo dinâmico e não um estado fixo.

À medida que encerramos este capítulo, é preciso refletir sobre as lições aprendidas e as perguntas que permanecem em aberto. As considerações finais buscam não apenas sintetizar os principais achados da pesquisa, mas também propor reflexões críticas sobre o papel da linguagem, da migração e da translinguagem na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar as dinâmicas de poder e desigualdades nas práticas sociointeracionais de um jovem venezuelano, com foco em como os discursos sobre língua(gem) se articulam a marcadores sociais no contexto migratório.

O discurso sobre linguagem em contextos de diversidade linguística frequentemente se estrutura em torno de ideologias monoglóssicas, que pressupõem a existência de fronteiras rígidas entre línguas nomeadas e enfatizam a necessidade de conformidade a uma norma linguística dominante. No entanto, essa visão não contempla a complexidade das práticas linguísticas em sociedades multilíngues, onde sujeitos mobilizam repertórios dinâmicos para interagir e negociar significados. Nesse cenário, a perspectiva da translinguagem emerge como uma alternativa que não apenas reconhece a pluralidade linguística, mas também valoriza a agência dos falantes na construção de sentidos e pertencimentos.

Nesse sentido, o discurso sobre linguagem em contextos de diversidade precisa ser repensado a partir de uma ótica que reconheça a complexidade das interações linguísticas reais e a agência dos falantes. Em vez de reforçar ideologias normativas que privilegiam processos de diferenciação e estratificação social por meio da linguagem, é necessário adotar abordagens que valorizem as práticas linguísticas plurais e dinâmicas, promovendo uma concepção de linguagem como um espaço de interação, transformação e pertencimento.

A governamentalidade do Estado-nação colonial replicou o modelo europeu de Estado-nação, no qual territórios, populações e línguas foram concebidos como elementos correspondentes em uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2008 [1991]), entendida como nação. Nesse contexto, a noção de língua nacional surgiu como um mecanismo de coerção e regulação estatal, funcionando como uma tecnologia linguístico-colonial dentro de um espaço geográfico e político delimitado. Nos primórdios do colonialismo, concepções ideológicas justificaram a imposição das línguas nomeadas como condição necessária para o suposto avanço das populações colonizadas (Severo, 2016). Posteriormente, no período republicano, a

língua nacional, especialmente em sua modalidade escrita, consolidou-se como um requisito para o exercício pleno da cidadania. Ao longo da formação do Brasil, ideologias raciolinguísticas articularam diferenças étnico-raciais e linguísticas, transformando-as em bases para a perpetuação de desigualdades e processos de subalternização.

A dinamização dos repertórios linguísticos, resultante do contato intercultural e da mobilidade social, é frequentemente rejeitada sob uma perspectiva purista que associa hibridização à “corrupção” — seja da língua, da cultura ou da identidade racial ou nacional. Essa rejeição, no entanto, não é neutra; ela reflete a colonialidade da linguagem, um mecanismo que perpetua fronteiras simbólicas, étnico-raciais e desigualdades estruturais em processos contínuos de diferenciação e estratificação social que se dão ao longo do tempo.

Nesse sentido, em contextos migratórios, a língua opera como marcador de pertencimento e exclusão, estabelecendo fronteiras simbólicas intragrupal ou extragrupal. O fenômeno da correção linguística, mesmo sob a forma do humor, exemplifica como a norma culta funciona como um dispositivo de controle social que reforça estereótipos sobre atores desempoderados, mas também atualiza violências históricas que vinculam identidade, território e poder. O desvio da norma é tratado como traição, seja para imigrantes ou falantes “nativos” de variedades não prestigiadas. Dessa forma, a análise das relações entre linguagem, marcadores sociais e migração revela que a língua não é apenas meio de comunicação, mas instrumento político de controle e disputa identitária. A compreensão desse processo exige desnaturalizar discursos que associam diversidade linguística a erro ou desvio, reconhecendo a colonialidade que sustenta tais hierarquias e suas implicações para sujeitos deslocados, etnificados ou racializados.

Concordo com Rosa e Flores (2017) e reformulo suas ideias para enfatizar que a educação translíngue só pode combater desigualdades de forma efetiva se estiver articulada a um projeto mais amplo de transformação social e comunitária. Esse projeto deve questionar as estruturas de poder dominantes que perpetuam essas disparidades, ao mesmo tempo em que promove a construção de estruturas sociais voltadas para a equidade e o bem-estar coletivo. Caso contrário, corre-se o risco de que tais iniciativas aprofundem desigualdades nas relações intra e extragrupais numa mera celebração da diversidade.

Nesse sentido, num movimento que busca ampliar disposições solidárias frente a um nacionalismo sempre conservador, pensar questões linguísticas no contexto das migrações internacionais pode inclusive contribuir para pensarmos outras questões, tais como: (i) nossas relações com os países fronteiriços, (ii) a repressão institucionalizadas aos povos originários, quilombolas e falantes de outras línguas, (iii) a escala fascistóide no Brasil. No entanto, isso só será viável por meio de uma compreensão que articule o local e o global, bem como as dinâmicas das microinterações e das macroestruturas (Quijano, 1995; Chouliaraki; Fairclough, 1999). Como observa Hames-García (2000), as relações entre linguagem, colonialismo e capitalismo precisam ser constantemente avaliadas, pois a resistência não se define apenas pela origem das práticas, mas por sua capacidade de desafiar os sistemas de opressão que condicionam o espaço e a voz de determinados grupos.

Quanto às limitações do estudo, embora tenha permitido uma análise detalhada de suas práticas linguísticas, a escolha por um único colaborador restringiu a amplitude do corpus e a diversidade de perspectivas que poderiam enriquecer a pesquisa. Isso resultou em uma análise que, ainda que produtiva, não conseguiu capturar a variedade de experiências linguísticas e culturais presentes em contextos migratórios. Além disso, a ausência de outros colaboradores impediu a integração de marcadores sociais adicionais, como gênero e classe, que poderiam ter oferecido uma compreensão mais ampla das dinâmicas de poder e desigualdade que permeiam as práticas linguísticas e sociointeracionais. Como consequência, os resultados desta pesquisa, embora valiosos, refletem uma visão parcial e limitada do fenômeno estudado.

Outra limitação significativa foi a impossibilidade de expandir a análise para além do linguístico, incorporando uma abordagem multimodal que considerasse outros recursos semióticos, como gestos, imagens e expressões corporais. Essa expansão teria exigido uma reconfiguração metodológica, colocando o contexto sociointeracional no centro da análise e deslocando “a língua” como objeto único de investigação. Embora essa abordagem tenha sido considerada no início da pesquisa, sua implementação mostrou-se inviável devido a restrições teóricas e metodológicas. Como resultado, a análise permaneceu focada principalmente na língua, perdendo a oportunidade de explorar como outros modos de comunicação

interagem com as práticas linguísticas em contextos migratórios.

Para superar essas limitações, futuras pesquisas poderiam adotar uma abordagem mais ampla, incluindo um número maior de colaboradores e integrando novos marcadores sociais. Isso permitiria uma análise mais ampla das dinâmicas de poder e desigualdade que permeiam as práticas linguísticas em contextos migratórios. Além disso, seria importante explorar abordagens multimodais, que considerem não apenas a língua, mas também outros recursos semióticos, como gestos, imagens e expressões corporais. Essa expansão metodológica exigiria uma reconfiguração teórica, colocando o contexto sociointeracional no centro da análise e desafiando a primazia da língua como objeto único de investigação. Por fim, futuras pesquisas poderiam adotar uma abordagem mais coletiva, superando a atomicidade do indivíduo e explorando como as práticas linguísticas são moldadas por redes sociais e comunitárias, oferecendo alternativas libertadoras que não se limitem ao nível individual.

Esta pesquisa contribui para o campo da Linguística Aplicada Crítica ao sugerir que a translinguagem não apenas desafia as normas monolíngues, mas também revela as complexas dinâmicas de poder que permeiam as interações linguísticas em contextos de migração. Enquanto estudos anteriores frequentemente enfatizam a assimilação ou a marginalização que assume feição de mera preservação linguística, esta pesquisa destaca a agência dos falantes na criação de repertórios linguísticos híbridos, que não apenas contestam as hierarquias linguísticas, mas também reconfiguram as noções de pertencimento e identidade.

A figura de La Malinche, com suas ambiguidades e contradições, nos lembra que a linguagem é um campo de batalha onde identidades são negociadas, resistências são construídas e novas possibilidades de pertencimento emergem. No entanto, mais do que inspirar futuras investigações, este trabalho deve servir como um chamado a repensar a questão linguística como um pilar para a inclusão social em contexto migração internacional, sendo incontornável desconstruir categorias aparentemente estáveis, como “cultura brasileira”, “língua portuguesa” e “imigrante venezuelano” e problematizar os enquadramentos políticos subjacentes a essas noções.

Que este trabalho nos inspire a repensar nossas práticas educacionais,

políticas linguísticas e interações cotidianas, promovendo um diálogo mais inclusivo e respeitoso com as comunidades falantes de outras línguas.

REFERÊNCIAS

- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados). *Situación de Venezuela*. Disponível em: <https://www.acnur.org/emergencias/situacion-de-venezuela>. Acesso em: 29 de jan. de 2025.
- ACOSTA, M. del P.. Crítica insurgente e o discurso do lado de cá: por uma ADC desde e para a América Latina. In: RESENDE, V.M. (org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- ALEGRÍA, C. La Malinche. In: MENESES, V. VÍLCHEZ, J. C. (org.). *Nicaragua en las redes de la poesía*. Managua: RENIAS - Anama Ediciones, 2008. p. 7-8.
- ALIM, H. S.; RICKFORD, J. R.; BALL, A. F. (Org.). *Raciolinguistics: How language shapes our ideas about race*. 1. ed. Oxford/New York: Oxford University Press, 2016. 362 p.
- ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1991].
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- APPIAH, K. A *The case for contamination*. *The New York Times Magazine*, 01 jan. 2006. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2006/01/01/magazine/the-case-for-contamination.html>. Acesso em: 07 out. 2024
- ARCHER, M. S. Realismo e o problema da agência. *Estudos de Sociologia (UFPE)*, v. 2, n. 6, p. 51–75, 2000.
- AVELINO, B. B. *Parditude, mestiçagem e identidade no Brasil: uma crítica à rigidez binária e as suas implicações para a população parda*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- BAKER, C. *Foundations of bilingual education and bilingualism*. Clevedon: Multilingual Matters, 2001. 484 p.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BANCHS, M. A. Leitura epistemológica da teoria das representações sociais: reflexões rumo a um sentido comum menos comum e com mais sentido. In: *Teoria*

das representações sociais: 50 anos. Tradução: Juliana Harumi Chinatti Yamanaka. Brasília, DF: Technopolitik, 2011. p. 225–258.

BASSOLS TOMASINI, A. Malinchismo filosófico e pensamento mexicano. *Chicomoztoc: Boletín del Seminario para la Descolonización de México*, n. 6, p. 61–78, 2013.

BATISTA, W. M.; MASTRODI, J. Materialização da ação afirmativa para negros em concursos públicos (Lei N. 12.990/2014). *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 04, p. 2480–2501, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2020.47079>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BERRY, J. W. A psychology of immigration. *Journal of Social Issues*, v. 57, n. 3, p. 615–631, 2001.

BEZERRA, V. M. M. *Mídia e diáspora venezuelana: recepção dos leitores sobre a migração no G1 Roraima*. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

BHASKAR, R. *The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. London: Routledge, 2005.

BLOMMAERT, J. Contexto é/como crítica. In: SINORINI, I. (Ed.). *Situar a linguagem*. São Paulo: Parábola, 2008.

BLOMMAERT, J. *Discourse: a critical introduction*. New York: Cambridge University Press, 2005.

BLOMMAERT, J.; DONG, J. *Ethnographic fieldwork: a beginner's guide*. Bristol, UK: Multilingual Matters, 2010.

BLOMMAERT, J.; BACKUS, A. Superdiverse Repertoires and the Individual. In: SAINT-GEORGES, I.; WEBER, J. (ed.). *Multilingualism and Multimodality: Current Challenges for Educational Studies*. Rotterdam: Sense, 2013. p. 11–32.

BONIN, I. Racismo: desejo de exterminar os povos e omissão em fazer valer seus direitos. In: CIMI. *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados 2014*. Brasília: Cimi, 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Relatório do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística no Brasil (GTDL)*. Brasília, DF: [s.n.], 2007.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*: Brasília, 2010.

BRASIL, J. A. Migrações e mídia durante a pandemia de COVID-19: uma análise de notícias publicadas no jornal Folha de São Paulo. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 62, p. 171–188, maio 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS). *Migração no Brasil. Boletim Informativo*, n. 4, out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/secretaria-nacional-de-justica-senajus/boletim->

[da-migracao-no-brasil_10102024_versao-agosto-final-10-out-2024-1.pdf](#)> Acesso em: 16 fev. 2025.

BRUBAKER, R. Ethnicity without groups. *European Journal of Sociology*, v. 18, p. 163–189, 2002.

BUENO, B.; SAINT CLAIR, E. Impedidos de entrar em Wakanda: reflexões sobre parditude, manifestações midiáticas e desafios de pertencimento. In: *Intercom Júnior – IJ 08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2023.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Identity and interaction: A sociocultural linguistic account. *Discourse Studies* 7(4–5):585–614. 2005.

CAMERON, D. et al. Ethics, advocacy and empowerment: issues of method in researching language. *Language and Communication*, v. 13, n. 2, p. 81–94, 1993.

CAMPOS, M. B. Migração. In: CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; ARAÚJO, D.; TONHATI, T. (Eds.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: Editora UNB, 2017. p. 453–455.

CANAGARAJAH, A. S. Translanguaging in the classroom: emerging issues for research and pedagogy. *Applied Linguistics Review*, v. 2, p. 1–28, 2011.

CANAGARAJAH, S. Translingual practice: Global Englishes and cosmopolitan relations. Abingdon, UK: Routledge. 2013.

CANAGARAJAH, S. Rethinking mobility and language: from the global south. *The Modern Language Journal*, v. 105, p. 570–582, 2021.

CANDAU, V. M.. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*. v.13, n.37, p. 45-56, 2008.

CASTLES, S. Entendendo a migração global: uma perspectiva desde a transformação social. Traduzido e publicado na *Revista Internacional Mobilidade Humana*, n. 35, p. 11–43, 2010.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. *Imigração e refúgio no Brasil: relatório anual 2020*. Série Migrações. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral, 2020.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLLINS, P. H. Toward a new vision: race, class and gender as categories of analysis and connection. *Race, Sex and Class*, v. 1, n. 1, p. 35–45, 1993.

COSTA, R. D. C. (Org.); SANTOS, E. C. (Org.); SILVA, K. A. (Org.) *Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente*. 1. ed. Campinas: Editora da ABRALIN, 2021.

CREESE, A.; BLACKLEDGE, A. Translanguaging in the bilingual classroom: a pedagogy for learning and teaching? *The Modern Language Journal*, v. 94, n. 1, p. 103-115, 2010.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1297, 1991.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DÍAZ DEL CASTILLO, B. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. México, D. F.: Editorial Porrúa, 1968.

DIETZ, G. Etnicidad y cultura en movimiento: desafíos teóricos para el estudio de los movimientos étnicos. *Nueva Antropología*, v. 17, n. 56, p. 81-107, nov. 1999.

DIETZ, G. *Multiculturalismo, interculturalidad y diversidad en educación: una aproximación antropológica*. México: FCE, 2012. 279 p.

DINIZ, D. @debora_d_diniz.

DINIZ, L. R. A.; NEVES, A. O. Políticas linguísticas de (in) visibilização de estudantes imigrantes e refugiados no Ensino Básico brasileiro. *Revista X*, v. 13, n. 1, p. 87-110, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Total de alunos estrangeiros por nacionalidade e ano. *Educacenso 2011 a 2020*. Brasília: [s.n.].

DURANTI, A. *Antropología lingüística*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

DUSSEL, E. *1492: o encobrimento do outro (A origem do mito da modernidade)*. Petrópolis: Vozes, 1993.

EBERHARDT, L. D.; MIRANDA, A. C. DE. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. *Saúde debate*, v. 41, n. 2, p. 299-312, 2017.

ESQUIVEL, L. *Malinche*. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-65.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. *Revista Teias*, v. 11, n. 22, p. 10, 2010.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como raciocínio dialético: crítica, explanação e ação. *Policromias*, v. 4, n. 2, p. 32-51, 2019.

FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2008.

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Realismo crítico e semione. *Revista Letra Capital*, v. 1, n. 1, p. 43–69, 2016.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 22-105.

FINE, M.; WEIS, L. WEESEN; S, WONG, L. Para quem? Pesquisa qualitativa, representação e responsabilidade social. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), *O planejamento da pesquisa qualitativa*. 2006

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 16-35, 2003.

FLORES, N. L. Translanguaging into Raciolinguistic Ideologies: A Personal Reflection on the Legacy of Ofelia García. *Journal of Multilingual Education Research*, [S.l.], v. 9, artigo 5, 2019.

FLORES, N.; ROSA, J. Undoing appropriateness: Raciolinguistic ideologies and language diversity in education. *Harvard Educational Review*, 85(2), 149–171.2015.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes. 1999.

GARCÉS, F. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana - Instituto Pensar, Universidad Central - IESCO, Siglo del Hombre, 2007. p. 217-242.

GARCÍA, O. Education, multilingualism and translanguaging in the 21st century. In *Multilingual Education for Social Justice: Globalising the local*, ed. by Ajit Mohanty, Minati Panda, Robert Phillipson, Tove Skutnabb-Kangas. New Delhi: Orient Blackswan (former Orient Longman), pp. 128-145. 2009.

GARCÍA, O. Translanguaging in Schools: Subiendo y Bajando por la Escalera Metáforica. In: GARCÍA, O.; LIN, A. (Eds.). *Translanguaging in Bilingual Education: Principles, Practices, and Policies*. Springer, 2017.

GARCÍA, O.; LI WEI. *Translanguaging: Language, Bilingualism and Education*. Palgrave Macmillan, 2014.

GARCÍA, O. Translanguaging and Latinx bilingual readers. *The Reading Teacher* 73(5), 557-562. 2020.

GARCÍA CASTAÑO, F. J.; PULIDO MOYANO, R. Á.; MONTES DEL CASTILLO, Á. La educación multicultural y el concepto de cultura. Una visión desde la antropología social y cultural. *Rev. Educ.*, nº. 302. 1993, pp. 83–110.

GILROY, P. The end of anti-racism, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 17:1, 71-83, 1990. DOI: 10.1080/1369183X.1990.9976222

GILROY, P. *Small acts: thoughts on the politics of black cultures*. Londres: Serpent's

Tail, 1993.

GLANTZ, M. La Malinche: la lengua en la mano. In: *Mitos mexicanos*. Ed. Enrique Florescano. México: Aguilar, 1995.

GOMES, N. L.. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727–744, jul. 2012.

GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GRILLO, R. El mito de un nombre: Malinche, Malinalli, Malintzin. *Mitologías hoy*, v. 4, p. 15-26, 2011. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/mitologias/article/view/283873>.

GROSFOGUEL, R. The epistemic decolonial turn beyond political-economy paradigms. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 211-223, mar./mai. 2007.

GROSSO, M. J. DOS R. Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 9, n. 2, p. 61–77, 2010.

GUERRA, C. D. “Diretório dos índios”: um discurso político de imposição linguística do século XVIII. *Revista Primeira Escrita*, n. 3, p. 36-47, 2016.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43, p. 26-44, 1995.

GUIMARÃES, R. M.; DA SILVA, K. A. Uma aproximação entre o pensamento fronteiriço e o normatizado para o pensar desconstruído e o agir sistematizado em políticas linguísticas. *Revista Desenredo*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2024. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/13755>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GUMPERZ, J.; HYMES, D. (orgs.). *Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication*. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1972.

HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio Apicuri, 2016.

HALLIDAY, M. A. K.; MATHIESSEN, C. *Introduction to functional grammar*. 4. ed. London: Routledge, 2014.

HALLIDAY, M. A. K. *El lenguaje como semiótica social: la interpretación social del lenguaje y del significado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

HELLER, M.; MCELHINNY, B. *Language, capitalism, colonialism: toward a critical history*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

JØRGENSEN, J. N. *Languaging. Nine years of poly-lingual development of young Turkish-Danish grade school students*. Copenhagen Studies in Bilingualism, v. I-II. Copenhagen: University of Copenhagen, 2010.

KASUN, G. S.; MORA PABLO, I. El anti-malinchismo contra el mexicano-transnacional: cómo se puede transformar esa frontera limitante. *Anales de Antropología*, Cidade do México, v. 55, n. 1, p. 39-48, jun. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-62212021000100

039&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2024. Epub: 16 maio 2022. <https://doi.org/10.22201/ia.24486221e.2021.1.75853>.

LAGARES, X. C.; GALLI, J. A. Glotopolitical Perspective and Language Literacy: a converging dialogue for research in Language Policy. *The ESPecialist*, [S. l.], v. 45, n. 4, p. 11–37, 2024.

LEON, L. E. P.; CICERO, P. H. DE M. Embargo Econômico Enquanto Instrumento de Política Externa Estadunidense: *Conjuntura internacional*, v. 19, n. 2, p. 74-81, 28 fev. 2024.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. 576 p.

MACIEL, R. F.; ROCHA, C. H.; CANAGARAJAH, S. Dialogues On Translingual Research And Practice: Weaving Threads With Suresh Canagarajah's Views. *Revista X*, v. 15, p. 7-31, 2020.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

MAGRO, M. C.. Análise contrastiva e análise de erros: um estudo comparativo. In: *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, ed. 3, p. 124-133, 1979.

MAKALELA, L.; SILVA, K. A. DA. Translanguaging and Language Policy in the Global South: introductory notes. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 23, n. 1, p. e33203, 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MATHIAS, D. Pertencimento: discussão teórica. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 25, n. 1, p. 166–187, jan. 2023.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Systemic functional linguistics as applicable linguistics: social accountability and critical approaches. *D.E.L.T.A.*, v. 28, p. 435–471, 2012.

MEGALE, A.; EL KADRI, M. *Escola bilíngue: (trans)formando saberes na educação de professores*. 1. ed. São Paulo: Fundação Santillana, 2023.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/Pr, 1(1), pp. 12-32, 2017.

MIGNOLO, W. D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MILANEZ, F. et al. Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 3, p. 2161–2181, jul. 2019.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017.

MINAYO, M. C. S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, [S. l.], v. 9, n. 22, p. 521–539, 2021.

MOITA LOPES, L. P. da. Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C. M.; ROCA, M. D. P. (orgs.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 11–24.

MOITA LOPES, L. P. Oficina de lingüística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. *Campinas*: Mercado de Letras, 1996.

MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MOURA, C. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983.

MOYA, J. Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. *Sociologias*, [s.l.], v. 20, n. 49, 2018.

MUNANGA, K. et al. Rediscutindo racismo, negritude e mestiçagem. *Teoria e Debate*. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2023/11/14/rediscutindo-racismo-negritude-e-mesticagem/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

NILEP, C. “Code switching” in sociocultural linguistics. *Colorado Research in Linguistics*, [s.l.], v. 19, 2006. DOI: 10.25810/hnq4-jv62. Disponível em: <https://journals.colorado.edu/index.php/cril/article/view/273>. Acesso em: 28 maio 2024.

NOGUEIRA, I. B. O corpo da mulher negra. *Pulsional: Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano 13, n. 135, p. 40-45, 1999.

NOGUEIRA, I. B. O corpo negro: sentidos e significados. *Nguzu*, Londrina, ano 1, n. 1, p. 10-13, 2011.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, [online], 2007, v. 19, n. 1. Acesso em: 4 mar. 2024, p. 287-308.

OLIVEIRA, D. A. O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-15. 2020.

OLIVEIRA, C. da S.; LACERDA, E. G. O processo de inserção de estudantes venezuelanos nas escolas em Roraima. *Geografia: Ensino & Pesquisa*, v. 26, p. 1–20, 31 out. 2022.

OLMOS-ALCARAZ, A.; MARTÍN-GODOY, P. Retos epistémico-metodológicos en la investigación sobre racismo. In: SASSONE, S.; PADILLA, B.; GONZÁLEZ, M.; MATOSSIAN, B.; MELELLA, C. (Eds.). *Diversidad, migraciones y participación ciudadana: identidades y relaciones interculturales*. Buenos Aires: Conicet-IMHCH, 2020. p. 25-42.

OLMOS-ALCARAZ, A. *La población inmigrante extranjera y la construcción de la diferencia: discursos de alteridad en el sistema educativo andaluz*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidad de Granada, Granada.

OLMOS-ALCARAZ, A. Racismo, racialización e inmigración: aportaciones desde el enfoque de(s)colonial para el análisis del caso español. *Revista de Antropología*, v. 63, n. 2, p. 1-23, 2020. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2020.170980.

ORTIZ ALVAREZ, M. L. A transferência, a interferência e a interlíngua no ensino de línguas próximas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2., 2002, São Paulo. *Proceedings online...* Associação Brasileira de Hispanistas. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000012002000100039&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 07 jun. 2024.

PARRA, V. Arauco tiene una pena. In: PARRA, V. *Las últimas composiciones*. Santiago: RCA Victor, 1965.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, 2008. Disponível em: <http://ponto.urbe.br/index.php/pontourbe/article/view/12345>. Acesso em: 01 out. 2024.

PENNYCOCK, A. *Critical Applied Linguistics: A Critical Introduction*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2001.

PENNYCOCK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

PENNYCOCK, A.; OTSUJI, E. *Metrolingualism: language in the city*. Oxon, UK: Routledge, 2015.

PEREIRA, F. H. L. C. da S. et al. Direito à saúde para o residente fronteiriço: desafio para a integralidade do SUS. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 8, n. 3, 2018

PORTO, R. S. Os estudos sociolingüísticos sobre o code-switching: uma revisão bibliográfica. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, v. 5, n. 9, ago. 2007.

PUSSETTI, C.. Identidades em crise: imigrantes, emoções e saúde mental em Portugal. *Saúde e Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 94–113, jan. 2010.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of World-Systems Research*, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. p. 227-278, 2005.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. La Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v. XLIV, n. 4, p. 583-591, 1992.

RESENDE, V. de M. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

ROCHA, L. O que é apagamento indígena? 2010. Disponível em: <https://leorafarch.medium.com/o-que-%C3%A9-apagamento-ind%C3%ADgena-8c2fafe618b8#:~:text=Aqui%20chegamos%20%C3%A0%20resposta%20sobre,ou%20de%20uma%20popula%C3%A7%C3%A3o%20inteira>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ROCHA, C. H.; MEGALE, A. H.. Translinguagem e seus atravessamentos: da história, dos entendimentos e das possibilidades para decolonizar a educação linguística contemporânea. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 39, n. 2, p. 202339251788, 2023.

ROCHA, C. H.; PATEL, G. Translinguagem de Outros Lugares para Descolonizar Realidades e Políticas Linguísticas: Sobre (Des)Inventar Novos Começos e Outros Fins Possíveis. *Fórum Linguístico*, v. 21, p. 10586-10596, 2024.

ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling language and race: Toward a raciolinguistic perspective. *Language in Society*, 46, 621-647. 2017.

ROSA, J.; FLORES, N. Rethinking Language Barriers & Social Justice from a Raciolinguistic Perspective. *Daedalus*. 152 (3): 99–114. 2023.

SAFFIOTI, H. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 11, 2000, p. 71-75.

SALES JÚNIOR, R. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SEBASTIANI, L. et al. Decolonizar la investigación sobre migraciones: apuntes desde una etnografía colaborativa. *Athenea Digital*, v. 2, n. 20, p. 1-25, 2020.

SEBASTIANI, L.; MARTÍN-GODOY, P.; OLMOS-ALCARAZ, A. ¿Medir el racismo o descifrar sus lógicas? Aportes desde el contexto español. *Tabula Rasa*, n. 41, p. XX-XX, 2021. DOI: 10.25058/20112742.n41.10.

SELINKER, L. Interlanguage. *IRAL - International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, v. 10, n. 3, p. 209-231, 1972.

SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. *Alfa*, v. 60, n. 1, p. 11-28, 2016.

SILVA, D. D. N. “A propósito de linguística aplicada” 30 anos depois: quatro truísmos correntes e quatro desafios. *DELTA*, v. 31, n. especial, p. 349-376, 2015.

SILVA, F. C.; JÚNIOR COSTA, E. O ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAC) na linha do tempo dos estudos sobre o Português Língua Estrangeira (PLE) no Brasil. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 19, n. 1, p. 125-143, 2020.

SILVA, I. “Bota fogo nesses vagabundos!”: entextualizações de xenofobia na trajetória textual de uma fake news. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(3), 2123-2161. 2020.

SILVA, G. M.; LEÃO, L. T. de S. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], 2012, v. 27, n. 80, p. 117-133. Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVERSTEIN, P. Immigrant Racialization and the New Savage Slot: Race, Migration, and Immigration in the New Europe. *Annual Review of Anthropology*, 34(1), 363-384. 2005.

SOUZA, E. L. L. de. Sobre os fios. In: *O Fios do tempo: análises do presente*. Ateliê de Humanidades. Disponível em: <https://ateliêdehumanidades.com/2019/08/31/fios-do-tempo-sobre-os-fios-por-elton-luiz-leite-de-souza/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

STOLCKE, V. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, p. 15-42, jan. 2006.

STOLCKE, V. "Is Sex to Gender as Race is to Ethnicity?" In: VALLE, Teresa del (ed.). *Gendered Anthropology*. London: Routledge, 1993.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TORPEY, J. Coming and Going: On the State Monopolization of the Legitimate "Means of Movement". *Sociological Theory*, 16(3), 239-259. 1998.

VARGAS, J. E. V.; SHIMIZU, H. E.; MONTEIRO, P. S.. The vulnerabilities of Venezuelan immigrants in Brazil and Colombia from the perspective of Intervention Bioethics. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 57, n. spe, p. e20230081, 2023.

VAZQUEZ, D. A. et al.. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 304-317, jan. 2022.

VERONELLI, G. A. Sobre a colonialidade da linguagem. *univ.humanist.* [online], 2016, n. 81, p. 33-58.

VIEIRA, V. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: RESENDE, V. (Org.). *Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2019a. p. 83-116.

VILA BRASIL. *A Vila Brasil*. Disponível em: <https://escolavilabrasil.com.br/>. Acesso em: 22 out. 2024.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIANA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine (Eds.). *Construyendo Interculturalidad Crítica*. [s.l.: s.n.], 2010, p. 75-96.

WEI, L. Moment analysis and translanguaging space: discursive construction of

identities by multilingual Chinese youth in Britain. *Journal of Pragmatics*, n. 43, 1222-1235.

WEI, L.; GARCÍA, O. Not a first language but one repertoire: Translanguaging as a decolonizing project. *RELC Journal. A Journal of Language Teaching and Research*, v. 53, n. 2, p. 313-324, 2022.

WILLIAMS, C. *Arfarniad o Ddulliau Dysgu ac Addysgu yng Nghyddestun Addysg Uwchradd Ddwylieithog*, [An evaluation of teaching and learning methods in the context of bilingual secondary education] Tese. Bangor: Universidade do País de Gales. 1994.

WRIGHT, S. "The Politicization of 'Culture'". *Anthropology Today*, v. 14, n. 1, pp. 7-15. 1998.

YAMANAKA, J. H. C. Construindo um caminho para o PEC-G: experiências, crenças e identidades na aprendizagem de PL2. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

YAMANAKA, J. H. C. Do "corpo falado" à "fala corporificada": a compreensão das convergências de estruturas de poder para repensar a Linguística Aplicada. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 19, n. 4, p. 825–848, 2019.

YAMANAKA, J. H. C.; SILVA, K. A. Análise de Discurso Crítica e Estudos Feministas: um panorama das dissertações e teses produzidas no Brasil entre 2015 e 2019. *Polifonia: Estudos da Linguagem*, v. 29, p. 79–100, 2023.

YAMANAKA, J. H. C.; SILVA, K. A. da. Português como língua de acolhimento: quadro de dissertações e teses produzidas no Brasil. *Acta Scientiarum (UEM)*, v. 44, p. 1–11, 2022.

YAMANAKA, J. H. C.; VIEIRA, V. C.; SILVA, E. C. M. da. COVID-19: a racialização dos significados sobre a origem de um vírus. *Gláuks - Revista de Letras e Artes*, v. 21, n. 1, p. 103–128, 2021.

YIP, J.; GARCÍA, O. Translinguagens: recomendações para educadores. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales IX*, pp. 164 - 177. 2018.